

Universidade de Évora

ESTATUTO SINTÁCTICO DOS
“ADVÉRBIOS”:
FUNÇÃO E CLASSE

Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva

Dissertação preparada sob orientação da Professora Doutora Maria Joana de Almeida Vieira dos Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e submetida à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor em Linguística Portuguesa.

Évora

2008

Universidade de Évora

ESTATUTO SINTÁCTICO DOS
“ADVÉRBIOS”:
FUNÇÃO E CLASSE

Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva



168 285-

Dissertação preparada sob orientação da Professora Doutora Maria Joana de Almeida Vieira dos Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e submetida à Universidade de Évora para a obtenção do grau de Doutor em Linguística Portuguesa.

Évora

2008

ESTATUTO SINTÁCTICO DOS “ADVÉRBIOS”:

FUNÇÃO E CLASSE

Resumo

Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva
Universidade de Évora
2008

A linguagem verbal, meio privilegiado de comunicação do ser humano, faz uso da sua capacidade de representação simbólica e é um meio e um fim das nossas experiências do dia a dia.

O estudo da função do advérbio e a sua identidade enquanto classe, deverá ser enquadrada no âmbito da sintaxe frásica, visto que se trata de um fenómeno apenas observável num contexto linguístico. Não constitui nosso objectivo estudar a unidade lexical isolada, nem proceder prioritariamente ao levantamento das suas características morfológicas, mas verificar qual o comportamento que adopta no contexto em que se insere, esperando que daí resultem informações para a sua identificação enquanto classe.

Com a análise do funcionamento dos advérbios pretendemos, em primeiro lugar, reflectir sobre algumas das propostas apresentadas por diversos gramáticos e linguistas para identificação das estruturas que incluem o advérbio na sua formação e que podem assumir em relação ao verbo não só funções / estatutos sintácticos próprios de um circunstante, como também de um argumento. O emprego de critérios de ordem sintáctica regeu o nosso estudo do comportamento dos advérbios em *função circunstancial* com estatuto sintáctico de argumento e o dos advérbios em *função circunstancial* com estatuto sintáctico de circunstante. Colateralmente, procuraremos definir esta função que é própria do advérbio e classificá-la, de acordo com critérios de ordem funcional.

SINTACTICAL STATUS OF "ADVERBS": **FUNCTION AND CLASS**

Abstract

Ana Alexandra Lázaro Vieira da Silva
Universidade de Évora
2008

The verbal language, privileged means of human being communication, makes use of its capacity of symbolic representation and it is a means and an end of our experiences of the daily life.

The study of the adverbs' function and its identity as a class, should be framed within phrasal syntax, for it is a phenomenon only observable inside a linguistic context. It is not our aim to study the isolated lexical unit, nor to investigate its morphological characteristics, but, to verify its behaviour within a syntactical context. Thus, we aim to obtain enough information to identify an adverb as a paradigm.

We first intended to analyse adverbs, by reflecting on some of the proposals presented by several grammarians and linguists. Then, adopting syntactic criteria we will determine the relation which an adverb assumes with the verb. An adverb can assume an argument *status*, or a circumstantial *status*, according with the relation it maintains with the verb, the nucleus of the phrase. We will also, determine how an adverb can be identified as a full member of a class, through the use of syntactical criteria.

**Aos homens da minha vida...
E à única mulher que realmente teve importância... à minha mãe.**

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	XI
ABREVIATURAS	XII
PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO	1
1. APRESENTAÇÃO DO TEMA, OBJECTIVOS E MÉTODOS	3
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	10
3. A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	36
4. ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	43
CAPÍTULO I	47
ESTUDOS SOBRE A FUNÇÃO SINTÁCTICA CHAMADA “COMPLEMENTO CIRCUNSTANCIAL”	47
1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE A VISÃO DAS GRAMÁTICAS	49
1.1 “Gramática” e “sintaxe”	50
2. ALGUNS PERCURSOS NA LÍNGUA PORTUGUESA	57
2.1 A visão das gramáticas do Português Europeu	57
2.2 A visão das gramáticas do Português do Brasil	77
3. CONFRONTO COM OUTRAS LÍNGUAS	85
3.1 Castelhana	85
3.2 Francês	88
3.3 Inglês	91
4. PROPOSTA DA SINTAXE FUNCIONALISTA	95
4.1 Para uma definição de <i>Função</i>	95
4.2 Para uma definição de <i>Circunstancial</i>	106
5. SÚMULA CRÍTICA	121
CAPÍTULO II	125
ESTUDOS SOBRE OS CHAMADOS “ADVÉRBIOS” EM PORTUGUÊS EUROPEU	125
1. PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS SOBRE O “ADVÉRBIO”	127
1.1 Classes de palavras e o estatuto do advérbio	127
1.2 Gramáticas do Português Europeu	129
1.3 Confronto com gramáticas do Português do Brasil	152
2. CONTRAPONTO COM GRAMÁTICAS DE OUTRAS LÍNGUAS	159
2.1 Castelhana	159
2.2 Francês	167
2.3 Inglês	171
3. UMA REVISÃO SUMÁRIA	175
CAPÍTULO III	179
PROPOSTA DE ANÁLISE DAS FUNÇÕES SINTÁCTICAS DO ADVÉRBIO	179
1. REDE ACTANCIAL DO VERBO	184
1.1 Modelos não funcionalistas / Confronto de modelos	184
1.2 A questão da transitividade	187
1.3 Actantes e circunstantes	194
2. NÚCLEO E PERIFERIA	200
2.1 Níveis de núcleo e núcleo verbal	200

2.2 Os chamados “complementos” do núcleo e as zonas da função circunstancial	205
3. COMPORTAMENTO SINTÁCTICO DA FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL	217
3.1 Critérios sintácticos: função circunstancial nuclear e função circunstancial periférica	219
3.1.1 Mobilidade.....	219
3.1.2 Comutação	221
3.1.3 Multiplicação	224
3.1.4 Variação do âmbito de incidência.....	232
3.2 Função <i>circunstancial</i> : nuclear e periférica	238
4. RELAÇÃO FRÁSICA DO ADVÉRBIO COM A FRASE: ATRIBUTO FRÁSICO	254
5. RELAÇÃO DO NV COM A FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL NUCLEAR E A FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL PERIFÉRICA – CONCLUSÕES POSSÍVEIS.....	259
CAPÍTULO IV	263
PROPOSTA DE UM MODELO DE DESCRIÇÃO SINTÁCTICA PARA A CLASSE DO ADVÉRBIO	263
1. CLASSE DO ADVÉRBIO	267
1.1 Classes de palavras e o estatuto do advérbio.....	267
1.2 Características distintivas do advérbio	275
1.2.1 Características morfológicas	276
1.2.2 Características semânticas	282
1.2.2.1 O advérbio “já”	286
1.2.2.2 Os advérbios “só”, “apenas”, “somente”	290
1.2.2.3 Os advérbios “nunca”, “jamais”	295
1.2.3 Características sintácticas	296
1.2.3.1 Advérbio e adverbial	303
1.2.3.2 Sintemas adverbiais e agrupamento de advérbios.....	307
1.2.3.3 Atributos frásicos	318
2. DETERMINAÇÃO EXERCIDA PELO ADVÉRBIO	323
2.1 Níveis de determinação.....	323
2.2 Determinação inter-sintagmática	327
2.2.1 A incidência do advérbio no verbo	327
2.2 Determinação Intra-sintagmática.....	330
2.2.1 A incidência do advérbio no adjectivo.....	330
2.2.2 A incidência do advérbio noutro advérbio	331
2.2.3 A incidência do advérbio no substantivo	332
3. ORDEM E HIERARQUIA NA FRASE	335
4. ADVÉRBIO: A CLASSE DE PALAVRA “MUTANTE”	340
CONCLUSÃO.....	345
BIBLIOGRAFIA.....	355
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	357
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA.....	367
Gramáticas de Língua Portuguesa	367
Gramáticas de Língua Portuguesa Publicadas no Brasil.....	370
Gramáticas de Língua Castelhana	372
Gramáticas de Outras Línguas	372

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA I - DETERMINAÇÃO DOS ACTANTES	69
TABELA II - OS ADVERBIAIS NA PERSPECTIVA DE S. GREENBAUM E R. QUIRK	92
TABELA III - CLASSES E SUB-CLASSES DOS ADVÉRBIOS ADJUNTOS	93
TABELA IV - CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO FORMAL DAS VÁRIAS FUNÇÕES	110
TABELA V - CARACTERÍSTICAS DO ARGUMENTO, ADITAMENTO E CIRCUNSTANTE.....	117
TABELA VI - ADITAMENTO E CIRCUNSTANTE	118
TABELA VII - CLASSIFICAÇÃO DOS ADVÉRBIOS	161
TABELA VIII – ARGUMENTOS, ADITAMENTOS E CIRCUNSTANTES	202
TABELA IX – ADITAMENTO E SUPLEMENTO	210
TABELA X - OS ADVÉRBIOS NA FRASE.....	271
TABELA XI - O ADVÉRBIO NO QUADRO DAS CLASSES DE PALAVRAS	273
TABELA XII - PROPRIEDADES DO ADVÉRBIO	304
TABELA XIII - CATEGORIAS DOS ADVERBIAIS SEGUNDO QUIRK-GREENBAUM E GUIMIER.....	305
TABELA XIV - ADVÉRBIOS E ADJECTIVOS.....	313
TABELA XV - PROPRIEDADES SINTÁCTICAS DO ADVÉRBIO DE FRASE	319
TABELA XVI – DETERMINAÇÃO INTRA E INTER-SINTAGMÁTICA	327

ABREVIATURAS

V – Verbo

SV – Sintagma Verbal

NV – Núcleo Verbal

NVpred – Núcleo Verbal Predicatóide

FS – Função Sujeito

FCD – Função Complemento Directo

FCI – Função Complemento Indirecto

FC – Função Circunstancial

AF – Atributo Frásico

NPS – Nome Predicativo do Sujeito

FCnuc – Função Circunstancial Nuclear

FCper – Função Circunstancial Periférica

PREFÁCIO

Antes de tudo... existiu a vontade! A vontade de investigar, de estudar, de saber... Nunca se está satisfeito. A nossa história enquanto humanidade está repleta de insatisfação e é como mera peça deste gigantesco puzzle que agora me apresento neste estudo. Insatisfeita, inevitavelmente, mas com a consciência de ter dado mais um passo na minha evolução enquanto ser humano, enquanto mulher e enquanto profissional. É da eterna insatisfação que surge o crescimento, o adicionar de conhecimentos, o alargar de horizontes. Quando nos entregamos a causas, fazemo-lo como se a nossa própria vida disso dependesse e, na verdade, depende.

A enorme planície Alentejana abre-se para o mundo e o convívio com pessoas «maiores» ilumina os seus campos. Sinto-me uma pessoa com sorte. Pude usufruir dos conselhos do Professor Moraes Barbosa, Mestre, que muito admiro. As suas palavras amigas, os seus conselhos sábios contribuíram para construir a profissional que hoje sou. Foram as suas indicações que permitiram traçar as coordenadas deste estudo; as suas linhas de orientação permitiram-me chegar ao porto, encontrar o meu navio e nele zarpar. E no mar encontrei o carinho das ondas, das correntes que garantiram que chegasse a porto seguro. Falo, como é evidente, da Professora Doutora Joana Santos. O seu rigor, a sua disponibilidade, a sua palavra amiga tornaram a viagem mais segura. E se hoje, realmente, o trabalho aportou, a ela o devo. A sua confiança em mim foi fundamental, a sua disponibilidade um alento, os seus comentários e reflexões incentivos para prosseguirmos com a análise encetada.

O advérbio, os advérbios, as funções e a classe, verdadeira «Caixa de Pandora» que uma vez aberta é impossível fechar. Por isso, a discussão pública deste trabalho não representa qualquer conclusão, qualquer *terminus*, mas apenas um interregno. Era preciso parar, reflectir sobre o já estudado, para que um dia mais tarde possa voltar a ser aberta a «caixa». A tranca já não existe na «Caixa de Pandora», apenas se fechou temporariamente, mas dela ainda saem, todos os dias, a todas as horas, raios de luz: perguntas, dúvidas, interrogações.

Na linguística portuguesa não encontramos estudos em abundância sobre o problema que nos ocupou a mente. As orientações teóricas e metodológicas eram também substancialmente diferentes das por nós assumidas desde o primeiro momento. No entanto, a reflexão sobre a literatura existente permitiu confirmar, mais uma vez, como o advérbio enquanto classe e a função por este assumida na frase, constituiu (e constitui) um problema de análise linguística. Acreditamos ter alcançado alguma inovação e singularidade ao longo deste estudo. Apoiando-nos em trabalhos precedentes realizámos uma análise do advérbio enquanto unidade capaz de constituir um paradigma, isto é, uma classe (recorrendo, para isto, ao critério das compatibilidades sintáticas), mas também verificámos em que medida o advérbio é capaz de preencher autonomamente um espaço vazio dentro da estrutura sintáctica de uma frase. Para tal recorreremos a um *corpus* por nós recolhido que tratámos, e permitiu a ilustração de algumas das nossas afirmações (às vezes, não só afirmações, mas também dúvidas).

Uma última palavra de apreço à casa que me viu crescer. Entrei para a Universidade de Évora com 17 anos, e por aqui tenho permanecido, com muito orgulho de a ela pertencer. É com grande sentido de responsabilidade que me enfileiro junto de todos os docentes, funcionários e alunos que constituem esta grande casa. Aos colegas do Departamento, aos funcionários da Casa Cordovil, aos meus alunos, um agradecimento por me terem ajudado a crescer. Uma palavra de apreço à Maria Helena pela revisão final e pelas palavras sábias que me soube dirigir no momento certo.

INTRODUÇÃO

«(...) je dirai que j’ai avant tout
retenu de l’enseignement d’André
Martinet le sentiment d’une cohérence
théorique remarquable.»

BARBOSA, Jorge Morais (2001) –
“Être Martinetien”. *La Linguistique*,
Revue de la Société Internationale
de Linguistique Fonctionnelle.
Volume 37,1. Paris: PUF, p.115-
123.

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA, OBJECTIVOS E MÉTODOS

A linguagem verbal, meio privilegiado de comunicação do ser humano, faz uso da sua capacidade de representação simbólica e é um meio e um fim das nossas experiências do dia a dia. Para além de ser um meio de comunicação, é um fenómeno social, histórico e cultural, instrumento da transmissão de ideias e vivências, assim como o suporte do pensamento. Esta linguagem que agora se pretende estudar exige de nós, investigadores da língua, um exercício de precisão e de objectividade. A objectividade, no caso da língua, deverá estar presente não só nos próprios dados linguísticos para análise, mas também necessariamente, na medida do possível, nos métodos usados para o efeito. Será a objectividade que nos irá permitir o desenvolvimento de um trabalho de análise científica que possibilite o alcançar das metas previamente estabelecidas.

Da mesma forma, qualquer trabalho científico, sobre qualquer assunto, desde as ciências exactas, às ciências sociais e humanas, deverá ambicionar alcançar não certezas absolutas e inabaláveis, mas um novo conjunto de questões. No nosso caso pretendemos levantar pontos importantes no que respeita ao funcionamento sintáctico da nossa língua. As respostas que obtivermos serão sempre relativas e condicionadas. Condicionadas, porque elaboradas por um ser humano (regido pela “terrível” falibilidade), porque elaboradas sobre um determinado conjunto de estudos e porque elaboradas a partir de um *corpus* de análise. Relativas, sempre, a uma determinada época de pensamento social, cultural e linguístico. As respostas têm que ser contextualizadas na época em que forem elaboradas. Com efeito, o que hoje constitui uma verdade, uma hipótese de trabalho viável amanhã poder-se-á transformar numa outra verdade, levando a que novas hipóteses surjam. Daí irá resultar, a médio e longo prazo, a evolução da Língua.

Consideramos que são devidos alguns esclarecimentos sobre as diferentes etapas por que esta dissertação passou até se apresentar como produto final.

A escolha do tema não foi pacífica, nem imediata. Seria necessário um tema que permitisse o estudo de elementos da língua que pudessem ostentar alguma inovação. Tantas interrogações surgiram na nossa mente que foi inevitável o levantar de uma série de questões relacionadas com um aspecto particular da nossa língua: a função do advérbio e a sua identidade enquanto classe. Num primeiro momento, desde logo nos surgiu o problema de que questões categoriais – de suprema importância, no caso de uma classe que carece de parâmetros de identificação consensuais - não se podem misturar com questões sintáticas – ainda que estas estejam ligadas às anteriores. Colocando-se a hipótese de o advérbio desempenhar sempre a função de complemento circunstancial, o que origina uma série de questões relacionadas com o emprego sintático desta classe de palavra. Hipóteses como esta, e outras, são fáceis de proferir; são, até, fáceis de imaginar... O problema coloca-se quando da imaginação se passa à ciência.

Num segundo momento procedeu-se ao levantamento teórico-científico das investigações de que têm sido alvo a função do advérbio e o seu enquadramento na classe de palavras respectiva. Parece-nos ser de destacar um estudo de H. Montenegro, o qual, apesar de apresentar um enquadramento teórico divergente do nosso, contribuiu para o estudo que agora encetamos. Datado de 1999, *Os advérbios na estrutura verbal (Estudo sintático-semântico-pragmático)*, fornece um quadro teórico inserido na teoria léxico-gramática para depois o alargar para o quadro teórico da gramática de valências¹. Com a análise do funcionamento dos constituintes advérbiais na estrutura verbal, advérbios, sintagmas advérbiais, sintagmas adjectivais, sintagmas preposicionais, sintagmas nominais e frases finitas e não-finitas, pretende a autora:

¹ Quando se fala no quadro da teoria léxico-gramática, referimo-nos àquele preconizado por Harris 1976 e 1978, bem como Gross 1975 e 1986. Já na gramática de valências, constituem referências para a dissertação em causa, Tesnière 1959/1982, Busse e Vilela 1986 e, ainda, Vilela 1992 e 1995.

«(...) reflectir sobre algumas propostas apresentadas por diversos linguistas para a identificação e determinação das estruturas adverbiais que podem desempenhar em relação ao verbo funções de actante ou de circunstante»²

No domínio dos autores de nacionalidade lusa destacaríamos ainda o contributo de J. Costa e A. Costa³, cujas publicações sobre problemáticas relacionadas com o advérbio, seu estatuto, categoria e função possibilitaram uma reflexão teórica prévia sobre o assunto que nos ocupa. Novamente, a perspectiva adoptada por estes autores não era coincidente com a nossa por se inserir numa corrente teórica e metodológica diferente, mas tal não impossibilitou uma análise dos dados presentes nos seus estudos.

Em relação às fontes estrangeiras, vários foram os autores que contribuíram para a elaboração deste estudo. Destacamos primeiro, sem qualquer hierarquia subjacente, o contributo de um autor francês, C. Guimier, para a problemática que envolve o complemento circunstancial. Este linguista reúne num volume com um título bastante sugestivo – *1001 Circonstants* – contributos de diversos autores que visam trazer alguma luz para o tratamento deste facto sintáctico. Só o título desta obra nos permite ver como esta função tem sido encarada: se percorrermos as obras de diversos gramáticos e linguistas através dos tempos, encontramos quase tantas perspectivas quantas as pessoas que sobre o assunto trabalharam. A ambiguidade percorre toda a “classe dos circunstantes”, como C. Guimier designa este fenómeno. E as razões de tal ambiguidade são de ordem diversa:

«Elle est ambiguë par sa définition même, la frontière qui la sépare des compléments verbaux essentiels étant loin d’être fixée. Elle est ambiguë par son fonctionnement syntaxique, la portée ou l’incidence des circonstants ne pouvant bien souvent être clairement établies. Elle est ambiguë par son rôle sémantique (...).»⁴

² H. Montenegro 1999: 10.

³ Cf. COSTA, Ana e João COSTA (2001). *O que é um advérbio?* Edições Colibri, Lisboa e, mais recentemente, a colaboração prestada pelo segundo autor na elaboração da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (cf. cap. I, pp. 73-77)

⁴ C. Guimier 1993: 7.

A ambiguidade parece ser, assim, um factor a ter em conta no estudo desta função sintáctica; factor que pode condicionar decisivamente os resultados que se possam obter. De forma a minimizar o problema, o organizador deste volume optou por estabelecer um *corpus* escrito, finito, de circunstantes sendo que seria a partir da análise desse *corpus* que se desenvolveria todo um conjunto de estudos sobre os “circunstantes”, conseguindo «(...) une série de regards croisés qui est portée sur les circonstants (...)» (C. Guimier 1993: 10) (cf. *infra*, pp. 37-40)

Entendemos que o estudo do advérbio deve ser enquadrado no âmbito da sintaxe frásica porque se trata de um facto apenas observável num contexto linguístico. Não constitui nosso objectivo estudar a unidade lexical isolada, nem proceder prioritariamente ao levantamento das suas características morfológicas, mas verificar qual o comportamento que adopta no contexto em que se insere, esperando que daí resultem informações para a sua identificação enquanto classe. Ora, o contexto do advérbio tal como o entendemos – inserido na sintaxe frásica - tem sido um campo pouco contemplado pelos investigadores/linguistas. A importância a que o advérbio foi votado é variável, havendo uma certa tendência para minimizar de forma significativa a complexidade estrutural e significativa que envolve esta classe e a função sintáctica que ela desempenha na frase. Este fenómeno ocorre com alguma preponderância no seio da Sintaxe Funcional. No âmbito dos estudos gramaticais descritivos de orientação gerativista bem mais se tem feito⁵. Tal facto está, no entanto, condicionado pela existência de uma classe – “advérbio” – que é contestada pelos gramáticos funcionalistas.

«Si les grandes classes nous posent les problèmes (...), d'autres ensembles, moins centraux, pourraient conduire à mettre en doute la validité de l'effort pour faire entrer tous les monèmes d'une langue dans un nombre

⁵ Bastará para isso analisar brevemente a bibliografia. Apesar de se tratar de uma dissertação apoiada no quadro teórico da Sintaxe Funcional, existem mais títulos enquadrados na Gramática Gerativa do que na Sintaxe Funcional. Destaquemos, a título de exemplos, apenas alguns autores de orientação gerativista, tais como R. Jackendoff, R. Bartsch, G. Cinque, entre outros.

parfaitement déterminé de classes. On pense notamment à ce qu'on désigne comme les adverbes.»⁶

A. Martinet questiona a existência do advérbio enquanto classe de palavra legítima, visto que a pesquisa das suas compatibilidades sintáticas poderia conduzir,

«(...) à avoir autant de classes que d'adverbes. (...) dans ce cas, [pelo exame das compatibilidades] tendent à être celles de monèmes individuels, donc des compatibilités et incompatibilités lexicales et non plus grammaticales, ce qui rend vaine toute tentative pour établir des classes telles que nous les entendons ici.»⁷

Colocando a hipótese de que os advérbios estabelecerão tantas compatibilidades quantas as unidades que existem, fica impossibilitada a definição de uma classe. Cada monema estabelece as suas compatibilidades individualmente, não sendo possível, de acordo com A. Martinet, estabelecer um conjunto de monemas que possuam as mesmas compatibilidades. A posição assumida pelo mestre do Funcionalismo condicionou fortemente o estudo que os seus seguidores levaram a efeito no que à classe do advérbio diz respeito. Ainda hoje a classe do advérbio se reveste de algumas incertezas e dúvidas. Acreditamos, no entanto, que a determinação exercida pelo advérbio irá possibilitar o apurar de características sintáticas que nos conduzam ao estabelecimento da classe “advérbio” (cf. cap. IV, 2.).

A investigação em sintaxe funcional começa agora a desvendar novas dimensões. Novos níveis relacionais e novos domínios encontram-se, neste momento, sob a lupa dos estudiosos de língua. Os níveis de coesão intrafrásico, concretizados no nível semântico e no nível informativo, preocupam os investigadores. Depois de uma sintaxe da palavra, de uma sintaxe da frase, surge a sintaxe do enunciado, sendo este entendido como unidade mínima de comunicação. Não questionando a pertinência destes níveis de abordagem, não será este, no contexto do presente trabalho, o nosso. O trabalho situa-se claramente dentro da sintaxe frásica, focando um tipo de relação que

⁶ A. Martinet 1985b: 141.

⁷ A. Martinet 1985b: 141.

destacamos para o opor a todos os outros tipos de relação que se podem estabelecer dentro da frase. Defendemos uma sintaxe formal, na qual a análise da função, estabelecida a partir do verbo, desempenha (como num filme de Hollywood) o “papel principal”. Destaquemos três recentes publicações que se debruçam, sobre questões relacionadas com a linguística funcional. Falamos de *No rumo de uma Linguística Inacabada – Ensaio de Linguística Funcional* (2008 [2005]), e de *Typologie de la Syntaxe Connective* (2007), da autoria de C. Clairis *et alii*; mas também nos referimos à publicação de D. Costaouec e F. Guérin que, em 2007, trouxeram à luz do dia *Syntaxe Fonctionnelle*. Nestes estudos existe a clara preocupação em manter vivos os ensinamentos de A. Martinet, sem nunca perder de vista uma evolução do modo como se encara o objecto de estudo que é a língua. Partindo do quadro teórico apresentado por A. Martinet na sua *Grammaire Fonctionnelle*, as obras apresentam-se como estudos de língua em contexto, sem, no entanto,

«(...) panacher les théories ni mélanger les méthodes, sans refuser les difficultés qui surgissent en cours d'étude, sans tenter de soumettre la réalité à la théorie.»⁸

O presente trabalho segue no trilho destes estudos, apoiando-se em critérios funcionalistas de descrição linguística.

A análise do(s) conceito(s) de “advérbio(s)” enquanto classe de palavra, permitiu-nos tomar consciência da complexidade que envolve a definição das classes de palavras em geral e, desta classe, em particular. É necessário proceder ao levantamento das suas características, apoiando o estudo em critérios previamente estabelecidos. Gramaticalmente não existe uma explicação satisfatória do que é o advérbio, ou do que são os advérbios, pois «O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo.» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 537) Nesta definição não dispomos de uma explicação sobre qual a sua função sintáctica na frase, mas apenas sobre a repercussão semântica que tem sobre os outros elementos. Trata-se, portanto, de uma informação semântica sobre esta classe. Por outro lado, deve-se

⁸ D. Costaouec, F. Guérin 2007: 15.

averiguar o que é o advérbio quando ele não é «fundamentalmente». O conceito de “modificador” utilizado por C. Cunha e L. Cintra, em 1987, foi um termo que se consagrou no estudo linguístico gramatical, nomeadamente em M. Mateus *et alii* 2003, substituindo progressivamente o conceito de “circunstante”. Voltaremos a debruçar-nos sobre este assunto um pouco mais à frente (cf. cap. II, pp. 143-148).

Com a análise do funcionamento dos advérbios pretendemos, em primeiro lugar, reflectir sobre algumas das propostas apresentadas por diversos gramáticos e linguistas para identificação das estruturas que incluem o advérbio na sua formação e que, como pudemos verificar, podem assumir em relação ao verbo não só funções / estatutos sintácticos próprios de um circunstante, como também de um argumento. Numa segunda fase, intentamos estabelecer alguns paradigmas sobre a relação verbo/advérbio com base na análise do *corpus* que recolhemos. Nem sempre teremos chegado a conclusões definitivas quanto ao estabelecimento desses paradigmas, pois foi com algumas hesitações que os conseguimos delimitar. Tal foi exequível através do emprego de critérios de ordem sintáctica, tendo em conta o comportamento dos advérbios em função *circunstancial* (FC) com estatuto sintáctico de argumento e o dos advérbios em FC com estatuto sintáctico de circunstante. Colateralmente, procuraremos definir esta função que é própria do advérbio e classificá-la, de acordo com critérios de ordem funcional.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Toda a ciência deve possuir um conjunto de princípios que servirão de guias para qualquer análise científica rigorosa. Seleccionar um quadro teórico, hoje, em linguística, não se apresenta tarefa fácil, quer pela existência de um grande número de teorias, quer pela necessidade de se promover a adequação entre objecto, método e a própria teoria. Com efeito, a escolha do pensamento linguístico a partir do qual se analisa o objecto de estudo irá, inevitavelmente, influenciar qualquer análise que se pretenda concretizar. Sendo esse objecto complexo, comporta características diferentes a vários níveis, revelando cada um destes níveis uma hierarquia de valores. A prática linguística que é nossa intenção realizar será baseada na generalidade, na simplicidade, na coerência, na objectividade e na exaustividade, princípios que guiarão sempre os procedimentos descritivos e explicativos. A generalidade permitir-nos-á precisar as características particulares de uma língua, ao mesmo tempo que daí será retirado aquilo que de comum existe entre várias línguas. A simplicidade obrigar-nos-á a trabalhar com um número limitado de conceitos operatórios. A coerência interna ser-nos-á possibilitada pelo uso de um mesmo princípio: a pertinência comunicativa. A exaustividade permitir-nos-á a análise de um número significativo de dados. Finalmente, a capacidade descritiva e explicativa resultará da conjugação de todos os princípios anteriormente expostos.

Actualmente, nos estudos linguísticos, poderemos identificar duas perspectivas diferentes para se estudar o fenómeno da linguagem: uma perspectiva formal e uma perspectiva funcional. Estas perspectivas diferem em relação a dois pontos fundamentais. Numa primeira instância, o vocabulário descritivo é aceite como primitivo. Por outro lado, defende-se que a forma da língua está determinada pelo uso que os falantes dela fazem⁹. Não pretendemos agora opor estas duas

⁹ Segundo Mary A. KATO (1998), no seu artigo disponibilizado *online*, o léxico estará enquadrado nas categorias formais, enquanto a sua descrição pertencerá ao âmbito da semântica e da pragmática. O segundo aspecto prende-se com um postulado assumido pelos

perspectivas, sobejamente diferenciadas e amplamente discutidas por investigadores das teorias linguísticas. O conceito de “funcionalismo” é frequentemente entendido como uma abordagem única, uniforme em linguística. Tal pressuposto não poderia estar mais errado, uma vez que duas grandes vertentes, a vertente Europeia e a vertente Norte-Americana, e, dentro destas, várias correntes, se podem identificar.

Os primeiros linguistas que chamaram a atenção para a necessidade de uma abordagem funcional foram os fonologistas da Escola de Praga. Devido à sua aplicação inicial à Fonologia e à Morfologia, o Estruturalismo Europeu demorou algum tempo em produzir trabalhos que versassem a sintaxe. Poderemos identificar como o primeiro grande trabalho em sintaxe de relações, de cuja influência beneficia o presente trabalho, a obra *Élèments de syntaxe structurale* de Lucien Tesnière, publicado postumamente em 1959. Os anos 60 viram surgir desenvolvimentos no Estruturalismo Europeu. Temos assim linguísticas que derivam directamente da Escola de Praga, como a(s) de František Daneš¹⁰ e Jacqueline Fontaine¹¹. A Linguística funcional de André Martinet¹² é uma referência incortonável; a Linguística Sistémico-Funcional tem como seu primeiro representante M. A. K. Halliday¹³. A Gramática Funcional está representada por S. C. Dik¹⁴. A linguística funcional espanhola fornece-nos pensadores tão importantes como Emilio Alarcos, Salvador Gutiérrez e Guillermo Rojo¹⁵, só para citar

funcionalistas, mas negado pelos formalistas e pelo Programa Minimalista: a forma da língua é determinada pelo uso que dela se faz. Cf. Mary A. KATO (1998) – “Formas de Funcionalismo na sintaxe”, *Delta (online)*, Vol. 14. Cf. igualmente R. Jackendoff 2001: 34-37.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, o trabalho de František Daneš de 1987 – “On Prague School. Functionalism in Linguistics”, in René Dirven & Vilém Fried (eds.), *Functionalism in Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins, p. 3-38.

¹¹ Veja-se, também o trabalho de Jacqueline Fontaine (1974) – *Le Cercle Linguistique de Prague*. Tours, Maison Mame.

¹² Não daremos neste momento qualquer título representativo, mas remetemos para a bibliografia desta dissertação, onde se encontram todas as obras de André Martinet consideradas pertinentes para o estudo em causa.

¹³ Citaremos apenas dois títulos de entre a vasta obra de M.A.K. Halliday sobre a Linguística Sistémico-Funcional, por considerarmos que se tratam, talvez, dos mais emblemáticos da sua teoria. M.A.K. Halliday (1973) – *Explorations in the functions of language*. London, Edward Arnold. M.A.K. Halliday (1994) – *An Introduction to Functional Grammar*. London, Edward Arnold.

¹⁴ Da vasta obra representativa do pensamento de S.C. Dik destacamos dois trabalhos, o primeiro mostra as suas primeiras abordagens e o segundo a sua teoria plenamente desenvolvida. S. C. Dik, “Some principles of functional grammar”, René Dirven & Vilém Fried (eds.) – *Functionalism in Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins, p. 81-100; S. C. Dik (1983) – *Advances in Functional Grammar*, Dordrecht, Foris.

¹⁵ Destacamos de entre a vasta bibliografia dos três autores espanhóis os seguintes títulos, por os considerarmos de grande importância para o desenvolvimento do pensamento linguístico: Emilio Alarcos Llorach (1979) – *Estudios de gramática funcional del español*, Madrid, Gredos; Salvador Gutiérrez Ordoñez (1997) – *Principios de sintaxis funcional*. Madrid, Arco/Libros; Guillermo Rojo & Tomás Jiménez Juliá (1989) – *Fundamentos del análisis sintáctico funcional*. Universidade de Santiago de Compostela.

alguns dos grandes nomes de investigadores em linguística, cujos contributos foram, de um ou outro modo, úteis para o nosso trabalho. Na vertente Norte-Americana encontramos ainda a *Role and Reference Grammar* de Robert Van Valin Jr.¹⁶, a Linguística Tipológico-funcional cujo representante é Talmy Givón¹⁷, a Linguística Funcional Cognitiva de George Lakoff¹⁸ e Ronald Langacker¹⁹, são alguns dos exemplos de estudos empreendidos e de linguistas cujas investigações também desmentem o princípio da uniformidade do funcionalismo.

Pode-se dizer que actualmente todos os funcionalistas admitem a existência de funções em vários níveis, embora não exista perfeita concordância entre eles, quanto a esses níveis. Existe sim um consenso em relação às funções directamente ligadas ao fenómeno da ordem gramatical, a saber:

1. Funções gramaticais, identificadas por critérios sintácticos (por exemplo: sujeito e complemento)
2. Funções semânticas, representativas das entidades envolvidas no estado de coisas expresso pela frase (por exemplo: agente e paciente)
3. Funções textuais, que correspondem a processos específicos de distribuição da informação (por exemplo: tópico ou foco²⁰)

As abordagens que destas funções derivam terão de ser substancialmente diferentes e os resultados elas decorrentes serão, como é evidente, diversos.

Tradicionalmente, a sintaxe constitui-se como uma disciplina da gramática e as duas áreas disciplinares chegam mesmo a confundir-se. As definições que existem do conceito de sintaxe são em número muito elevado; diferem de acordo com as épocas e as correntes de pensamento adoptadas pelos seus autores. Os contributos dos diversos estudiosos, apesar de tantas vezes díspares, são de grande relevo e

¹⁶ Robert Van Valin & Randy J. LaPolla (1997) – *Syntax. Structure, Meaning and Function*, Cambridge University Press.

¹⁷ T. Givón (1995) – *Functionalism and grammar*, Amsterdam, John Benjamins, 1995.

¹⁸ George Lakoff (1987) – *Women, Fire and Dangerous Things. What categories reveal about the mind*, University of Chicago Press.

¹⁹ Ronald W. Langacker (1987-1991) – *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I: *Theoretical Prerequisites* (1987); Vol. II: *Descriptive Application* (1991), Stanford University Press.

²⁰ Não podemos deixar de mencionar que as funções de tópico e de foco, acima identificadas como funções pertencentes ao domínio do texto, também podem actuar ao nível da frase. Cf. S. Gutiérrez 1997b: 93-122.

sem eles a sintaxe não seria a disciplina científica e rigorosa que é hoje, facto reconhecido por S. Gutiérrez quando reflecte sobre os estudos anteriores de sintaxe relacionados com a gramática tradicional.

«Ofrece valiosísimas aportaciones y observaciones para el conocimiento de cómo se comportan las unidades significativas en su combinatoria. Sus bases metodológicas eran, sin embargo, algo endebles. No se determinaban con precisión los presupuestos, los niveles, las relaciones y funciones, las perspectivas. Faltaba, a veces, coherencia; se mezclaban estratos y no había homogeneidad de criterios.»²¹

Essa falta de precisão inicial levou, no entanto, à construção das bases que permitiram o crescimento da sintaxe enquanto ciência.

À vertente sintáctica interessam as relações intra-sintagmáticas, isto é, o tipo de relações funcionais que os sintagmas estabelecem entre si. Se se aceitar este postulado, terá que se reconhecer como unidade básica da sintaxe o sintagma (cf. definição de sintagma proposta *infra*, p. 23). Esta unidade sintagmática não pode ser vista como uma mera associação de palavras, mas antes como uma estrutura na qual se definem relações de dependência. A sintaxe frásica terá que se preocupar pois, fundamentalmente com a independência, dependência ou interdependência dos elementos estudados, considerando sempre a existência de um núcleo ao qual se juntam elementos que dele dependem.

Enquanto que a gramática tradicional se preocupou mais com a palavra, a sua morfologia e as suas classificações, a sintaxe optou por desenvolver os aspectos directamente ligados às relações – falamos, evidentemente, de uma sintaxe dependencial, mais precisamente *funcional*, que é, em essência, uma *sintaxe da frase*. Tendo em conta estes pressupostos, o presente trabalho recuperará alguns contributos da sintaxe [tradicional] que se reportam à função circunstancial e à categoria específica do advérbio, revendo-os à luz dos princípios dessa mesma sintaxe (cf. caps. I e II).

²¹ S. Gutiérrez 1997b: 25.

De acordo com uma definição de base, indiscutível no quadro do funcionalismo, A. Martinet considera que a sintaxe trata das combinações das unidades significativas na frase. Acreditamos que, complementarmente, se pode estabelecer uma ponte com o modelo de Robert Van Valin, segundo o qual a única parte verdadeiramente universal da frase é o seu núcleo.

Como referiu M. Halliday, a gramática funcional concentra a sua atenção nos utentes da língua e nos usos que eles dela fazem. Desta forma, ao contextualizar os factos gramaticais na situação de fala que os originou, a gramática funcional de M. Halliday toma como ponto de partida as significações das expressões linguísticas, verificando como estas se codificam gramaticalmente. A língua existe não porque dispõe de uma estrutura, mas sim porque a sua estrutura existe em virtude da necessidade de cumprir certas funções. A correlação não biunívoca entre funções e estruturas explica a natural heterogeneidade das línguas. As funções sintácticas estruturam o modo como a linguagem restitui a experiência exprimida e comunicada e organizam o significado que as frases devem transmitir. O modelo de M. Halliday dá importância à dimensão cognitivo-sociocultural, visto que o seu objecto é o discurso/texto. A gramática funcional de Halliday está desenhada para dar conta de como se usa a linguagem em contexto, pelo que cada elemento só poderá ser explicado pela função que ocupa no conjunto do sistema linguístico.

«Function will be interpreted not just as the use of language but as a fundamental property of language itself, something that is basic to the evolution of the semantic system. This amounts to saying that the organization of every natural language is to be explained in terms of a functional theory.»²²

Pode, pois, dizer-se que é em torno do conceito de “função” que se movem as diferentes escolas funcionalistas, embora este conceito seja depois adaptado por cada investigador de forma diversa.

²² M. Halliday & Hasan 1985: 17.

A linguística funcional, na perspectiva de A. Martinet, vem defender que a sintaxe se baseia no facto de o homem utilizar a língua para comunicar. A sintaxe será,

«(...) l'examen de tout ce qui permet de restituer le sens global du message à partir de la succession des monèmes.»²³

«(...) l'examen de la façon dont peuvent être exprimés des rapports existant dans l'expérience qui fait l'objet de la communication et que l'analyse en unités linguistiques et les contraintes imposées par la linearité du discours pourraient tendre à oblitérer. On trouve donc bien (...) une conception fonctionnelle de la recherche linguistique.»²⁴

De acordo com esta perspectiva, a sintaxe ocupar-se-á de todas as relações entre as unidades significativas. A compreensão de como a língua funciona sincronicamente será condicionada por dois factores: a morfologia e a sintaxe. Efectivamente, A. Martinet integra a morfologia no capítulo da sintaxe, defendendo a supremacia da segunda sobre a primeira.

«A morfologia consiste, pois, nos resíduos, ou melhor, no exame dos resíduos deixados na língua pela satisfação imperfeita das necessidades contraditórias (...).»²⁵

O estatuto de resíduo não é, por si só, muito abonatório para a morfologia, pois relega-a para um segundo plano, numa dimensão inferior à da sintaxe. A sintaxe constitui, pois, aquilo que é fundamental para as unidades significativas.

«A sintaxe é como se passa da linearidade do texto para a globalidade do sentido. (...) Nada é mais diferente que a morfologia e a sintaxe – de um lado estão os resíduos, do outro a vida.»²⁶

²³ A. Martinet 1979: 153.

²⁴ A. Martinet 1985b: 17.

²⁵ A. Martinet 1995: 56.

²⁶ A. Martinet 1995: 56.

Tudo no pensamento de A. Martinet nos impulsiona para o afastamento do conceito de morfossintaxe. Se de um lado temos a vida, do outro temos aquilo que fica depois da vida. É evidente que com isto não queremos dizer que se deva banir a morfologia da análise linguística. Estas ideias são defendidas no recente livro de C. Clairis, *No rumo de uma Linguística Inacabada*.

«A especificidade da sintaxe, por um lado em relação à semântica e à pragmática, por outro em relação à morfologia, manifesta-se através de **processos linguísticos** que servem para indicar relações das unidades entre si.»²⁷

A sintaxe funcional é considerada por estes autores como autónoma em relação às disciplinas linguísticas *supra* mencionadas, e será a ênfase colocada nos **processos**, o que permitirá confirmar a sua autonomia: «(...) a identificação dos processos linguísticos que indicam as relações das unidades entre si.» (C. Clairis 2008: 72) será, pois, o objectivo principal da sintaxe funcional. A sintaxe não é concebida como uma mera combinatória de unidades significativas, «(...) mas como um programa que permite estabelecer relações entre unidades significativas, por forma a que a mensagem corresponda à experiência que desejamos comunicar.» (C. Clairis 2008: 72)

É, assim, lógico, interrogarmo-nos, então, sobre o papel da morfologia, em relação ao da sintaxe.

«Rien ne nous empêche, dans ces conditions, de définir la morphologie comme l'étude des modifications qui subissent les signifiants de certains monèmes dans différents contextes; les amalgames représentent simplement un type particulier de modification formelle. Le classement des monèmes sur la base des contextes où ils apparaissent, ou, ce qui n'en est pas que le premier temps, l'examen de leurs latitudes combinatoires, peut être désigné comme la syntaxe.»²⁸

Assim, de acordo com J. M. Barbosa, a morfologia tem desempenhado, na área da linguística, um papel desproporcionado, em

²⁷ C. Clairis 2008: 76.

²⁸ A. Martinet 2001: 384.

relação à sua importância real. E isto acontece porque, na perspectiva do autor, se acredita que as línguas reflectem o mundo tal e qual como ele é. Esta importância exagerada da morfologia na sua constituição advém das tentativas de caracterização tipológica das línguas elaboradas, sempre, a partir dos traços morfológicos. Desta forma, é preciso colocar a morfologia no seu devido lugar: importante, mas sempre em conjugação com um factor mais pertinente – a sintaxe. Efectivamente, tomamos como nossas as palavras de C. Tatilon:

«(...) it should be made perfectly clear that in syntax we operate only with classes, the only individual monemes that have a right to figure there being connectives, each of which is being in position to represent one of the base syntactic units: the grammatical functions.»²⁹

Face ao objecto de estudo em causa, o advérbio e o funcionamento sintáctico da sua função privilegiada, a que chamaremos função *circunstancial* (FC), torna-se um imperativo optar por uma orientação teórica e metodológica, o que se traduz na selecção de uma determinada corrente linguística: a Linguística Funcional. Nesta escola a pertinência analítica foi delineada por um dos seus primeiros, e principais, mentores, A. Martinet, ao afirmar: «Em linguística funcional, consideramos que a pertinência é a pertinência comunicativa.» (A. Martinet 1995: 59) A trave mestra, neste estudo, será precisamente essa: a língua enquanto instrumento de comunicação, a língua no seu uso diário. No entanto, outras pertinências poderiam ter sido adoptadas. Efectivamente, legítima seria a pergunta: “Porquê a escolha desta pertinência, deste ponto de vista, e não de outro qualquer? Só esta pertinência será a correcta?” A opção de A. Martinet pela pertinência comunicativa poderá ter sido puramente arbitrária, mas esta foi uma arbitrariedade baseada na experiência.

«Decidimos arbitrariamente que o que nos interessaria seria a pertinência comunicativa apenas porque, por experiência, sabemos ser ela que determina o funcionamento da língua e a sua evolução.»³⁰

²⁹ C. Tatilon 2001: 399.

³⁰ A. Martinet 1995: 59.

O principal objectivo da existência da linguagem é a comunicação entre os seres humanos. Utilizamos a língua para comunicar, utilizamos a língua para entrar em contacto com os nossos semelhantes, utilizamos a língua como meio de sobrevivência da espécie e, assim sendo, o seu estudo não deverá ignorar tais factores. Segundo J. M. Barbosa a pertinência tem na teoria de A. Martinet, uma importância fulcral.

«Parmi les principes fondamentaux de sa doctrine, on situera à un autre niveau le principe de la pertinence, celle-ci étant entendue par rapport à la communication. N'est pertinent que ce qui fait l'objet d'un choix, autrement dit ce qui produit un effet de sens découlant d'un tel choix, celui-ci étant vérifiable au moyen de la commutation. Il en résulte que, pour pouvoir être considéré comme proprement linguistique, tout trait doit avoir une manifestation formelle qui ne soit pas impliquée par les avatars de la morphologie ou par le contexte. Je vois dans cette exigence l'un des apports les plus féconds de la pensée d'André Martinet à la description des langues.»³¹

O ser humano analisa a experiência de forma a comunicá-la, e essa análise, terá que ser feita consoante a função dos recursos da língua. Este princípio mantém-se inalterado até hoje, fazendo a ponte de ligação com a orientação seguida pelo nosso estudo: a sintaxe.

«Não concebemos a sintaxe como uma combinatória, mas como um programa que permite estabelecer relações entre unidades significativas, por forma a que a mensagem corresponda à experiência que desejamos comunicar.»³²

Um estudo de uma função sintáctica, neste caso apenas uma, mas cujas premissas admitem uma generalização às outras funções, só poderá seguir tais postulados (cf. cap. I, 4.1). No entanto, «être martinetien», para utilizar uma expressão de J. M. Barbosa, não significa estar fechado a todas as outras correntes de pensamento linguístico.

³¹ J. M. Barbosa 2001-1: 116-117.

³² C. Clairis 2008: 76.

«Être martinétien veut dire que l'on accepte une certaine façon d'envisager les langues et de concevoir la linguistique et que l'on procède en conséquence. Et procéder en conséquence veut dire que l'on a le courage de rester fidèle aux principes fondateurs de sa doctrine: double articulation, pertinence communicative, manifestation formelle indispensable pour qu'un fait soit considéré comme relevant du domaine de la linguistique.»³³

Este estudo identifica-se com estes princípios fundamentais. São eles que nos mantêm no rumo traçado. É evidente que estaremos abertos a outras formas de análise do problema, pois se «(...) la linguistique générative découvrirait un fait qu'on jugerait important et auquel on n'aurait pas prêté attention, on devrait en prendre acte et le réinterpréter, si possible, en termes fonctionnalistes.» (J. M. Barbosa 2001-1: 122)

O nosso estudo não poderá ignorar o papel da morfologia, mas será a sintaxe a nossa prioridade. O advérbio, unidade morfológica, é a unidade preferencialmente escolhida para o desempenho da função sintáctica em estudo. Faremos referência a outras unidades significativas, ou conjuntos de unidades significativas, que possam desempenhar o papel sintáctico em apreço, quando se afigurar pertinente. Segundo A. Martinet o problema central que deve ocupar a mente do estudioso de sintaxe será o descobrir e inventariar todas as possíveis formas de expressar a função de um dado segmento linguístico. No entanto, tal levaria a que a dimensão do trabalho fosse bastante maior, o que nem o tempo disponível, nem os objectivos inicialmente traçados, permitiriam.

«La syntaxe étudie, bien entendu, tous les rapports, qu'ils soient de détermination (par exemple, rapport du monème de pluriel au substantif) ou de coordination, qu'ils établissent entre des “mots” différents ou des éléments d'un même “mot”.»³⁴

³³ J. M. Barbosa 2001: 123.

³⁴ A. Martinet 1975: 144.

A mesma perspectiva é partilhada por C. Tatilon quando defende que a sintaxe terá como objectivo investigar as diferentes funções; no entanto, nem todas as funções foram (e continuam a ser) tratadas da mesma forma.

«Traditionally the only grammatical functions that are treated at any length are the statistically frequent one as, for instance, the subject function which is, as it were by definition, present in all self-sustaining utterances.»³⁵

Funções, como a que este estudo se propõe abordar são as mais esquecidas.

«Although I am convinced that all grammatical functions should be given their share of attention, it cannot be denied that, the world and mankind being what they are, the functions involving the participants of an action are more decisive than circumstantial ones when it comes to characterizing the syntactic core of the language.»³⁶

De acordo com C. Tatilon há funções que têm merecido, por parte de gramáticos e linguistas, uma atenção superior em relação a outras funções da estrutura sintáctica. Claro que as funções “privilegiadas” têm sido aquelas que se situam na zona do núcleo, ou seja, próximas e directamente ligadas ao núcleo verbal (NV), sustentáculo da frase. O sujeito, o complemento directo, o complemento indirecto têm sido sistematizados e caracterizados através do emprego de critérios sintácticos. O sujeito, por exemplo, será o espaço funcional com capacidade para ser ocupado por um substantivo ou por um pronome pessoal em função sujeito; não pode ser retirado da estrutura frásica sem nele deixar um pronome pessoal que ocupe o seu espaço. O mesmo não se passa com as funções mais afastadas da zona nuclear, pois «(...) the participants of an action are more decisive than circumstantial ones (...).» (C. Tatilon 2001: 395) O advérbio e a função sintáctica por ele assumida situa-se preferencialmente na zona periférica: o afastamento em relação ao NV, o facto de não deixar qualquer rasto da sua presença quando se procede à comutação por zero, a sua mobilidade, a sua mutabilidade, diríamos mesmo, tornam a

³⁵ C. Tatilon 2001: 394.

³⁶ C. Tatilon 2001: 395.

sua caracterização sintáctica de difícil alcance. Será, no entanto, esta função sintáctica e o seu preenchimento por classe de palavra “advérbio” que nos irão ocupar. A sua caracterização sintáctica é, para nós, uma prioridade e só acessoriamente daremos relevância à morfologia e à semântica.

No âmbito do nosso trabalho articula-se a vertente descritiva com a vertente explicativa, tendo sempre como premissa que as línguas constituem instrumentos de comunicação, usados por falantes concretos, em coordenadas espaciotemporal determinadas, com intenções comunicativas específicas. Como defendia Karl Popper não existe teoria científica que não seja falseável. É um facto de que precisamos estar conscientes. Não defendemos uma total subserviência à teoria funcionalista, mas é nela que nos apoiamos para o nosso estudo. Sempre que se tornar necessário outras visões teóricas serão adicionadas aos princípios funcionalistas. Tudo no interesse de um estudo o mais cientificamente comprovável possível.

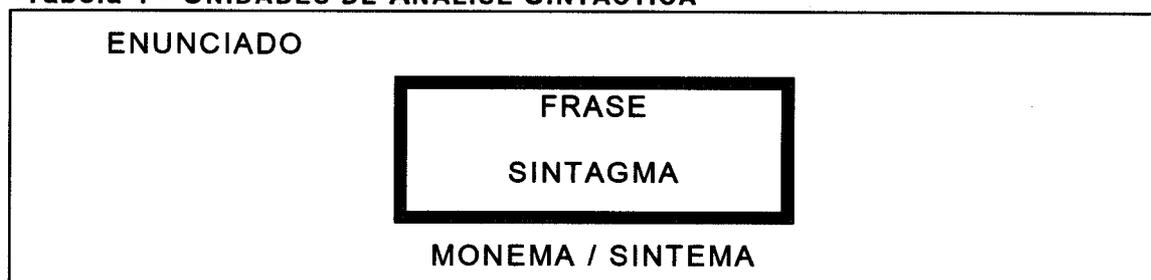
Importante será também esclarecer que este trabalho se situa no domínio da sincronia actual, sendo seu objectivo investigar e explicar o comportamento sintáctico de um tipo particular de funcionamento num determinado sistema linguístico – o do Português Europeu em inícios do século XXI. De destacar o facto de que a sincronia não deve ser concebida como algo estático pois, à modificação lenta, mas progressiva, da sociedade, corresponde uma modificação também lenta e progressiva da língua dessa sociedade. Todas as línguas se encontram em renovação constante, logo quando se procede ao seu estudo «A imagem que se dá de uma língua não deve trair nunca [a sua] dinâmica permanente.» (A. Martinet 1995: 10) Não se deverá esquecer que a língua é, sobretudo, uma actividade, um processo e não um produto³⁷. Adoptando a visão de A. Martinet, diremos que este estudo se situa no domínio da sincronia dinâmica³⁸. Na sincronia dinâmica isolam-se os traços divergentes, dos quais finalmente nos abstrairemos para encontrar um sistema médio.

³⁷ Cf. A. Martinet 1995: 41.

³⁸ Cf. A. Martinet 1995: 84-85.

Sendo uma língua um sistema de estruturas que estabelecem relações entre si importará determinar quais as unidades que são do domínio da análise sintáctica. Observe-se o seguinte esquema adaptado de C. Hernández:

Tabela 1 - UNIDADES DE ANÁLISE SINTÁCTICA³⁹



A frase, enquanto esquema funcional, deverá ser entendida como uma organização sintáctica, isto é, um macro-sintagma que poderá vir a ser preenchido por unidades da língua e proferida numa situação concreta, momento em que passa a ser enunciado. Este segmento, o enunciado, pode perfeitamente coincidir com a frase actualizada, a frase utilizada pelo sujeito falante numa situação de enunciação específica. O enunciado constitui-se, deste modo, como uma unidade discursiva a ser analisada no âmbito da semântica e da pragmática. Assim, optámos por colocar como unidades do domínio da análise sintáctica apenas o sintagma, enquadrado na frase. Quanto ao monema / sintema (unidade mínima significativa, no primeiro caso, e combinatória de monemas não susceptível de segmentação, no segundo), enquanto unidades da morfologia, só quando se combinam formando o sintagma, isto é, quando adquirem um estatuto sintáctico no âmbito de uma frase específica, passam a estar no campo da sintaxe.

O sintagma será sempre o conjunto de dois ou mais monemas, unidades significativas mínimas, unidos por uma relação de determinação (cf. *infra*, pp. 27-28), ou, em casos especiais, um monema que estabelece essa relação ao nível da função. Ou seja, neste estudo, tomaremos em conta o monema apenas enquanto unidade capaz de

³⁹ Cf. C. Hernández 1984: 37. C. Hernández distingue mais unidades, da maior para a mais pequena: Diálogo, Monólogo, Parágrafo, Oração, Nexus (SN+SV), Sintagma, Palavra, Morfema e Fonema. A versão apresentada elimina todos os elementos que, de um ponto de vista funcional, parecem dispensáveis, centrando-se naqueles que estão na base da construção sintáctica: monema, sintema e sintagma.

assumir uma função sintáctica, o que o tornará sintagma. Constitui portanto nosso objectivo esclarecer se a classe “advérbio” é, ou não, capaz de preencher um espaço sintáctico específico, o que equivale a estabelecer por si uma relação e, eventualmente, desempenhar uma função. Mais explicitamente: se o monema/sintema funcionar de forma autónoma sem apresentar necessidade (sintáctica) de conector, então terá cumprido uma das condições essenciais para formar uma classe, que é a de estabelecer compatibilidades, isto é, a de assumir um comportamento específico e característico na frase, sustentando um determinado tipo de relação frásica com os outros elementos. Uma segunda condição para o estabelecimento da classe “advérbio”, eventualmente mais difícil de definir, como veremos, será a de o fazer de forma exclusiva (Cf. cap. IV, 2.).

Um modelo, independentemente da sua natureza descritiva e/ou explicativa, exige sustentáculos teóricos que a teoria linguística há muito consagrou em correntes de ordem diversa. Conceitos de sintaxe tão elementares como, por exemplo, o de sintagma, frase, relação sintáctica, função ou determinação, já foram amplamente definidos por eminentes investigadores, teóricos e linguistas. Seja qual for a corrente em causa, a sintaxe é sempre entendida como um estudo de ligações, combinações ou relações. Na óptica funcionalista, «*appartient à la syntaxe l'examen de la façon dont les unités linguistiques douées de sens se combinent, dans la chaîne parlée, pour former des énoncés.*» (A. Martinet 1985b: 13) Deste ponto de vista, reiteramos que a sintaxe deverá ser encarada como sendo, fundamentalmente, de carácter frásico. Assim, a unidade superior de análise será constituída pela estrutura sintagmática. Nesta, torna-se fundamental proceder à distinção entre relações, funções sintácticas e functivos concretos que, preenchendo os espaços estabelecidos a partir das funções, permitem a sua identificação.

Uma função pode estabelecer entre elementos de uma frase o mesmo tipo de relação, independentemente do facto de poder ser desempenhada por unidades ou conjuntos de unidades diferentes, isto é, por functivos concretos.

«Os significados dos monemas desenvolvem-se no eixo paradigmático por contraste com outros monemas e, em termos estritamente saussurianos, podem ser designados como *valores*.»⁴⁰

As funções têm apenas como sentido a indicação de um tipo particular de operação de relacionamento entre dois monemas, o que significa que nenhuma função terá sentido próprio comparável ao dos próprios monemas, enquanto unidades concretas (functivos), ainda que tenha um significado próprio.

«A significação que se obtém como resultado da execução da operação indicada por uma função dependerá sempre do contexto, isto é, dos valores dos monemas que entram na hierarquia sintagmática da frase (...).»⁴¹

O functivo deverá ser entendido como a unidade significativa mínima que se destaca do plano paradigmático, para se inserir no eixo sintagmático, adquirindo, desta forma, uma função e um sentido. A função preenchida pelo functivo não pode ter conteúdo nulo, o que deriva do facto de o próprio monema, que se actualiza em functivo, não ter significado nulo. O monema é obrigatoriamente constituído por duas faces: significante e significado, e não se pode prescindir de qualquer uma delas, sob pena de o monema deixar de existir enquanto monema.

A. Martinet considera que as funções gramaticais são unidades da língua, tal como o são os monemas, «Elles ont, comme eux, un sens et une forme identifiables.» (A. Martinet 1979: 154) O autor coloca na questão da forma uma ênfase muito grande, defendendo que o que é fundamental não é o lado material da expressão de uma relação, mas a existência de uma relação formalmente marcada⁴². Consequentemente, o linguista terá que procurar a relação que dois elementos estabelecem entre si, «(...) et non une façon de se comporter d'un élément.» (A. Martinet 1979: 155) A. Martinet conclui que é preciso tratar o valor de uma função, dando o linguista atenção não aos elementos que entram na relação, mas à ligação que esses elementos estabelecem entre si. E

⁴⁰ C. Clairis 2008: 82.

⁴¹ C. Clairis 2008: 82.

⁴² Cf. A. Martinet 1979: 155.

aqui encontramos a base de trabalho de toda a sintaxe funcionalista. É A. Martinet que nos fornece os postulados gerais que nos permitem, depois, a sua aplicação às funções particulares. Parece-nos fundamental destacar que o que em sintaxe se procura não são as unidades em si, mas as relações que essas unidades estabelecem na cadeia falada.

«(...) on parle de “fonctions” là où un noyau donné peut recevoir divers types de déterminants appartenant à la même classe dont la relation au noyau est marquée, pour chacun, par un trait formel distinct.»⁴³

Uma sintaxe assim considerada constitui um estudo fundamentado em unidades significativas⁴⁴. C. Clairis precisa este tópico, advertindo que «(...) mais vale, para permanecermos fiéis à tradição saussuriana, falar em “valor” apenas quando se trata de monemas e utilizar o termo “conteúdo das funções” a respeito destas últimas.» (C. Clairis 2008: 85) O conteúdo das funções será o sentido que cada monema adquire no contexto em que é inserido; tornando-se functivo preenche uma função; estando esta função preenchida formalmente é também obrigatoriamente dotado de um determinado “conteúdo”.

A linearidade da estrutura sintagmática obedece a uma organização interna de carácter hierárquico, com um núcleo e suas expansões. É o núcleo que preside às relações de toda a construção. As chamadas expansões não são mais do que membros subordinados, determinantes, complementos do núcleo.

Ao linguista competirá analisar «(...) comment va pouvoir être identifié le rôle que joue chaque monème dans cet ensemble, ou, ce qui revient au même, ses relations avec ses voisins.» (A. Martinet 1985b: 159) Queremos, com isto, defender que nem todas as relações constituem funções, mas todas as funções são obrigatoriamente relações.

«Las funciones vienen a ser el conjunto de interrelaciones que unos elementos guardan con otros

⁴³ A. Martinet 1979: 156.

⁴⁴ Cf. M. Santos 2003: 57.



dentro de un sistema para formar una estructura. Y como la lengua es un sistema de estructuras, parece obvio que tal concepto sea esencial y distintivo de los elementos lingüísticos operativos.»⁴⁵

Como defende C. Hernández, o conceito de “função”, ou “funções” que se estabelecem numa estrutura são conceitos operatórios fundamentais no estudo da sintaxe. Podemos, pois, dizer com propriedade que a sintaxe é, também e fundamentalmente, um estudo de funções, o que justifica que a sintaxe constitua um domínio privilegiado em qualquer corrente funcionalista. A prioridade dada à sintaxe justifica-se pelo facto de que a interpretação de uma mensagem pressupõe a interpretação das relações sintácticas entre os seus elementos. Assim, antes que exista sentido tem que existir identidade sintáctica, a qual possibilita a construção do sentido.

A. Martinet considera que as relações de determinação resultam em relações de subordinação onde o elemento subordinante é determinado pelo subordinado. Concebendo o verbo como o núcleo, tal como também o concebeu Van Valin (cf. *supra* p. 14), em torno do qual se ordenam as relações sintácticas da frase, caberá distinguir as funções dos vários “complementos verbais”. A função de uma determinada unidade linguística corresponde à relação que essa unidade estabelece com o resto do enunciado. O conceito de função sintáctica evoluiu para um plano em que se colocam em destaque as relações sintácticas estabelecidas num enunciado⁴⁶.

«Function is, of course, a purely linguistic concept. In other words, function exists only in so far as it is expressed somehow in the utterance.»⁴⁷

O termo função, em Martinet, fica restringido a uma relação de sentido (d direcção) único que se estabelece do determinante para o determinado. Desta forma, podemos defender que um monema determina outro quando a sua presença ou ausência depende do

⁴⁵ C. Hernández 1984: 26.

⁴⁶ O conceito de função foi apresentando modificações à medida que o pensamento linguístico de A. Martinet se desenvolvia. Para uma mais precisa informação sobre o assunto, consultar G. Rojo (1981) – “La evolución del concepto de función sintáctica en André Martinet”. *Verba, Anuário Galego de Filoloxía*, vol. 8, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 5-47.

⁴⁷ A. Martinet 1975: 104.

primeiro. O determinante é sempre marginal, dispensável. O determinado é essencial.

«L’élément non omissible est plus central que l’élément omissible, ce qui explique que, lorsque le déterminé s’impose en priorité à l’attention, on le désigne comme le noyau.»⁴⁸

De acordo com A. Martinet, será a relação de determinação que permitirá o traçar das relações hierárquicas na frase. Haverá, no entanto, que distinguir dois tipos de determinação. Por um lado, temos a determinação intra-sintagmática, no qual o advérbio, inserido num determinado sintagma, determina uma unidade interna do sintagma, por outro, encontramos a determinação inter-sintagmática, exercendo o advérbio a sua determinação de sintagma para sintagma. Julgamos que a relação sintáctica em causa terá um papel fundamental para o apuramento da classe de palavra que tratamos.

Na perspectiva de A. Martinet o conceito de subordinação abrange os mesmos fenómenos que os de determinação.

«Só difere o ponto de vista: um elemento subordinado é um determinante. Um monema determinado, que é aquele de que depende um elemento subordinado, designa-se muitas vezes por um NÓ, cujo determinante (ou seja, o elemento que lhe é subordinado) deve considerar-se como um SATÉLITE.»⁴⁹

«A determinação, com efeito, é a operação fundamental de toda e qualquer sintaxe.» (C. Clairis 2008: 77) O conceito de determinação traz consigo um outro conceito fundamental para a sintaxe funcional: a hierarquia. A determinação faz com que consigamos estabelecer níveis hierárquicos numa estrutura sintáctica em análise.

«(...) uma relação sintáctica nem sempre corresponde a uma *função*, mas (...), frequentemente, consiste em indicar que um monema da classe A está ligado por uma determinação simples a um monema da classe B.»⁵⁰

⁴⁸ A. Martinet 1985b: 112.

⁴⁹ A. Martinet 1985a: 124-125.

⁵⁰ C. Clairis 2008: 78.

Determinação Simples

V290905JUS0209	Argumentam que os magistrados levam muito trabalho para casa aos fins-de-semana e estudam processos durante as férias. ⁵¹
----------------	---

Neste exemplo o advérbio *muito* está a exercer uma determinação sobre a unidade *trabalho* , que constitui o núcleo do sintagma constituído por *muito trabalho* .

Função Sintáctica

V290905CAR0117	Por esses anos, iniciou a amizade com Pedro Santana Lopes, que tremeu agora , por altura da escolha do candidato do PSD à Câmara de Lisboa.
----------------	--

A frase *que tremeu agora* é constituída por um núcleo predicativo *tremeu* actualizado pelo monema de 3ª pessoa, e sobre ela recai a função sintáctica desempenhada pelo monema *agora* , uma função circunstancial.

«Para que a ligação entre duas unidades possa ser reconhecida como uma função, é necessário que as unidades pertençam a duas classes diferentes e compatíveis, susceptíveis de sustentar entre si mais do que um tipo de relação, e em que uma assume o emprego do núcleo central (predicado) de uma oração principal ou de uma oração subordinada (predicatóide).»⁵²

Desta forma, a determinação incluirá fenómenos ligados à frase, o que implica que haja uma definição operatória do conceito de *frase* , por oposição a outros conceitos que foram sendo alvo de maior ou menor atenção ao longo da história da linguística.

O conceito de *frase* foi um dos mais tratados na história da linguística, tendo sido alvo de muitas e aturadas reflexões por parte de inúmeros estudiosos da língua, e é muitas vezes relacionado com

⁵¹ Os exemplos que apresentamos foram retirados do *corpus* por nós recolhido. Para uma explicação detalhada sobre o mesmo, bem como sobre o uso dos exemplos extraídos cf. *infra* pp. 33-38.

⁵² C. Clairis 2008: 78-79.

outros conceitos, que, de forma algo dispersa, se entrecruzam, confundem ou recobrem parcialmente. A par do termo “frase” encontram-se muitos outros, como “período”, “enunciado” e “oração”, por exemplo, e nem sempre se procede a uma distinção clara entre as diferentes designações. Os critérios utilizados para diferenciar estas realidades também nem sempre se revelam claros, estando grande parte deles comprometidos com o período da história linguística em que ocorreram⁵³. G. Rojo explica este percurso com grande simplicidade e exactidão.

«A partir de Port-Royal [...] la oración [entendida aqui como sinónimo de *frase*] deja de ser un concepto esencialmente lógico y pasa a ser considerada como unidad lingüística; relacionada con la Lógica en tanto que, por ejemplo, expresión de un juicio, pero también con entidad y estructura propias. Desde este momento, la sintaxis se centra en la oración y, en lugar de partir de la palabra para estudiar después sus posibles agrupaciones, considera primero la oración y, desde ella, sus elementos componentes (que no coinciden forzosamente con las palabras).»⁵⁴

As definições de frase admitem o agrupamento de acordo com três critérios (excluindo outros, prosódicos, que não serão relevantes para a presente tese): critério formal, critério semântico e critério misto. O primeiro defende a existência de determinadas características formais. Estas características são, sob a perspectiva da sintaxe, a existência de um sujeito e de um predicado (, trata-se, no fundo, dos elementos que constituem a *predicação*).

De um ponto de vista semântico, a definição reside no encontrar de uma expressão de um juízo ou pensamento, ou de uma expressão de um sentido completo, linha aliás anterior a Port-Royal, como o comprovam, por exemplo, Aristóteles que entendeu a frase como a expressão gramatical de um juízo, Prisciano como uma ordenação de palavras que expressam um pensamento completo e Dionísio de Trácia como uma reunião de palavras com sentido completo. Por último, o

⁵³ Não será este o momento de se traçar um percurso histórico do conceito de frase. Para tal remete-se para a obra de Guillermo ROJO (1978) – *Cláusulas y oraciones. Verba, Anuario Gallego de Filología*, Anejo 14. Santiago de Compostela. Secretariado de Publicaciones de la Universidade de Santiago, p. 11-26.

⁵⁴ G. Rojo 1978: 11.

critério misto prevê a existência de um sentido completo apoiado por uma estrutura formal (sujeito e predicado).

Aconteceu, por vezes, que estes critérios foram desdobrados. Por exemplo, J. L. Escribano distingue seis critérios que serviram de base para as variadíssimas definições que se encontram de “oración”, conceito que traduzimos por “frase”. O *critério nocional* apoia-se na expressão de um pensamento completo (aqui se encontra reflectido o pensamento de Prisciano); o *critério logicista* define as frases como veículo de expressão de proposições; o critério pragmaticista afirma que uma frase constitui o suporte formal de um acto de fala; o *critério distribucionalista* defende que a frase é um segmento linguístico que não se comporta como constituinte de outro segmento podendo aparecer, por isso, isolada; o *critério prosódico-fonológico* define a frase como a expressão de uma determinada curva melódica; finalmente, o *critério estrutural*:

«Las oraciones (...) son construcciones que se caracterizan por contener una estructura o una relación predicativa, i.e., en cierto sentido, que debe ser técnicamente especificado en cada caso, un sujeto y un predicado, aunque el primero pueda no ser expresado (...)»⁵⁵

Face a estas definições, reiteramos aqui que a frase deverá ser entendida de um ponto de vista sintáctico, tendo em conta a sua autonomia e a sua independência face a outros elementos que possam surgir na mesma sequência. A frase será encarada como uma unidade sintáctica cujo núcleo é um verbo conjugado⁵⁶.

«La oración (enunciado para otros) es una red de dependencias sintácticas internas que posee una función básica necesaria a la que se subordinan las demás (posibles), y el conjunto no entra en subordinación sintáctica (como sujeto o como algún tipo de complemento)

⁵⁵ J. L. G. Escribano 1991: 259.

⁵⁶ S. Gutiérrez questiona mesmo a validade do conceito de frase devido a diversos factores que condicionaram o uso do termo em questão, nomeadamente, o facto de não existir um conceito único de frase. Com efeito este termo coexiste com outros, (ex. “frase”, “enunciado”, “proposição”, etc.); testemunho evidente que nem sempre se aplicaram os mesmos critérios; e as diferentes definições de frase nem sempre abarcam os mesmos usos. Cf. S. Gutiérrez 1997a: 40 e seguintes.

con respecto a outra red (secuencia) de dependencias sintácticas internas.»⁵⁷

Contudo, antes de avançarmos para a confrontação dos conceitos de *oração* e *estrutura*, consideramos importante distinguir alguns termos. São eles o de *período* e *enunciado*, face ao que é o centro do presente trabalho, a *frase*. Segundo A. G. Kury, a frase deverá ser entendida como qualquer produção dotada de sentido próprio. Esta poderá ser constituída só por uma unidade significativa, ou por várias unidades significativas entre as quais se pode incluir, ou não, um monema independente. O *período* será a frase organizada em oração ou orações; finalmente, o *enunciado* será uma produção composta por uma ou mais orações, de sentido pleno e que no final apresenta uma pausa bem definida.⁵⁸ *Enunciado* e *período* não apresentam, deste modo, diferenças significativas entre si. O enunciado constitui-se como uma unidade comunicativa, não se encontrando necessariamente no domínio da sintaxe (como, aliás, esclarecemos já ao apresentar o modelo adaptado de César Hernández, cf. *supra*, p. 22). A oração constitui-se como um esquema sintagmático no interior de uma frase. Por seu lado, a frase, enquanto unidade sintáctica, constitui-se como um esquema, uma estrutura que é passível de ser preenchida por unidades da língua e que se articula em torno de um NV.

Podemos lembrar aqui que outros autores usam estes termos no âmbito da língua portuguesa de forma distinta. Por exemplo, E. Bechara considera que o enunciado (ou período) será «Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação (...)» (E. Bechara 1999: 406) Dentro deste conceito vastíssimo o autor distingue diferentes tipos de enunciado, a mencionar, a oração e a frase.

«Entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de oração que, pela sua estrutura, representa o objecto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extra-lingüísticos) em que se acha inserido.»⁵⁹

⁵⁷ J. M. González 1998: 20-21.

⁵⁸ Cf. A. G. Kury 1964: 13-14.

⁵⁹ E. Bechara 1999: 407.

Já a frase difere da oração porque a sua «(...) estrutura interna (...) não apresenta a relação predicativa.» (E. Bechara 1999: 407) De certo modo, esta definição é contrária à que apresentámos. Será G. Rojo que nos irá fornecer a resposta que permite distinguir a frase das outras unidades.

«La oración⁶⁰ se distingue de otras unidades de la escala principal por el hecho de ser predicativa y, además, por expresar esa predicación mediante un elemento bien delimitado (habitualmente, una forma verbal finita).»⁶¹

A. Martinet refere que a frase é o mais pequeno segmento perfeito e integralmente representativo⁶², o que significa que a frase é o mais pequeno segmento da língua passível de ser analisado. O autor liberta este conceito das suas definições mais lógicas e psicológicas, tal como foram atrás apresentadas, em prol de uma caracterização apoiada num critério formal e funcional.

A frase, de um ponto de vista sintáctico e funcional, poderá então ser entendida da seguinte forma:

«(...) existen funciones que podemos considerar privativas de la oración y que, en consecuencia, existe una oración cuando se detecta la presencia de elementos que desempeñan alguna de estas funciones.»⁶³

Essas funções privativas da frase serão o NV e o monema de pessoa, determinação obrigatória do NV. Simplificando, no caso português como no castelhano, podemos, no entanto, considerar que o NV será o único termo essencial na frase, pois segundo E. Alarcos aquilo a que se chama verbo ou sintagma verbal, «(...) contiene dos unidades significativas entre las cuales se establece la relación predicativa: el sujeto y el predicado (...).» (E. Alarcos 1996: 256) Sublinha este linguista ainda que «Los demás componentes que en la oración pueden aparecer en torno del núcleo son términos adyacentes, cuya presencia

⁶⁰ A terminologia castelhana denomina “oración” o que nós entendemos como “frase”.

⁶¹ G. Rojo 1978: 24.

⁶² De referir as próprias palavras do autor: «(...) plus petit segment qui en soit parfaitement et intégralement représentatif, à savoir la phrase.» In: A. Martinet 1985b: 85-86.

⁶³ G. Rojo 1978: 13-14.

no es indispensable para que exista oración.» (E. Alarcos 1996: 257)
Desta forma, podemos considerar que o único elemento indispensável para que se possa denunciar a presença de uma frase é, realmente, o sintagma verbal, visto que neste já se encontra o sujeito. Todos os outros termos que acompanham o predicado serão, utilizando a terminologia de E. Alarcos, termos adjacentes ou expansões do enunciado mínimo, segundo a terminologia proposta por A. Martinet.

Esta é também a posição de C. Hernández que prefere distinguir “nexus” ou “cláusula”:

«(...) esta unidad consta de dos miembros /SN-SV/
relacionados entre sí por interdependencia (...)»⁶⁴

de frase, que, segundo este mesmo autor, será constituída por

«(...) una base segmental y unos suprasegmentos,
simbióticos, que cooperan en la expresión del contenido.
Es una cadena lingüística entre dos pausas, con una
melodía propia, organizada en unidades tonales
significativas.»⁶⁵

Do conjunto de conceitos apresentados, optámos então pelo de frase, definido do seguinte modo:

«On appelle phrase l'ensemble des monèmes, des
synthèmes ou des parasythèmes qui sont reliés par des
rapports de détermination ou de coordination à un même
noyau central ou à plusieurs noyaux centraux
coordonnés.»⁶⁶

A frase constituirá a zona de influência sintáctica exercida por um núcleo central – o verbo – a que se junta a determinação obrigatória de pessoa, isto é, o actualizador que permite ao verbo transformar-se em núcleo central de uma frase.

⁶⁴ C. Hernández 1995: 70.

⁶⁵ C. Hernández 1995: 68.

⁶⁶ D. Costaquec, F. Guérin 2007: 104. Sintemas e parassintemas, não sendo muito embora unidades mínimas significativas, assumem os mesmos comportamentos dos monemas. Recordemos que um sintema é uma combinação de monemas não susceptível de segmentação (cf. supra), ao passo que um parassintema é uma combinação de monemas também não segmentável, mas cujas compatibilidades não são partilhadas por nenhuma classe de monemas (C. Clairis 2008: 65-66, cf. um desenvolvimento deste conceito no cap. IV pp. 307-318). Por extrapolarem o âmbito do presente trabalho, não trabalharemos aqui com os parassintemas.

A relação de determinação que se estabelece entre duas unidades diferentes permite definir uma hierarquia.

«Elle nous renseigne donc sur l’organisation générale de la syntaxe d’une langue et elle permet d’identifier les regroupements d’unités significatives minimales ayant les mêmes comportements.»⁶⁷

A determinação diz respeito às classes, aos grupos e aos conjuntos; identificamos determinação entre classes diferentes e determinação entre classes idênticas. A determinação simples ocorre, por exemplo, entre o tempo verbal e o próprio verbo, enquanto que uma determinação que ligue, por exemplo, um nome a um verbo, implica a manifestação de uma função sintáctica⁶⁸ (cf. *supra* p. 27).

Conceitos fundamentais neste breve enquadramento teórico relacionam-se com termos sintácticos de carácter funcional; a sintaxe funcional de inspiração martiniana encara a forma como a base para uma análise sintáctica funcional, o que não significa que não tome também em consideração o “conteúdo” das funções que se estudam, não o seu “valor”. Será necessário referir que, quando se fala em função não nos referimos de modo algum às funções da linguagem, mas sim às funções intra-linguísticas, isto é, às funções que se podem observar na estrutura sintáctica que é a frase. O NV, elemento central e indispensável para a existência da frase, é o elemento em torno do qual as funções sintácticas gravitam, mantendo com ele relações de maior ou menor proximidade. A função sintáctica que o advérbio pode assumir na frase reveste-se, aparentemente, de um estatuto mais ambíguo, existindo grande variação em termos da relação que o monema que preenche a *função circunstancial* estabelece com o NV. De facto, a relação pode ser de grande proximidade, o que implicará a hipótese de equacionar a existência de uma função circunstancial situada na zona *nuclear*, isto é, que está situada na esfera dos actantes, mesmo que exprima uma circunstância semântica (o que nos põe o problema de a considerar ou não *circunstancial*); e de uma função indiscutivelmente

⁶⁷ D. Costaouec, F. Guérin 2007: 147.

⁶⁸ Cf. D. Costaouec, F. Guérin 2007: 149.

circunstancial situada fora da zona nuclear, isto é, que exerce a sua influência na zona mais afastada do NV, considerada *periférica*. A estas dúvidas pretende este estudo fornecer respostas sintáticas, sempre enquadradas no quadro teórico da linguística funcional de inspiração martinética.

3. A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Não tendo o presente trabalho a pretensão de se enquadrar no que se chama “Linguística de *corpora*”, o estabelecimento do *corpus* foi, não obstante, um assunto que tomou a necessária importância na execução da nossa investigação. Um *corpus* que fosse representativo do Português Europeu constituía-se como uma prioridade para que a nossa análise fosse levada a bom porto. Optámos pela pesquisa num *corpus* fechado, mas que demonstrasse ser o mais variado e alargado possível. Tal levou a uma breve reflexão teórica sobre o próprio conceito de *corpus*.

M. F. B. Nascimento avança que só depois dos anos 90 se generalizou no seio da comunidade linguística «(...) o reconhecimento das grandes potencialidades destes recursos linguísticos para um melhor conhecimento das línguas.» (M. Nascimento 2003) Actualmente, os *corpora* são encarados como preciosos instrumentos que nos permitem um conhecimento mais fidedigno da nossa língua. Mesmo o linguista mais experiente deverá sentir dúvidas quando se depara com algumas realidades linguísticas. Ele é necessariamente influenciado por numerosos factores que, em última análise, ultrapassam toda a sua sapiência académica. O lugar onde nasceu; o meio sócio-cultural que o viu crescer e desenvolver enquanto pessoa; o percurso académico e profissional, enfim toda a sua vivência tem o seu peso e deixa a sua marca. Quantas vezes, todos nós, linguistas mais novos ou mais experientes (acaba por ser irrelevante) nos interrogamos sobre a validade de determinado uso. Quantas vezes o que nós pensávamos ser o correcto, o gramaticalmente adequado e de uso genérico, nunca se usa apesar de estar em todas as gramáticas. E quem somos nós para julgar um uso que é empregue por todos os utentes da língua, como errado? Ainda não vestimos uniforme, nem passamos multa por estacionamento inadequado (leia-se “uso” em vez de “parqueamento”). E é aqui que o *corpus* se torna um árbitro imparcial. Não tem o linguista/investigador que recorrer ao seu próprio acervo (influenciado e viciado) linguístico.

Os *corpora* permitem, assim, a existência de uma Linguística Descritiva, suportada pelas novas tecnologias, que permitem encarar como ponto de partida a descrição e análise de quantidades apreciáveis de dados reais.

«O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas.»⁶⁹

Os *corpora* são hoje encarados sob diferentes perspectivas epistemológicas, podendo ser considerados suportes para a aplicação de novas e mais eficazes metodologias ou podem ser também encarados como um novo ramo da Linguística. De uma forma abrangente, poderemos adiantar que os *corpora* «(...) proporcionam novas maneiras de estudar as línguas, das quais resultam descrições, generalizações e hipóteses teóricas de grande consistência porque fortemente enraizadas nos dados empíricos.» (M. Nascimento 2003) Torna-se claro que um *corpus* não se pode definir apenas pela sua dimensão, constituição, diversificação, estrutura e dinâmica de utilização, mas também será um factor determinante a variedade de utilizações que proporciona⁷⁰.

Seguindo o exemplo de um trabalho que considerámos fundamental, a opção adoptada por C. Guimier para a constituição de um *corpus* de análise (cf. *supra* p. 5) apresentou-se como uma hipótese válida, na qual nos baseámos, particularmente no que respeita à opção por um *corpus* fechado constituído por publicações de carácter diverso

⁶⁹ Cf. M. Nascimento 2003: www.clul.ul.pt/sectores/projecto_rld1.html

⁷⁰ O *Corpus de Referência do Português Contemporâneo* (CRCP) é um projecto já largamente conhecido, e reconhecido, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, que tem actualmente cerca de 334 milhões de palavras (início de 2008). Este *corpus* pretende ser uma amostragem representativa do português de uso geral e corrente do século XX. O CRCP é um *corpus* aberto, de dimensão sempre crescente e composição muito heterogénea, capaz de fornecer indicações sobre o “estado da língua”. Do *corpus* monitor extraem-se sub-*corpora* gerais mas mais reduzidos estando desenhados para serem adequados aos objectivos e níveis de análise pretendidos. Em princípio, poder-se-á chamar *corpus* a qualquer colecção que contenha mais de um texto (*corpus* como corpo textual). No entanto, a utilização deste termo em linguística conduz a uma série de implicações que vão mais além da análise de qualquer corpo textual. Partimos do princípio que um *corpus* deverá ser composto por textos produzidos em situações reais. A inclusão dos textos que compõem o *corpus* deve ser guiada por uma série de critérios linguísticos explícitos de forma a assegurar que possa ser usado como amostra representativa de uma língua. Foram estes os princípios orientadores que guiaram a elaboração do nosso *corpus*.

da nossa língua. Justifica-se esta escolha pelo carácter ambíguo que percorre toda esta classe.

Com todos os constrangimentos que o nosso objecto de análise parece evidenciar, como destacado por C. Guimier, apresentava-se como fundamental a criação de um *corpus* finito que possibilitasse o estudo de uma função sintáctica do Português Europeu. Considerámos, de igual forma, que o *corpus* deveria ser apenas escrito, eliminando a parte oral do nosso estudo⁷¹. Esta opção, também tomada por C. Guimier⁷², visa uma vez mais reduzir ao máximo a ambiguidade que parece ser um elemento natural à classe dos “circunstantes”, como lhe chama C. Guimier. No entanto, ao contrário de C. Guimier que optou, para a constituição do *corpus* por uma única publicação, *Le Monde*, de onde extraiu doze artigos, nós optámos por quatro publicações distintas, extraíndo de cada uma delas um número variável de artigos. A escolha das publicações foi aleatória. É evidente que a opção de C. Guimier será coerente com o seu trabalho, visto que o autor pretendia abarcar todas as unidades que pudessem desempenhar a função “circunstancial”, fazendo um levantamento estatístico das várias estruturas dos constituintes que pudessem ser inseridas na classe objecto do seu estudo. Assim, e sempre tendo em conta o exemplo de C. Guimier, considerámos que uma maior variedade de publicações, e de artigos, poderia ser mais vantajosa para o nosso estudo que visa apenas um dos elementos que pode ser considerado como pertencendo ao que C. Guimier designa como *classe dos circunstantes*.

Os estudos desenvolvidos neste trabalho apoiam-se assim sobre um *corpus* fechado, como já referido *supra*. A nossa principal (e quase única) preocupação foi a de abarcar de maneira global uma função sintáctica dotada de características muito particulares, para que esta pudesse ser examinada *in vivo* e evitar, tanto quanto possível, que

⁷¹ Um *corpus* oral implica um outro número de considerações que não estavam na nossa mente, e que não estão nos nossos objectivos para a elaboração deste estudo. A língua falada tem intromissões estranhas à mesma estrutura gramatical, como são a situação, as interrupções por parte dos interlocutores, os gestos, entre outros, as quais suprem, em determinadas ocasiões, um determinado segmento oracional, pelo que podem apresentar numerosas dificuldades para a sua análise sintáctica. Parece-nos legítimo considerar que a sintaxe da língua falada constitui uma sintaxe separada da da língua escrita, pois rege-se por critérios e princípios completamente distintos.

⁷² C. Guimier 1993: 11-41.

alguma pudesse ser negligenciada. A nossa intenção ao realizar esta investigação foi conseguir uma descrição linguística suficientemente geral para fazer aparecer as constantes pertinentes do fenómeno estudado. No entanto, a particularidade também não desapareceu de todo da nossa atenção, visto que se torna necessário que as características distintivas sejam previsíveis no discurso. Partimos, então, com estas convicções para a elaboração de um *corpus* que preenchesse os requisitos do nosso estudo.

Constituição do *corpus*:

VISÃO I	Vis	<i>Visão</i> (29/Set./2005) (autores diversos) – 678 frases
PÚBLICO II	pub/o	<i>Público</i> (2/Julho/2006) (autores diversos) – 989 frases
PÚBLICA III	pub/a	<i>Pública</i> (16/Julho/2006) (autores diversos) – 660 frases
EXCERTOS IV	Nhlp Cf Esl Nita Oms	<i>Não há lugar para divorciadas</i> (Francisco Moita Flores) – 185 frases <i>Crónica feminina</i> (Inês Pedrosa) – 276 frases <i>Ensaio sobre a lucidez</i> (José Saramago) – 53 frases <i>No interior da tua ausência</i> (Baptista-Bastos) 315 frases <i>Os mensageiros secundários</i> (Clara Pinto Correia) – 504 frases

Os três primeiros conjuntos de texto – *corpus* – foram recolhidos em suporte papel, posteriormente digitalizado e tratado em formato *Word*. Os restantes foram descarregados do site www.circuloleitores.pt, na subsecção de “Romance – Autores de Língua Portuguesa”.

A revista *Visão* forneceu uma amostra de doze artigos dos mais variados domínios: Portugal, Sociedade, Economia, Cultura e Ensaio. A tipologia dos textos foi a mesma utilizada pela revista em questão. O jornal *Público* contribuiu com vinte e oito artigos, de diferentes

domínios (Mundial Público Futebol, Editorial e Artigos de opinião, Nacional, Mundo, Sociedade, Ciências e Cultura). Na revista *Pública* destacámos oito artigos que abrangiam o panorama nacional e internacional. No conjunto destes três textos resultou o apuramento de 2327 frases. Os restantes textos, por se tratar de excertos de livros, foram agrupados num único ficheiro, do qual resultou o número de 1332 frases.

O tratamento do *corpus* resultou em duas séries de ficheiros. Aos primeiros foram atribuídos os nomes das publicações, VISÃO, PÚBLICO, PÚBLICA, EXCERTOS, os quais correspondem ao texto em versão Word, tal como aparece nas publicações originais. Uma segunda série de ficheiros foi convertida em versão Excel, que visa o transformar do texto corrido em frases, para que mais facilmente se proceda à sua análise sintáctica. Como se torna evidente o corte do texto em frases tem implicações teóricas e metodológicas, às quais não podemos de forma alguma ficar alheios⁷³.

Avancemos, então, na explicação dos procedimentos de análise no nosso corpus. Cada frase recebe um n.º de código. Assim, por exemplo, V290905CAR0101, significa que a frase em questão foi extraída da revista Visão de 29 09 2005, do artigo intitulado «Carmona / Carrilho: a Lisboa dos seus amores», (o primeiro artigo da selecção 01), sendo que 01 significa que se trata da primeira frase do referido artigo.

A terceira série de ficheiros, intitulados VISÃO FC, PÚBLICO FC, PÚBLICA FC, EXCERTOS FC constituiu-se como a série de maior importância para o nosso trabalho. Nestes ficheiros abriram-se os seguintes campos:

- Código
- Item
- FC = FCnuc (Função Circunstancial Nuclear) e FCper (Função Circunstancial Periférica)

⁷³ Recordemos que, no âmbito do presente trabalho, a frase apresenta uma estrutura hierárquica que estabelece com base no tipo de relação sintáctica da determinação do NV (cf. pp. do nosso trabalho 28-35). Assim sendo, e tendo em conta o quadro teórico operativo não será de estranhar a opção que fizemos em retirar do *corpus* todos os exemplos que não possuísem o núcleo predicativo, pois se estamos a trabalhar com as funções sintácticas estas convergem obrigatoriamente para o núcleo; não havendo núcleo, não há legitimidade para identificar funções sintácticas. É verdade que condicionamos assim a análise do advérbio, mas não o reconhecimento nem do advérbio como classe nem da sua função, como iremos ver.

- Critérios = Comutação por zero; mobilidade; multiplicação; âmbito de incidência
- Observações

É necessário, neste momento, explicar um pouco a opção por estes campos, que obedecem a critérios. Em particular, o terceiro e quarto constituem-se como elementos centrais para o trabalho de análise projectado. Nós chamaremos FCnuc/FCper que C. Guimier chama «circunstante», ao que Nolke chama «complemento adverbial» ou simplesmente «adverbial».⁷⁴ Não querendo problematizar em demasia uma questão que será um aspecto central deste estudo (cf. *supra*, p. 34), não podemos deixar de avançar uma primeira explicação do que se entende ser a *Função Circunstancial* (FC).

«(...) un circonstant est un constituant satellite du verbe qui ne remplit aucune des fonctions sujet, attribut, complément essentiel, direct ou indirect.»⁷⁵

À partida não seria esta a definição ideal, a pretendida. No entanto, neste ponto do trabalho, a definição negativa é uma primeira constatação. Sabemos o que o circunstante de C. Guimier não é; a fase seguinte, constitui a transformação da frase negativa em frase afirmativa. Nunca podemos esquecer que a FC terá que ser definida tendo em conta a relação que estabelece com o verbo. Esta relação poderá ser muito estreita e dizer respeito unicamente ao verbo (a FC incidirá directamente no NV), mas pode também ser alargada ao máximo, sendo que o seu âmbito pode ser o da frase global. Uma coisa poderemos, talvez, afirmar desde já: a FC parece funcionar como um satélite do verbo, um satélite que gravita a uma distância maior ou menor do seu centro de atracção. A FC não pode ser um termo de um termo da frase, já que o verbo construtor da frase deve estar directamente implicado. C. Guimier acredita que quando define o seu *circonstant* tem que ter em consideração a relação que este estabelece com o verbo, relação que tem por efeito delimitar o paradigma das

⁷⁴ Cf. C. Guimier 1993: 14-16.

⁷⁵ C. Guimier 1993: 15.

funções em causa⁷⁶. Provisoriamente, trabalharemos a partir deste ponto de partida.

Com base nas entradas acima mencionadas, um quadro foi construído, tendo em conta a classe⁷⁷ encontrada na função em apreço: o advérbio. Deste modo, o ficheiro VISÃO FC e os outros contém o levantamento das FC nucleares e periféricas que são preenchidas pelo monema “advérbio”, de acordo com critérios sintácticos previamente estabelecidos: a comutação por zero, a mobilidade, a multiplicação e o âmbito de incidência do advérbio. Nas colunas respeitantes aos critérios, a forma de assinalar constituiu-se como a possibilidade de ocorrência ou não. Na coluna final colocámos as **Observações**, onde fizemos referência ao operador de negação e ao marcador de restrição, ambos justificadamente excluídos dos nossos objectivos de análise, devido ao facto de serem marcadores de polaridade. Nesta coluna tivemos ainda a oportunidade de destacar o comportamento particular de alguns advérbios.

Ainda que tenhamos tentado fornecer uma definição o mais precisa possível de FC, a realidade do *corpus* obrigou-nos a enfrentar questões muitas vezes complexas e difíceis de resolver. Pretendemos, com as fontes seleccionadas para este estudo, obter uma amostragem heterogénea e ilustrativa das múltiplas possibilidades do uso que este item adopta no discurso escrito.

⁷⁶ Cf. C. Guimier 1993: 15.

⁷⁷ De notar que C. Guimier, no seu estudo, opta pela designação de “categoria”, mas nós considerámos que, dentro do quadro teórico estudado, seria mais apropriado a etiqueta “classe”.

4. ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho será dividido em seis partes / quatro capítulos. A presente Introdução fez uma breve apresentação do tema, dos objectivos e da metodologia usada ao longo do desenvolvimento do estudo. Aí se fez, como acabámos de ver, um breve enquadramento teórico, de forma a fornecer os conceitos metodológicos da escola teórica que seguimos ao longo da investigação, a apresentação do *corpus* seleccionado, e a explicitação dos critérios que estiveram na base de tal escolha.

O Capítulo I, *Estudos sobre a função sintáctica chamada “Complemento Circunstancial”*, resulta do levantamento de algumas das contribuições que considerámos mais relevantes para o estudo da função “complemento circunstancial”, da autoria de gramáticos e de linguistas. Aqui se pretende uma visão geral sobre o estado da arte, no que ao assunto em apreço, diz respeito. Daqui, também, surgem as primeiras reflexões e dúvidas sobre o assunto que nos preocupa. Tentaremos, através deste capítulo, perceber as principais linhas de orientação que regeram décadas, mesmo séculos, de análise de uma função sintáctica que, muitas vezes, foi relegada para um plano inferior aos das outras funções sintácticas.

O Capítulo II, *Estudos sobre os chamados “advérbios” em Português Europeu*, cumpre o mesmo objectivo enunciado para o Capítulo anterior. Aqui se procedeu a uma resenha sumária do pensamento gramatical desde o final do século XIX até aos nossos dias, percorrendo autores marcantes da nossa história gramatical, tal como Epifânio Silva Dias, António Maria de Almeida Netto, Celso Cunha e Lindley Cintra, Mário Vilela e, mais recente em termos de publicação, Maria Helena Mira Mateus. Não quisemos deixar de aflorar o pensamento gramatical, mas também já com fortes influências linguísticas de alguns autores estrangeiros, como Emílio Alarcos (para a língua castelhana), Maurice Grevisse (para a língua francesa) ou Sidney Greenbaum e Randolph Quirk (para a língua inglesa), apenas aqui

mencionando um exemplo para cada uma das línguas europeias confrontadas.

O Capítulo III, ***Proposta de análise das funções sintácticas do Advérbio***, pretende ser uma proposta de análise descritiva de carácter essencialmente sintáctico para a função *circunstancial*. As problemáticas envolvendo a rede actancial do verbo permitem-nos chegar à distinção fundamental entre actantes e circunstantes. A zona nuclear e a zona periférica têm no NV o seu sustentáculo; os elementos da frase podem estar situados numa zona mais próxima do NV, mantendo com ele uma relação mais estreita; mas também podem estar mais afastados do NV, não deixando, no entanto de com ele estabelecer uma relação sintáctica. Ponto fundamental neste capítulo será a definição de critérios sintácticos que permitam determinar se uma função *circunstancial* se encontra na zona nuclear do NV; ou se se encontra na zona periférica na estrutura frásica. A ilustração será efectuada com exemplos retirados do *corpus*.

O Capítulo IV ***Proposta de um modelo de descrição sintáctica para a classe do Advérbio***, pretende mostrar como uma classe que começa por ser negada por grandes nomes da escola funcionalista, acaba por ser uma classe de palavra dotada de características sintácticas que lhe permitem estabelecer compatibilidades com outras classes. Com vista à prossecução deste objectivo, a determinação exercida pelo advérbio terá um papel fundamental para a elevação do *advérbio* a classe de monemas de pleno direito.

Finalmente, a conclusão pretende ser uma súpula das principais conclusões que se foram retirando à medida que o trabalho ia progredindo. Não querendo ser uma conclusão, esta prevê ainda o levantamento de algumas questões pertinentes que podem ser exploradas em trabalhos futuros.

Como se poderá verificar pelo alinhamento dos capítulos, estabelecemos um percurso essencialmente sintáctico no tratamento da função *circunstancial*, o que não significa que, ocasionalmente, e sempre que se prove relevante, não recorramos à semântica e outras perspectivas de análise. Este recurso é utilizado a título meramente acessório, visto que a sintaxe da função *circunstancial* e o estatuto

sintáctico do advérbio enquanto classe de monemas serão os princípios orientadores de toda a análise por nós efectuada.

Faz ainda parte deste estudo um apêndice (em volume separado), *Corpus Integral de Exemplos*, o qual permite explorar o *corpus* no qual o nosso trabalho incide. Não tendo sido possível, por limitações de tempo, trabalhar todos os exemplos que surgem no *corpus* considerámos que a sua apresentação em anexo poderá reforçar aquilo que defendemos ao longo da apresentação da análise sintáctica, possibilitando um conjunto mais alargado de exemplos.

Estatuto Sintático dos “Advérbios”: Função e Classe
Introdução

CAPÍTULO I
ESTUDOS SOBRE A FUNÇÃO
SINTÁCTICA CHAMADA
“COMPLEMENTO CIRCUNSTANCIAL”

«Complemento circunstancial é toda a palavra ou expressão, que, precedida de preposição, exprime uma circunstância relativa aos verbos ou adjectivos.

Varias e multiplicadas são as especies de relações circumstanciaes, que a cada passo carecêmos de expressar; e d’ellas notaremos agora as principaes, que são as de: logar, tempo, causa, companhia, excesso, instrumento, materia, modo, opposição, preço, substituição.»

MACEDO, Joaquim Freire de
(1877) – *Resumo do compendio de Grammatica Portugueza*. 6ª edição.
Lisboa: Lallemente Frères, Typ.

1. CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS SOBRE A VISÃO DAS GRAMÁTICAS

As funções sintácticas foram objecto de apurada atenção por parte dos gramáticos da língua. Será nestes primeiros tratados de língua que encontraremos o nosso ponto de partida para o estudo da função *circunstancial*. Constituiu o nosso friso cronológico a Reforma Ortográfica de 1911, que envolveu autores como G. Viana, C. de Figueiredo, A. Coelho, Leite de Vasconcelos e Epifânio da Silva Dias. No entanto, não nos escusámos a contemplar autores anteriores a tal Reforma, sempre que as suas contribuições se mostraram relevantes para o problema que aqui desenvolvemos. Considerámos de extrema importância verificar a forma como estes pensadores da língua encaravam esta função sintáctica. Sem querer, no entanto, proceder a uma análise cronológica de todas as gramáticas de língua portuguesa, procurámos traçar um percurso em torno daquelas que mais representação tiveram no seu tempo, e mais repercussões conseguiram fora dele.

Pensadores como Adolpho F. Coelho, Cândido de Figueiredo, F. J. Monteiro Leite transpuseram para os seus manuais séculos de sabedoria linguística. Remontando à Antiguidade Clássica, a língua foi sempre encarada como um objecto de estudo fascinante. Daí que tenhamos optado por partir da Gramática para elaborar o *status quo* do nosso objecto de análise, a função sintáctica designada como “circunstancial” e o seu preenchimento sintáctico pela classe de palavra “advérbio”. Para clarificação da importância relativa destes estudos, impôs-se, antes de enveredarmos pela análise dos manuais de gramática seleccionados, uma reflexão sobre o próprio conceito de *gramática*, verificando que tipo de alianças poderão, ou não, ter sido estabelecidas ao longo dos tempos com a sintaxe. Depois, a análise dos diferentes gramáticos levou-nos, igualmente, a equacionar problemas de grande relevância linguística, estabelecendo relações de proximidade entre gramática e linguística.

Optámos por incluir não apenas gramáticos de língua portuguesa, mas também gramáticos de outras línguas. O objectivo não foi proceder a uma análise contrastiva das diferentes línguas abordadas, mas sim

verificar se existiam pontos de contacto entre os gramáticos de língua portuguesa e os gramáticos de outras línguas.

A reflexão que a contribuição de variadíssimas gerações de gramáticos permitiu, conduziu ao traçar de um ponto de partida para a análise da função sintática “complemento circunstancial” em português, correlacionada também com a de outras línguas (cf. *infra* 2. e 3.). Em contraponto, mas aproveitando em simultâneo as intuições justas aí avançadas, apresentaremos de seguida a redefinição funcionalista dessa função sintática, já dividida, e enquadrada num modelo de frase que desenvolve os conceitos teóricos gerais da Introdução (cf. *infra* 4.). Será este o tratamento sintático que nos permitirá trabalhar depois com a classe de monemas que chamamos “advérbio”, no capítulo seguinte.

1.1 “GRAMÁTICA” E “SINTAXE”

Gramática é uma unidade terminológica cuja etimologia se encontra em GRAMMATIKÉ, ou seja a “arte relativa às letras”, podendo, deste modo, ser considerada uma TÉKHNE. Esta forma grega entra, depois, na língua portuguesa através da forma latina GRAMMATICA. A consulta de dicionários generalistas apresenta definições abrangentes e pouco precisas do ponto de vista científico. A gramática surge como um domínio em que se misturam aspectos sintáticos, semânticos e normativos. J. Dubois defende que o termo “gramática” poderá ter tantas acepções quantas as teorias linguísticas em que se enquadra, mas considera serem quatro as principais:

«1. *Gramática* é a descrição completa da língua, isto é, dos princípios de organização da língua. Ela comporta diferentes partes: uma fonologia [...], uma sintaxe [...], uma lexicologia [...] e uma semântica [...]. A gramática é o modelo de competência.

2. *Gramática* é a descrição dos morfemas gramaticais e lexicais, o estudo das suas formas (flexão) e de suas combinações para formas palavras (formação de palavras) ou frases (sintaxe). [...]

3. *Gramática* é a descrição dos morfemas gramaticais [...], excluindo-se os morfemas lexicais [...], e a descrição das regras que regem o funcionamento dos morfemas na frase. A gramática se confunde então com a sintaxe e se opõe à fonologia e ao léxico [...].

4. Em linguística gerativa, a *gramática* de uma língua é o modelo de competência ideal que estabelece certa relação entre o som (representação fonética) e o sentido (interpretação semântica). A gramática de uma linguagem L gera um conjunto de pares (s, l), em que s é a representação fonética de um certo sinal e l a interpretação semântica ligada a esse sinal pelas regras da linguagem.»⁷⁸

A gramática poderá ser encarada como «(...) o estudo e tratado dos factos da língua portuguesa, e das leis que a regulam.» (A. Ribeiro de Vasconcellos s.d.: 11) Nesta definição só importarão os factos da língua portuguesa, bem como as leis que regem esses factos. No entanto, de um ponto de vista estritamente linguístico tal definição carece de precisão visto que inclui todas as disciplinas ligadas à língua – fonética, fonologia, sintaxe, semântica... –, sem a elas fazer uma referência directa. Esta definição pode ser, porém, encarada de uma perspectiva diferente da primeira enunciada. A. Ribeiro de Vasconcellos mostra-se um precursor da sintaxe ao defender o estudo dos factos (= ciência) da língua (= abstracção das variações individuais, no sentido saussuriano) e das leis que a regulam (= regras de combinação, no sentido de Domingos de Azevedo). São estas três noções conceitos fundamentais quando se tenta perceber o que é a gramática; há que ter em conta a língua, isto é, a especificidade de uma língua que se opõe a outras e, por isso, terá características distintivas. Por outro lado, sabemos que não há língua que não contenha leis; são as leis que asseguram a comunicação entre os falantes. De tudo isto resultam factos, que mais não serão do que factos linguísticos, isto é, partes da língua passíveis de serem cientificamente analisáveis. Teremos igualmente oportunidade de verificar que não é usual que as gramáticas procedam a distinções entre os diversos pontos de vista, adoptando mesmo um ou outro critério consoante a necessidade e as conveniências da análise. É evidente que não podemos esquecer que existe quase um século de distância entre a definição científica de J.

⁷⁸ J. Dubois *et alii* 1993: 313.

Dubois e as primeiras tentativas de aplicar critérios científicos à língua portuguesa, levadas a efeito por A. Ribeiro de Vascóncelez. Em todo o caso, tal não invalida que sejam bastante válidos os contributos surgidos neste âmbito para o tema que nos ocupa.

Também numa gramática de língua castelhana surge uma definição do termo, que considerámos importante transcrever para este estudo.

«La gramática es la disciplina que estudia sistemáticamente las clases de palabras, las combinaciones posibles entre ellas y las relaciones entre esas expresiones y los significados que puedan atribuírseles. Esas propiedades, combinaciones y relaciones pueden formularse de maneras diversas y puede haber, por lo tanto, muchas gramáticas de la Gramática de una lengua.»⁷⁹

A sistematicidade será um aspecto a reter quando se analisa a citação *supra*. Quer se estude as classes de palavras, as combinações, as relações e os significados destas, o importante é que a análise seja exaustiva, sistemática. Este estudo pode ser feito de maneiras diversas gerando diferentes tratados sobre o modo de funcionamento da língua. Cada manual, cada estudo é uma gramática da Gramática, um estudo parcelar dessa entidade abstracta que é a língua – Gramática. Não podemos deixar de concordar com o facto de se poder estudar a língua, sob diferentes perspectivas, gerando estudos parcelares da língua, ou como lhe chamam os autores, muitas gramáticas da Gramática da Língua⁸⁰. Esta moderna definição de gramática admite no seu seio as várias disciplinas: sintaxe, semântica e ainda é suficientemente abrangente para incluir todos os estudos que se possam fazer numa língua.

«Le travail du grammairien consiste proprement à classer les monèmes, non selon leurs sens, c'est-à-dire selon les réalités non linguistiques auxquelles ils correspondent, mais selon les contextes linguistiques dans lesquels ils figurent.»⁸¹

⁷⁹ I. Bosque, V. Demonte 1999: XIX.

⁸⁰ Não podemos é concordar com o conceito de Gramática, como algo “quase” universal e, certamente, abstracto da língua.

⁸¹ J. M. Barbosa 2000-1/2: 380.

O trabalho do gramático seria relativamente simples e inócuo se todos os monemas de todas as línguas apresentassem sempre um significante invariável, o que não acontece. A maior parte das línguas oferece, ao lado dos significantes, signos mínimos cujos significados variam de acordo com o contexto em que eles aparecem. Será o contexto que irá determinar a escolha de uma ou de outra manifestação formal. No entanto, será necessário esclarecer que o contexto não irá afectar a identidade do monema⁸². Não deverá ser prioridade do gramático o sentido dos monemas, mas sim a sua classificação de acordo com o contexto linguístico em que surgem. As realidades a que os monemas fazem linguisticamente referência não deverão fazer parte do estudo do gramático.

«La tâche du grammairien sera donc double: il lui faudra d'une part classer les monèmes sur la base des contextes où ils apparaissent, d'autre part relever les modifications qui subit le signifiant de certains d'entre eux dans différents contextes.»⁸³

No nosso país a gramática tende a gerar dois tipos de comportamentos extremos. Os que a defendem como se a sua própria vida dependesse do cumprimento de todas as regras presentes nos manuais; e os que a encaram como tirana, como algo que limita o pensamento e inibe a criatividade. Talvez o caminho indicado seja aquele que procura o equilíbrio. Apresentar regras, sim, mas não sem antes se ter observado o fenómeno. Só depois de tal observação e posterior descrição se poderá apresentar a regra. Consequentemente, o método a adoptar só poderá ser o dedutivo e nunca o indutivo, pois se o último fosse o escolhido o risco de criar a língua à medida da regra cresceria exponencialmente. Note-se que, em Portugal, a tendência, até agora dominante, parece ser para a concepção de gramáticas normativas, decalcadas de gramáticas muitas vezes antigas e nas quais a língua portuguesa estudada já não está em uso. Poderemos mesmo adiantar que não existe ainda uma gramática portuguesa de orientação

⁸² Cf. J. M. Barbosa 2000-1/2: 380-381.

⁸³ J. M. Barbosa 2000-1/2: 381.

verdadeiramente descritiva, que reflita o pensamento da corrente funcionalista. No Brasil destaca-se a 37ª edição da *Moderna gramática portuguesa* de E. Bechara (1999), já referida na “Introdução” a respeito do conceito de *frase*, precisamente porque a descrição da língua assume aí um papel muito importante, relegando para um segundo plano a imposição de regras (cf. *infra* 2.2).

Como já tivemos oportunidade de fazer notar, o conceito de “gramática” aparece frequentemente associado a um outro conceito, o de “sintaxe”. Se analisarmos apenas algumas das inúmeras definições de sintaxe fornecidas pelos mais variados autores poderemos facilmente identificar uma aproximação entre os dois conceitos.

J. D. Azevedo acredita que a «Syntaxe é a parte da grammatica que ensina a combinar as palavras na oração e as orações no discurso.» (J. D. Azevedo 1893: 116) B. J. Oliveira não se afasta muito desta concepção, pois considera que a «Sintaxe é a parte da gramática que ensina a juntar e a compôr as palavras na oração, e as orações no discurso.» (B. J. Oliveira 1904: 66) Recorrendo a um autor mais recente, à distância de um século, encontramos uma definição de sintaxe nestes termos:

«A palavra sintaxe significa, etimologicamente, “ordenação”, “disposição”, “organização” e tem sido entendida como o conjunto das propriedades das estruturas que estão subjacentes aos enunciados existentes ou possíveis numa dada língua particular, por exemplo, do português, e a descrição dessas estruturas.»⁸⁴

O conceito de “gramática” é bem mais abrangente, tão abrangente que M. Vilela não nos apresenta nenhuma definição em concreto, mas todo um conjunto de tópicos que nos permitem conceber a complexidade inerente de qualquer gramática. Esta inclui o sistema linguístico, com seus planos e unidade; as construções sintáticas; os campos semântico-funcionais; e os processos linguísticos de identificação e análise⁸⁵.

⁸⁴ M. Vilela 1999: 277.

⁸⁵ Cf. M. Vilela 1999.

É evidente que não nos devemos esquecer que as definições aqui apresentadas encontram as suas origens na Antiguidade Clássica, permanecendo os conceitos até aos dias a que nos reportamos (ainda que haja ligeiras transformações).

Neste século que medeia entre J. D. Azevedo, B. J. Oliveira e M. Vilela muitos acontecimentos tiveram lugar no campo da gramática. Em meados dos anos trinta do século passado, F. Torrinha definia a sintaxe como uma das três partes da Gramática (sendo que as outras duas eram constituídas pelo fonologia e pela morfologia), «(...) ocupa-se da função que as palavras exercem nas proposições, e da combinação das proposições entre si para formarem o discurso.» (F. Torrinha 1933: 9) J. N. Figueiredo não se afasta muito da concepção exposta por F. Torrinha, identificando a sintaxe como uma parte da gramática que estuda as regras da combinação das palavras para formarem proposições e das proposições para formarem sentido completo⁸⁶. É esta a concepção que vinga através dos tempos: a sintaxe faz parte da gramática e estuda as regras de combinação das unidades menores, denominadas “palavras” (Cf. Introdução, pp. 20-22; Cf. *infra* 4.1). Efectivamente, o que realmente importa estudar em sintaxe, e que se transforma, a nosso ver, no que é efectivamente essa disciplina a que chamamos “sintaxe” é «(...) the possibility for the monemes of a certain class to coexist with those of another class in a definite relation. Syntax is, properly, the study of such relations.» (C. Tatilon 2001: 394)

O enquadramento que acabamos de traçar, ainda que muito simplificado, justifica, a nosso ver, a escolha das obras citadas para a língua portuguesa no presente capítulo, mas também a selecção bastante sumária que fizemos para outras línguas, visto que, em Espanha, em França e em Inglaterra, embora continuem a existir gramáticas que ditam as leis, sem deixar o espaço necessário e suficiente para as perguntas que dessas leis possam surgir, os avanços nos estudos gramaticais, entendidos menos como gramaticais e mais como linguísticos, têm sido consideráveis.

Em Espanha seleccionámos a *Gramática descriptiva de la lengua española* (1999), sob a orientação de I. Bosque e V. Demonte, (cf. *infra*

⁸⁶ Cf. A. Gomes, J. N. Figueiredo 1947: 143.

3.1), mas também a *Gramática de la lengua española* (1996) da autoria de E. Alarcos (que servirá sobretudo para a definição de *função*, cf. 4.), pois constituem referências da mais moderna gramaticografia castelhana. A preocupação pela descrição e explicação dos fenómenos é muito superior à preocupação de normatização da língua. Os autores levam muito a sério o seu papel de investigadores da análise da experiência a ser comunicada, não visando o ditar de leis, mas tentando descrever as diversas estruturas da língua no seu funcionamento, motivo pelo qual podemos considerar que a sua perspectiva é sintáctica. Para a língua francesa, escolhemos destacar a *Grammaire méthodique du français* de Riegel, Pellat e Rioul, cuja última edição data de 1994 (cf. 3.2). Mencionamos ainda, já no âmbito sintáctico propriamente dito, a *Grammaire fonctionnelle du français* (1979), sob a orientação de A. Martinet, visto que constitui um exemplo da teoria linguística que adoptámos, a sintaxe funcional.

A língua inglesa forneceu-nos como exemplo as gramáticas de R. Quirk *et alii*, *A Grammar of Contemporary English* e *A Student's Grammar of the English Language*, edições de 1991. Estas gramáticas baseiam-se numa vertente descritiva da língua, preocupando-se em conjugar as perspectivas linguística e gramatical, de forma a fornecer uma descrição o mais fiel possível do seu objecto de estudo. A corrente de pensamento expressa por estas gramáticas encontrou eco na linguística portuguesa em autores como Maria Helena Mira Mateus, J. Costa, e H. Montenegro. Esta última autora recupera o conceito de “adverbial” e, com base nele, procede a uma investigação sobre as formas que na língua portuguesa poderão encaixar nesse paradigma (cf. *infra* pp. 92-94).

2. ALGUNS PERCURSOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

2.1 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS EUROPEU

A relação conhecida pela etiqueta *função*, arriscamos a dizer, talvez seja uma das mais polissémicas classificações da nossa língua. Isto se acreditarmos na existência da polissemia enquanto conceito integrado na semântica de carácter funcional. No entanto, não será este o momento de enveredar por esta investigação que nos conduziria, certamente, por outros trilhos que não o que desejamos agora percorrer.

«No quadro de uma linguística funcional e estrutural, é primordial o maior rigor possível na definição técnica do termo *função* em sintaxe, tanto mais que o uso deste termo tem variado muito, não apenas em diferentes autores, mas também entre diferentes publicações do mesmo autor.»⁸⁷

Interessa-nos saber como o termo *função* em linguística se une à sintaxe, o que, por si só já se apresenta como uma tarefa (quase) hercúlea. Não poderemos, por limitação de espaço e de tempo, enveredar por um levantamento exaustivo do conceito de “função sintáctica”, até porque ele nos aparece enquadrado em diversas escolas de pensamento linguístico ao longo dos anos.

No que toca à análise da tradição gramatical portuguesa, ela resume-se, na grande maioria dos casos, a uma enumeração das funções sintácticas que se podem identificar numa dada frase. Tudo o que diz respeito à função desempenhada pelo advérbio na frase recai sobre a alçada dos complementos que se consideram também elementos acessórios, por exprimirem circunstâncias da acção. A posição assumida pelos diversos gramáticos em análise possibilitar-nos-á uma reflexão sobre esta função sintáctica que, normalmente, se

⁸⁷ C. Clairis 2008: 75.

reveste de uma aura de mistério – entre outras questões, levanta-se a de entender ou não “acessório” como sinónimo de “facultativo”, sintacticamente falando.

Constituiu nosso objectivo não a análise de todas as gramáticas de Português Europeu, mas uma reflexão sobre uma amostra representativa do pensamento desenvolvido pelos gramáticos. O critério que presidiu à escolha das gramáticas não incidiu sobre uma perspectiva histórica. As gramáticas de F. Adolpho Coelho (1881) e Francisco José Monteiro Leite (1881) marcando uma ponte de viragem em direcção à modernidade constituíram, como se poderá confirmar, referências incontornáveis. As gramáticas portuguesas do final do século XIX e início do século XX avançam pouca informação sobre o assunto de que aqui se trata, privilegiando-se o estudo e a análise das funções de “sujeito”, “complemento directo”, “complemento indirecto”, “predicado”. Será nestas relações sintácticas que os autores gramaticais investem mais tempo, apresentando exemplos, explanando utilizações.

É de assinalar a forma particular como Epifânio S. Dias trata este tipo de complemento. Para o autor, o complemento circunstancial é o «(...) nome genérico de toda a determinação que exprime alguma circunstancia de uma acção ou estado (v.g. o lugar, tempo, modo, etc.» (Epifânio S. Dias 1880: 83). Estes complementos aparecem enquadrados nos complementos que não derivam da significação particular da expressão determinada, serão os complementos gerais⁸⁸, ou seja, não derivam da significação particular. A estes complementos opõem-se os “complementos em sentido rigoroso”, ou seja, aqueles que são obrigatórios. O uso do termo *determinação* leva-nos a concluir que o autor reconhece uma relação sintáctica em que o complemento circunstancial está dependente do processo que exprime a acção ou estado. É evidente que o conceito de determinação aqui empregue por Epifânio S. Dias em nada se relaciona com o utilizado pelos estudos linguísticos funcionalistas actuais (cf. Introdução e também *infra*, 4.), mas não deixa de ser interessante evidenciar o seu emprego num texto dos finais do século XIX.

⁸⁸ Cf. Epifânio S. Dias 1880: 82.

Também J. Soares Barbosa encarava já o complemento circunstancial como:

«Toda a palavra, ou oração precedida de preposição, qualquer que esta seja, e juncta a qualquer verbo, ou adjectivo sem ser pedida pela sua significação he hum complemento circunstancial, que se lhe dá para a explicar.»⁸⁹

O autor identifica dois grandes tipos de complementos circunstanciais: aqueles que pertencem ao verbo substantivo, e aqueles que pertencem ao atributo, ou adjectivo próprio de cada verbo.

«Todos os complementos circunstanciaes relativos ao lugar, ao tempo, e aos graus de affirmação pertencem ao primeiro; (...)»⁹⁰

Todos os demais complementos (quantidade, qualidade, modo, fim, meio ou instrumento) pertencem ao segundo grupo. O autor identifica ainda um complemento restritivo como inserido no grupo dos circunstanciais, o qual tem como principal característica o facto de limitar a significação do que se está a falar⁹¹. Ressalvando as orientações distintas, podemos, talvez, aproximar Epifânio S. Dias e J. Soares Barbosa pelos conceitos que ambos apresentam nas suas gramáticas. Veja-se como coincidem na diferenciação de dois tipos de complementos circunstanciais: os complementos gerais e os complementos em sentido rigoroso (Epifânio S. Dias), e os complementos que pertencem ao verbos e os que pertencem ao atributo (J. Soares Barbosa). Acreditamos que ambos os autores encaram os *complementos em sentido rigoroso* e os *complementos do verbo* como obrigatórios, isto é, exigidos pela própria estrutura sintáctica do NV; enquanto os *complementos gerais* e os *complementos do atributo* serão aqueles que se constituem como facultativos, isto é, elementos que se acrescentam ao verbo sem, por isso, afectar a estrutura sintáctica da frase.

⁸⁹ J. Soares Barbosa 1830: 401-402.

⁹⁰ J. Soares Barbosa 1830: 402.

⁹¹ Cf. J. Soares Barbosa 1830: 403-404.

Francisco J. Monteiro Leite insere o estudo do complemento circunstancial, tal como o faz J. Soares Barbosa, no âmbito da regência, definindo-o como «(...) palavra ou grupo de palavras, que, regidas de preposição, clara ou occulta, se reúnem aos verbos ou adjectivos para exprimir alguma circunstancia.» (F. J. Monteiro Leite 1887: 153) E estas circunstâncias podem ser muitas. O autor identifica dezoito, a saber: lugar, causa, companhia, distância, estado, fim, instrumento, medida, meio, modo, mudança, oposição, preço, quantidade, tempo, limite de e acção. Recuando um pouco no tempo, mas não muito, deparamo-nos com A. J. Reis Lobato, cuja gramática é mostra da forte tradição da língua latina sobre a nossa. De facto, não encontramos aqui qualquer referência ao complemento circunstancial, mas sim ao caso latino Ablativo⁹². Em nota de rodapé o autor preocupa-se em esclarecer o que significa “ablativo”, explicando que:

«O ablativo entre os casos do nome serve para significar a causa, donde alguma cousa procede, o instrumento, o modo, com que se faz, a matéria, de que se compõem, o tempo, em que se faz, o tempo que dura, o lugar, onde se faz, ou se está, o lugar donde se parte, o lugar para onde se parte, o espaço, ou distancia, que há de um lugar a outro.»⁹³

Se o autor sente a necessidade de esclarecer sobre o conceito utilizado, seria porque na altura já se tornava frequente o uso do termo de complemento circunstancial em detrimento do termo mais arcaico e mais latinizante “ablativo”. O que a seguir A. J. Reis Lobato procura fazer é a apresentação de um conjunto de regras que visam a correcta identificação do ablativo. Não deixa de ser interessante assinalar que, enquanto Monteiro Leite incluía na noção de complemento circunstancial o papel desempenhado pela preposição que regeria a palavra ou grupo de palavras, Reis Lobato não menciona explicitamente essa preposição, centrando-se antes no caso. Em ambos, contudo, poder-se-á ver uma espécie de antevisão da função sintáctica tal como a concebemos no âmbito da sintaxe funcionalista (cf. *infra* 4.).

⁹² Cf. A. J. Reis Lobato 1804: 216-230.

⁹³ A. J. Reis Lobato 1804: 216.

No final do século XIX, António M. D’Almeida Netto volta a reforçar as palavras de Epifânio S. Dias e de J. Soares Barbosa. O complemento circunstancial, ou termo circunstancial, ou apenas circunstância «(...) diz-se [d]a palavra que as mais das vezes vem regida e juncta ao verbo ou ao adjectivo, cuja significação, em rigor, a não pede por complemento.» (A. M. D’Almeida Netto 1884: 109) A proximidade da preposição é novamente reforçada (“vem regida”), bem como o conceito que reforça a sua adição à significação do verbo. O autor considera mesmo que o complemento circunstancial é um nome genérico de qualquer determinação exprimindo circunstância da acção ou do estado (cf. Epifânio *supra* sobre o conceito de determinação). Envolvemos nesta definição todas as partes não essenciais da proposição.

«(...) termos circumstanciaes, multidão de relações accidentaes que frequentemente se exprimem, e que não são necessárias para completar o sentido de uma palavra relativa, mas que servem de indicar diversas circumstanciaes, que têm uma relação mais ou menos immediata, ou com a proposição inteira, ou com alguma das partes que a compõem.»⁹⁴

Há dois aspectos a destacar nesta reflexão de A. M. D’Almeida Netto. É curioso notar como o autor se refere aos termos circunstanciaes: uma “multidão”. Tal facto só vem reforçar a dificuldade existente em classificar todos estes termos. Por outro lado, para além de serem tantos que se podem aproximar a uma “multidão”, são accidentais, isto é, não concorrem para a significação do verbo, são sempre suplementos “que não são necessários”. Contrariando a tendência sugerida por Epifânio S. Dias e J. Soares Barbosa que admitem a existência de dois tipos de complementos circunstanciaes, Netto opta por antecipar, de certo modo, o carácter sintáctico facultativo que, com algum consenso, é atribuído ao *circunstancial* na tradição gramatical portuguesa. Verificamos que o autor, por tudo o que já atrás se disse, e sendo coerente com as suas afirmações, se escusa a dar um número exacto destes complementos, limitando-se a referir alguns, a saber: lugar, tempo, quantidade, modo, fim, meio, instrumento, matéria,

⁹⁴ A. M. D’Almeida Netto 1884: 109.

preço, companhia, causa, louvor, vitupério, excesso⁹⁵. No entanto, a lista fica em aberto. Daí se depreende que o número de circunstanciais será sempre possível de posterior acrescento. O aspecto semântico relacionado com o complemento circunstancial começa a ganhar cada vez maior relevância, em detrimento das características sintácticas desta função.

Como podemos constatar apesar de algumas divergências entre os autores até agora tratados, existe algum consenso em relação às questões semânticas relacionadas com o complemento circunstancial. Outros aqui não explorados, avançam com hipóteses muito semelhantes. Falamos, a título meramente ilustrativo, de J. Freire Macedo (1877), J. Moreira (1907) ou de A. A. Cortesão (1907).

J. N. Figueiredo e A. Gomes Ferreira no seu *Compêndio de gramática portuguesa* identificam o complemento circunstancial como um dos elementos complementares do verbo. Em 1977, os mesmos autores, numa nova edição da sua gramática, amplamente recomendada e usada nos Cursos Gerais do Ensino Secundário (já referida *supra*), identificam como complemento circunstancial «A palavra ou expressão que designa uma circunstância ocasional da acção do verbo (...).» (J. M. Nunes de Figueiredo e A. Gomes 1977: 62), sendo depois várias as circunstâncias designadas por esta etiqueta, a saber, tempo, lugar onde, lugar aonde, lugar donde (origem), lugar para onde, modo, preço, companhia, matéria, causa, fim, meio (instrumento)⁹⁶. Note-se que F. Torrinha, já, em 1933, defendia a mesma tese⁹⁷.

De salientar também é o facto de que P. Vasquez Cuesta não aborda na sua gramática de 1971 a questão das funções sintácticas. De facto, nas “Observações sobre o emprego de alguns advérbios” não encontramos material sintáctico que nos permita compreender o funcionamento formal desta classe. A autora dá maior importância às questões morfológicas do que às sintácticas, não havendo lugar para qualquer tratamento sintáctico da unidade em causa. Nas já mencionadas “Observações” ficamos apenas a conhecer alguns

⁹⁵ A. M. D’Almeida Netto 1884: 109.

⁹⁶ Cf. J. M. Nunes de Figueiredo, A. Gomes 1977: 62-63.

⁹⁷ Cf. F. Torrinha 1933: 114-115.

aspectos particulares do uso do advérbio, nomeadamente no que diz respeito à posição que pode ocupar na frase⁹⁸.

Os autores das gramáticas tratadas, salvo honrosas excepções⁹⁹, preocupam-se mais com o apontar dos valores semânticos dos complementos circunstanciais do que com a definição e caracterização do que se deve entender por complemento circunstancial. De facto, os tipos de complementos circunstanciais apontados variam de autor para autor. Os autores que optam por diminuir o número de complementos refugiam-se num muito conveniente *etc.*; os autores que avançam até aos dezoito desdobram-se em explicações e usos de língua. No que todos os autores parecem concordar é na dificuldade que se sente ao proceder ao levantamento de características sintácticas deste tipo de complemento. O seu funcionamento sintáctico é, nas gramáticas, tacitamente relegado para um plano mais apagado, visto que não se apresenta tão homogéneo como o das outras funções sintácticas tratadas. Quando se define o Sujeito, o Predicado, o Complemento Directo ou Indirecto reconhecem-se características sintácticas. Assim, provas sintácticas que levam à identificação destas funções são apresentadas e discutidas. No entanto, quando se chega ao Complemento Circunstancial parece existir uma máxima de definição pela negativa e pela generalidade, que se afigura quanto mais ampla melhor.

Não é nossa intenção criticar os autores gramaticais aqui apresentados. Se os escolhemos foi por considerarmos que se tratava dos mais representativos. Mentis críticas que pensaram sobre a língua, e sobre ela produziram reflexões admiráveis. Epifânio, Barbosa, Macedo, Coelho, Netto, Leite, Azevedo, Machado, Cortesão, Moreira, Figueiredo, Gomes... todos contribuíram para construir uma gramática do Português Europeu, largando as amarras do latim e encarando a nossa língua como um objecto de estudo em si e por si. Por isso, não

⁹⁸ Cf. P. Vazquez *et alii* 1971: 540 e ss.

⁹⁹ Referimo-nos, por exemplo, a António Maria D’Almeida Netto que na sua obra *O escholaste portuguez* (1884), se preocupa em fornecer uma descrição mais longa do que a usual do que se entende por circunstancial. Também Epifâneo S. Dias e J. Soares Barbosa, como vimos, traçaram um caminho para uma possível distinção sintáctica entre os dois tipos de circunstanciais.

podemos deixar de evidenciar o valioso contributo representado por todo o material linguístico que nos deixaram.

Prova disso são os fundamentos que desta tradição subsistem na *Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP)* de 1967. Ai o Complemento Circunstancial é entendido como um dos elementos complementares da oração, a par do complemento directo, do complemento indirecto, do agente da passiva, do atributo e do aposto. Último na lista, o complemento circunstancial apresenta nove termos hierarquicamente a ele inferiores: lugar, tempo, modo, causa, fim, meio, instrumento, matéria e companhia. Serão estas nove subdivisões que o complemento circunstancial terá que suportar. Não havendo lugar na NGP para a semântica¹⁰⁰ ficamos intrigados sobre a razão que subjaz a tal subdivisão, que é de teor claramente semântico, teor esse a respeito do qual já nos tinha avisado, como visto *supra*, toda uma tradição de gramáticos portugueses, desde Bento José de Oliveira até Maria Helena Mira Mateus (cf. *infra*), passando por todo o conjunto de notáveis gramáticos que muitas reflexões sobre a língua proporcionaram.

Consultando as «Notas Explicativas ao Projecto» deparamo-nos com uma afirmação que nos coloca algumas reservas: «Haveria sem dúvida motivo para não enunciar os vários complementos circunstanciais...» (NGP 1967: 32) Perguntamo-nos de que *motivo* falará o autor; terá que ser um *motivo* deveras importante, para ignorar toda a tradição gramatical. Na verdade, podemos argumentar que autores houve que optaram por não dar uma importância excessiva à subdivisão semântica dos complementos circunstanciais. Podemos, a título de exemplo, lembrar que A. Coelho apenas referiu quatro, tal como J. Moreira ou C. Figueiredo, mas F. Leite considerou que dezoito seria o número de subdivisões que o complemento circunstancial admitia (cf. novamente *supra*, p. 59). No entanto, nenhum deles exprimiu qualquer intenção de excluir o complemento circunstancial do elenco das funções sintácticas reconhecidas.

A Comissão da NGP defende que «Compete sobretudo ao professor decidir quando e como deve entrar na discriminação destes complementos, ao serviço da análise interpretativa.» (NGP 1967: 32)

¹⁰⁰ A NGP faz a divisão apenas em dois domínios: a morfologia e a sintaxe.

mas reconhece que «(...) o problema não fica inteiramente solucionado, pois não é possível determinar com objectividade o limite ideal para esta nomenclatura (...).» (NGP 1967: 32) Compreendemos a dificuldade encontrada por esta Comissão, poderemos até simpatizar com ela, mas não podemos deixar de apontar os perigos de uma nomenclatura que fica “mais ou menos” ao critério do professor, quando existe uma tão rica tradição gramatical que fornece tanto material de reflexão sobre a língua.

Na parte final do presente tópico, veremos as três gramáticas de Português Europeu mais recentes e relevantes para o nosso estudo. Referimo-nos, obviamente, à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (1984), à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mário Vilela (edição de 1999), e à *Gramática da Língua Portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus *et alii* (edição de 2003). Com estas gramáticas chegamos a uma nova leitura dos factos gramaticais, que de alguma maneira será consignada no projecto da *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS). Dito de outra forma, os factos gramaticais transformam-se progressivamente em factos linguísticos. O peso da tradição gramatical greco-latina diminui consideravelmente e uma nova tradição começa a ser gerada, a da descrição linguística do Português Europeu.

C. Cunha e L. Cintra inscrevem a sua gramática numa teoria tradicional mas revestem-na de um certo carácter inovador, pois que a adaptam a alguns princípios linguísticos já consensuais nos anos 80. Na época, e em muitos anos que se lhe seguiram, era esta considerada a gramática de referência para o apoio escolar. Foi com base nela que muitas obras surgiram, com vista a uma didactização para todos os níveis de ensino dos conceitos aí utilizados.

Numa primeira impressão, logo constatamos que, na obra em causa, o peso recai sobre as chamadas “partes do discurso”, ocupando estas dez generosos capítulos. Os restantes onze capítulos repartem-se pelos outros aspectos ligados à língua portuguesa, desde a construção do período, às figuras de sintaxe, à pontuação, à fonética, fonologia,

passando pela ortografia e outros assuntos. Ficamos, por isso, com a clara sensação que o capítulo dedicado às funções sintácticas (e não o é exclusivamente¹⁰¹) é insuficiente para a complexidade e densidade das problemáticas relacionadas com as funções sintácticas. Só encontramos referência ao “complemento circunstancial” no Capítulo 7, “Frase, Oração, Período”¹⁰². Devemos ainda referir que o complemento circunstancial não existe nesta gramática enquanto conceito operatório; antes se prefere o uso de outro conceito, o de *adjunto adverbial*, conceito de tradição mais habitual na história gramatical do Português do Brasil (cf. *infra*, 2.2).

O Adjunto Adverbial é considerado por C. Cunha e L. Cintra um dos termos acessórios da oração, o que significa que se adiciona a:

«(...) um nome ou a um verbo para lhes precisar o significado. Embora tragam um dado novo à oração, não são indispensáveis ao entendimento do enunciado.»¹⁰³

O Adjunto adverbial será um «(...) termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do facto expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjectivo, ou de um advérbio.» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 152) Pode ser representado por três entidades diferentes: por um advérbio, por uma locução ou expressão adverbial, ou por uma oração adverbial. E mais nada se diz na caracterização, ou melhor, na enumeração das características sintácticas do “adjunto adverbial”. Existe também a preocupação de enumerar tipos de Adjuntos, o que mais uma vez demonstra o peso da tradição gramatical. No entanto, esta enumeração não se reveste de simplicidade, visto que «Muitas vezes, só em face do texto se pode propor uma classificação exacta.» (C. Cunha e L. Cintra 1987: 153) Não existe, portanto, um número exacto de “adjuntos adverbiais”, sentimento já partilhado pelos autores anteriormente tratados. “*Convém conhecer os seguintes...*” são as próprias palavras de C. Cunha e L. Cintra. São, depois, apontados dezasseis Adjuntos Adverbiais, entre os quais encontramos o Adjunto Adverbial de Negação. Que tenhamos conhecimento, esta é a primeira

¹⁰¹ De referir, a título de exemplo, que neste capítulo se insere aspectos relativos à entoação oracional. Não desvalorizamos este ponto em particular, apenas consideramos que não deveria ser tratado num capítulo dedicado às funções sintácticas.

¹⁰² C. Cunha, L. Cintra 1987: 119-176.

¹⁰³ C. Cunha, L. Cintra 1987: 150.

vez em que se faz referência a este adjunto; já que nunca apareceu em nenhum dos gramáticos até agora apreciados. O Adjunto Adverbial de Negação traduz-se, afinal, na mera presença do advérbio *não*. Fica a interrogação se tal será suficiente para a criação de um subtipo de Adjunto Adverbial.

Por um lado, C. Cunha e L. Cintra muito claramente nos advertiram que o Adjunto Adverbial pode ser representado por três entidades diferentes, recorde-se: o advérbio, a locução ou expressão adverbial e a oração adverbial. Onde encaixar o exemplo fornecido para o Adjunto Adverbial de Causa ou para o Adjunto Adverbial de Fim, questionamo-nos. No primeiro exemplo, encontramos *Por que lhes dais tanta dor?!*, no segundo *Para que me chama o rei?*¹⁰⁴ *Por que* e *Para que* serão locuções adverbiais... ou locuções prepositivas... Se não existe um advérbio para ser identificado como núcleo da locução ou expressão adverbial, legítima será a pergunta se efectivamente estamos na presença de uma locução adverbial. A nosso ver, trata-se simplesmente de uma locução prepositiva, cujo objectivo será introduzir uma pergunta. Do ponto de vista sintáctico as unidades “por que” e “para que” não têm qualquer função, tratando-se de monemas funcionais (em conformidade com os princípios teóricos expostos na Introdução, 2.2).

Por outro lado, não existe na exposição dos autores, critérios, nem provas sintácticas, que nos permitam a identificação dos diversos adjuntos. Para cada adjunto são fornecidos dois ou três exemplos de autores literários. Só por si, este facto coloca algumas reticências, pois nos interrogamos sobre se o registo literário será o único detentor da propriedade de fornecer exemplos de língua. Sem nos debruçarmos sobre as características da língua utilizada na literatura, não podemos deixar de admitir a existência de grandes diferenças entre este registo e outros, também passíveis de utilização para exemplos, o que não aconteceu na obra em causa. Não querendo contestar o *corpus* eleito por C. Cunha e L. Cintra, não podemos deixar de afirmar que este *corpus* só por si terá especificidades muito próprias. Como não existe qualquer explicação adicional para a subdivisão dos adjuntos, teremos

¹⁰⁴ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 153.

que confiar inteiramente nos exemplos do *corpus*, o que poderá ser falacioso.

M. Vilela apresenta uma perspectiva bastante diferenciada da de C. Cunha e L. Cintra. A sua gramática comporta três vertentes, perfeitamente coesas: a palavra, a frase e o texto. Parte-se da unidade mais pequena, para a unidade maior sem nunca deixar de estabelecer relações sintático-semânticas entre elas. O autor inscreve-se na corrente linguística que faz a defesa da importância do conceito de valência.

«Para a realização das relações sintáticas existem meios próprios e regras específicas. Designamos estes meios como o resultado das potencialidades de combinação (valência) de cada uma das partes do discurso: determinadas palavras exigem e prevêm, pelo seu significado lexical, a co-ocorrência de outros elementos linguísticos.»¹⁰⁵

Concordância e Regência são, desta forma, os instrumentos gramaticais que «(...) servem para adequar as palavras dependentes da palavra por que são regidos, activando as diferentes formas que uma palavra pode assumir.» (M. Vilela 1999: 282) Será, portanto, no quadro de uma gramática de dependências¹⁰⁶ que o autor irá operar.

Na gramática de valências existe uma segmentação hierárquica, e com ela se «(...) se determina e institui um centro sintático-semântico de que dependem os demais elementos da frase.» (M. Vilela 1999: 328) Apoiado em critérios sintático-semânticos o autor irá proceder à identificação de um quadro de esquemas frásicos que correspondem às possibilidades formais do português:

«(...) servindo-nos da substituição dos complementos por pró-formas ou pronominalização (que designaremos como anaforização), servindo-nos ainda das tradicionais formas de interrogação próprias para focalizar os diferentes elementos frásicos, da posição não marcada do complemento na frase, afinal, os processos normais de caracterização e identificação dos

¹⁰⁵ M. Vilela 1999: 282.

¹⁰⁶ M. Vilela 1999: 330.

Estatuto Sintáctico dos “Advérbios”: Função e Classe
Cap. I – Estudos sobre a Função Sintáctica Chamada “Complemento Circunstancial”

complementos/actantes, podemos chegar a um esquema dos complementos possíveis na língua portuguesa.»¹⁰⁷

Neste contexto teremos que assinalar a presença de um quadro sistemático dos actantes:

TABELA I - DETERMINAÇÃO DOS ACTANTES¹⁰⁸

Actantes	Provas					
	Posição	Anaforização	Interrogação	Pronominalização	Passivação	Marca
A1 = Sujeito tradicional	Antes do verbo	Eu, tu, ele, isto	Que(m=) (é que) + V			
A2 = Complemento directo tradicional	Depois do verbo		(o) que (é que) + A1+ V // quem (é que) + A1 + V	Me, te, se, o, a	Possibilidade de transformação passiva	0
A3 = Complemento indirecto tradicional		Me, te, se, nos, vos ,LHE, a isso	A quem (é que) + A1 + V (+A2)?			a N
A4 = Complemento preposicional (com preposição fixa)		Prepo. + pronome (forma oblíqua)	De/a/por... que/ quem (é que) + A1 + V?			De, a, em, por, para, com
A5 = Complemento locativo/situativo		Aí, lá, ali, nesse lugar	Onde é que A1 V?			Em, dentro, de...
A6 = Locativo direccional		Prep. + lá, aí, nesse lugar...	Prep. + onde (é que) A1 + V			Para, a, de, em, por...
A7 = Temporativo (complemento de tempo)		Para então/ essa hora	Para que data/hora, desde quando/ que data + A1+V (A2)			Para, de, desde...
A8 = Medida, duração, preço		Isto, tanto, pouco, muito...	Quanto tempo/qual o preço (que) A1 + V?			0
A9 = Modativo (complemento de modo)		Assim, deste modo...	Como (é que) A1+V..., de que modo/ maneira (é que) + A1 + V			Advérbio modal (bem, mal, assim assim...) ou equivalente
A10 – Predicativo: predicativos de CD e predicativos de verbos bivalentes		Assim	Como é que A1 V A2? Que tal A1 V A2?			0 /como /por

Nesta tabela encontramos A5 a A9 como actantes, ou seja, argumentos essenciais do Verbo. Estes correspondem ao que na gramática tradicional simplesmente se apelidava de Complemento Circunstancial. Como não podemos retirá-los sem destruir a integridade sintáctica da frase onde ocorrem, verificamos que não são facultativos, sendo o verbo o elemento que comanda tais regências. Serão considerados por isso como argumentos ou actantes obrigatórios, pois

¹⁰⁷ M. Vilela 1999: 330.

¹⁰⁸ Tabela adaptada de M. Vilela 1999: 332-339.

«(...) estão instalados no próprio significado do predicado (...).» (M. Vilela 1999: 339) Não discutimos o facto de serem considerados elementos acessórios, e não podem ser facultativos, pois o NV exige a sua presença, existindo entre ambos uma relação de grande proximidade sintáctica.

A determinação adverbial – mais precisamente, que afecta o advérbio – vem inscrita sob o tópico “Reflexões sobre os “cases” e as categorias semânticas dos nomes”:

«Designamos por determinação adverbial os elementos frásicos que podem ser permitidos ou exigidos pela valência dos autossemânticos (verbo, adjectivo, substantivo), que equivalem a um advérbio, mas que, normalmente, não se confundem com os complementos preposicionais (...).»¹⁰⁹

M. Vilela está, portanto, a referir-se a todo um conjunto de funções anteriormente identificadas como “complemento circunstancial”, mas agora apresenta uma série de critérios e de fundamentos para distinguir funções que são essenciais na frase (os argumentos/os actantes), das funções que não são exigidas pela valência do autossemântico. Segundo o autor, a forma destas determinações adverbiais não é determinada pela regência do verbo. O autor refere mesmo o termo “suplemento” que é utilizado na gramática espanhola¹¹⁰ (cf. *infra* 3.1). Do ponto de vista semântico os adverbiais designam circunstâncias de um acontecer ou estado, a saber: Lugar, Direcção, Origem, Tempo, Repetição, Qualidade, Intensidade, Causa, Fim, Consequência, Condição, Ordenação, Oposição, Instrumento, etc¹¹¹. A incidência destes elementos pode variar, sendo possível que ocorram ligados ao nó actancial no seu conjunto (referimo-nos ao locativos não exigidos pelo verbo), ou incidam sobre o próprio falante, ou ainda se insiram directamente num dado elemento do nó actancial (no sujeito, no verbo e nos respectivos complementos)¹¹².

¹⁰⁹ M. Vilela 1999: 364-365.

¹¹⁰ Voltaremos a este ponto, procedendo a uma necessária distinção entre o que os gramáticos espanhóis entendem por suplemento e o nosso complemento circunstancial, adjunto adverbial, ou, como lhe chama M. Vilela, determinação adverbial.

¹¹¹ Cf. M. Vilela 1999: 365.

¹¹² Cf. M. Vilela 1999: 366.

A distinção feita pelo autor entre complementos, argumentos e determinação adverbial é, a nosso ver, central para tentar perceber o que se passa no funcionamento sintáctico do chamado “complemento circunstancial”. Se, inicialmente, se colocava tudo o que não era sujeito, complemento directo, complemento indirecto... sob a etiqueta do complemento circunstancial, neste momento tal realidade afigura-se-nos impossível. Não mais poderemos dizer que complemento circunstancial é o que não for sujeito, complemento directo..., pelo que estamos em condição de esclarecer em que consiste esta função sintáctica, porque o é, porque existe, porque é uma realidade da língua e, conseqüentemente, não pode ser simplesmente ignorada e afastada dos estudos gramaticais e linguísticos. E M. Vilela fornece um importante contributo nesta demanda. Temos que encarar duas realidades diferentes: um determinado tipo do antigo “complemento circunstancial” é exigido pelo predicado, uma vez que sem ele a frase perde a sua integridade sintáctica; um outro tipo de “complemento circunstancial” não é exigido pelo predicado, apenas se acrescenta à sua estrutura sintáctica.

Necessitamos, então, de critérios sintácticos que permitam comprovar esta realidade linguística. Acreditamos que a sintaxe funcionalista nos permitirá o enumerar de critérios (sintácticos) que façam a distinção entre o que é essencial, isto é, argumental, do que é acessório, isto é, circunstante. Claro que há uma distinção fundamental entre o nosso trabalho e o de M. Vilela. Restringimo-nos, com efeito, apenas ao advérbio como classe sintáctica que pode preencher a função sintáctica de circunstancial. No entanto, o princípio mantém-se inalterado: haverá advérbios que, preenchendo a função circunstancial, não são exigidos pelo verbo, pelo que podem ser excluídos da frase sem a destruir; haverá, igualmente, advérbios que não podem ser excluídos da frase porque é o próprio NV que exige a sua presença.

Reservamos para uma reflexão final a mais recente *Gramática de Língua Portuguesa*. Será no Capítulo 10, “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”, que iremos encontrar as funções sintácticas, apelidadas como “relações gramaticais”. São dois

os termos centrais no domínio sintático de predicação: o sujeito e o predicado¹¹³, uma vez que o modelo de frase aqui consignado implica uma estrutura bimembre de dois constituintes, o GN e o GV (Grupo Nominal e Grupo Verbal). É sob a égide das relações gramaticais oblíquas que encontramos o habitualmente considerado “complemento circunstancial”.

«Chama-se oblíquas às relações gramaticais que não são centrais. Têm relações gramaticais oblíquas tanto argumentos obrigatórios e opcionais do predicador verbal como adjuntos (...), os constituintes com relações gramaticais oblíquas são tipicamente de natureza preposicional, adverbial ou frásica.»¹¹⁴

É depois apresentada um conjunto de frases que permite a identificação da chamada relação oblíqua com o predicado. O uso da interrogação não nos parece ser um critério suficientemente abrangente e sintacticamente seguro para distinguir oblíquos complementos e oblíquos adjuntos.

«A tradição gramatical habituou-nos a classificar todos os sintagmas preposicionais e adverbiais que surjam numa oração como “complementos circunstanciais”, distintos pelo seu valor nocional (...). Mas, na verdade, há diferentes tipos de ligação estrutural e lexical dos SPs e dos SAdv relativamente ao verbo (...).»¹¹⁵

«Os tradicionalmente designados “complementos circunstanciais” não podem ser uniformemente tratados: uns são argumentos internos verbais, ocupando posições de complemento; outros, embora pertençam o SV, não são argumentos internos e ocupam posições de adjunção a SV.»¹¹⁶

Retomando uma tradição gramatical presente em Epifânio e Barbosa (cf. *supra* pp. 58-59) as autoras reconhecem a necessidade de distinguir dois tipos de relação com o verbo, no que diz respeito aos complementos circunstanciais, ou complementos adjuntos, como as autoras optam por os designar. Na verdade, trata-se de distinguir aquilo

¹¹³ Cf. M. Mateus *et alii*: 277-283.

¹¹⁴ M. Mateus *et alii*: 294.

¹¹⁵ M. Mateus *et alii*: 414.

¹¹⁶ M. Mateus *et alii*: 416.

que é argumental do que é circunstancial, como também M. Vilela tinha feito. Ao defender a não uniformização do tratamento dado aos complementos circunstanciais, as autoras reconhecem que estes estabelecem com o verbo relações de natureza distinta: uns serão centrais, outros periféricos; ou, se preferirmos, uns serão complementos e outros adjuntos (M. Mateus *et alii* 2003).

A *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS)¹¹⁷, neste ponto, segue de perto os parâmetros propostos por M. Mateus *et alii* 2003. Além disso, é possível encontrar nela ecos de outros trabalhos cujos contributos fomos assinalando e serão aqui devidamente explicitados.

Na TLEBS a sintaxe surge inserida num processo que visa a hierarquização dos termos, já que, enquanto combinação fixa de palavras, pode estruturar várias combinações livres dentro da frase. A função sintáctica será o papel que cada unidade sintáctica desempenha na frase a que pertence. Para se verificar qual esse papel torna-se necessário o estabelecimento de operações que se enquadram na metodologia escolhida para identificação das funções. Referimono-nos à segmentação, à substituição (ou comutação), à deslocação das unidades na cadeia falada e à retoma anafórica, procedimentos clássicos de uma análise sintáctica¹¹⁸. Desta forma, podemos assumir que os elementos com funções sintácticas são unidades sintácticas e, conseqüentemente, as unidades com funções sintácticas são constituintes principais das frases.

O advérbio é encarado como uma classe de palavra invariável em género e número:

«Na maior parte dos casos, os advérbios desempenham a função sintáctica de modificadores de frase (iv), modificadores do grupo verbal (v) ou a função sintáctica de complemento oblíquo (vi) ou predicativo do sujeito (vii). Alguns advérbios podem, ainda, modificar grupos preposicionais (viii), grupos adjectivais (ix) ou grupos nominais (x).»¹¹⁹

¹¹⁷ Consultada via <http://tlebs.dgicd.min-edu.pt/> (Base de dados em linha: versão de testagem) (Conforme versão consultada em Abril de 2008).

¹¹⁸ Cf. I. Duarte 2005: 1-2.

¹¹⁹ <http://tlebs.dgicd.min-edu.pt/> (05/04/2008)

O modificador do grupo adverbial possibilita a opcionalidade da sua presença ou ausência sem ocorrer qualquer tipo de alteração na estrutura sintáctica da frase. Destaque-se que a ênfase é colocada na função sintáctica desempenhada pela unidade.

O conceito de circunstancial é, deste modo, afastado enquanto designação terminológica, mas não enquanto função sintáctica devidamente atestada, embora haja uma modificação ao nível da sua designação. Também as divisões entre os complementos circunstanciais de acordo com a sua natureza/valor são afastadas. Não faz sentido, de um ponto de vista sintáctico, proceder a uma divisão do “complemento circunstancial”, agora “modificador” em nove ou dez, ou mesmo mais, pois o que está em causa como factor de mudança é o sentido. A sintaxe é (ou deverá ser) rigorosamente a mesma. Concordamos plenamente com a perspectiva apresentada, visto que a divisão do complemento circunstancial em vários complementos de teor semântico diverso será algo que, do ponto de vista sintáctico, não tem qualquer relevância. Se a sintaxe é a mesma em:

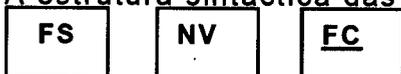
A Ana cantou hoje.

A Ana cantou mal.

A Ana cantou quando tu chegaste.

A Ana cantou naquele dia.

A estrutura sintáctica das frases é a mesma:



Não existe necessidade de proceder a qualquer distinção que assente no sentido veiculado quer pelo monema *hoje* quer pelo monema *mal*, que ainda pelo sintagma *naquele dia* ou pela oração subordinada *quando tu chegaste*. Sintacticamente serão unidades que preenchem o espaço funcional da *função circunstancial*.

O complemento oblíquo é colocado no mesmo nível hierárquico dos complementos directos, indirectos, e agentes da passiva. Trata-se de um complemento quando há uma ligação estreita com o verbo, quando a função em causa depende do verbo:

«Complemento seleccionado pelo verbo, que pode ter uma das seguintes formas:

- grupo preposicional que não é substituível pelo pronome pessoal na sua forma dativa ("lhe" / "lhes") (i-ii).
- grupo adverbial (iii).
- a coordenação de qualquer uma destas formas (por exemplo (iv)).

(i) O João foi [a Nova Iorque].

*O João foi-lhe.

(ii) O João gosta [de bolos].

*O João gosta-lhes.

(iii) O João mora [aqui].

(iv) O João vive [aqui ou em Lisboa]?»¹²⁰

Quando não há independência estamos perante uma função, mas uma função de modificador do NV e não de complemento do NV. Será, acreditamos, a diferença a que faremos referência no cap. IV, entre determinação intra-sintagmática e a determinação inter-sintagmática, sendo que a primeira ocorre dentro do sintagma – modificador – enquanto a segunda ocorre entre sintagmas – complemento (cf. cap. IV, pp. 322 e ss.). Para além destas duas realidades linguísticas, poderemos ainda identificar uma terceira, o modificador adverbial da frase. Esta função sintáctica não faz parte do predicado, tendo carácter optativo¹²¹. O advérbio encontra a sua incidência não no NV ou num qualquer dos seus determinantes, mas na frase no seu todo. Contemplaremos este uso no cap. III, sendo designado como “atributo frásico” (cf. cap. III, pp. 254 e ss.).

Os complementos oblíquos e os modificadores aparecem com entradas distintas. O complemento oblíquo será,

«Complemento seleccionado pelo verbo, que pode ter uma das seguintes formas:

- grupo preposicional que não é substituível pelo pronome pessoal na sua forma dativa ("lhe" / "lhes") (i-ii).
- grupo adverbial (iii).

¹²⁰ <http://tlebs.dgidec.min-edu.pt/> (05/04/2008)

¹²¹ Para este assunto, já Malaca Casteleiro tinha chamado a atenção ao referir a necessidade de distinguir uma subclasse do advérbio com características sintácticas particulares. “A formas como *felizmente*, *provavelmente* e outras, chamamos *advérbios de frase*, pois se comportam como modificadores ou predicados de frase, veiculando a maneira de sentir ou de ver do sujeito falante relativamente à proposição contida na oração adjacente. J. M. Casteleiro 1982: 99.

- a coordenação de qualquer uma destas formas (por exemplo (iv)).»¹²²

A identificação destes complementos faz-se através de três parâmetros diferentes, que passaremos a enumerar:

1º Impossibilidade de substituição pelas formas acusativa e dativa do pronome pessoal;

(Este primeiro ponto visa, sobretudo, a possibilidade de se tratar de um complemento directo regido de preposição, o que não sendo o comportamento sintáctico mais usual, ocorre e está atestado. Trata-se de um teste sintáctico, que corresponde à impossibilidade de pronominalização já reconhecida *supra* para esta função)

2º Ocorrem obrigatoriamente na resposta não redundante a uma pergunta *O que fez + sujeito?* Ou *O que se passa com + sujeito*;

(Neste segundo caso, parece existir um deslocamento para o domínio da semântica; o que importa averiguar é a natureza semântica do NV e do seu complemento. Num enunciado como *O João caminhou depressa*, a pergunta sugerida será: *O que fez o João?*, sendo que a resposta a obter será: *caminhou depressa*. Esta resposta permite-nos concluir que o núcleo predicativo *caminhou* está determinado pelo advérbio *depressa*, pelo que os dois não podem ser separados)

3º Não podem ocorrer numa pergunta do tipo acima que tenha como resposta não redundante o grupo verbal.¹²³

(Voltando ao enunciado utilizado no 2º podemos perguntar *O que é que o João fez depressa?* e obter como resposta *caminhou*.)

O modificador não tem qualquer carácter obrigatório, surgindo como um mero acrescento. Hierarquizada nas funções sintácticas internas ao grupo verbal este não é seleccionado, nem a sua omissão afecta a gramaticalidade da frase¹²⁴.

Como veremos adiante (cap. III), antecipando uma possível reformulação da FC obrigatória e facultativa, os tradicionais “complementos circunstanciais” podem assim surgir no âmbito de uma

¹²² <http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/> (05/04/2008)

¹²³ Cf. I. Duarte 2005: 8.

¹²⁴ Cf. <http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/> (05/04/2008) “modificador”

sintaxe do núcleo (verbal) ou de uma sintaxe da periferia (cf. C. Clairis 2008), sendo nesta última que poderão incidir ou em sintagmas não verbais (inferiores a e dependentes do núcleo predicativo, como é o caso dos sintagmas nominais) ou em sintagmas mais amplos (abrangendo por conseguinte a totalidade da frase).

2.2 A VISÃO DAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Considerou-se relevante proceder a uma separação entre as gramáticas do Português Europeu publicadas em Portugal, por autores de nacionalidade portuguesa, e as publicadas no Brasil, por autores de nacionalidade brasileira. Esta análise não pretende ser exaustiva, mas tão somente ilustrativa, pelo que apenas se considerou um número limitado de gramáticas para investigação, constituindo estas uma amostra do que de mais relevante se fez no Brasil.

Começámos a nossa investigação pela data de 1831, terminando em 2000. Desde Francisco Solano Constâncio a Maria Helena de Moura Neves muito caminho se percorreu, muitos estudos se fizeram e muito pensamento linguístico se desenvolveu. Sem ambicionar a pormenorização do decifrar do pensamento gramatical brasileiro, pretendemos dar conta da visão desenvolvida pelos seus gramáticos, para que possamos estabelecer pontos de contacto, ou de desunião, entre gramáticos portugueses e brasileiros, no que ao tratamento da função circunstancial diz respeito.

Nas gramáticas do Português do Brasil, o termo mais usado é o de Adjunto Adverbial (cf. *supra*, pp. 65-68), mas a explanação do conceito em causa não se afasta substancialmente daquilo que já tinha sido apontado pelos gramáticos portugueses.

João Ribeiro preocupa-se em definir aquilo que entende como sendo o adjunto adverbial, esclarecendo que estes são os elementos que modificam o verbo e o adjectivo, mas preocupa-se mais em

enunciar as formas do que os adjuntos adverbiais podem tomar, a saber: advérbio, locução ou proposição adverbial, substantivo precedido de preposição e substantivo acompanhado de atributo e empregue em sentido absoluto¹²⁵. As explicações não vão para além da habitual mostra de exemplos para cada um dos casos. Se os três primeiros não colocam dúvidas de maior, já o quarto parece fugir um pouco ao que já antes se tinha dito sobre o assunto. O autor apresenta dois exemplos: *Feita a oração, adormeceu; Tendo-se occultado o sol, acampamos*. Estamos nestes dois exemplos no domínio da oração subordinada. Tal como C. Cunha e L. Cintra adiantaram, o adjunto adverbial pode ser representado por uma oração adverbial reduzida¹²⁶. Julgamos ser o que acontece nos presentes exemplos – de alguma forma herdeiros de um *ablativo* (absoluto) que não repugnaria a Reis Lobato (cf 2.1, p. 60).

Maximino Maciel, na primeira metade do século XIX defende que existe uma função adverbial exercida por uma palavra ou expressão a qual, mediante uma circunstância, modifica o verbo, o adjectivo e até o advérbio. «A palavra ou expressão em função adverbial diz-se adjunto adverbial.» (M. Maciel 1925: 285) O autor aponta dez formas do adjunto adverbial se expressar. Além do tradicional advérbio, expressão adverbial, proposição conjuncional (oração adverbial), o autor menciona ainda o adjectivo adverbiado, o que já denota a preocupação em fazer notar que certos adjectivos adoptam o comportamento sintáctico dos advérbios; por palavra com e sem preposição; por expressão do verbo *haver* exprimindo tempo (no fundo acaba por ser a locução adverbial que identifica e não o verbo); por uma proposição infinita; frase no particípio passado e no particípio presente (trata-se, novamente, neste caso, do que C. Cunha e L. Cintra chamariam de orações reduzidas¹²⁷).

No que respeita à identificação de adjuntos adverbiais, M. Maciel classifica-os como manifestações de um fenómeno geral, com capacidade para exprimir muitas circunstâncias. O autor acaba por identificar “apenas” trinta e cinco. Curioso será notar que, no extremo oposto, se encontra E. C. Ribeiro, escrevendo sensivelmente na mesma altura (existe uma diferença de sete anos entre as duas publicações) e

¹²⁵ Cf. J. Ribeiro 1889: 370.

¹²⁶ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 152.

¹²⁷ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 605-612.

que não identifica nenhum adjunto adverbial, limitando-se à sua caracterização e às formas que este pode adoptar¹²⁸.

L. Freire na sua *Sintaxe da língua portuguesa* aproxima o adjunto adverbial (função sintáctica) do advérbio (categoria morfológica/classe de palavra), justificando as numerosas espécies do primeiro, com a existência das inúmeras espécies do segundo¹²⁹. A definição apresentada em nada difere das anteriormente estudadas. No entanto, é de sublinhar que esta aproximação entre as duas realidades poderá ser benéfica para o entendimento e consequente explicação do advérbio quando este se actualiza na frase e se transforma numa função sintáctica. Também Napoleão Mendes de Almeida volta a sublinhar esta estreita relação entre os dois elementos, argumentando que o «(...) adjunto adverbial é, em análise sintáctica, o que é o advérbio ou locução adverbial na morfologia.» (N. Mendes de Almeida 1960: 361-362) O autor destaca o carácter acessório deste termo por oposição ao carácter essencial das outras funções sintácticas. O adjunto adverbial não sendo exigido pelo verbo é chamado pelo autor de *complemento accidental*, constituindo-se como um termo acessório da oração, que modifica o verbo, o adjectivo ou o próprio advérbio¹³⁰. A ideia de *complemento accidental* já tinha sido anteriormente apresentada por E. C. Pereira que o definia como se segue: «(...) complemento não exigido pela significação do termo completado, é um mero adjunto, que acidentalmente dá mais precisão ao sentido do termo.» (E. C. Pereira 1944: 232) O mesmo conceito de *accidental* é, ainda, defendido por C. Brandão que inclui o circunstancial¹³¹ no conjunto destes complementos, mas não se alonga em mais pormenores. Já I. Arnulfo prefere falar em *termos acessórios* sem, no entanto, pôr em causa o seu carácter dispensável para a compreensão do enunciado¹³². Curiosamente, E. C. Pereira e C. Brandão preferem falar em complemento circunstancial e não como os autores seus compatriotas, em adjunto adverbial. Não obstante, o conceito continua a ser o mesmo.

¹²⁸ Cf. E. C. Ribeiro 1932: 297-299.

¹²⁹ Cf. L. Freire 1937: 55.

¹³⁰ Cf. N. Mendes de Almeida 1960: 361-362.

¹³¹ C. Brandão 1963: 29-30.

¹³² Cf. I. Arnulfo 1960: 141.

A. A. Torres preocupa-se, sobretudo, em identificar os diversos tipos de adjuntos adverbiais, mantendo a mesma definição já encontrada nos autores precedentes. Chegam ao número de dezassete os adjuntos adverbiais por ele identificados¹³³. Não há, no entanto, critérios, nem caracterizações que nos permitam compreender tamanha quantidade de adjuntos adverbiais. O único critério parece ser o do sentido veiculado por cada uma das frases que é utilizada como exemplo. Por seu turno, G. C. de Melo não chega a um número tão elevado de adjuntos.

«(...) Dificilmente se poderia fazer uma relação completa. E é bom mesmo que não se faça, para deixar à argúcia do aluno aplicado e inteligente a tarefa de denominar, de batizar uma circunstância que não figura na lista das conhecidas.»¹³⁴

Como tivemos oportunidade de notar, em todos os gramáticos até agora analisados não existem diferenças significativas. Se, por um lado, diferem em relação a aspectos particulares, têm maior ou menor imaginação na inventariação do número de complementos circunstanciais, por outro acabam todos por concordar no carácter acessório, accidental do adjunto (ou complemento) adverbial – sintacticamente acessório –, bem como na reiteração do carácter semanticamente circunstancial, que encontramos já nos gramáticos portugueses (cf. 2.1).

Reservámos para o final, um autor que se afasta, e não é só em termos cronológicos, de todos os até agora apresentados, quer pela sua originalidade, quer pela preocupação em explicar e exemplificar o máximo de aspectos que a sua teoria lhe permitiu enunciar. Falamos de E. Bechara e da sua *Moderna Gramática Portuguesa* (edição de 1999).

E. Bechara começa por focar na sua exposição sobre os determinantes circunstanciais ou adverbiais um ponto que, como temos vindo a dizer, é fundamental – o facto de a gramática tradicional ter unido sob a mesma alçada comportamentos sintácticos bastante diferenciados. Se atentarmos no exemplo do autor: *A criança caiu da*

¹³³ Cf. A. A. Torres 1973: 225.

¹³⁴ G. C. de Melo 1968: 219.

cama durante a noite, verificamos que *da cama* e *durante a noite* constituem funções sintácticas diferentes, mas a gramática tradicional, atendendo exclusivamente ao aspecto semântico, classificou-os da mesma forma - adjuntos adverbiais, o que significa que nem um, nem outro, constituem termos argumentais.

«Ora, basta aplicarmos o teste da redução para verificarmos que o termo *da cama* é termo obrigatório, argumental, pois pertence à regência do verbo *cair*; assim, torna-se incompleta do ponto de vista sintático (e semântico, naturalmente) a oração sem este complemento relativo. (...) Já não se dá o mesmo com a redução ou supressão do termo *durante a noite*.»¹³⁵

Desta forma, uma primeira distinção fulcral prende-se com a separação entre complemento relativo, como lhe chama E. Bechara, do adjunto circunstancial. O primeiro é obrigatório, o segundo é um mero acréscimo ao significado do predicado. Para este assunto, também M. Mateus *et alii* 2003 chamou, como vimos, a atenção, quando procedeu à separação entre oblíquos complementos, e oblíquos adjuntos (cf. *supra*, 2.1). E. Bechara identificou como complementos relativos elementos que, em M. Mateus *et alii* 2003, são argumentos com relações gramaticais oblíquas¹³⁶. Fazendo ainda um paralelismo com outro autor português, podemos lembrar que M. Vilela também procedeu a esta distinção fulcral. O complemento relativo de E. Bechara corresponde aos actantes A5, A6, A7 e A8 de M. Vilela – elementos argumentais, necessários à frase. Já o adjunto adverbial constitui aquilo que M. Vilela chamou de “determinação adverbial”, isto é, elementos não essenciais, circunstanciais. Para E. Bechara os adjuntos adverbiais serão,

«(...) semântica e sintacticamente opcionais. Respondem às clássicas perguntas como? Quando? Onde? Por quê?, enquanto o complemento relativo responde à pergunta que? Quem?, precedidos de preposição que acompanha tradicionalmente o verbo.»¹³⁷

¹³⁵ E. Bechara 1999: 436.

¹³⁶ Cf. M. Mateus *et alii* 2003: 294.

¹³⁷ E. Bechara 1999: 437.

O conteúdo semântico dos adjuntos adverbiais já foi amplamente discutido ao longo da história gramatical, e todos temos consciência dos diversos valores semânticos que estes podem adoptar. Será, então, o comportamento sintáctico destes adjuntos, o que coloca mais dúvidas:

«(...) seu comportamento sintáctico na oração é heterogéneo e requer maior atenção de quem procura descrever esse termo. Assim, a coesão dele ora é maior com o verbo ou com o sintagma verbal, ora faz referência a toda a oração, sem que com isso deixe de formar parte dela, à maneira dos termos marginais.¹³⁸

No entanto, como o próprio autor reconhece, enveredar por estes aspectos seria extrapolar os seus (e também nossos) objectivos. Assim, os adjuntos adverbiais tal como entendidos por E. Bechara, correspondem ao papel que estes elementos exercem junto de substantivos e de adjectivos.

Será necessário apurar aquilo que sintacticamente distingue este adjunto de outras funções argumentais na frase. O adjunto adverbial distingue-se desde já do sujeito, do complemento directo, do complemento indirecto, e de outras funções argumentais, por não sofrer restrições de número. Se o NV apenas admite um sujeito, um complemento directo, etc... o mesmo não se passa em relação ao adjunto adverbial. De facto, podemos ter tantos adjuntos adverbiais quantos os necessários a incluir na experiência comunicada. Uma outra característica sintáctica fundamental reside no facto de o adjunto adverbial não exigir o preenchimento da casa vazia deixada pela função sintáctica – o functema, em termos de sintaxe funcionalista -, ao contrário do que acontece com os termos argumentais¹³⁹. Estamos, então, claramente no âmbito sintáctico.

No que respeita aos tipos de adjuntos adverbiais, E. Bechara aponta onze diferentes. Não sem antes advertir:

«O adjunto adverbial constitui uma classe muito heterogénea (...) não só do ponto de vista formal como ainda do ponto de vista de valor semântico. Tal fato leva a que constantemente esteja a não delimitar com nitidez

¹³⁸ E. Bechara 1999: 437.

¹³⁹ Cf. E. Bechara 1999: 438-439.

as fronteiras com outras funções sintáticas (...) e com
conteúdos de pensamento designado vizinhos.»¹⁴⁰

A amplitude de valores que os adjuntos adverbiais podem cobrir é grande, e E. Bechara opta por se fixar nos principais, focando os esquemas com que se representam tais funções. Na sua grande maioria, o autor expõe com algum pormenor, as suas características. Ficamos, por exemplo, a saber que os adjuntos adverbiais de lugar têm como característica,

«(...) responder à pergunta onde?, precedido este advérbio ou não de preposição que marca a designação circunstancial (donde?, por onde?, aonde?, até onde?, etc.), em relação à ideia expressa pelo verbo, pelo sintagma, verbal ou ao conteúdo de uma oração dita principal.»¹⁴¹

O mesmo tipo de análise se desenvolve em relação aos adjuntos adverbiais temporais, modais, de fim, de causa, de instrumento e de companhia, de quantidade¹⁴². No entanto, a mesma situação não se repete nos seis últimos conjuntos de adjuntos adverbiais apresentados pelo autor. Para o adjunto adverbial de distribuição limita-se o autor a apresentar um exemplo. Para os adjuntos adverbiais de inclinação e oposição, e de substituição, troca ou equivalência, opta E. Bechara por se centrar nas características de sentido presentes nos enunciados apresentados nos exemplos. O mesmo acontece em relação aos adjuntos adverbiais de tempo ou aspecto, de assunto ou matéria tratada e, finalmente, o de adição ou inclusão, exclusão e concessão.

Existe assim uma forte tendência para a dissecação semântica das frases escolhidas para exemplificar cada um dos adjuntos adverbiais apresentados por E. Bechara. Por outro lado, dá o autor prevalência ao uso das preposições, e ao valor que elas acrescentam aos enunciados tratados. Dentro da perspectiva defendida, os adjuntos adverbiais parecem-nos perfeitamente definidos e clarificados nos seus aspectos mais abrangentes. Recordemos que se trata de uma perspectiva que avança critérios sintático-semânticos para a

¹⁴⁰ E. Bechara 1999: 439.

¹⁴¹ E. Bechara 1999: 440.

¹⁴² Cf. E. Bechara 1999: 440-446.

apresentação dos factos linguísticos. Uma perspectiva que se configura, no entanto, coerente no quadro linguístico adoptado. Houve, por parte do autor, uma forte preocupação em reflectir sobre este aspecto da língua tão pouco estudado. Conseguiu problematizar questões muito importantes, que irão permitir descortinar o comportamento sintáctico deste aspecto linguístico em particular.

3. CONFRONTO COM OUTRAS LÍNGUAS

3.1 CASTELHANO

Na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española (GDLE)*, publicada em 1999, não se encontram referências aos complementos circunstanciais, pelo menos com tal designação terminológica. O volume I, dedicado à sintaxe das palavras, faz referência detalhada aos aspectos que envolvem o advérbio. No volume II, dedicado às construções e relações sintácticas, os autores partem de conceitos genéricos como ‘predicação’, ‘complementos’ e ‘transitividade’ para o apontar dos vários tipos de relação que as unidades estabelecem com o seu núcleo – o predicado.

Os advérbios de predicado serão aqueles que cumprem a função de circunstancial – advérbio de modo, de lugar, de tempo e de quantidade. Esta função poderá ser obrigatória, quando as unidades envolvidas no processo realizam papéis semânticos exigidos pela estrutura argumental do verbo; poderá, também, ser de carácter facultativo, o que acontece na maioria dos casos, pois tais unidades não são exigidas pelo significado do verbo, constituindo-se como advérbios internos ao sintagma verbal. Se observarmos um exemplo, podemos com alguma facilidade perceber a distinção entre os dois tipos de elementos que os autores sugerem: *Vou à estação na Terça-feira*.¹⁴³ Se adoptássemos a visão da gramática tradicional portuguesa, identificaríamos *vou* como ‘predicado’, *à estação* como ‘complemento circunstancial de lugar onde’ e *na Terça-feira* como ‘complemento circunstancial de tempo’. Se optarmos pela visão da *GDLE*¹⁴⁴, identificaremos *Vou* como ‘núcleo predicativo’, *à estação* como ‘complemento argumental locativo’ e *na Terça-feira* como ‘complemento

¹⁴³ Cf. I. Bosque, V. Demonte 1999: 1524. Os autores trabalham estes complementos fornecendo alguns exemplos na sua língua de trabalho de forma a ilustrar as suas teses. Nós optámos por fornecer exemplos em Português Europeu, visto que o fenómeno também se realiza na nossa língua.

¹⁴⁴ O capítulo 24, *Predicación, complementos y transitividad*, inserido na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* é de autoria de Héctor Campos.

circunstancial periférico’. Para os autores o verbo *ir* tem um regime obrigatório, tornando *Vou na Terça-feira* um enunciado agramatical. Esta análise relembra-nos, *mutatis mutandis*, a que E. Bechara propõe para o exemplo *A criança caiu da cama durante a noite* e também a que foi considerada para os exemplos *Ele almoçou aqui* e *Ele mora aqui* (cf. *supra*, 2.1 e 2.2). E. Bechara mostra que os locativos que preenchem lugares argumentais do V possuem um estatuto diferente, não podendo ser confundidos com os circunstanciais que resultam de informação adicional e não de lugares vazios do V. Assim acontece em *A criança caiu da cama durante a noite*.

E. Bechara distingue, assim, os *determinantes circunstanciais ou adverbiais* (exemplo *supra*) dos adjuntos adverbiais, estes claramente marcados pela heterogeneidade de características quer formais, quer semânticas.

O conceito de “regime verbal” acaba por ser central para uma correcta distinção entre elementos argumentais e elementos circunstanciais ou periféricos.

«(...) señala por lo general una relación de dependência entre elementos sintácticos, en la que uno de ellos aparece como ‘principal’ o ‘núcleo’ y el otro como ‘subordinado’ o ‘modificador’.»¹⁴⁵

Chegamos, deste modo, ao conceito de ‘complemento de regime verbal’, isto é, os complementos introduzidos por preposição. Ora, isto cobrirá uma parte do que tradicionalmente se entende por complementos circunstanciais.

Sendo o ‘regime’¹⁴⁶ uma classe de relação sintáctica, não é, na perspectiva dos autores, necessariamente uma função sintáctica da frase, isto é, «(...) uno de los ‘papeles’ que en la oración pueden interpretar los diferentes sintagmas posibles.» (I. Bosque, V. Demonte 1999: 1810) Este tipo de complementos tende a ser enquadrado quer no estudo do complemento directo, quer no que alguns gramáticos espanhóis designam por suplemento. Por outro lado, também não

¹⁴⁵ I. Bosque, V. Demonte 1999: 1809.

¹⁴⁶ O capítulo 29, *Los complementos de régimen verbal*, inserido na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* é de autoria de Rafael Cano Aguilar.

podem, como acontece muitas vezes, ser simplesmente identificados como “complementos circunstanciais”, pois apesar de a sua forma ser a mesma, o tipo de relação que estabelecem com o verbo tem uma natureza diferente.

«(...) Uno de los primeros criterios utilizados para distinguir los complementos de régimen preposicional de los circunstanciales ha sido el de la imposibilidad de suprimir los primeros en la frase, a no ser que se deje una referencia pronominal (...)»¹⁴⁷

Repare-se que, novamente, se coloca a ênfase na relação que este tipo de complemento estabelece com o verbo. A questão passa por saber se a designação ‘complementos preposicionais de regime verbal’ é suficiente para esclarecer o funcionamento sintáctico destas unidades que, introduzidas por uma preposição, mantém com o predicado uma relação de actância, e não de circunstância. Por princípio, concordamos que é exigência de uma análise sintáctica identificar os diferentes tipos de comportamentos das unidades, tentando encontrar padrões que possibilitem o avançar de regras gerais para explicação de determinados factos sintácticos.¹⁴⁸ Assim, diante de um núcleo predicativo temos que ter em atenção não apenas o seu regime sintáctico, mas temos também que ter consciência de que quando se faz a escolha do núcleo predicativo já estamos a fazer algumas restrições em termos semânticos.

Como já referimos os autores da *GDLE* partem do conceito de regime verbal para o definir de todas as relações sintácticas que podem ocorrer na estrutura sintáctica. Quando os autores defendem que no exemplo já trabalhado *Vou à estação na Quarta-feira*, *à estação* é um complemento exigido pelo regime verbal do próprio verbo, estarão a defender que este NV estabelece uma relação próxima com o complemento *à estação*, uma relação que não permite a sua supressão. O mesmo se passa no exemplo *Ele mora aqui*, onde *aqui* preenche um espaço funcional que entra em estreita relação com o NV.

¹⁴⁷ I. Bosque, V. Demonte 1999: 1811.

¹⁴⁸ Não consideramos ser este o momento para uma análise pormenorizada do que os autores da *Gramática Descritiva* entendem por complemento de regime preposicional, pelo que remetemos para o capítulo 29 do Volume II da gramática supracitada.

As breves considerações que agora tecemos conduzem-nos à distinção entre o que constitui a zona nuclear do SV e a zona periférica; *à estação* e *aqui* encontram-se na zona nuclear, constituindo-se como argumentos dos respectivos núcleos verbais. “Regime verbal” e sintaxe nuclear, ou melhor, sintaxe do NV, são conceitos próximos em termos de análise sintáctica, havendo apenas diferenças a nível de opções teóricas e metodológicas.

3.2 FRANCES

Na *Grammaire Méthodique du Français*, de M. Riegel *et alii*, a frase surge como uma unidade superior.

«(...) à la fois complete et autonome, susceptible d’être décrite au moyen d’un ensemble de règles morpho-syntaxiques.»¹⁴⁹

E dentro da frase encontramos as funções sintácticas, que se entendem como o papel que uma palavra ou grupo de palavras desempenha «(...) dans la structure d’ensemble de la phrase où il est employé. C’est pourquoi une fonction se définit toujours en termes relationnels.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106) Os autores, não se integrando em nenhuma corrente linguística específica, pretendem fornecer uma visão global do modo de funcionamento da língua francesa moderna. Destacando a sintaxe e a morfologia como elementos centrais na análise da língua, não deixam de reflectir sobre as outras dimensões formais e interpretativas que concorrem na língua. Talvez possamos dizer que mais do que uma gramática da língua francesa é uma gramática que incorpora aspectos linguísticos em termos de análise da língua.

São cinco os critérios que permitem proceder à distinção entre as várias funções sintácticas. Os critérios posicionais «(...) qui identifient une fonction donnée à une place par rapport à des autres éléments de la phrase.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106); os critérios morfológicos, «(...)

¹⁴⁹ M. Riegel *et alii* 1994: 104.

tels que l'accord avec un élément régisseur.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106); os critérios transformacionais, «(...) qui associent certaines fonctions à des changements structuraux dans l'économie de la phrase.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106); os critérios categoriais, «(...) qui spécifient la nature des éléments susceptibles de remplir une fonction donnée.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106); e, finalmente, os critérios interpretativos, «(...) qui associent à une fonction syntaxique un rôle sémantique dans la structure sémantique de la phrase.» (M. Riegel *et alii* 1994: 107) Assim, a um nível superior podemos encontrar as funções primárias, que determinam a estrutura fundamental da frase: sujeito, verbo, complementos do verbo e complementos circunstanciais; em níveis inferiores encontramos as funções secundárias, situadas no interior, constituídas pelos elementos que asseguram as funções primárias¹⁵⁰. De acordo com a estruturação da frase em funções primárias e funções secundárias, os autores propõem-se realizar as representações das estruturas hierárquicas das frases. O complemento circunstancial será então definido da seguinte forma:

«Troisième constituant majeur de la phrase de base, le complément circonstanciel (ou circonstant) se distingue des deux autres constituants immédiats de la phrase, le GN sujet et le GV, par trois propriétés formelles: il est facultatif, se démultiplie librement et est mobile dans les limites de la phrase entière.»¹⁵¹

Os três critérios apresentados visam identificar os complementos circunstanciais que não são exigidos pelo NV, ou, dito de outra forma, os verdadeiros complementos circunstanciais. Assim, o que realmente caracteriza o complemento circunstancial é a sua mobilidade, o que se explica «(...) par son statut syntaxique de constituant périphérique: comme constituant immédiat de la phrase, il ne dépend pas d'un autre syntagme et en particulier n'est pas régi par le verbe.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106) Logo, se os complementos circunstanciais, não fazem parte da valência verbal serão considerados como elementos que se situam na zona periférica da frase.

¹⁵⁰ Cf. M. Riegel *et alii* 1994: 108.

¹⁵¹ M. Riegel *et alii* 1994: 140.

As formas que o complemento circunstancial pode assumir são diversas: grupo preposicional, advérbios, orações subordinadas circunstanciais conjuncionais ou reduzidas¹⁵². Possuem ainda particularidades semânticas e comunicativas: o tempo, lugar, a causa, o fim, o meio/modo, a condição, a oposição, a companhia, o ponto de vista... e a lista não se dá por completa, pois «(...) un tel inventaire, tributaire de la pertinence et de la finesse des distinctions sémantiques opérées, ne sera jamais ni complet ni entièrement satisfaisant.» (M. Riegel *et alii* 1994: 106) Todas as outras considerações levantadas visam identificar funções informativas nos complementos circunstanciais, em busca de um conhecimento do seu carácter semântico, tremendamente heterogéneo. Daí que o próprio autor reconheça o carácter não inteiramente satisfatório de tal tarefa.

Compete-nos comentar o facto de não existir referência a um tipo de complemento verbal circunstancial que possa ser entendido como exigido pela valência sintática do verbo. Neste ponto, é bastante clara a separação entre os complementos do verbo que são constituintes obrigatórios da frase e complementos circunstanciais que são obrigatoriamente elementos periféricos. Observando a análise dos exemplos, encontramos uma distinção bastante clara entre as duas leituras possíveis da frase ambígua *Les militaires rebelles se sont rendus en Argentine* (M. Riegel *et alii* 1994: 139) Com efeito, o sentido *renderam-se torna en Argentine* num complemento circunstancial, como o *aqui* de *Ele almoçou aqui*, ou o *da cama* de *A criança caiu da cama*, ao passo que o sentido *deslocaram-se a torna* o mesmo sintagma num complemento do verbo, cujo estatuto obrigatório é em tudo idêntico ao *aqui* de *Ele mora aqui* ou ao *na terça-feira* de *A criança caiu da cama na terça-feira* (cf. 2.1 e 2.2)

¹⁵² Cf. M. Riegel *et alii* 1994: 141-142.

3.3 INGLÊS

No âmbito da gramática descritiva, destacam-se os trabalhos de S. Greenbaum (1969) e de R. Quirk *et alii* (1991). A perspectiva por estes autores preconizada vem na esteira dos ensinamentos de N. Chomsky e ambiciona uma forma diferente de encarar as particularidades da língua inglesa, numa perspectiva universalista. Os autores supracitados destacam-se como dois dos primeiros estudiosos que empreenderam uma análise sistemática e exaustiva do sistema do advérbio, com base num *corpus* de língua inglesa.

S. Greenbaum publicou em 1969 um estudo sobre «(...) the functions of the ‘Adjunct’ in Contemporary English, that is, with some of the functions of those constituents of a clause that are not Subject, Verb, or Complement.» (S. Greenbaum 1969: 1) Colocando a questão desta forma, tudo o que não fosse sujeito, verbo ou complemento cairia sobre a égide deste estudo. No entanto, o autor optou por reduzir a sua análise ao domínio dos ‘sentence adverbs’ ou advérbios modificadores de frases. O estudo desenvolve-se na parte mais periférica da frase, tendo os advérbios aqui representados uma relação muito afastada com o NV, não estando portanto em causa o seu estatuto facultativo ou obrigatório.

S. Greenbaum e R. Quirk, analisando a frase em elementos gramaticais, consideram que nela concorrem cinco unidades: Sujeito, Verbo, Predicativo, Objecto e Adverbial. Enquanto função sintáctica, *adverbial* diz respeito a qualquer complemento opcional ou exigido pelo verbo.

«The adverbial element (A) in clause structure has a wider range of roles than the other four elements, Subject (S), Verb (V), Object (O) and Complement (C). This is reflected in its having a wider range of meanings, of forms, of positions, and of grammatical functions.»¹⁵³

O elemento adverbial, como lhe chamam os autores, não se pode considerar uma forma alternativa para a designação “advérbio”, desde

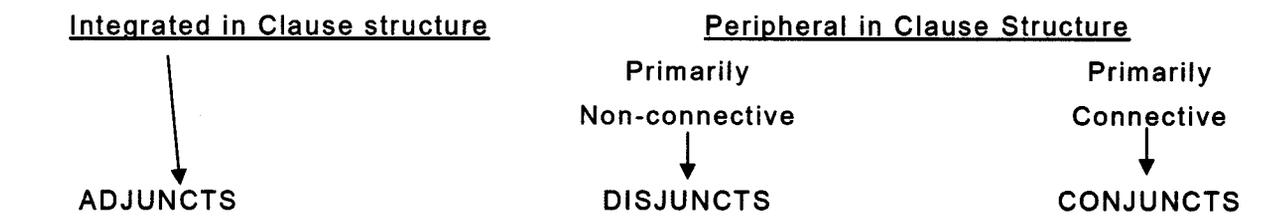
¹⁵³ S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 158.

logo porque o termo “adverbial” não designa uma classe de palavra, mas uma categoria funcional.

«Adverbials can be divided into two classes, distinguished by whether or not they are integrated to some extent into the structure of the clause.»¹⁵⁴

Estas funções serão depois apresentadas quer de um ponto de vista gramatical (função), quer do ponto de vista semântico¹⁵⁵. Os dois conceitos, “advérbios” e “adverbiais”, encontram-se, na perspectiva de S. Greenbaum e R. Quirk, estreitamente ligados. O adverbial constituirá a parte sintática do advérbio.

TABELA II - OS ADVERBIAIS NA PERSPECTIVA DE S. GREENBAUM E R. QUIRK¹⁵⁶



O “advérbio” será, então, caracterizado sintacticamente com as funções de Modificador e de Adverbial. Os autores descrevem propriedades sintáticas particulares de certos itens adverbiais em função de Modificador. De acordo com o esquema representado *supra* podemos distinguir duas classes de adverbiais, conforme estejam ou não integrados na frase. Estando integrados na frase desempenham a função sintática de “adjunto”, e devem satisfazer pelo menos um de três critérios sintáticos apontados pelos autores¹⁵⁷. Os adverbiais disjuntos e conjuntos situam-se na periferia da frase, sendo que os primeiros constituem-se na sua maioria como sintagmas preposicionais¹⁵⁸, enquanto os segundos têm uma função prioritariamente conectiva.

¹⁵⁴ R. Quirk *et alii* 1991: 421.

¹⁵⁵ Cf. R. Quirk *et alii* 1991: 421-424.

¹⁵⁶ Cf. R. Quirk *et alii* 1991: 421.

¹⁵⁷ Cf. R. Quirk *et alii* 1991: 421-423. Não julgamos agora relevância para apresentação dos critérios em causa. Referimos apenas que se trata de critérios sintático-semânticos que os autores apontaram de forma a conseguirem uma clara distinção entre as diferentes classes de adverbiais.

¹⁵⁸ Os autores chamam-lhe *prepositional phrases* ou *clauses*. Cf. R. Quirk *et alii* 1991: 507.

Ao que a gramática tradicional chamou “complemento circunstancial”, optaram S. Greenbaum e R. Quirk por identificar como “advérbio modificador de verbo”; o “especificador com funções oblíquas” da gramática de M. Mateus *et alii* ou o “advérbio adjunto” de S. Greenbaum e R. Quirk é descrito tendo em conta as classes semânticas em que se pode dividir. O enfoque é colocado não tanto no comportamento sintáctico dos diferentes adjuntos, mas nos papéis semânticos que estes podem vir a desempenhar nos enunciados que integram¹⁵⁹.

TABELA III - CLASSES E SUB-CLASSES DOS ADVÉRBIOS ADJUNTOS¹⁶⁰

	CLASSES	SUB-CLASSES
ADVÉRBIOS ADJUNTOS	De ponto de vista	
	Focalizadores	Aditivos Limitativos
	Intensificadores	Enfáticos Amplificadores Redutores
	De processo	Modo Meio Instrumento
	De Sujeito	Gerais Volitivos Formais
	De Lugar	Posição Direcção
	De Tempo	Quando Duração Frequência Relação
	Outros	Causa, Fim, Objectivo, (...)

Anos mais tarde H. Montenegro irá recuperar o termo “adverbial” inicialmente proposto pelos dois autores supracitados. “Adverbial” constitui-se como uma extensão da classe de palavra “advérbio”, não sendo uma mera substituição do termo “advérbio”, mas uma forma de identificar uma estrutura maior do que a palavra.

«Adverbial cobrirá a noção de advérbio – um adverbial é na sua base um advérbio – e a de complemento circunstancial ou adjunto adverbial, pois adverbial aponta,

¹⁵⁹ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 162-165. Repare-se na disparidade de páginas que existe entre o comportamento sintáctico e os papéis semânticos: onze páginas para a primeira, enquanto apenas quatro para a segunda.

¹⁶⁰ Cf. Subclassificação do advérbio ADJUNTO em R. Quirk *et alii* 1991: 210.

entre outros, para as funções tradicionalmente
classificados como circunstanciais ao verbo.»¹⁶¹

Desta proposta retemos então que o conceito de “adverbial” remete para o espaço vazio funcional ocupado por esta entidade, o complemento circunstancial. Tudo o que possa preencher este espaço será considerado “adverbial”, enquanto “advérbio” remete para uma classe de palavra em particular. Não sendo decisiva, existe uma correspondência de termos entre uma classe e a sua função, o que indicia ser a classe dos advérbios não a única, mas pelo menos a prototípica para preencher este espaço.

¹⁶¹ H. Montenegro 1999: 40.

4. PROPOSTA DA SINTAXE FUNCIONALISTA

Como já tivemos oportunidade de mostrar na Introdução (cf. pp. 11-14) o conceito de “funcionalismo” foi adoptado por diversos autores, havendo várias formas de encarar esta escola teórica. A sintaxe de carácter funcionalista que optámos por expor e desenvolver durante este estudo situa-se na esteira dos ensinamentos de A. Martinet e dos seus sucessores. Neste momento do nosso estudo, daremos conta das propostas que, na senda do funcionalismo francês de A. Martinet, e do funcionalismo espanhol de E. Alarcos Llorach, são pertinentes para o nosso trabalho, a fim de estabelecer o que consideramos ser um conceito operatório de *função*, com o qual trabalharemos nos capítulos seguintes (cf. caps. III e IV).

4.1 PARA UMA DEFINIÇÃO DE *FUNÇÃO*

No quadro que preside à pesquisa do presente trabalho, a **função** de um elemento não é directamente determinada pela natureza desse mesmo elemento, isto é, pela classe de palavra a que pertence, o que, de certa maneira, está ausente dos percursos gramaticais que atrás considerámos (cf. 2.). Como é sabido, dois elementos de natureza diferente podem desempenhar a mesma função. Por exemplo, quer um substantivo quer um adjectivo podem ser núcleos de um segmento desempenhando a função de atributo. Inversamente, os elementos constituintes de uma mesma categoria podem ter funções diferentes, o que significa que um substantivo pode ser núcleo de um sintagma com função de sujeito ou de complemento directo. Se, por um lado, «Las funciones son independientes de los signos que en un enunciado dado las rellenan.» (S. Gutiérrez 2002a: 14), por outro lado, precisamos de tomar consciência, como nos chama a atenção S. Gutiérrez, de que as funções impõem certas restrições categoriais. Exemplo claro de tal caso

será o verbo, único elemento capaz de desempenhar as funções próprias de sintagma verbal¹⁶².

«La notion de catégorie et celle de fonction sont des notions distinctes, et qui, sous bien des rapports, s’opposent nettement l’une à l’autre.»¹⁶³

Seguindo a mesma linha de pensamento, L. Tesnière defende que as categorias são um elemento estático e inerte, enquanto as funções constituem um elemento dinâmico, vivo. As categorias gramaticais e as funções constituem, portanto, as duas divisões essenciais da sintaxe. Numa sintaxe estrutural, essencialmente funcional, as categorias não podem ser vistas senão no âmbito das relações que estabelecem preenchendo espaços com determinadas funções. Por outro lado, a oposição entre categorias e funções encontra-se restringida pelo facto de as categorias variarem consideravelmente de uma língua para outra, enquanto que as funções costumam ser, em linhas gerais, as mesmas, segundo já havia demonstrado A. Meillet¹⁶⁴.

Numa estrutura sintagmática, as unidades obedecem a uma ordem. A essa ordem subjaz uma hierarquia. E será dessa hierarquia que resultarão as funções. Já em L. Tesnière se distinguia a ordem linear e a ordem estrutural, sendo que esta última «(...) est celui selon lequel s’établissent les connexions.» (L. Tesnière 1982: 16) Desta forma, ordem linear e ordem estrutural estão intimamente ligadas, pois dependem uma da outra.

«(...) parler une langue, c’est en transformer l’ordre structural en ordre linéaire, et inversement que comprendre une langue, c’est transformer l’ordre linéaire en ordre structural.»¹⁶⁵

Para L. Tesnière, «Il ne peut y avoir structure qu’autant qu’il y a fonction.» (L. Tesnière 1982: 39) O próprio uso da língua implica a

¹⁶² A. Martinet depois de alguma reflexão e polémica sobre o facto de o verbo constituir ou não função, conclui que «The predicate may be identified as such because it is known by all the members of the community as never having any function but the predicative function (...), in which case we call it a verb.» (A. Martinet 1975: 116-117). Assim, A. Martinet deixou de falar em “função predicativa”. O verbo passa a ser considerado o núcleo central (Cf. C. Clairis 2008: 85).

¹⁶³ L. Tesnière 1982: 49.

¹⁶⁴ Cf. L. Tesnière 1982: 49-50.

¹⁶⁵ L. Tesnière 1982: 19.

existência de uma função linguística. Não há uso da língua sem que haja função intralinguística¹⁶⁶.

A perspectiva martinetiana defende que não existe diferença entre o que se designa por “funções gramaticais” e as “funções sintáticas”:

«(...) la fonction est ce qui le rattache au contexte dans lequel il figure; c'est ce qui distingue le mot dans un contexte du mot isolé.»¹⁶⁷

O termo “função” é, para A. Martinet, reservado para designar as relações que se estabelecem entre classes que desenvolvem relações de tipo variável. A. Martinet considera que as funções se constituem como unidades da língua, da mesma forma que os monemas. Têm, como eles, um sentido e uma forma passível de identificação, pois para se identificar uma função é preciso que ela se manifeste formalmente¹⁶⁸.

«Il convient toutefois de ne jamais oublier que, quelle que soit la façon dont elle se manifeste, une fonction grammaticale est un lien entre deux éléments et non une façon de se comporter d'un élément.»¹⁶⁹

Julgamos que será imprescindível ter este aspecto muito presente quando se estuda o domínio das funções sintáticas: uma função é uma relação que se estabelece entre dois elementos e não uma forma de se comportar de um desses elementos. Daí que, em sintaxe funcional, importará olhar não para os elementos isoladamente, mas para as relações sintáticas que os elementos estabelecem entre si, tentando averiguar que tipo de relação aí se encontra.

«(...) se considerarmos um monema de uma classe plurifuncional ligado a um núcleo central numa relação de *função sujeito*, qualquer que seja o papel semântico desempenhado por esse elemento, a *função* permanecerá a mesma. (...) Sem dúvida que nada impede num outro plano – o da semântica – tentarmos estabelecer alguns

¹⁶⁶ Utilizámos o conceito de “função intralinguística” com o mesmo sentido dado por C. Hernández: «con el papel que desempeña un elemento o un término en una estructura perteniente a un sistema, dentro de la cadena lingüística.» C. Hernández 1984: 30.

¹⁶⁷ A. Martinet 1985b: 171.

¹⁶⁸ Cf. A. Martinet 1985b: 172.

¹⁶⁹ A. Martinet 1985b: 175.

papéis-tipo, no pressuposto de que a sua quantidade dependerá directamente do aprofundamento maior ou menor da análise praticada.»¹⁷⁰

J. Martínez chama-nos a atenção para uma definição inspirada em L. Hjelmslev em que a função pode ser ainda a «(...) relación entre dos o más unidades (al menos una de ellas lingüística) cuya presencia o existencia o bien se implican mutuamente, o bien la de una implica la de la outra, o bien son independientes.» (J. Martínez 1994: 255) Trata-se de uma tripartição glossemática da função em três tipos de relações: a **interdependência**, em que dois elementos se pressupõem mutuamente; a **determinação**, em que um elemento pressupõe a existência de outro, do qual depende e que determina; e a **constelação**, em que dois elementos coexistem sem se implicarem mutuamente¹⁷¹.

A associação de **relação e de função** parte do princípio que cada unidade significativa preenche uma função pré-estabelecida na frase, ou seja, tem por objectivo contribuir para a comunicação de uma mensagem, visto que o espaço vazio funcional¹⁷² que ocupa é único e exclui qualquer outra relação¹⁷³. Tal significa que não poderá ser a unidade por si só a comportar uma determinada fatia de informação, mas a unidade inserida numa função.

«Esa inserción de las unidades léxicas, como *functivos*, en diversos huecos funcionales, interrelacionados entre sí, son la clave de la producción del lenguaje.»¹⁷⁴

Na noção de função destaca-se a intimidade desta com o papel que desempenha um elemento dentro da estrutura pertencente ao sistema. Não podemos, por tudo isto, separar as noções de função, estrutura e sistema.

¹⁷⁰ C. Clairis 2008: 86-87..

¹⁷¹ Cf. L. Hjelmslev 1971: 57.

¹⁷² Ao que nós chamámos *lugar funcional* opta C. Hernández por designar por *functemas*, os lugares vazios numa estrutura sintáctica, enquanto os *functivos* serão as unidades capazes de preencher esses lugares vazios. «Esas estructuras, tal como nosotros las entendemos, forman una red de interrelaciones, en abstracto, de “huecos funcionales”, o *functemas*, que en las cadenas lingüísticas, en la realización de la lengua, se cubren o ocupan por diversas clases de unidades que llamaremos global y genericamente *functivos*.» (C. Hernández 1984: 25).

¹⁷³ Cf. C. Hernández 1984: 26-77.

¹⁷⁴ C. Hernández 1984: 26.

«Las funciones vienen a ser el conjunto de interrelaciones que unos elementos guardan con otros dentro de um sistema para formar una estructura.»¹⁷⁵

Assim, a função deverá ser entendida, na nossa perspectiva, como uma relação que se estabelece entre unidades que preenchem as funções (as categorias gramaticais, segundo L. Hjelmslev) e as posições hierárquicas assumidas por estas unidades. As relações estabelecidas entre as unidades podem basear-se em diversos factores, os quais servem de suporte à função. Iremos apenas destacar aqueles que consideramos mais pertinentes para a elaboração do nosso estudo:

- a) a forma de expressão da unidade significativa;
- b) conexão existente entre sintagmas ou entre monemas;
- c) um indicador de função;
- d) a posição hierárquica ou estrutural dos elementos¹⁷⁶.

Serão estes quatro critérios, em princípio, que nos permitem reconhecer as funções sintácticas.

Um critério mais geral, e que abrange toda e qualquer função, além de se revelar decisivo para o estabelecimento da função do advérbio e da existência da sua respectiva classe, é o que envolve o núcleo da frase, ou seja, o verbo. Assim, a “frase mínima” será composta, de acordo com C. Hernández, por um Verbo e pela determinação de “pessoa” que recai sobre o V. A estrutura SV será o elemento à volta do qual se ligam os tradicionalmente designados complementos do verbo. Estes complementos constituir-se-ão como expansões do núcleo (V) que preencherão os seguintes espaços vazios funcionais¹⁷⁷:

FRASE = [[V+[F1]]± [F2] ± [F3] ± [F4]]¹⁷⁸

¹⁷⁵ C. Hernández 1984: 26.

¹⁷⁶ C. Hernández considera ainda a função semântica como um dos factores que poderão servir de suporte à função. Esta função semântica deverá ser entendida como aquilo que um signo fornece a outro, e não o seu sentido, como se poderia facilmente entender. A função semântica relaciona-se com o facto, por exemplo, de um adjectivo ter uma função semântica “determinativa”, visto que específica, precisa o conteúdo do seu núcleo nominal. Cf. C. Hernández 1984: 30.

¹⁷⁷ *Functemas* se se adoptar a terminologia proposta por C. Hernández.

¹⁷⁸ Esquema apresentada em I. Lopes 2005: 56.

Segundo o esquema acima, teremos então quatro funções distintas: F1 que é representada prioritariamente pela determinação de “pessoa” e se identifica como o sujeito, F2 que se identifica como o tradicional “complemento directo”, F3 como “complemento indirecto” e F4 como “complemento circunstancial”. Desta forma, a ênfase é colocada não nas unidades que preenchem as funções, mas nas funções enquanto espaços vazios, ou functemas, que podem ser preenchidas por (quase) todo o tipo de unidades significativas, e que são estabelecidas pelo SV (cf. *infra*, pp. 103-104). É a última função a que mais nos interessa, por lhe estar associada em prioridade a ocorrência dos advérbios.

Em todo este panorama poder-nos-emos ainda questionar sobre o lugar reservado ao critério da manifestação formal, tão importante para a escola martinetiana. Tivemos oportunidade atrás de explicar brevemente a visão de A. Martinet no que à função sintáctica diz respeito.

«(...) les fonctions sont des unités de la langue au même titre que les monèmes. Elles ont, comme eux, un sens et une forme identifiable, que cette forme se présente comme segmentable ou amalgamée ou qu'elle soit marquée par la position respective des éléments dans le discours.»¹⁷⁹

A identificação formal de uma função torna-se, na perspectiva martinetiana, um aspecto incontornável. A forma da função terá que ser identificada, quer esta se encontre amalgamada, quer seja possível a sua segmentação, quer seja ainda a posição que possibilite a identificação, mas a identificação formal terá que existir. Numa primeira etapa, poderemos considerar que «(...) a forma [é] a garantia do carácter linguístico (...) a cada diferença de sentido corresponde necessariamente uma diferença de forma num ponto da mensagem.» (A. Martinet 1985a: 39-40) Como concluiu M. Santos a sintaxe funcionalista atribui ao critério da relação a primazia sobre o critério da forma. Assim, poderemos também concluir, como a autora supracitada, que será a relação sintáctica o critério que nos permite a classificação dos

¹⁷⁹ A. Martinet 1985b: 172.

elementos em classes. Logo a classe será definida pela relação sintática ou, se quisermos colocar a questão noutros termos, podemos dizer que será a relação sintática estabelecida pela unidade que irá determinar a sua *classe*¹⁸⁰.

«(...) uma classe sintática se identifica pelo conjunto das suas compatibilidades – e não por uma parte dessas compatibilidades – e que nada impede duas classes, que tenham pelo menos uma compatibilidade diferente e partilhem por outro lado as mesmas compatibilidades, de serem classes distintas.»¹⁸¹

A *compatibilidade* será, então, o critério sintático ao qual deveremos recorrer; adoptando a definição que C. Clairis fornece de compatibilidade, um pouco mais completa que a original de Martinet: «(...) capacidade de dois ou mais monemas ou sintemas de uma dada língua ocorrerem junto um do outro, ligados por uma relação sintática.» (C. Clairis 2008: 58) Acreditamos ser este o critério fundamental para o estabelecimento de classes de palavras, embora não ignoremos os restantes critérios, como por exemplo, a posição das unidades na estrutura sintagmática ou a presença / ausência de monemas indicadores de função.

Também L. Hjelmslev quando procede à distinção entre categoria e função, enquadrando ambas no estudo da sintaxe, revela estar muito próximo do pensamento de A. Martinet. Será a sintaxe, em última análise, a proceder a uma divisão das unidades linguísticas em “classes” (A. Martinet) ou “categorias” (L. Hjelmslev). As classes aparecem definidas por A. Martinet como «(...) groupes de monèmes de mêmes latitudes (...)» (A. Martinet 1985b: 106), e identificam-se porque formam uma classe de monemas que apresentam as mesmas compatibilidades.

¹⁸⁰ Cf. M. Santos 2003: 47-57.

¹⁸¹ C. Clairis 2008: 67.



[a classe] «(...) réunit tout les monèmes entre
lesquels on doit choisir à un point donné de l'énoncé pour
dire ce qu'on veut dire et pas autre chose.»¹⁸²

Pela mesma ordem de razões, e como esclarecemos acima, poderemos afirmar que a existência sintática da classe “advérbio” só virá a lume uma vez definidas as relações sintáticas que envolvem esta unidade. Assim, a estrutura sintática da frase deve ser definida a partir da relação entre as funções sintáticas e as suas realizações formais. Se é um facto que A. Martinet considera inexistente a classe do “advérbio” é porque ela não forma uma classe única de monemas com as mesmas compatibilidades¹⁸³, limitando-se o autor a identificar alguns traços comuns que existem entre este conjunto (heterogéneo) de unidades linguísticas. Daí termos afirmado na Introdução (cf. p. 23) que a segunda condição para o estabelecimento da classe “advérbio” seria mais difícil de verificar.

J. M. Builles, seguindo na esteira de A. Martinet, equaciona o problema da função.

«Une fonction est un lien entre deux unités
significatives (...) ce lien présente une double face: un
signifiant et un signifié.»¹⁸⁴

Retornamos à mesma questão que impõe a forma como meio de identificar a função, mas, por outro lado, também o significado de uma função não corresponde necessariamente ao conteúdo axiológico da unidade que ocupa essa função, e sim ao conteúdo axiológico da relação que se estabelece entre os elementos¹⁸⁵.

Assim, se necessitarmos de uma posição ou da presença de um indicador de função, também precisamos de tomar consciência de que na língua não existe obrigatoriamente um paralelismo entre as funções e os efeitos de sentido aos quais elas estão associadas.

J. M. Builles opta por afastar o conceito de “função predicativa”,

«L'unité fonctionnant comme prédicat n'occupe pas
une fonction. Le prédicat est au-dessus des fonctions

¹⁸² A. Martinet 1985b: 110.

¹⁸³ Cf. A. Martinet 1979: 132.

¹⁸⁴ J. M. Builles 1998: 341.

¹⁸⁵ Cf. J. M. Builles 1998: 342.

puisque c’est par rapport à lui que l’on organise la phrase.»¹⁸⁶

A presença desta unidade predicativa é que possibilitará o agregar das restantes relações sintácticas, o que dará à frase autonomia sintáctica. O pensamento aqui expresso por J. M. Builles é representativo da evolução sofrida na teoria apresentada pelo próprio A. Martinet. G. Rojo traça um percurso evolutivo do conceito de função sintáctica em Martinet, concluindo:

«Puesto que el sintagma predicativo (...) puede constituir enunciado por sí mismo, “ce n’est pas à lui de marquer ses rapports avec d’éventuelles adjonctions (A. Martinet 1960a, 124) Si no marca sus relaciones com los demás sintagmas, no hay hecho lingüístico detectable que corresponda a las conexiones extralingüísticas y, en consecuencia, no podemos hablar de ‘función predicativa’.»¹⁸⁷

Uma vez estabelecido o facto de não existir uma função predicativa, como designar essa entidade é a questão que se coloca. Trata-se apenas de uma questão terminológica; A. Martinet prefere chamar-lhe “predicado” ou “núcleo predicativo”; L. Tesnière chama-lhe “núcleo dos núcleos”; C. Clairis prefere a designação “núcleo central”.

«A este núcleo central (predicado), ao sustentáculo da estrutura da frase, chamarei, na linha de Martinet, **núcleo relacional de um enunciado autónomo, monema, sintema ou parassintema central ao qual se encontram ligadas, directa ou indirectamente, todas as expansões obrigatórias ou facultativas.**»¹⁸⁸

Pela nossa parte optaremos por manter a designação de “NV”, considerando que neste se poderá admitir a existência de uma função zero, ou seja, nenhuma função, mas cuja presença é indispensável no despoletar ou congregar de todas as funções que nele incidem enquanto Sintagma Verbal (SV). Na nossa perspectiva, a estrutura sintáctica da frase deverá ser definida a partir das relações entre as funções sintácticas e as suas realizações formais, encarando (como já afirmámos) a realização formal no seu sentido mais lato.

¹⁸⁶ J. M. Builles 1998: 342.

¹⁸⁷ G. Rojo 1981: 19.

¹⁸⁸ C. Clairis 2008: 89.

Desenvolvendo agora o modelo proposto e segundo S. Gutiérrez em qualquer estrutura funcional poderemos distinguir três componentes: relações, funções e functivos. As relações sintácticas levam ao estabelecimento de determinadas funções; a um nível abstracto, as “funções” estabelecem-se como espaços vazios funcionais (*functemas* de acordo com C. Hernández). Quando falamos em relações, isso significa que entre os signos se estabelecem relações hierárquicas de dependência ou de independência. Os functivos constituem-se como as unidades da língua capazes de ocupar os espaços vazios¹⁸⁹. De acordo com a sua natureza categorial (classe), poderemos distinguir functivos verbais, nominais, adjectivais e adverbiais. Por outras palavras, qualquer função pode estar representada por um ou mais termos, pertencentes a classes diversas, as quais estabelecem entre si – terminologia que nos parece mais clara – relações de interdependência, de coordenação ou de subordinação¹⁹⁰.

No caso do “advérbio”, e para além da dualidade atrás apontada no âmbito da *função circunstancial*, verificamos também que pode desempenhar funções dentro da frase¹⁹¹ ou estabelecer relações dentro de um grupo sintagmático nominal. No primeiro papel, encontramos aquilo que, tradicionalmente, é identificado como complemento circunstancial (cf. *infra*, 4.2). Já o segundo abrange outro tipo de fenómeno, ao qual nos referiremos como determinação intra-sintagmática (cf. cap. IV, 2.2). Como tivemos oportunidade de verificar, os complementos circunstanciais, embora apresentem alguma uniformização quanto ao conteúdo em termos semânticos, apresentam, por outro lado, diferenças significativas em termos de inventariado do seu número, conforme os vários gramáticos. O número de complementos circunstanciais variava entre quatro e vinte, e os mais comumente apontados eram os de tempo, de lugar, de modo, de

¹⁸⁹ Cf. S. Gutiérrez 2002a: 14.

¹⁹⁰ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 15-16.

¹⁹¹ Na *Introdução* deixámos clara a nossa opção pela sintaxe funcionalista, ficou evidente que a “sintaxe” com que trabalhamos é frásica. Sendo assim, a *frase* constitui-se como o domínio a ter em conta na descrição de carácter sintáctico, encarando-se como um todo estruturado sintagmaticamente. Na *frase* existe uma hierarquização de relações estabelecidas entre as unidades mínimas significativa, os *monemas*, formando *sintagmas* que configuram a macro-estrutura da *frase*. Apoiamo-nos, igualmente, na definição que C. Clairis fornece de *frase*: «Já a frase será concebida como o raio de acção de um só núcleo central.» (C. Clairis 2008: 90).

instrumento, de meio, de fim, de causa e de companhia¹⁹². Em muitos dos casos, permanecia também a dualidade entre elemento facultativo (“verdadeiro complemento circunstancial”) e elemento obrigatório, dualidade que nos compete agora resolver.

Face a esta variedade semântica, só um tipo de relação sintáctica – a denominada determinação¹⁹³, que definimos sumariamente na Introdução (cf. pp. 27-28) poderá constituir garante de identificação sintáctica que se estabelece entre as unidades em causa. Procuraremos, deste modo, uma relação de dependência sintáctica entre um elemento satélite e um elemento nuclear, os quais enformam a estrutura hierárquica da frase. De notar que não existe uma correspondência directa entre a estrutura hierárquica da frase e a linearidade do discurso. Corrobora-se, assim, a opinião de L. Tesnière quando defende que a ordem estrutural não corresponde à ordem linear:

«Il y a lieu de ne pas perdre de vue que, syntaxiquement, la vraie phrase, c'est la phrase structurale dont la phrase linéaire n'est que l'image projetée tant bien que mal, et avec tous les inconvénients d'aplatissement que comporte cette projection, sur la chaîne parlée.»¹⁹⁴

A ordem estrutural será a mais importante a determinar quando se trata da estrutura sintáctica de uma frase, pois a ordem linear é apenas um reflexo nem sempre fiel da ordem estrutural. Sintacticamente, a ordem dos elementos na frase assume um carácter secundário, pois o sintacticista ter-se-á que preocupar primariamente com o tipo de relações que as unidades que preenchem as funções irão estabelecer entre si.

¹⁹² Uma definição muito clara se impõe daquilo que se entende por *complemento circunstancial*, mas pedimos alguma paciência, esperando que o capítulo III possa trazer alguma luz sobre os assuntos relacionados com este conceito da gramática tradicional.

¹⁹³ Cf. A. Martinet 1985b: 112.

¹⁹⁴ L. Tesnière 1982: 20.

4.2 PARA UMA DEFINIÇÃO DE *CIRCUNSTANCIAL*

Partindo então do conceito de função do ponto anterior, e recordando novamente a definição apresentada de uma forma muito simples, mas eficaz, por L. Tesnière, «Nous appellerons fonction des mots le rôle qui leur est assigné dans le mécanisme de l’expression de la pensée.» (L. Tesnière 1982: 39), chegamos à distinção entre actante e circunstante. Resumindo o que atrás foi dito (cf. novamente Introdução), recorde-se que o primeiro se caracteriza por se subordinar de forma imediata ao verbo, dele dependendo¹⁹⁵, característica não presente no segundo. São depois identificados por L. Tesnière diferentes “espécies” de actante; o mesmo será dizer, diferentes funções. O circunstante está dotado de características particulares que o afastam do actante, embora o limite entre os dois nem sempre seja facilmente traçado.

«(...) les circonstantes expriment les circonstances dans lesquelles se déroule le procès.»¹⁹⁶

«Le noeud verbal [...] exprime tout un petit drame. Comme un drame en effet, il comporte obligatoirement un procès, et le plus souvent des acteurs et des circonstances. Transposés du plan de la réalité dramatique sur celui de la syntaxe structurale, le procès, les acteurs et les circonstances deviennent respectivement le verbe, les actants et les circonstants.»¹⁹⁷

Importará recordar novamente a distinção operada pelo autor entre as duas classes de conceitos: as categorias, isolando a dos verbos, em torno dos quais gravitam circunstantes e actantes, por um lado; e, por outro, aquilo que é expresso por essas categorias: as noções de processo (igualmente designado como evento), circunstâncias e actores. Em termos relacionais, um *circunstante* é aquilo que não é um verbo, nem um actante. Mas este termo tem também uma definição positiva.

¹⁹⁵ Cf. L. Tesnière 1982: 105-107.

¹⁹⁶ Cf. L. Tesnière 1982: 125.

¹⁹⁷ L. Tesnière 1959: 102.

«D'autre part la fonction de circonstant est toujours assumée par un mot de l'espèce *adverbe* ou par un groupe de mots équivalent à un adverbe (...). Il ya a donc autant d'espèces de circonstants qu'il y a d'espèces d'adverbes : temp, lieu, manière, etc. »¹⁹⁸

Acreditamos que, para uma correcta compreensão do que L. Tesnière denominou por *circunstante*, será preciso compreender a teoria da valência verbal na qual o conceito se inscreve.

L. Tesnière classifica as condições dos verbos de acordo com a sua valência e, desta forma, distingue verbos sem actantes ou verbos a-valentes dos verbos com actantes (cf. cap. III, 1.3). Os primeiros coincidem em grande parte com os que tradicionalmente se chamariam verbos impessoais¹⁹⁹. Os segundos dividem-se em três grupos. São-nos apresentados os verbos só com um actante, ou monovalentes, conhecidos tradicionalmente por verbos intransitivos²⁰⁰; os verbos com dois actantes, ou bivalentes, tradicionalmente conhecidos por verbos transitivos²⁰¹; finalmente, os verbos com três actantes, os quais «(...) expriment un procès auquel participent deux personnes ou choses.» (L. Tesnière 1982: 107) O autor admite a existência de um terceiro tipo de constituintes da frase verbal, para além do verbo e dos seus actantes. Falamos dos *circunstantes*, cuja definição proposta é em muito semelhante à defendida pela gramática tradicional.

«(...) les circonstants expriment les circonstances dans lesquelles se déroule le procès.»²⁰²

O autor aproxima o que define por *circunstante* do advérbio, pois considera que «(...) la fonction de circonstant est toujours assumée par un mot de l'espèce *adverbe* ou par un groupe de mots équivalent à un adverbe.» (L. Tesnière 1982: 125) O número de *circunstantes* não poderá ser definido, da mesma forma que o número de actantes; pode não existir nenhum, como pode existir um número ilimitado deles. Desta forma, não será de estranhar que o autor defenda depender o número de *circunstantes* directamente do número de “espécies” de advérbios

¹⁹⁸ L. Tesnière 1982: 125.

¹⁹⁹ Cf. L. Tesnière 1982: 239.

²⁰⁰ Cf. L. Tesnière 1982: 240.

²⁰¹ Cf. L. Tesnière 1982: 242.

²⁰² L. Tesnière 1982: 125.

previamente estabelecidos. Logicamente, não se poderá definir um número exacto de circunstantes, tal como já tinha sido afirmado pelo autor a respeito dos actantes. Este talvez seja um dos pontos mais débeis da teoria de L. Tesnière, pois se para os actantes foram definidos critérios sintácticos e a sua enumeração não deixa margem para dúvidas, aquando do tratamento do circunstante não se atingiu o mesmo rigor sintáctico. Tal foi também influenciado pelo facto de, como anteriormente mencionámos, a linha de limite entre actante e circunstante nem sempre ser fácil de delinear com exactidão.

«L’actant pourvu de l’indice numeral le plus élevé, c’est-à-dire, le tiers actant, presente déjà quelques caractéristiques de circonstant. Inversement, certains circonstants présentent avec les actants quelques analogies qui invitent à considérer attentivement les critères susceptibles de permettre un départ entre les actants et les circonstants.»²⁰³

É bastante revelador este passo, uma vez que aqui assenta o problema da distinção, já por nós referido várias vezes entre elementos acessórios ou facultativos e elementos obrigatórios. Concebendo o verbo como o monema em torno do qual se ordenam as relações sintácticas da frase, caberá distinguir as funções dos vários “complementos verbais”.

A noção de *função* em L. Tesnière, como atrás vimos, não constitui uma realidade sintáctica, antes se traduz no papel desempenhado pelas palavras no mecanismo da expressão do pensamento.

O problema liga-se directamente à classificação das funções, distinção essa para a qual A. Martinet distingue propõe os seguintes critérios:

- (i) a sua especificidade
- (ii) a sua expressão obrigatória ou não, conforme a relação com o sustentáculo da frase que é o NV.

²⁰³ L. Tesnière 1982: 127.

Nas primeiras encontramos as funções específicas (como o complemento directo ou indirecto) e as não específicas (como o sujeito – obrigatória -, e a função locativa ou modal – facultativa). A sua especificidade resulta de razões distintas – o sujeito porque aparece com todos os verbos; a função locativa ou modal por ser – assim acreditamos – considerada sempre facultativa. Já nas segundas distinguimos em todos os casos a função “sujeito” e, esporadicamente, as funções específicas e não específicas²⁰⁴. As funções específicas serão aquelas que têm alcance sobre apenas algumas unidades de uma classe, o que significa, por exemplo que a função chamada “complemento” só tem alcance sobre os verbos transitivos, quer directos, quer indirectos. As funções não específicas têm alcance sobre a totalidade ou sobre a maioria das unidades de uma classe. É o caso, por exemplo, do sujeito, que tem alcance sobre a totalidade dos verbos²⁰⁵.

Creemos ser estes os critérios que justificam não encontrarmos em A. Martinet o largamente difundido conceito de “complemento circunstancial”, pelo menos com esta designação específica. O que surge é, a partir desta distinção primeira entre funções específicas e funções não específicas, uma outra divisão, dentro das não específicas, em funções obrigatórias e facultativas. Coloquemos a nossa atenção no que A. Martinet designa por função facultativa não específica. O seu aparecimento num dado contexto linguístico é independente da escolha de um verbo particular.

«Une indication relative à un lieu, à une époque, à une modalité de déroulement de l'action peut s'accommoder du sens de n'importe quel verbe.»²⁰⁶

Tudo parece indicar que A. Martinet está a referir-se ao que anteriormente se designava por “complemento circunstancial”. Trata-se

²⁰⁴ Cf. A. Martinet 1985: 183.

²⁰⁵ Cf. J. M. Builles 1998: 345-346. De facto, só através da actualização do monema verbal podemos considerar estar na presença de um monema predicativo, com capacidade para constituir um enunciado mínimo: «(...) todos os sujeitos são actualizadores (...).» (C. Clairis 2008: 80) O sujeito constitui, desta forma, uma função não específica, pois incide obrigatoriamente sobre todos os monemas verbais, de forma a transformá-los em núcleos centrais do enunciado.

²⁰⁶ A. Martinet 1979: 160.

de uma função não exigida pelo verbo, que se acrescenta à sua significação através de uma marca formal.

No entanto, para uma correcta identificação das funções, é necessário ter em consideração os diversos contextos em que esta surge. Através de critérios sintacticamente definidos, terá o linguista que avaliar se se trata de uma função não específica facultativa ou obrigatória. Tomemos o seguinte exemplo: *O João pratica judo no ginásio*. O monema funcional *em* marca a presença de uma função não específica facultativa. Mas se encontrarmos: *O João caiu da bicicleta no ginásio*, estamos na presença de dois monemas funcionais *de* e *em*, marcadores de função, mas constituindo funções diferentes. O monema funcional *de* marca a presença do que, como vimos já, E. Bechara, chama de complemento relativo; ou do que M. Mateus *et alii* 2003 considera oblíquos complementos. Já o funcional *em*, como no exemplo acima, marcará a presença de uma função não específica facultativa (A. Martinet), ou de um adjunto adverbial (E. Bechara) ou ainda de um oblíquo adjunto (M. Mateus *et alii*). Mantendo o mesmo paralelismo, confirmamos que M. Vilela enquadraria *da bicicleta* no conjunto dos actantes, A5 – complemento locativo/situativo, mas consideraria *no ginásio* numa determinação adverbial (cf. *supra* pp. 68-71).

Torna-se imperiosa a enumeração de critérios formais que permitam apurar as diferentes funções que se podem encontrar num contexto linguístico, pois para A. Martinet «Les critères formels sont les seuls décisifs. Une fonction n'existe que si elle se distingue formellement des autres fonctions de la langue au moins dans certains contextes.» (A. Martinet 1979: 163) O autor enumera oito critérios que possibilitam uma distinção formal entre as várias funções.

TABELA IV - CRITÉRIOS DE DISTINÇÃO FORMAL DAS VÁRIAS FUNÇÕES²⁰⁷

1º presença de um determinado monema funcional;
2º posição do monema que o antecede;
3º certas formas particulares desse monema;
4º um comportamento particular;
5º possibilidade de substituir um funcional por outro;
6º ausência de marca de coordenação entre a expansão em causa e outras expansões do mesmo predicado;
7º concordância, isto é, as modificações formais impostas ao sintagma verbal

²⁰⁷ Cf. A. Martinet 1979: 163.

pela presença da função;
8º utilização de paráfrases, como a construção passiva em lugar da activa.

Estas oito regras constituem-se como fórmulas que permitem identificar a generalidade das funções presentes nos enunciados de língua. Acreditamos, no entanto, que A. Martinet na *Grammaire* de 1979 apontou uma grande quantidade de funções que mais propriamente chamaríamos semânticas. Além das funções sujeito, objecto, funções indirectas, função de origem, função dativa, função agente²⁰⁸, encontramos mais quarenta e três funções²⁰⁹. Ficamos com algumas dúvidas quanto a tão exaustiva enumeração de funções; parece-nos que o autor separou tudo aquilo que a gramática tradicional tinha colocado sob a mesma etiqueta. Desta forma, alguns destes critérios são, por isso, dispensáveis, para o que nos interessa averiguar neste trabalho: a relação obrigatória (isto é, específica, de acordo com A. Martinet) e ou relação facultativa (isto é, não específica) que dividirá a antiga noção de circunstancial.

Tomemos como exemplo a *Fonction modale*:

«Elle est marquée essentiellement par la préposition avec: Il répond AVEC calme, et, accessoirement par de: Il agit DE sang-froid, ou à: Il parle À voix basse. (...) Cette fonction est non spécifique, donc indépendante du choix du verbe, puisque la forme sous laquelle se présente une action, un état ou un comportement, dans une situation donnée, peut ou non être précisée.»²¹⁰

Na parte respeitante à morfologia, o autor preocupa-se em averiguar quais os monemas utilizados nesta função, enquanto na parte dedicada à axiologia é o valor das unidades que é posto em relevo. O mesmo tipo de análise é desenvolvido para as outras quarenta e duas funções. Parece-nos que A. Martinet ficou refém da sua própria teoria e dos critérios que previamente estabeleceu para a identificação das funções. Acreditamos que acabou por relegar para um segundo plano um seu princípio, enunciado em termos de linguística geral. Referimo-nos, como é evidente, ao princípio da economia. Esta proliferação de funções é totalmente contrária à economia, conceito que se deve ter

²⁰⁸ Cf. A. Martinet 1979: 167-175.

²⁰⁹ Cf. A. Martinet 1979: 175-199.

²¹⁰ A. Martinet 1979: 176.

sempre presente na análise linguística. Facilmente se pode confirmar isto ao constatar que A. Martinet distinguiu *fonctions spatiales* e dentro destas enumerou a *fonction spatiale ponctuelle à*, *fonction spatiale dans*, uma *fonction spatiale vers*, *fonction spatiale pour*, *fonction spatiale jusqu'à* e ainda *fonction spatiale entre*. São, então, os monemas funcionais que irão determinar a identificação da função. E esta lista poderá nunca estar concluída.

«De nouvelles fonctions peuvent apparaître tous les jours dans la langue par figement de syntagmes formés d'un fonctionnel, de l'expansion qu'il introduit et d'un autre fonctionnel (...)»²¹¹

De notar, ainda, que A. Martinet aproxima os advérbios e as locuções adverbiais dos monemas funcionais, admitindo que os primeiros funcionam como algumas expansões introduzidas por funcionais. Tal significa que se irão encaixar nas mesmas funções que os próprios funcionais que deles se aproximam.

Comparemos, então, os ensinamentos de A. Martinet com dois dos seus seguidores espanhóis, Emílio Alarcos e César Hernández. Os dois autores representam o funcionalismo espanhol que, embora se apoie nos princípios básicos do funcionalismo martinetiano, também incorpora outras vertentes teóricas, apresentando inovações na área do funcionalismo linguístico.

E. Alarcos parte do núcleo da frase (um verbo em forma pessoal) para a enumeração de vários *términos adyacentes*, os quais «(...) sirven para especificar con más precisión y en detalle la referencia a la realidad que efectua el verbo o núcleo de la oración.» (E. Alarcos 1996: 257) Será com base neste conceito genérico de “termo adjacente” que se irá proceder à definição do que o autor entende por *adyacente circunstancial*²¹²:

²¹¹ A. Martinet 1979: 198.

²¹² É preciso fazer notar que a designação de “adjacente circunstancial” constitui uma inovação na obra de E. Alarcos. Em 1982 o autor preferia o termo *aditamento* para designar a mesma realidade que anos depois irá designar por *adyacente circunstancial*. Nesta data o autor definia *aditamento* da seguinte forma: «Consideramos aditamento los segmentos de una oración cuya presencia o ausencia no afecta a la estructura esencial de aquélla, y que además gozan de cierta movilidad de situación. Son elementos relativamente marginales,

«Estos (...) se denominam así porque suelen agregar contenidos marginales a los evocados por el núcleo verbal y sus objetos. La presencia o la ausencia de los circunstanciales no modifica en esencia ni la estructura ni el sentido de una oración.»²¹³

Comprova-se nestes adjacentes circunstanciais o seu carácter marginal em relação ao núcleo. Duas são as características sintácticas apontadas por E. Alarcos para defender a independência destes termos em relação ao NV. Podem ser retirados da estrutura frásica sem a destruir; não necessitam de deixar qualquer índice funcional para preencher a sua função. É curioso notar como E. Alarcos expõe uma característica, o que o coloca num eixo completamente oposto ao de Martinet.

«(...) los circunstanciales carecen de índices funcionales inequívocos; su diferenciación respecto de los otros adyacente suele ser de índole negativa.»²¹⁴

Tal afirmação vai contra um dos pontos fundamentais considerados por A. Martinet, no que respeita à identificação de funções. Não havendo índice funcional, não há marca; não havendo marca, haverá ainda legitimidade para identificar função, é a questão que se coloca. A. Martinet, coerente com os seus critérios, teria que responder negativamente. Não podemos deixar de compreender a visão de E. Alarcos. Uma vez definidos os critérios para a identificação dos adjacentes circunstanciais tudo se torna mais fácil. Só num passo posterior dá E. Alarcos relevância ao aspecto semântico.

«Estos adyacentes, pues, sirven en principio para indicar las circunstancias que rodean o matizan en la realidad lo que se quiere comunicar en la oración. Suelen distinguirse varias especies de circunstanciales, atendiendo no a su específica función gramatical, sino a

que anaden, adicionam algo al contenido global manifestado, sin perturbar la estructura de la oración ni la de sus elementos esenciales, o sea, el sujeto y el predicado.» E. Alarcos 1982: 309.

²¹³ E. Alarcos 1996: 295.

²¹⁴ E. Alarcos 1996: 295-296.

la índole semântica de sus referencias: tiempo, lugar, modo, médio, instrumento, causa, compañía, etc.»²¹⁵

A parte semântica é, claramente, relegada para um plano secundário, pois na mente do linguista espanhol mais importante será apurar o comportamento sintáctico da função em análise.

Tradicionalmente, classificada, como as outras funções, com critérios semânticos, é objectivo de C. Hernández distinguir a F4 (cf. *supra*, pp. 99-100) de outros elementos que funcionam como “adjacentes”²¹⁶. A F4 é preenchida, de acordo com C. Hernández por um SN4, isto é, um nexus subordinado ao monema predicativo; o “adjacente” será um «(...) elemento funcional que incide sobre otro formando con él unidad de rango superior, y que aporta una función semántica especificativa, de delimitación, concreción...» (C. Hernández 1984: 114) Apesar de C. Hernández só identificar uma F4 do ponto de vista sintáctico, o investigador dá-nos conta de diferentes significados que esta Função pode adoptar, a saber, o lugar²¹⁷, o tempo (que inclui as estruturas de tempo em forma não flexiva)²¹⁸, a causa²¹⁹ e a finalidade²²⁰. Desde logo, reencontramos o estatuto duplo da F4 quando preenchida por um advérbio, bem patente em *Ele almoçou aqui* (tratar-se-ia de um “verdadeiro complemento circunstancial”) *versus* *Ele mora aqui* (em que *aqui*, exprimindo também muito embora uma circunstância de lugar, não pode considerar-se facultativo, como no caso anterior). (Cf. *supra*, p. 86)

«Es común la creencia tradicional de que el complemento circunstancial coincide con la función adverbial y que cuando funciona como tal aditamento cubre el puesto de un adverbio. Mas ni el adverbio funciona siempre como circunstancial, ni el adverbio es una función, sino una categoría que puede desempeñar muy diversas funciones, ni todo matiz circunstancial tiene advérbios que ocupen su puesto, ya que es bastante

²¹⁵ E. Alarcos 1996: 296.

²¹⁶ C. Hernández 1984: 90.

²¹⁷ Cf. C. Hernández 1984: 91-92.

²¹⁸ Cf. C. Hernández 1984: 92-96.

²¹⁹ Cf. C. Hernández 1984: 96-101.

²²⁰ Cf. C. Hernández 1984: 101-103.

mayor el número de circunstancias expresadas por tal función que el de clases significativas de los advérbios.»²²¹

Novamente, de um ponto fundamental se trata: a tão difundida aproximação entre o advérbio e a função por ele desempenhada. De facto, estamos perante duas realidades diferentes. Não podemos simplesmente assumir que quando encontramos a classe advérbio, iremos, numa análise sintáctica, encontrar um complemento circunstancial. Seria simplificar o assunto ao máximo, o que não teria certamente bons resultados, visto que a língua é um produto bastante complexo.

Outra das características apontadas por C. Hernández é a já discutida questão da complementaridade ou marginalidade do circunstancial. De facto, não podemos admitir que sob uma mesma denominação encaixem realidades sintácticas tão díspares. A solução encontrada é a mesma já descrita em M. Vilela, em M. Mateus e E. Bechara (todos autores com publicações posteriores à aqui apresentada). Fala-se de função complemento quando esta apresenta como factor distintivo a sua obrigatoriedade e necessidade, ao ponto de que a sua ausência conduz a orações agramaticais; por outro lado, a função de adjunto implica a opcionalidade e acidentalidade do sintagma²²². As apresentadas são características ligadas à forma, aos aspectos propriamente sintácticos. Do ponto de vista do significado, o autor reconhece,

«Los diversos matices semânticos que pueden expresar estos sintagmas son muy abundantes, pero su interés para la gramática es subsidiario. Aceptar solamente los de tiempo, lugar, modo, finalidad, compañía, causa, condición..., es restringir demasiado el terreno y, además, no pasar de una casuística en el significado. No nos importa, con un criterio gramatical, si una proposición expresa modo o tiempo, eso es un rasgo semántico; lo fundamental es su función, su forma y su estructura.»²²³

²²¹ C. Hernández 1984: 87.

²²² Cf. C. Hernández 1984: 88.

²²³ C. Hernández 1984: 89.

As questões ligadas ao sentido são, para C. Hernández, secundárias em termos de importância. O mais importante será o apontar das características sintácticas distintivas que nos permitam identificar, sem margens para manobras semânticas, os, chamemos-lhe ainda, “complementos circunstanciais”. Não poderíamos continuar sem expressar a nossa profunda concordância com o autor. Numa análise que se queira sintáctica, o fundamental é a própria sintaxe, a forma e a estrutura que se apura e não o sentido veiculado por essas unidades. C. Hernández identifica os SN4 com os significados de “lugar”, de “tempo”, de “modo”, de “causa” e de “fim”. No entanto, o comportamento sintáctico de todos estes “significados” já foi previamente estabelecido, e deste ponto de vista, apresentam comportamentos sintacticamente homogêneos.

Para S. Gutiérrez o *aditamento* caracteriza-se pela presença de functivos não exigidos ou previstos na valência combinatória do verbo. São, portanto, encarados como elementos periféricos. S. Gutiérrez não encara o aditamento como uma função sintáctica como as outras.

«Los *aditamentos* no constituyen una función sintáctica, sino un nivel de inserción, una órbita en la que se mueven diferentes funciones. (...) Los *aditamentos* no superan los criterios de determinación de los *argumentos*, pero exhiben algunas características comunes que, a su vez, serán discriminatórias respecto a los circunstanciales.»²²⁴

Os *aditamentos* serão, assim considerados, os elementos periféricos cujo valor semântico muitas vezes se sobrepõe ao seu funcionamento sintáctico. O que permite a distinção entre o que S. Gutiérrez determina ser *aditamento*, por um lado, e aquilo que será o circunstante, por outro, é uma questão pertinente que se coloca. Temos que tomar em consideração um terceiro elemento que surge na descrição linguística – o *suplemento*. Este é entendido por S. Gutiérrez como uma verdadeira função, pois funciona dentro da órbita do NV. Trata-se, como é evidente, de um argumento.

²²⁴ S. Gutiérrez 1997a: 379.

«Los *argumentos* son los terminales de relación sintagmática que están fijados en el código genético del verbo. *Selección verbal* o *valencia* son conceptos entendidos aquí como huecos funcionales “previstos” por la capacidad combinatoria del verbo.»²²⁵

Os *aditamentos* têm em relação ao verbo uma relação muito mais afastada do que têm os suplementos, que funcionam como termos exigidos pelo próprio verbo. Dentro dos próprios *suplementos* há que distinguir os suplementos inerentes ou complementos adverbiais, sendo que a única diferença entre os dois reside na classe formal que nele está presente. No suplemento o substantivo; no suplemento inerente, o advérbio.

Verifiquemos o quadro adaptado de S. Gutiérrez, para que o possamos comentar:

TABELA V - CARACTERÍSTICAS DO ARGUMENTO, ADITAMENTO E CIRCUNSTANTE²²⁶

		Argumento	Aditamento	Circunstante
1)	Previsto na valência verbal	+	-	-
2)	Permanecem na valência dos deverbais	+	-	-
3)	Buraco formal sobre o verbal	+	-	-
4)	Obrigatoriedade de indefinido em equacionais	+	-	0
5)	Prova de Happ: comutação por fazer	+	-	-
6)	Objecto de interrogação parcial	+	+	-
7)	Comutável por pronomes tónicos	+	+	-
8)	Focalizáveis em equacionais ou equacionais	+	+	-
9)	Negação adversativa não A mas B	+	+	-
10)	Interrogação disjuntiva A ou B?	+	+	-
11)	Modificam infinitivos, gerúndios e participios	+	+	-
12)	Elipse em estrutura coordenativa e comparativa	+	+	-
13)	Contraste em estruturas correctivas	+	+	-
14)	Inciso	-	-	+
15)	Externos à interrogação	-	-	+
16)	Modificam enunciados sem verbo	-	-	+
17)	Externos à comutação de sim/não	-	-	+
18)	Contraste com aditamento	?	+	+
19)	Ênfase com só, inclusivé, também, até	+	+	±

As dezanove provas apresentadas por S. Gutiérrez para distinguir estas três realidades utilizam critérios sintácticos e semânticos. O que

²²⁵ S. Gutiérrez 1997a: 373.

²²⁶ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 393.

S. Gutiérrez entende por *circunstante* termos nós que colocar num domínio de análise específico. E pela simples razão de que o *circunstante* não se situa no domínio nem da sintaxe, nem da semântica, mas da pragmática. São, por isso, tópicos que resultam das necessidades informativas que se apresentam ao falante. Se compararmos dois exemplos tudo se torna mais claro:

TABELA VI - ADITAMENTO E CIRCUNSTANTE²²⁷

Aditamento	Circunstante
Manuel não irá <i>sem carro</i> .	<i>Sem carro</i> , Manuel não irá.

No plano sintáctico, o que se torna essencial distinguir, não é, a nosso ver, o aditamento do *circunstante*, mas o aditamento do argumento, isto é, precisamos de conseguir distinguir o que constitui uma função argumental de uma função *circunstancial*. O que acontece no *circunstante* é uma topicalização do aditamento e não uma nova função. S. Gutiérrez deixa bem claro que não pretende incluir o *circunstante* no elenco das funções. O aditamento, por seu lado, constitui-se, a nosso ver, como uma função sintáctica plenamente identificável através de critérios formais. Não é esta, no entanto, a opinião de S. Gutiérrez, que considera o aditamento «(...) una órbita funcional en la que se insertan varias funciones que giran en torno al sintagma verbal.» (S. Gutiérrez 1997a: 383) Tal facto significa que o aditamento gira na segunda órbita funcional dos modificadores oracionais. O autor admite que «En los *aditamentos* assistimos a una certa prioridad cognitiva de las funciones semánticas.» (S. Gutiérrez 1997a: 384) Cada função semântica é acompanhada de meios expressivos próprios, formando uma relação de signo, isto é, a função de um significado e de um significante. S. Gutiérrez preocupa-se em apresentar critérios de diferenciação baseados em comportamentos formais²²⁸. Na mesma linha de pensamento encontramos M. J. Marçalo, que identifica os “complementos circunstanciais” do Português Europeu de forma muito semelhante à efectuada por S. Gutiérrez para o Castelhana, com a diferença que este último opta pelo termo

²²⁷ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 410.

²²⁸ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 385-386.

“aditamento” reservando o termo “circunstancial” para os modificadores da frase situados numa esfera mais externa.

«Afectan conjuntamente a la unidad constituída por el verbo, sus argumentos y sus aditamentos.»²²⁹

«Os complementos circunstanciais são complementos de segunda órbita, o que implica estarmos perante complementos que não apresentam uma relação tão estreita com o verbo como os argumentos.»²³⁰

Uma questão parece emergir: haverá legitimidade em afastar o “complemento circunstancial”, qualquer que seja o nome que este adopte da órbita das funções gramaticais? Havendo claramente uma incidência sobre o SV, tal não nos parece possível. Trata-se, como é claro, de uma determinação periférica, que pode ser excluída da estrutura da frase sem que se quebre a integridade sintáctica da mesma; demonstra mobilidade, flexibilidade na estrutura sintáctica; pode-se multiplicar *ad nauseum*. Se existe numa estrutura sintáctica a obrigatoriedade de um só sujeito, de um só complemento directo... o mesmo não acontece com a nossa função. São necessários testes que nos permitam uma identificação sintáctica da estrutura em causa; testes que possam ser sempre aplicados, independentemente do conteúdo semântico em causa. M. Santos propôs quatro testes, a saber: não é passível de pronominalização; o functema e respectivo functivo gozam de mobilidade, podendo figurar em diferentes pontos da frase; pode comutar por zero; aceita a multiplicação²³¹. Como reconhece M. Santos o comportamento sintáctico do sintagma em função circunstancial apresenta-se diferente do adoptado por outras determinações intersintagmáticas do sintagma verbal.

«[os] testes comprovam o carácter marginal ou periférico do sintagma em F4, idêntico portanto ao do circunstante. No entanto, é preciso lembrar que a caracterização do circunstante ainda assenta em prioridade na relação sintáctica estabelecida com o [SV]. Portanto, apesar de circunstante, o sintagma em F4 ainda estabelece uma relação com o verbo, o que lhe

²²⁹ S. Gutiérrez 1997a: 390.

²³⁰ M. Marçalo 2004: 182.

²³¹ Cf. M. Santos 2002 (artigo cedido pela autora).

garante o carácter de função no modelo adaptado de
Hernández Alonso»²³²

²³² M. Santos 2002 (artigo cedido pela autora).

5. SÚMULA CRÍTICA

Não pretendíamos proceder a um exame exaustivo de todas as visões que já se trabalharam no que aos ‘complementos circunstanciais’ diz respeito, mas alertar para as várias possibilidades que existem de abordagem deste assunto. Umhas perspectivas deram mais importância à semântica, outras consideraram imprescindível a colaboração entre sintaxe e semântica; outras ainda consideraram que só partindo de uma análise semântica se chegaria à forma que suporta o complemento circunstancial. Contudo, em todos os trabalhos analisados até agora vimos aflorar o dilema da identificação sintáctica de uma função ora acessória, ora obrigatória. Uma função sintáctica com um preenchimento variável, ora por uma unidade da classe dos advérbios, ora por outros sintagmas. Verificámos, ainda, a possibilidade de ligação a um ou outro elemento da frase, seja verbo, seja outra unidade significativa.

Constitui objectivo do nosso estudo distinguir estes dois conjuntos de comportamentos que sempre se encontraram amalgamados sob o nome de “complemento circunstancial”. É preciso apurar quando um “complemento circunstancial” faz parte do nó actancial, ou seja, quando é argumento e gravita na zona nuclear e quando é “complemento circunstancial” que é, realmente, circunstante por gravitar numa zona periférica. Claro que a distinção entre os dois deverá ser efectuada, numa primeira instância, do ponto de vista exclusivamente sintáctico. Tendo em conta a escola teórica em que nos revemos, acreditamos que o que interessará apurar em qualquer estudo sintáctico que tenha o circunstante/circunstancial/adjunto como protagonista principal será a relação que este mantém com o verbo. Esta pode ser muito estreita, dizendo respeito unicamente ao NV (desta forma, a função *circunstancial* estaria integrada no predicado, sendo, por isso, argumental) ou pode ser esticada, relaxada ao máximo, mas sempre mantendo a ligação com o NV e/ou com o NV e os seus complementos, com uma vasta gama de estádios intermédios. Apesar de todas as

questões levantadas *supra*, julgamos que a FC, independentemente da unidade significativa que a preencha, é um satélite do verbo, um satélite que pode gravitar numa órbita mais pequena ou numa órbita maior, estando, neste caso, mais afastado do seu centro gravitacional, o NV. Não colocamos em causa o facto de ser um satélite do verbo, pois só poderemos admitir a existência de função enquanto existir uma relação com o NV; a partir do momento em que não haja ligação ao verbo deixamos de poder falar de função.

Para E. Bechara as características sintácticas fundamentais do Adjunto Adverbial ligam-se ao facto de não sofrer restrições de número, nem exigir o preenchimento da casa vazia deixada pela função sintáctica. No entanto, o autor chama a atenção para a existência de uma outra função que, tradicionalmente, era incluída no conjunto dos complementos circunstanciais. Falamos do já referido complemento relativo que se caracteriza por ser obrigatório, fazendo parte da regência do próprio verbo. M. Vilela procede à mesma distinção fundamental entre complementos que são argumentos (A5 a A9 – Locativo situativo, locativo situacional, temporativo, medida e modativo) e os verdadeiros circunstanciais que se caracterizam pela opcionalidade da sua presença. *Mutatis mutandis* M. Mateus *et alii* 2003 acaba por efectuar a mesma distinção fundamental. Ao colocar em oposição complementos oblíquos e complementos adjuntos, as autoras distinguem o que tem ligação ao verbo (o primeiro), do que não tendo ligação ao verbo se caracteriza pela opcionalidade da sua presença (modificador adverbial).

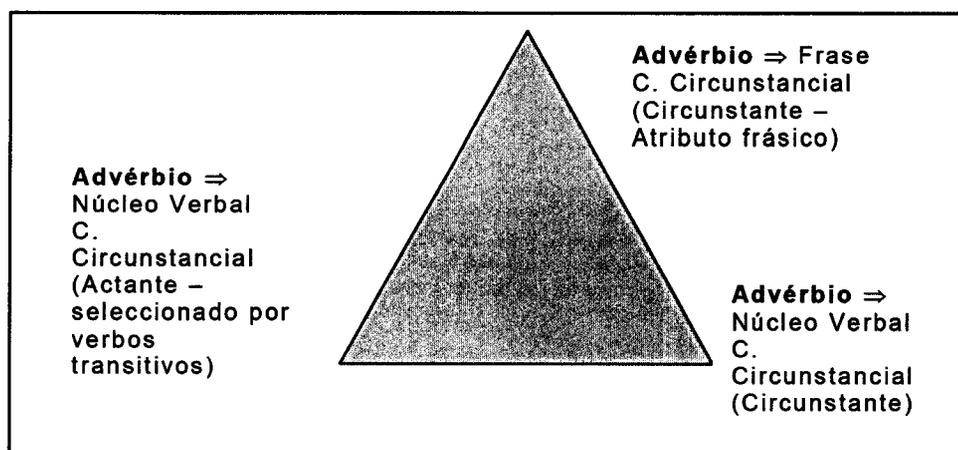
E. Alarcos chama adjacente circunstancial ao que C. Hernández irá chamar função adjunto. A função complemento, assim apelidada por C. Hernández, será definida por E. Alarcos como objecto preposicional²³³. Este irá apresentar as características anteriormente apontadas quer para a função complemento, quer para o complemento relativo (E. Bechara), quer para a determinação adverbial (M. Vilela).

²³³ Tal como aconteceu para a adopção do termo *adjacente circunstancial* por oposto ao conceito de *aditamento*, também agora o autor optou por modificar o termo. O que antes designava de *suplemento* passou na presente gramática a adoptar o termo de *objecto preposicional*.

Os complementos preposicionais e adverbiais constituem na essência o complemento relativo apontado por E. Bechara. Recordemos novamente que M. Vilela chamou a atenção para a necessidade de distinguir actantes e circunstantes, apresentando no quadro sistemático de actantes funções que anteriormente se enquadrariam na grande classe dos complementos circunstanciais. Agora podemos, com segurança, separar dois comportamentos sintáticos totalmente diferenciados, quer utilizemos os termos usados por M. Vilela, E. Bechara, M. Mateus, quer recorramos ao acima exposto.

Encontramos, deste modo, no que à função anteriormente chamada “circunstancial” diz respeito, não dois, mas três comportamentos sintáticos distintos. Num primeiro momento, identificamos um antigo “complemento circunstancial” que é na verdade um actante, estabelecido por um constituinte adverbial seleccionado por verbos transitivos como seu complemento, o qual encontra a sua incidência no NV. Existe, ainda, o complemento circunstancial “verdadeiro” circunstante, não seleccionado por nenhum item lexical e caracterizado por uma opcionalidade de presença. No último vértice (vd. esquema triangular que propomos *infra*), estará não uma função sintática, por lhe faltar a ligação com o NV, mas uma determinação que incide sobre a totalidade da frase, de carácter igualmente optativo. O próprio da classe “advérbio” será assim a possibilidade de funcionar nestes três vértices frásicos, como resumido no quadro abaixo:

OS TRÊS VÉRTICES DO ADVÉRBIO



Estatuto Sintático dos “Advérbios”: Função e Classe
Cap. I – Estudos sobre a Função Sintática Chamada “Complemento Circunstancial”

CAPÍTULO II
ESTUDOS SOBRE OS CHAMADOS
“ADVÉRBIOS” EM PORTUGUÊS
EUROPEU

«No hay gramática perfecta.»

ALARCOS LLORACH, Emilio
(1996) – *Gramática de la lengua
española*. Madrid: Espasa, p. 20.

1. PERSPECTIVA DAS GRAMÁTICAS SOBRE O “ADVÉRPIO”

1.1 CLASSES DE PALAVRAS E O ESTATUTO DO ADVÉRPIO

As dúvidas relacionadas com a segmentação das palavras em classes, com a divisão das partes da oração surgem como perguntas frequentes em qualquer manual de linguística ou gramática. A divisão das palavras em classes foi sofrendo alterações à medida que os séculos iam passando, à medida que as diferentes correntes teóricas iam ganhando ou perdendo terreno. No entanto, as diversas críticas da Linguística moderna à heterogeneidade de critérios em que se baseia, na tradição gramatical Ocidental, a divisão das partes do discurso têm coexistido, ao contrário do que seria de esperar, com a manutenção dessa mesma divisão. As classes de palavras ou partes do discurso constitui um ponto prévio, um *a priori* sempre presente em praticamente todos os estudos gramaticais.

«La definición de una categoría verbal tiene interés teórico, para el conocimiento del lenguaje en general, y no interés instrumental, para la descripción exterior de una lengua determinada.»²³⁴

Aristóteles, na sua obra *Categorias* distingue entre as expressões que significam: 1) substância; 2) quantidade; 3) qualidade; 4) relação; 5) espaço; 6) tempo; 7) posição; 8) posse; 9) acção; 10) passividade.

«As palavras sem combinação umas com as outras significam por si mesmas uma das seguintes coisas: o que (substância), o quanto (quantidade), o como (qualidade), com o que se relaciona (relação), onde está (lugar), quando (tempo), como está (estado), em que circunstância (hábito), atividade (ação) e passividade (paixão). Dizendo de modo elementar, são exemplos de substância, homem, cavalo; de quantidade, de dois côvados de largura, ou de três côvados de largura; de

²³⁴ E. Coseriu 1978: 68.

qualidade, branco, gramatical; de relação, dobro, metade, maior; de lugar, no Liceu, no Mercado; de tempo, ontem, o ano passado; de estado, deitado, sentado; de hábito, calçado, armado; de ação, corta, queima; de paixão, é cortado, é queimado» (Aristóteles, *Categorias*, cap. IV, 1b)

A classificação de Aristarco no século II a.C. foi a herdada pelo seu discípulo Dionísio da Trácia. Foi também a herdada por Apolonio Díscolo, de quem Prisciano e outros gramáticos a tomaram. Esta classificação tradicional engloba oito partes, a saber, *nome*, *verbo*, *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção*. Apesar das alterações que foram acontecendo, ao longo destes vinte e dois séculos, continua a encontrar-se em Aristarco um porto seguro, no que à divisão das palavras em classes diz respeito. Claro que com isto não queremos dizer que a divisão de Aristarco é isenta de defeitos, pois os problemas que a ela subjazem são diversos. A falta de estabelecimento de critérios para a separação das várias palavras em paradigmas diferenciados, constitui o seu principal problema.

A maior parte dos autores modernos reconhece que as diversas listas de classificação de palavras estão construídas tendo como base uma mistura de critérios semânticos, sintácticos e posicionais. Para L. Tesnière, a classificação tradicional das partes da oração «(...) repose sur un empirisme vague est stérile et non sur une doctrine précise et féconde, ne résiste pas à l'examen.» (L. Tesnière 1982: 52)

A classificação tradicional assenta em três critérios diferentes: a natureza, a função e a posição. Como sublinha P. Garde, poder-se-á admitir que a classificação das palavras em “partes do discurso” não é algo a fazer, mas já feito.

«La réflexion qu'on peut conduire aujourd'hui à ce sujet ne vise pas l'invention d'un outil nouveau, elle vise à l'étude a posteriori d'un outil très ancien, (...). On espère en même temps qu'une meilleure compréhension de ses rouages permettra de remédier à certaines imperfections de détail.»²³⁵

A questão que deverá ser colocada, segundo o autor, não recairá tanto sobre qual a melhor classificação possível a aplicar às unidades

²³⁵ P. Garde 1983: 1-2.

linguísticas, mas a de compreender as bases que estão na origem dessa classificação em nomes, verbos, adjectivos... O que significa que, mais importante do que fazer a classificação das palavras, é compreender como esta é feita; encontrar as bases científicas que permitam justificar as escolhas que se fizeram aquando da classificação das palavras em “partes do discurso”.

1.2 GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS EUROPEU

A análise do(s) “advérbio(s)” na tradição gramatical portuguesa reveste-se de uma grande importância, pois permite-nos o recolher de pistas essenciais para uma diferente perspectiva de análise desta classe. De igual forma, possibilita-nos entender a posição de cada um dos gramáticos consultados relativamente à classificação dos advérbios no âmbito da gramática. Ressalve-se que a selecção de contributos obedece exactamente aos mesmos critérios da que foi feita para o capítulo anterior, pelo que se remete para o enquadramento aí realizado na Introdução – 1. e 1.1. Sublinhe-se apenas que, mais uma vez, a perspectiva histórica não foi a privilegiada.

Tal como vimos para o chamado “complemento circunstancial” no Capítulo I, as análises ou descrições do comportamento do(s) advérbio(s) nas gramáticas tradicionais são, regra geral, muito breves e pouco esclarecedoras relativamente às diversas questões que se levantam na linguística actual. Constitui nosso objectivo seleccionar diferentes períodos de análise gramatical, visto daí resultarem diferentes conceptualizações na abordagem da língua e, conseqüentemente, diferentes interpretações da função e significado atribuídos ao(s) advérbio(s).

Os gramáticos alexandrinos isolaram pela primeira vez o advérbio como a parte do discurso invariável que predica o verbo. Esta foi uma definição que atravessou os séculos e que, no que respeita à língua portuguesa, encontrou reflexo no século XVI em João de Barros.

«Adverbio é huã das nóue pártes da óraçã que sepre anda coiuta e coseita cõ o uerbo, e daquy tomou o nome: porque, ad, quer dizer cerca, e compósto cõ, uerbu fica adverbium que quer dizer, acerca²³⁶ do uerbo.»²³⁷

Nesta definição, existe uma colagem do nome da categoria ao seu sentido e funcionalidade. Na verdade, a palavra latina *adverbium* já é uma tradução do termo grego *épirrhema*. A definição da palavra ganha, deste modo, legitimidade na sua própria origem etimológica. E tal posição remete-nos para a função sintática que a tradição gramatical posterior sempre privilegiou: a de *modificador* do verbo (cf. M. Mateus *et alii* 2003, cf. *supra*, pp. 71-72). Admitimos que esta excessiva importância do verbo na significação do advérbio, resulta, essencialmente, de advérbios como *muito* ou *pouco* que estabelecem uma relação de grande proximidade com o verbo e o(s) seu(s) complemento(s).

✓ Ele come **muito** pela manhã.

✓ O Ricardo anda **pouco** a pé.

Nas duas frases que nos servem de ilustração, podemos observar o “poder” que o advérbio consegue alcançar no que diz respeito à avaliação quantitativa e/ou qualitativa do estado de coisas dado pelo verbo e seus complementos. Se os advérbios *muito* e *pouco* fossem comutados por outros advérbios, como *imediatamente* ou *ontem*, chegaríamos à conclusão que a caracterização, ou o conjunto de propriedades semânticas de qualquer um destes advérbios, não é partilhado pelo verbo e pelo seu complemento. É evidente que estamos perante dois problemas de natureza distinta. Por um lado, consideramos a posição “junto ao verbo”, mas, por outro, falamos também da capacidade que o advérbio tem de “modificar” o verbo (cf. cap. IV, 2.2.1).

Não é tão clara a posição das gramáticas portuguesas do final do século XIX e início do século XX, que se limita a breves referências

²³⁶ Acerca no sentido de *perto*.

²³⁷ J. de Barros 1785: 121.

sobre a classe de palavra em análise. Exemplo disso é a afirmação de Epifânio S. Dias.

«Advérbios são as palavras com que se exprimem as circunstancias de uma acção ou qualidade ou estado (...)»²³⁸

Não se deixa, no entanto, de chamar a atenção para o facto de Epifânio S. Dias ser já um pré-estruturalista, apresentando um pensamento bastante avançado para a sua época²³⁹. Recordemos que falava já em determinação, ainda que num sentido diferente do que usaremos mais adiante (Cf. Introdução, pp. 27-28).

F. Adolpho Coelho dispensa alguma atenção ao chamado advérbio: «Dá-se o nome de advérbios ás palavras que acompanham e modificam verbos, adjectivos ou outros advérbios.» (F. Adolpho Coelho 1881: 118) De seguida, alerta para o carácter dessa modificação, podendo esta referir-se a «(...) lugar, tempo, modo, afirmação, negação, conclusão lógica, dúvida, quantidade, exclusão, designação.» (F. Adolpho Coelho 1881: 118) Na parte respeitante à morfologia pouco mais haverá a acrescentar, à excepção do facto de o autor referir a existência de advérbios compostos ou locuções adverbiais e o facto de muitos advérbios serem derivados de adjectivo. Quando este autor se refere à sintaxe dos advérbios destaca-se a função que a unidade tem na frase, pois «A função dos advérbios é modificar verbos, adjectivos e outros advérbios (...)» (F. Adolpho Coelho 1881: 156) O mesmo conceito de “modificador” que mencionámos *supra* volta a surgir, havendo apenas lugar para uma referência à posição que o advérbio poderá ocupar, «Em regra, o advérbio antepõe-se á palavra que modifica; mas há numerosas excepções (...)» (F. Adolpho Coelho 1881: 156) A nosso ver estas “excepções” não são suficientemente exploradas, o que poderia levar a um levantamento de questões muito pertinentes em relação ao funcionamento do advérbio (cf. cap. IV, 1.2).

²³⁸ Epifânio S. Dias 1901: 16.

²³⁹ A gramática citada é, no entanto, uma gramática elementar, pelo que o pensamento linguístico do autor não foge muito à corrente vigente. Para um maior detalhe acerca do pensamento do autor consulte-se Helena Santos (2005) – *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos*, UTAD.

Francisco José Monteiro Leite confere ao advérbio alguma atenção quer nos seus *Subsídios para o estudo da língua portuguesa*, quer na *Grammatica Portugueza dos Lyceus*.

«Recebem este nome as particulas invariaveis que se junctam aos verbos e a qualquer palavra susceptivel de determinação, como os appellativos, adjectivos e ainda os mesmos adverbios, para lhes modificar a significação vaga ou relativa, completando-o ou restringindo-a.»²⁴⁰

O autor adverte para a necessidade de descolamento da etimologia da palavra pois o conceito de advérbio, “adjuncto ao verbo”, não deve ser tomado no sentido estrito, mas em toda a sua extensão, visto que o advérbio se aplica a qualquer palavra capaz de sofrer modificação (cf. cap. I, pp. 71-77).

F. J. M. Leite teve o mérito de reconhecer a larga abrangência desta unidade, admitindo que «Qualquer adverbio tem de per si um sentido completo; equivale a um complemento regido da respectiva proposição e ás vezes até d'uma oração inteira.» (F. J. M. Leite 1881: 121) Os advérbios admitem divisão quanto à forma e quanto à significação. No que à forma diz respeito haverá apenas que distinguir os advérbios simples, quando formados por uma só palavra, dos advérbios compostos, formados por mais de uma palavra. No que à significação diz respeito, voltamos a deparar-nos com uma longa lista de sentidos do advérbio, a saber: tempo, quantidade, modo, lugar, afirmação, negação, exclusão, dúvida, designação e ordem²⁴¹.

Poderíamos continuar com a análise do “advérbio” gramática a gramática, mas optámos por não fazer mais referências directas a gramáticas e a gramáticos. Os exemplos que F. A. Coelho e F. J. Monteiro Leite nos fornecem são suficientemente ilustrativos da forma como o advérbio foi tratado pelas gerações de gramáticos posteriores. Todas as gramáticas subsequentes lhes seguem os ensinamentos, havendo apenas divergências pontuais e de menor relevo. Destacamos António José dos Reis Lobato que aproxima o advérbio da preposição, por considerar que «(...) por si só não significa nada completamente, mas junta na oração a outra palavra, lhe declara o modo da sua

²⁴⁰ F. J. M. Leite 1881: 207.

²⁴¹ Cf. F. J. M. Leite 1881: 208-215.

significação.» (A. J. Reis Lobato 1804: 153) Posição completamente contrária é a tomada por Antonio Maria D’Almeida Netto que defende que «Tomado isoladamente, ou separado de tudo o que possa anteceder-o ou seguir-o, oferece sempre por si mesmo um sentido completo e só pode substituir-se por muitas outras palavras.» (A. M. D’Almeida Netto 1884: 28) É evidente que oitenta anos separam estas tomadas de posição, e é preciso ter isso em consideração. Cada uma das afirmações terá que ser necessariamente enquadrada no pensamento gramatical que na época se desenvolvia.

No que à morfologia diz respeito, os autores são unânimes em considerar que um advérbio é uma palavra invariável; identificam as locuções adverbiais apenas pelo facto de serem compostas por mais de uma palavra: «Locuções adverbiais são duas ou mais palavras com força dum advérbio.» (A. A. Cortesão 1907: 108) Quando A. A. Cortesão defende que a locução adverbial terá a “força” de um advérbio, está, ainda que não directamente, a invocar o critério sintáctico da comutação para associar estas duas formas. Não será por isso exagerado considerar, ainda que desrespeitando a cronologia, que, se a locução adverbial pode comutar com o advérbio, é este o critério que permite identificar as unidades em causa como pertencentes ao paradigma do advérbio, ou seja, à mesma classe.

Outros autores (F. J. Monteiro Leite, Francisco Torrinha) preferem distinguir entre advérbios simples e advérbios compostos, em vez de mencionarem as locuções, designação mais comumente utilizada. De destacar a posição de Antonio Maria D’Almeida Netto que adverte:

«O advérbio póde ser considerado como equivalendo a uma expressão abreviada da preposição com o seu complemento; assim podemos usar do advérbio – primeiramente – em vez de – em 1º lugar.»²⁴²

Parece existir aqui uma aproximação entre o advérbio e o conjunto formado pela preposição + complemento, a qual será exaustivamente explorada por autores mais recentes, como M. Mateus *et alii* 2003 e I. Bosque 1999 e que, por isso mesmo, também é aflorada no presente estudo.

²⁴² A. M. D’Almeida Netto 1884: 28.

Avançando no tempo poderemos encontrar A. Gomes Ferreira e J. Nunes Figueiredo cujas sucessivas edições da *Gramática* influenciaram fortemente o ensino da língua, como vimos no cap. I:

«As palavras que se juntam a adjectivos e verbos para lhes modificar a significação e exprimir circunstâncias de uma acção, qualidade ou estado (...).»²⁴³.

Novamente, será a parte semântica a ganhar mais destaque no tratamento desta palavra invariável ou inflexiva, como lhe chamam os autores. Serão ainda apresentados os advérbios pronominais que se dividem em demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos, cuja repartição se inspira nos pronomes a que correspondem. Optámos por não contemplar no nosso estudo as questões relacionadas com os “advérbios pronominais” por considerarmos que isso constituiria um afastamento em relação às questões sintácticas centrais que nos ocupam, sendo de facto bastante diverso o seu comportamento sintáctico. Havendo, aliás, inclusão de elementos já bastante díspares na categoria, não considerámos aconselhável acrescentar um novo factor de dispersão, que, por outro lado, também não é frequente nos outros autores por nós estudados.

P. Vázquez Cuesta e M. Albertina Mendes da Luz na *Gramática da Língua Portuguesa* abordam a problemática do advérbio de uma forma algo diferente das até agora exploradas. Este é apenas o tópico de um capítulo, pois os verdadeiros protagonistas serão as subdivisões semânticas que o advérbio pode sofrer (cf. cap. I, p. 63). Não existe assim uma definição de advérbio enquanto categoria dotada de um comportamento específico, mas várias definições, de acordo com as diferentes subclasses a que pertencem. Encontramos, assim, devidamente identificados e definidos os advérbios de modo, de tempo, de lugar, de quantidade, de ordem, de comparação, de afirmação, de negação, de dúvida, de designação e de exclusão²⁴⁴. As observações

²⁴³ A. Gomes Ferreira, J. Nunes Figueiredo 1947: 299.

²⁴⁴ Cf. P. Vázquez *et alii* 1971: 452-455.

sobre o emprego de alguns advérbios²⁴⁵, esclarecem algumas questões de carácter sintáctico, como por exemplo, a que a seguir ilustramos. No que aos advérbios de modo diz respeito, constatam as autoras que quando numa mesma frase figuram dois ou mais advérbios em *-mente* separados ou por conjunção ou por vírgula, o sufixo junta-se unicamente ao adjectivo que está precedido da referida conjunção ou unidade de pontuação. Trata este ponto de aspectos pontuais referentes à utilização e posicionamento da frase de certos advérbios, mas fica a faltar um esclarecimento mais específico sobre a função sintáctica que estes advérbios podem desempenhar na frase.

Numa sùmula necessariamente muito breve, podemos afirmar que existem aspectos aparentemente aceites de forma consensual por todos os gramáticos em análise. Do ponto de vista morfológico, o advérbio é encarado como uma palavra invariável, isto é, que não sofre flexão nem de género, nem de número. Do ponto de vista semântico, é uma unidade que exprime as circunstâncias de uma acção ou estado, contribuindo, desta forma, para um aumento da informação ao nível da frase. Sintacticamente, admite-se que advérbio se junta a verbos, adjectivos e, até mesmo, a outros advérbios, para sobre eles exercer uma função modificadora. Este último ponto cruzar-se-á, evidentemente, com a função de “complemento circunstancial” que considerámos no cap. I, uma vez que a acção modificadora corresponde, na maior parte dos casos, precisamente a essa função. Ressalvemos, contudo, que o tratamento da classe nestes termos contribui para unificar a referida função, independentemente de alguns advérbios que “modificam” verbos não poderem ser dispensados. Podemos perguntar-nos se será então correcto considerar que se limitam a “modificar”. Da mesma forma, e recordando os advérbios que podem incidir sobre o âmbito global da frase, podemos considerar pertinente equacionar que, se modificam, modificam também grupos de outras palavras e não as palavras isoladas.

Também a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (que, recorde-se, é datada de 1967) identifica como partes da gramática a morfologia e a

²⁴⁵ Cf. P. Vázquez *et alii* 1971: 540- 548.

sintaxe, com os dois consequentes tipos de análise gramatical: a morfológica e a sintáctica e, tal como sublinhámos já, não inclui a Semântica como domínio terminológico. Dentro da parte da gramática identificada como Morfologia surge-nos o advérbio como uma classe de palavra. Os advérbios seriam assim divididos:

VII – Advérbios:

1. Classificação

a) de lugar

de tempo

de modo

de afirmação

de negação

de dúvida

de exclusão

de inclusão

de designação

de quantidade

b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo e de causa.

c) advérbios de oração

2. Grau

3. Locuções adverbiais

Os advérbios surgem, deste modo, encarados de três pontos de vista: a classificação, o grau e as locuções adverbiais. São admitidos três parâmetros sobre os quais o advérbio pode ser classificado: o seu sentido, o facto de serem advérbios interrogativos, e os advérbios de oração. Os advérbios podem ainda sofrer modificações ao nível do grau e podem ser expandidos para locuções adverbiais. Na parte respeitante às “Notas Explicativas do Projecto” não é feita qualquer referência adicional ao estatuto do advérbio enquanto classe de palavra. Surge apenas um pequeno esclarecimento sobre os advérbios de oração, que são «(...) assim designados os advérbios que modificam a oração: “*Afinal, não nos apareceste ontem!*”» (NGP 1967: 30)

Perante esta abordagem vários problemas se colocam. A classificação dos advérbios não é feita de acordo com um critério

previamente definido. Podemos, talvez, identificar um critério semântico quando se faz referência aos diversos valores locativos, temporais, modais e todos os outros; outro(s) critério(s) presidirá(ão) à distinção entre advérbios interrogativos e advérbios de oração. O grau do advérbio parece ser efectivamente algo sobre a égide da morfologia, mas já a respeito das locuções adverbiais não teremos tanta certeza. As locuções surgem apenas como parte integrante da classificação, não havendo lugar para qualquer esclarecimento quanto ao tipo de formação morfológica que requerem. De facto, nada surge na NGP que não possa ser já encontrado em diversos gramáticos do final do século XIX e princípios do século XX. Autores como Francisco Torrinha (1933) ou Adriano Gomes e José Nunes Figueiredo (1947) vêm as suas caracterizações transpostas para esta nomenclatura, mas sem quaisquer explicações prévias ou adicionais, esclarecedoras do seu correcto emprego. Tal como vimos para a função chamada “complemento circunstancial”, podemos, por isso, afirmar que a NGP resume a tradição escolar sobre a língua portuguesa no que toca ao estabelecimento da categoria “advérbio”, e suspeitamos que deixará provavelmente ao professor, também aqui, o cuidado de definir regras de emprego.

Da mesma forma, a gramática de C. Cunha e L. Cintra tem como objectivo primeiro fornecer ao ensino do português um instrumento de trabalho baseado, prioritariamente, nos conceitos de correcção e de adequação linguísticas. Como mencionámos no cap. I, a obra traduz, em alguns aspectos, uma perspectiva linguística distinta das obras anteriormente referidas. O Capítulo 14, dedicado exclusivamente ao advérbio, representa uma perspectiva descritiva, mas também prescritiva, já que esclarece algumas questões de colocação, como iremos ver.

Nesta obra, «O advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo. A essa função básica, geral, certos advérbios acrescentam outras que lhe são privativas.» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 537) Assim sendo, os denominados “advérbios de intensidade” e formas semanticamente próximas podem reforçar o sentido de um adjectivo e de um advérbio. Saliente-se ainda que alguns advérbios aparecem aqui,

e reconhece-se que com alguma frequência, modificando toda a frase. Quanto à classificação dos advérbios proposta é claramente de ordem semântica. Distinguem-se dez subclasses: afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação, tempo, ordem, exclusão e designação. A esta classificação semântica não presidem critérios de análise explícitos, mas os exemplos indiciam claramente serem estes os sentidos construídos.

Devemos salientar que a locução adverbial é entendida como «(...) um conjunto de duas ou mais palavras que funcionam como advérbio» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 540), sendo posteriormente divididas em classes semânticas (as mesmas do advérbio). Não podemos deixar de salientar que, de novo, o paradigma da classe “advérbio” é estabelecido de acordo com o do funcionamento, e não podemos deixar de entender esse funcionamento num outro âmbito que não o da frase. Cremos que é importante referir que este aspecto surge em obras diferentes, porque isso comprova, a nosso ver, que a tradição gramatical portuguesa estabelece uma ligação pertinente entre o papel de um elemento na frase – papel sintáctico, portanto – e a sua possível classificação.

Os autores dedicam algum espaço no capítulo à questão da colocação dos advérbios na frase. Ressalvemos que também constitui critério de classificação, mas não reflecte directamente a divisão semântica proposta anteriormente. Assim, os modificadores do verbo subdividem-se em três grupos:

- a) os advérbios que geralmente ocorrem depois do verbo;
- b) os advérbios de tempo e de lugar que podem colocar-se antes ou depois do verbo;
- c) o advérbio de negação que, em português, ocorre à esquerda do verbo.

Muitas dúvidas nos restam da análise deste capítulo. No caso particular dos advérbios de tempo e de lugar, a descrição não é explícita em relação aos casos em que o advérbio deverá ocorrer antes e depois do verbo. Será que essa alternância é livre, ou será que a posição pré-verbal ou pós-verbal tem consequências a nível semântico, será uma questão válida passível de ser colocada. A falta de

explicações pode ser justificada na medida em que se trata de uma gramática que visa a correcção linguística. Não podemos, no entanto, deixar de notar que existem nestes autores preocupações descritivas, traduzidas no levantamento bastante exaustivo de características e de usos.

M. Vilela demonstra alguma preocupação e também precaução na definição de critérios (e sua hierarquização) para a caracterização do funcionamento do advérbio enquanto classe de palavra. O advérbio aparece enquadrado na “Gramática da Palavra”, onde *palavra* é «(...) uma das unidades básicas da língua, em que a dupla vertente significado e significante desempenha um papel relevante.» (M. Vilela 1999: 51) Apesar de reconhecer a utilidade do termo “palavra”, o autor aceita os perigos que ele encerra. «(...) o termo “palavra” é demasiado amplo no seu uso e valores» (M. Vilela 1999: 51), pois o facto de as palavras disporem de várias propriedades (fonológicas, gráficas, morfológicas, sintácticas e semânticas) dificulta bastante a sua delimitação e definição enquanto conceito científico. Daí que se tenha tentado ao longo dos anos substituir este termo por outros, como *lexema, unidade lexical, monema, morfema...* mas será no conceito de “palavra” que o autor se apoia preferindo-o em relação a todos os outros. Para isso torna-se necessária a própria definição do que M. Vilela entende por “palavra”. Julgamos que a definição apresentada é consistente com a sua opção teórica e metodológica, e é perfeitamente enquadrável em qualquer estudo que tenha por base a “palavra”.

«(...) unidade menor potencialmente isolável, autónoma, portadora de significação e função, que é separada, como sequência de grafemas (ou letras), de outras palavras e que, no caso das palavras flexionais, dispõe de várias formas.»²⁴⁶

A caracterização das categorias gramaticais será depois efectuada a partir dos critérios semânticos, morfológicos e sintácticos. A maior parte das palavras do português são, pois, enquadráveis em classes de formas e em classes funcionais, que, na esteira da tradição

²⁴⁶ M. Vilela 1999: 52.

gramatical, o autor designa por categorias gramaticais ou partes do discurso²⁴⁷. Reconhece, no entanto, a dificuldade que existe em definir algumas categorias, nomeadamente o advérbio: «Os advérbios constituem a classe mais heterogénea e mais difícil de caracterizar.» (M. Vilela 1999: 57)

«Embora a designação **advérbio** [=ADVERBIUM/EPIRRHEMA] aponte para uma determinada relação destas palavras com o verbo (“aplicado ao verbo”) – e por isso mesmo tem sido tratado como o “adjectivo do verbo” –, contudo, os advérbios não modificam apenas os verbos, mas também adjectivos e mesmo outros advérbios e frases totais.»²⁴⁸

A marca ‘categorial’ do advérbio é a de modificar, quer esta modificação incida sobre um verbo, um adjectivo, a frase, outro advérbio ou sobre a enunciação. Podemos então considerar que o conceito de *modificador* aqui usado em relação ao advérbio diz respeito a uma modificação semântica, tal como vimos que tinha sido defendido por C. Cunha e L. Cintra 1987: 541-543. Pensamos, igualmente, que é inevitável estabelecer uma correlação com a *Gramática da Língua Portuguesa* de M. Mateus *et alii* (2003), uma vez que aí se emprega o mesmo conceito de *modificador* (cf. cap. I, pp. 71-73). Contudo, é crucial distinguir a posição expressa nesta última gramática, porque aqui se reporta a uma relação sintáctica não obrigatória²⁴⁹, ponto que nas obras anteriores aparecerá, quanto muito, de forma subentendida e não explícita. Teremos oportunidade de comprovar, ao longo deste trabalho, que se há uma característica que seja permanente no advérbio é o facto de ser um modificador. Claro que é preciso distinguir o advérbio modificador do ponto de vista sintáctico, e o advérbio que não deixa de ser modificador, mas que o será de um de um ponto de vista semântico, tarefa a que não nos podemos propor neste estudo. Remeter-nos-emos apenas ao advérbio e à função sintáctica que ele irá desempenhar: seja a de modificador, seja a de complemento²⁵⁰.

²⁴⁷ Cf. M. Vilela 1999: 52-53.

²⁴⁸ M. Vilela 1999: 239.

²⁴⁹ Cf. M. Mateus *et alii* 2003: 425-427.

²⁵⁰ Cf. M. Mateus *et alii* 2003: 425-427.

Morfologicamente, os advérbios são classificados por M. Vilela como invariáveis, embora admitam graduação e até mesmo mobilidade derivacional. A maior parte dos advérbios existentes na língua são formas compostas, pois os advérbios simples constituem uma pequena amostra dentro do conjunto dos advérbios. A classificação dos advérbios enquanto classe de palavra obedece também aos critérios semânticos já nossos conhecidos, existindo uma subdivisão em dez tipos: tempo, lugar, afirmação, dúvida, intensificação, modo, negação, inclusão, exclusão, designação.

M. Vilela atribui ainda aos advérbios duas importantes características. Por um lado, podem ser caracterizados como dependentes, visto que estão sujeitos à compatibilidade semântica de outro elemento (verbo, adjectivo, grupo nominal). Por outro lado são intransitivos, por nenhum elemento depender dele.

«Na classificação dos advérbios devemos distinguir o que se nos apresenta como categorialmente “advérbio” – isto é, advérbio como categoria gramatical – e “advérbio” como categoria funcional: a função que determinada expressão ou sequência desempenha na frase, no enunciado ou mesmo no texto.»²⁵¹

A heterogeneidade do advérbio continua a ser um factor que M. Vilela faz questão de relembrar. Consideramos fundamental esta distinção entre categoria gramatical e categoria funcional. Uma coisa será o advérbio enquanto uma unidade significativa inserida no conjunto mais vasto que constitui as partes do discurso; outra, merecedora de um tratamento diferenciado, será a função que o advérbio irá desempenhar na frase. Encontramos, desta forma, uma distinção entre dois níveis distintos: o da classificação lexical, na definição do advérbio enquanto categoria gramatical, e o da sintaxe, na definição do advérbio enquanto categoria funcional.

Pensamos ser muito importante uma distinção tripartida que o autor estabelece de acordo com os níveis de dependência distintos do advérbio, enquanto categoria funcional. M. Vilela distingue os advérbios do núcleo actancial, ou seja, aqueles que dependem do verbo e dos argumentos do verbo, a que chama “advérbios intrafrásicos, os

²⁵¹ M. Vilela 1999: 241.

advérbios que dependem da frase no seu todo, considerados “advérbios extrafrásicos”) e ainda os que estão ancorados no próprio texto, os advérbios de enunciação²⁵².

«Podemos apresentar o problema de outro modo: os advérbios têm a função de modificar, e modificam o adjectivo, o verbo e algum dos seus complementos (actantes), a frase no seu conjunto, e, digamos, as várias fases da enunciação.»²⁵³

Esta classificação é de teor claramente sintáctico pois a relevância é colocada na incidência do advérbio, correlacionando-a com as outras palavras da frase, as suas respectivas relações sintácticas e os níveis hierárquicos delas decorrentes. Os advérbios modificadores do verbo, como é lógico, dependem dele; caracterizam o processo/evento verbal. Estamos no domínio da sintaxe com a enunciação de critérios como a dependência e a intransitividade, e que são, por outro lado, compatíveis com o tratamento de que o advérbio será alvo neste estudo de sintaxe funcional. Para demonstrar a sua teoria, o autor procura apoio nos advérbios em *-mente*, pois considera este «(...) processo de formação adverbial verdadeiramente produtivo.» (M. Vilela 1999: 243) Neste ponto, o autor expõe com grande clareza a diferença de incidência que existe entre advérbios intrafrásicos (aqueles a que o autor chama “advérbios propriamente ditos”) dos advérbios extrafrásicos. Os primeiros serão aqueles que modificam exclusivamente o verbo (também denominados “intrapredicativos”), ou modificam o verbo e sujeito, verbo e complementos, ou seja, os advérbios do nó actancial. Estes advérbios caracterizam-se por uma fraca mobilidade, característica que os opõe aos advérbios de lugar e de tempo.

«Os advérbios de enunciação, ou advérbios extrafrásicos, são, semanticamente, exteriores à frase, não participam na referência frásica e são fruto da intervenção do enunciador, que comenta, julga, critica, aprecia, o conteúdo proposicional por si produzido.»²⁵⁴

²⁵² Cf. M. Vilela 1999: 241.

²⁵³ M. Vilela 1999: 243.

²⁵⁴ M. Vilela 1999: 245.

Neste ponto, o autor distingue os advérbios que modificam o *dictum* (informação proposicional contida no enunciado e colocada ao dispor do interlocutor), o *dicere* (a selecção das unidades lexicais e gramaticais, a escolha das estruturas sintácticas e enunciativas) e o *uelle dicere* / o querer dizer (a intenção comunicativa). A exposição que o autor apresenta de seguida visa explorar as características semânticas dos advérbios extrafrásicos, não deixando de evidenciar as características sintácticas de cada um dos conjuntos semanticamente pré-definidos.

M. Vilela tem o mérito de tentar “dar uma certa arrumação aos advérbios” apoiando-se em critérios previamente estabelecidos. De facto, se o advérbio se destaca por ser uma categoria algo obscura, de difícil definição, de características bastantes heterogéneas, M. Vilela tem o mérito de proceder a uma distinção essencial. Não podemos deixar de repetir o que nos parece essencial na sua proposta: há que distinguir advérbio enquanto categoria funcional (havendo todo um conjunto de critérios dos quais nos podemos – e devemos – socorrer), e o advérbio enquanto classe de palavra (paradigma lexical), onde será a semântica a ditar os critérios a serem explorados. Se o advérbio, por vezes, se apresenta como uma caixa com muitas gavetas desencontradas, o autor conseguiu duas gavetas claramente etiquetadas. Será agora preciso proceder ao estudo de todas as implicações que estas duas “etiquetas” têm e inventariar os critérios que nos permitirão organizar em ficheiros o material linguístico.

Maria Helena Mira Mateus e as restantes autoras da *Gramática da Língua Portuguesa* analisam a língua através de quadros teóricos que possuem um poder explicativo satisfatório e que sustentam investigações recentes sobre as línguas em geral, e sobre a língua portuguesa, em particular. Na perspectiva das autoras, a linguagem é fundamentalmente utilizada para fins sociais, o que significa que o uso da linguagem é uma espécie de acção conjunta. Dois interlocutores são necessários para a utilização da linguagem.²⁵⁵ Em consequência desta forma de encarar o seu objecto de estudo as autoras organizaram a

²⁵⁵ Cf. M. Mateus *et alii* 2003: 57 e ss.

gramática de uma forma diferente da tradicional. Divide-se em seis partes²⁵⁶, sendo que o advérbio poderia ser apresentado sob três tópicos diferentes, a saber: “Aspectos Semânticos da Gramática do Português”, “Aspectos Sintácticos da Gramática do Português”, “Aspectos Morfológicos da Gramática do Português”. Numa primeira abordagem iríamos tentar descobrir o advérbio quer na parte dedicada à morfologia, quer na parte dedicada à sintaxe, quer mesmo na parte dedicada à semântica. Na parte consagrada à morfologia não há qualquer referência ao advérbio, visto que este capítulo se dedica ao estudo da estrutura morfológica básica e à formação de palavras (derivação e composição). Encontramos, então, referências ao advérbio nos aspectos semânticos e nos aspectos sintácticos.

As categorias sintácticas são identificadas como «(...) construções linguísticas, isto é, as combinações de palavras ou de itens lexicais que obedeçam a uma dada organização interna dos seus constituintes (...).» (M. Mateus et alli 2003: 325) Segundo esta perspectiva, qualquer construção linguística que se constitua como um determinado sintagma ou grupo, comportando-se como centro, como núcleo, constitui uma categoria sintáctica.

«O termo categoria sintáctica nuclear corresponde ao que se tem designado, conforme a perspectiva teórica, “parte do discurso”, “classe de palavras”, “classe morfo-sintáctica”.»²⁵⁷

O advérbio constitui-se então, na perspectiva das autoras, como o núcleo do sintagma adverbial, podendo apresentar-se como uma única palavra ou como uma locução adverbial. Partindo de uma exposição da classificação tradicional dos advérbios em classes baseada em critérios nocionais (lugar, tempo, modo, intensidade, afirmação, negação e dúvida), as autoras apontam alguns problemas, nomeadamente, o facto de alguns advérbios poderem ser classificados de duas maneiras diferentes. Ainda mais importante, será o facto destacado de a classificação tradicional não ter em conta o comportamento sintáctico

²⁵⁶ A divisão em seis partes contempla: “Língua Portuguesa: Unidade e Diversidade”, “Usos da Língua, Interação verbal e texto”, “Aspectos Semânticos da Gramática do Português”, “Aspectos Sintácticos da Gramática do Português”, “Aspectos Morfológicos da Gramática do Português” e “Aspectos Fonológicos da Gramática do Português”.

²⁵⁷ M. Mateus et alli 2003: 326.

dos advérbios e as diferentes dependências que podem existir entre os advérbios e outras categorias.

«O advérbio é uma classe ou categoria de palavras bastante heterogénea e complexa, cuja designação repousa na ideia, ilusória, de que modifica apenas verbos e de que vem geralmente junto deles; na verdade, os advérbios modificam vários tipos de constituintes e podem ocupar posições distintas.»²⁵⁸

Pela análise das gramáticas, que anteriormente tivemos oportunidade de referir, podemos concluir que a ideia “ilusória” de que o advérbio só modifica verbos já há muito foi afastada mesmo na gramática tradicional. Já em 1877 Joaquim F. de Macedo reconhece que «O advérbio é uma palavra invariável, que se junta aos verbos, aos apelativos, aos adjectivos e até a outros advérbios para modificá-los.» (J. F. Macedo 1877: 54) No entanto, trata-se de um ponto crucial, como vimos a propósito da gramática de M. Vilela, que nunca será demasiado reiterado. Não deixamos ainda de voltar a sublinhar que esta ideia “ilusória” também contribuiu, em nossa opinião, para o tratamento unitário da função “complemento circunstancial”, que vimos no capítulo anterior.

O contexto linguístico será o elemento determinante para a classificação de uma determinada unidade enquanto membro pertencente ao paradigma adverbial, pelo que tal classificação nunca poderá ser ambígua, e, acreditamos, muito menos duplicada. Admitimos que, de um ponto de vista semântico, seja possível uma determinada unidade do paradigma lexical em causa ser passível de dupla classificação. A classificação sintáctica, essa, só poderá depender da análise sintagmática da unidade. Se o comportamento sintático for o mesmo, a classificação terá que ser necessariamente a mesma. Não podemos, não devemos, partir do princípio que as unidades da língua se constituem em inventários fixos. Uma palavra, ou melhor, um monema ou um sintagma não pertence *natural* ou *intrinsecamente* a um determinado paradigma. Poderemos dizer que o sintema *felizmente* estará por defeito no paradigma dos advérbios, mas *felizmente* poderá ser incluído num outro paradigma, desde que o contexto adequado

²⁵⁸ M. Mateus *et alii* 2003: 417.

assim o indicie. É o contexto sintáctico em que a forma – neste caso o *sintema* (cf. Introdução, p. 22) – aparece que irá determinar a sua classe funcional. A nossa discordância baseia-se no facto de, à partida, em conformidade com o quadro funcionalista em que nos situamos, nenhuma unidade pertencer a uma categoria específica, enquanto que M. Mateus *et alii* 2003 partem do princípio que existem categorias primárias. Se tomarmos como exemplo o monema *bonito* poderemos presumir que M. Mateus *et alii* 2003 o classificariam como pertencendo à classe dos “adjectivos”; *bonito* seria intrinsecamente um “adjectivo”. No entanto, consideramos que a unidade *bonito* tanto poderá pertencer à classe dos “adjectivos”, como à classe dos “substantivos”. Só as relações sintácticas que a unidade em causa irá estabelecer com as outras unidades da língua, poderão determinar a sua classificação numa determinada categoria funcional (*classe*, para nós), não sendo, por isso, necessário recorrer à explicação adicional da transposição entre classes²⁵⁹.

As autoras propõem alguns critérios adicionais para a classificação dos advérbios²⁶⁰. De todos os apresentados destacamos aqueles que, para o nosso estudo, se apresentam de maior relevância. Mencionaremos apenas os que cremos serem de carácter sintáctico, deixando para um outro estudo os que apresentam carácter semântico. Assim, em primeiro lugar, mencionamos que M. Mateus *et alii* 2003 referem a existência de advérbios que seleccionam argumentos, o que permite chegar ao critério da *transitividade / não transitividade* dos advérbios: «(...) quando os advérbios são transitivos, podem projectar-se complementos (...).» (M. Mateus *et alii* 2003: 420), como é exemplificado na seguinte estrutura: *A Maria está longe de casa*. O advérbio *longe* selecciona um argumento: *de casa*.

A distinção que é levada a efeito pelas autoras entre estatuto argumental e estatuto não argumental dos advérbios reveste-se de grande interesse para o estudo que aqui se desenvolve, já que «(...) alguns advérbios podem ocupar posições argumentais.» (M. Mateus *et alii* 2003: 425) Em estruturas com verbos como *ir, sair, pôr, morar*, os

²⁵⁹ E. Alarcos defende que «(...) una transposición no es un mecanismo que suponga en el hablante una misteriosa y compleja transformación de unos elementos gramaticales en otros: es un mecanismo análogo a la derivación.» E. Alarcos 1982: 183. “Los transpositores operan un cambio categorial en el funtivo al que introducen.” S. Gutiérrez 1997a: 17.

²⁶⁰ C.f. M. Mateus *et alii* 2003: 419-431.

advérbios constituem-se como “constituintes imediatos do SV”. (M. Mateus *et alii* 2003: 426), mas também como elementos essenciais que a própria estrutura do verbo – nomeadamente o seu sentido – não dispensa. Serão então *seleccionados* para ocuparem um dado papel, de carácter obrigatório, na estrutura sintáctica. O grau de referencialidade dos advérbios será o elemento que, na perspectiva das autoras, permite distinguir o comportamento do advérbio enquanto complemento e enquanto modificador, isto é, adjunto.

«(...) há advérbios que são seleccionados por verbos de movimento (*ir, vir, sair, chegar*) e de localização (*pôr, colocar*) e que, sendo argumentos, são nós irmãos de V (...). Outros advérbios, embora sejam seleccionados por certos verbos (*portar-se, durar, vestir*) não têm o mesmo grau de referencialidade dos anteriores e por isso, face a certos fenómenos, comportam-se como adjuntos.»²⁶¹

De entre este conjunto de critérios destaquemos, ainda, o critério da *supressão*. A *supressão* poderia corresponder, *mutatis mutandis*, ao que em sintaxe funcional chamamos *comutação por zero* e nos permite considerar o carácter facultativo (do ponto de vista sintático, evidentemente) do elemento suprimido (cf. cap. III, 3.1.2). No entanto, as autoras optaram por não incluir neste tópico qualquer explicação adicional aos exemplos apresentados. Será conclusão nossa quando dizemos que a *supressão* permite distinguir os advérbios em função de complemento (a *supressão* não será, neste caso, possível), dos advérbios em função de adjunto (a *supressão* é possível sem que daí decorra uma estrutura agramatical). O teste da impossibilidade da sua *supressão* comprova então quais os os advérbios que se constituem como argumentos dos verbos a que estão ligados e, o que é muito importante do nosso ponto de vista, não é um critério aleatório, nem um critério meramente semântico.

«(...) a classificação tradicional dos advérbios, unicamente baseada em critérios nocionais, é insuficiente e (...) a proposta de outros critérios permite um entendimento mais favorável desta categoria.»²⁶²

²⁶¹ M. Mateus 2003 *et alii*: 427.

²⁶² M. Mateus *et alii* 2003: 432.

As autoras reconhecem que «Em particular, do ponto de vista sintático, mostrou-se que os advérbios podem ocupar posições argumentais e posições não argumentais.» (M. Mateus *et alii* 2003: 432) Recordamos, de passagem, que já em 1995 e igualmente na edição de 1999 da sua gramática, como vimos *supra*, M. Vilela tinha chamado a atenção para esse facto ao mencionar os critérios da dependência e da transitividade. As posições não argumentais (ou, igualmente, não valenciais) são depois reconhecidas como pertencendo a classes distintas do ponto de vista semântico.

Este passo, em particular, permitiu-nos observar que as autoras incorporam na sua teoria linguística concepções diversas. A noção de “argumental” ou “não argumental” revelou-se como sendo de extrema importância para a caracterização sintática dos advérbios. Não poderíamos estar mais de acordo. De facto, se em princípio discordamos da perspectiva teórica adoptada nesta gramática, não podemos deixar de lhe reconhecer os méritos. A junção da sintaxe e da semântica constitui uma opção teórica à qual as autoras se mantiveram fiéis. E o trabalho deu frutos. Agora, poderemos dizer que os advérbios têm o tratamento que a sua complexidade exige. No entanto, a nossa perspectiva obriga-nos a que, ao considerarmos os advérbios, não tomemos as palavras isoladamente, mas as consideremos no seu contexto. E quando falamos em contexto, não nos estamos a referir ao contexto semântico, mas ao contexto sintático: às relações que a unidade identificada como advérbio mantém com as outras unidades do sistema. Por outro lado, para chegarmos à classe do advérbio já teremos que ter analisado todo o contexto linguístico em causa. Um advérbio não o é isoladamente, mas só o é porque a análise das suas compatibilidades com as outras unidades do sistema assim o determinaram. Assim, a opção das autoras em não separar a sintaxe e a semântica, incorporando as duas na análise das unidades linguísticas é tão válida como a nossa. Resultam, no entanto e, como será evidente, conclusões diversas no pormenor, mas certamente coincidentes na generalidade.

Não podemos deixar de referir igualmente neste capítulo a classificação proposta na *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS)*. O advérbio inscreve-se no domínio da Linguística Descritiva, no subdomínio das Classes de Palavras²⁶³. Este domínio interage muito bem com o domínio da Sintaxe, facto que será de extrema importância para a coerência da própria Terminologia.

Quando se fala em enquadrar as unidades da língua em classes de palavras é necessário explicar a metodologia que preside a essa divisão. As palavras podem ser identificadas de acordo com critérios semânticos ou nocionais, de acordo com critérios morfológicos e de acordo com critérios sintáticos. É evidente que o primeiro critério nos remete para as propriedades semânticas, conforme a tradição gramatical greco-latina. Quando as classes de palavras são definidas de acordo com especificações morfológicas ou morfo-sintáticas estamos no domínio da morfologia. Já a utilização do critério sintático implica que as palavras sejam definidas de acordo com a sua distribuição no contexto linguístico em que ocorrem. Com muita propriedade a sintaxe poderá ser considerada mais importante do que a morfologia para a classificação das classes de palavras – e é essa, desde sempre, a posição da sintaxe funcionalista por nós defendida.

Entendemos, então, classes de palavras como partes do discurso. Os aspectos formais mais não serão do que uma confluência entre os aspectos morfológicos e os aspectos sintáticos. Convém esclarecer que a TLEBS tem como um dos seus postulados fundamentais o partir do conhecimento dos falantes; este conhecimento mais não é do que a intuição do falante em relação ao instrumento que usa no seu dia a dia. Um falante consegue intuitivamente distinguir um nome de um advérbio, pois sabe que ocupam posições distintas na frase. Se submetermos a análise o enunciado *A cadeira azul está ao lado da mesa* e **A muito azul está ao lado da mesa*, qualquer falante reconheceria como agramatical o segundo exemplo.

Comecemos, então, por analisar a forma como o advérbio é tratado no âmbito das classes de palavras. Considera-se a existência do grupo das classes de palavras abertas e das classes de palavras fechadas. O advérbio pertence a uma classe de palavras aberta

²⁶³ A autora deste subdomínio é Inês Duarte.

(juntamente com o nome, o verbo, o adjectivo). O constituinte imediato (utilizando a mesma terminologia empregue na TLEBS) é o tema adverbial (radical + índice temático). No que aos aspectos formais diz respeito, podemos avançar que se trata de uma palavra invariável em género e número; mas também se trata de uma classe com elementos muito heterogéneos quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista sintáctico e semântico. Tipicamente, desempenha a função sintáctica de modificador da frase e do grupo verbal. A locução adverbial aparece definida como o próprio advérbio, diferindo deste apenas no que à quantidade de elementos diz respeito, fazendo-se a necessária referência à sua forma típica de constituição. De seguida, são apresentadas nove classes de advérbios: advérbio de predicado, de frase, conectivo, negação, afirmação, de quantidade e de grau, de inclusão e de exclusão, interrogativo e relativo. A esta divisão do advérbio em classes não precede qualquer exposição dos critérios de base para tal diferenciação. Todos eles aparecem definidos e amplamente exemplificados, mas parece-nos que se juntam elementos de diferente carácter sintáctico (em alguns casos, semânticos). O critério pelo qual se optou para proceder à classificação do advérbio recai no âmbito sintáctico-semântico. O advérbio de predicado é um advérbio,

«(...) com diferentes valores semânticos, que ocorre internamente ao grupo verbal, quer com função de complemento oblíquo, quer como modificador do grupo verbal (e, mais raramente, como predicativo do sujeito), podendo ser afectado pela negação ou por estruturas interrogativas como as ilustradas em (...).»²⁶⁴

A perspectiva adoptada pela TLEBS, embora incorpore outras correntes linguísticas, é claramente apoiada em dois grandes estudiosos da língua inglesa: R. Quirk e S. Greenbaum. Para melhor compreender as ligações entre os dois autores e a TLEBS cf. *infra* 2.3. No entanto, a última versão da TLEBS elimina algumas das propostas mais próximas de R. Quirk e S. Greenbaum, excluindo os conceitos de advérbio adjunto, disjunto e subjunto (cf. *infra*, pp. 172-174). Mantém apenas o conceito de advérbio conectivo. O advérbio de frase também é

²⁶⁴ <http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/>

o conceito que persiste, embora seja adoptada uma terminologia diferente (cf. *infra*, p. 173).

Pretende esta *Terminologia* ser uma reformulação da NGP, e preconiza uma clara hierarquização entre os termos, que possibilite a distinção de critérios utilizados, bem como a sua enunciação. A concepção global desta classe, porventura uma das mais heterogéneas, sofreu assim alterações significativas. As classes dos advérbios identificados pela TLEBS colocam algumas questões, a nosso ver, pertinentes.

Em relação ao advérbio conectivo temos alguma dificuldade em reconhecer a sua existência, pois quando se define esta unidade a ênfase é colocada no «(...) estabelecimento de nexos entre frases ou constituintes da frase, como por exemplo relações de consequência, de contraste ou ordenação.» (<http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/>) Segundo os autores da terminologia este advérbio distingue-se da conjunção pelo facto de poder ocorrer entre o sujeito e o predicado, posição que está negada às conjunções. Da mesma forma estes advérbios classificados como conectivos não são afectados pela negação frásica, nem por estruturas interrogativas. As palavras não tem uma natureza pré-determinada, pelo que não devemos classificar todas as palavras terminadas em *-mente* como advérbios, *a priori*, tendo em conta que algumas dessas unidades se podem comportar de forma sintacticamente diferente do paradigma dos advérbios (cf. *supra*, pp. 146-147). Contudo, como veremos *infra* (cf. 2.3), a existência deste advérbio conectivo é reconhecido no âmbito de estudos exaustivos sobre a categoria.

Considerou-se relevante para este estudo proceder a uma análise em separado das opiniões expressas pelos autores de três correntes gramaticais claramente diferenciadas, não só por constituírem as gramáticas de língua portuguesa mais recentes, mas também por serem representantes de diferentes escolas de pensamento gramatical e linguístico, mostrando-o precisamente através do tipo de análise a que o conceito de advérbio foi sujeito. C. Cunha e L. Cintra seguem uma linha tradicional, isto é, seguem os ensinamentos de Epifânio S. Dias, de J. D. Azevedo, optando por um levantamento das características a ter em conta para a identificação do advérbio, relegando para um

segundo plano a explicação da classe “advérbio” em si e da sua função. M. Vilela, enquadrando-se numa teoria que privilegia as valências semânticas, também opta explicitamente por um critério sintáctico-semântico na caracterização do advérbio. M. Mateus e as restantes autoras apresentam uma perspectiva completamente diferente, incorporando outros conceitos teóricos, demonstrando tanto uma preocupação descritiva, como uma preocupação normativa, o que fica bem patente na sua ramificação natural que é a TLEBS.

1.3 CONFRONTO COM GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Não sendo necessariamente a obra com que mais concordamos, não podemos deixar de destacar desde logo, de entre o acervo de gramáticas sobre o Português do Brasil, a *Grammatica analytica da lingua portuguesa* de Francisco Solano Constâncio, que encara o problema das partes da oração de uma forma bastante curiosa, original mesmo.

«(...) não existe distinção essencial entre as diversas palavras de que se compõem as linguas; as divisões em substantivo, adjectivo, verbo, etc., são puras invenções dos grammaticos, e inexatissimas expressões.»²⁶⁵

Todos identificamos as falhas, os defeitos e os perigos que a divisão em classes de palavras pode encerrar, mas não podemos dizer que se trata de uma mera invenção. Segundo o autor em causa, os advérbios deverão estar enquadrados no seio das partículas da oração.

«(...) certos termos que de ordinário tem poucas syllabas, e são, pela maior parte, contracções de verbos e até de phrases, e que modificão de diversas maneiras as differentes partes da oração.»²⁶⁶

²⁶⁵ F. S. Constâncio 1831: 19.

²⁶⁶ F. S. Constâncio 1831: 176.

Ao lado dos advérbios alinham-se as preposições e as conjunções. Os advérbios são depois identificados como podendo ser subdivididos em advérbios de lugar, de quantidade, de modo e qualidade. A análise levada a efeito por F. S. Constâncio não dá conta da complexidade que envolve a caracterização/identificação dos advérbios, optando por o agregar a outras duas classes de palavras com características bem distintas das do próprio advérbio. No entanto, do ponto de vista morfológico, F. S. Constâncio, segue uma linha diferente de enquadramento do advérbio ao inseri-lo no conjunto constituído pelas palavras invariáveis. Apesar de advérbio, preposição e conjunção serem classes de palavras muito diferentes entre si, partilham a característica morfológica da invariabilidade, e foi a esta característica em particular que F. S. Constâncio optou por dar maior destaque.

João Ribeiro marca uma diferença em relação a F. S. Constâncio. Apesar de também estar inserido nas palavras invariáveis, o «Adverbio é a palavra que exprime uma circumstancia (...). O advérbio modifica o sentido do verbo, do adjectivo e de outro adverbio.» (J. Ribeiro 1889a: 100), ou seja, identifica-se pelo que exprime, pelo seu sentido, e pela relação que estabelece com outras palavras. O autor reconhece vários géneros de advérbios, como os de lugar, de tempo, de modo, de modalidade (ou de afirmar), de dúvida, de negação e de afirmação. Esta será uma tradição seguida pela maior parte dos gramáticos brasileiros, ora acrescentando informação, ora precisando conceitos que necessitam de ser clarificados. Maciel Maximino, por exemplo, apoiando-se na mesma definição de João Ribeiro, acrescenta aspectos importantes, como a invariabilidade do advérbio; a existência de advérbios próprios ou essenciais, palavras adverbiadas e expressões adverbiadas. Os primeiros seriam as palavras de natureza adverbial, como *nunca*, *sempre*; os segundos seriam as palavras que sendo geralmente adjectivos, exercem a função de advérbio, como em *falar alto*; as expressões adverbiadas constituem um grupo de palavras equivalente integralmente a um advérbio, como *com alegria*, *de perto*²⁶⁷. Encontramos em M. Maciel dois importantes esclarecimentos: do ponto de vista do seu posicionamento, ficamos a saber que os advérbios se devem empregar, sempre que possível, antes da palavra que modificam

²⁶⁷ Cf. M. Maximino 1925: 150.

(principalmente os de tempo e os de lugar); do ponto de vista das circunstâncias que exprimem podem ser subdivididos em: lugar, tempo, quantidade, afirmação, negação, dúvida, exclusão, modo e concessão²⁶⁸.

Autores como Ernesto Carneiro Ribeiro, Laudelino Freire, Eduardo Carlos Pereira, Napoleão Mendes de Almeida ou Manuel Said Ali não acrescentam nada de substancialmente novo ao modo de encarar o advérbio, bem como às particularidades desta classe. Todos o reconhecem como palavra invariável, como acrescentando circunstâncias à palavra a que se junta; todos identificam os diversos aspectos semânticos que o advérbio pode adoptar, procedendo a uma distinção semântica baseada na circunstância expressa pelo próprio advérbio. No fundo, o advérbio continua a ser tratado com alguma cautela, com alguma prudência.

Não obstante, é de destacar a visão apresentada por J. Mattoso Câmara Jr., que opta por identificar o advérbio como uma palavra de natureza nominal ou pronominal que na frase se acrescenta à significação, quer de um adjectivo, quer de um verbo, funcionando como seu determinante²⁶⁹. Trata-se, portanto, de um “elemento frasal terciário”, para utilizarmos a mesma terminologia do autor, pois serve de determinante ao adjectivo e ao verbo que, sendo “elementos frasais secundários”, determinam, por sua vez, um substantivo como seu adjunto ou um sujeito como seu predicado²⁷⁰. J. Mattoso Câmara preocupa-se ainda em distinguir os advérbios de natureza pronominal, indicadores de lugar, quer de natureza demonstrativa, quer de natureza indefinida; e os advérbios de natureza nominal que podem ser de duas espécies: natureza demonstrativa e natureza indefinida²⁷¹. Sendo este trabalho de J. Mattoso Câmara um *Dicionário de lingüística e gramática*, o autor preocupa-se em definir primeiramente as características sintáticas deste elemento frásico, para só depois se preocupar com a significação. Do ponto de vista significativo, o autor não se expande na atribuição de muitos valores ao advérbio, limitando-se a três

²⁶⁸ Cf. M. Maximino 1925: 151.

²⁶⁹ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42.

²⁷⁰ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42.

²⁷¹ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42-43.

significações essenciais, a saber, locativos ou de lugar, temporais ou de tempo e modais ou de modo, o que contrasta com outras classificações que vimos anteriormente, bem mais especificadas.

Podemos considerar que, na mesma linha de Mattoso Câmara está Evanildo Bechara, ainda que comece por definir o advérbio como uma «(...) expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial.» (E. Bechara 1999: 387) Onde segue os ensinamentos de J. Mattoso Câmara é na distinção do advérbio enquanto constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal.

«O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjectivo e a um advérbio (como intensificador), ou ainda a uma declaração inteira.»²⁷²

E. Bechara identifica quinze principais circunstâncias expressas por advérbios ou locuções adverbiais, a saber: assunto, causa, companhia, concessão, condição, conformidade, dúvida, fim, instrumento, intensidade, lugar, modo, referência, tempo e negação. No entanto, o autor não deixa de reconhecer que a classificação do advérbio também poderá ser efectuada com base em critérios funcionais, distinguindo, deste modo, advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos²⁷³. O advérbio é ainda reconhecido por E. Bechara como uma classe de palavra muito heterogénea, tornando-se muito difícil atribuir uma classificação que seja uniforme, coerente e lógica em termos de adopção de critérios. O papel que o advérbio poderá desempenhar na oração não se prende apenas a um núcleo, o verbo, mas poder-se-á estender até à totalidade do conteúdo manifestado no predicado. Segundo o autor, isto permite ao advérbio flexibilidade de posição no espaço em que se prolonga o predicado. O advérbio poder-se-á estender aos domínios do sujeito, antecedendo-o ou pospondo-se a ele. A flexibilidade também lhe confere autonomia

²⁷² E. Bechara 1999: 287.

²⁷³ Cf. E. Bechara 1999: 293 e ss.

funcional de contorno entonacional muito variado; atribui-lhe um papel semântico-sintáctico, o que o liga internamente ao NV, e permite também a existência de advérbios externamente ligados ao NV²⁷⁴.

Parece-nos que a perspectiva de E. Bechara, apoiada numa concepção descritiva e normativa da gramática, vai enquadrar o advérbio numa teoria que prevê a existência de classes de palavras e de categorias gramaticais, existindo claras distinções entre significados léxico, categorial e instrumental. Tais distinções permitem dividir as palavras em lexemáticas, categoremáticas e morfemáticas, sendo que o advérbio pertence à classe das palavras lexemáticas²⁷⁵. Podemos identificar em E. Bechara os ensinamentos de E. Coseriu que em 1978 já distinguia as palavras abstractas como puras formas, como formas léxicas ou semantemas, como formas categoriais ou categoremáticas ou como palavras com significado léxico e categorial²⁷⁶.

Na mais recente gramática de publicação brasileira consultada, a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena Moura Neves o advérbio tem um tratamento bastante exaustivo. O capítulo dedicado ao advérbio surge dividido em oito partes, todas elas directamente relacionadas com o conceito em causa. Trata-se da forma do advérbio, da natureza do advérbio, das subclasses dos advérbios, dos advérbios de modo, dos advérbios modalizadores, dos advérbios circunstanciais, dos advérbios junctivos anafóricos e das particularidades das construções com advérbios. São claras as inovações em relação às gramáticas anteriormente tratadas. Apesar da exaustividade com que o advérbio é tratado não existe uma definição do conceito de “advérbio”. Este é apenas identificado quanto à sua forma em simples e perifrástico (ou locução adverbial), sendo que o advérbio perifrástico pode ser composto por vários elementos²⁷⁷. De um ponto de vista morfológico, a autora atribui-lhe a característica da invariabilidade, referindo, no entanto, que existem casos de advérbios que podem ser flexionados em número e em género. De um ponto de vista sintáctico, isto é, do ponto de vista da relação que o advérbio estabelece com as outras palavras,

²⁷⁴ Cf. E. Bechara 1999: 290.

²⁷⁵ Cf. E. Bechara 1999: 111-112.

²⁷⁶ Cf. E. Coseriu 1978: 57-59.

²⁷⁷ Cf. M. Neves 2000: 231-233.

podemos dizer que esta unidade funciona como uma palavra periférica, ou seja, funciona como satélite de um núcleo e actua nas diversas camadas do enunciado²⁷⁸.

É por todos reconhecido que os advérbios formam uma classe heterogénea em relação à sua semântica, mas o mesmo se passa quanto à função destas unidades. Segundo M. Neves abrigam-se tradicionalmente sob o rótulo de advérbios duas grandes classes, a dos advérbios modificadores e a dos advérbios não-modificadores. Os primeiros são «(...) advérbios que afetam o significado do elementos sobre o qual incidem, fazendo uma predicação sobre as propriedades desses elementos, isto é, modificando-os.» (M. Neves 2000: 236) Já os advérbios não-modificadores são advérbios que não afectam o significado do elemento sobre o qual incidem, podendo operar sobre o valor de verdade da oração, que não operam sobre o valor de verdade da oração ou ainda advérbios que operam como conjunção de orações²⁷⁹.

Os advérbios de modo têm na, *Gramática de usos do português*, um tratamento muito particular, o que nos possibilita um melhor entendimento desta subclasse.

«(...) constituem a subclasse mais característica dos advérbios, já que eles são qualificadores de uma acção, um processo ou um estado, isto é, modificam propriedades de verbos e adjectivos.»²⁸⁰

Ficamos ainda a conhecer duas “novas” subclasses dos advérbios, os modalizadores e os circunstanciais. Os modalizadores compõem uma classe ampla de elementos/advérbios que têm como característica distintiva expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor do seu enunciado. Já os circunstanciais estão relacionados com a natureza dos advérbios de lugar e de tempo que, como categorias deícticas, fazem a orientação por referência ao falante e à situação/contexto, constituindo o complexo modo-temporal que fixa o ponto de referência do momento de fala.²⁸¹

²⁷⁸ Cf. M. Neves 2000: 234.

²⁷⁹ Cf. M. Neves 2000: 238.

²⁸⁰ M. Neves 2000: 241.

²⁸¹ Cf. M. Neves 2000: 244 e ss.

A autora dá-nos, finalmente, a conhecer os “advérbios juncativos anafóricos”:

«Podem indicar relações semânticas baseadas na desigualdade dos elementos postos em ligação, relações que vão desde uma simples desigualdade pouco caracterizada até à rejeição, passando pelo contraste, pela contrariedade, pela oposição, pela negação e pela anulação.»²⁸²

A visão que M. Neves nos fornece sobre a forma, a natureza, a função e os valores do advérbio é, sem dúvida, uma das mais completas que se encontra na gramática brasileira. Enquadrando-se a autora numa clara inter-relação entre a proposta teórica da Linguística de Texto e o Funcionalismo, não se limita a constatar aquilo que já se diz há muito tempo. Através de muitos exemplos do dia a dia, através da observação directa dos falantes a autora propõe novas formas de encarar esta classe de palavra. E sendo heterogénea como ela é, a todos os níveis, não é uma tarefa nada fácil. Por outro lado, não há uma tradição gramatical de análise do advérbio que nos possibilite partir da tradição para, com base em princípios da linguística estrutural e funcional, desenvolver uma teoria que nos permita uma compreensão completa do funcionamento do advérbio. Afinal, esta pequena e fechada classe de palavra, com limitada produtividade, dá origem a grandes questões linguísticas.

²⁸² M. Neves 2000: 272.

2. CONTRAPONTO COM GRAMÁTICAS DE OUTRAS LÍNGUAS

2.1 CASTELHANO

As gramáticas de língua castelhana fornecem-nos alguns pontos de comparação com a nossa língua. Não foi nosso objectivo proceder a uma análise exaustiva e pormenorizada, como afirmámos no cap. I, mas tão somente fornecer uma amostra que pudesse servir para o confronto entre o Português Europeu e as gramáticas da língua do país vizinho.

Iniciámos a nossa análise por uma gramática incontornável, publicada sob a chancela da *Real Academia Española*, onde é dada a seguinte definição:

«El adverbio es la parte invariable de la oración, que sirve para calificar o determinar la significación del verbo o la del adjetivo, y a veces la de outro adverbio.»²⁸³

Avança esta gramática que os advérbios se dividem em qualificativos e determinativos.

«Los primeros califican al verbo o al adjetivo, como éste califica al sustantivo, según puede verse comparando las locuciones comer BIEN e comida BUENA. (...) los segundos determinan al verbo o al adjetivo, como éste determina al nombre.»²⁸⁴

A divisão dos advérbios é feita de acordo com a sua forma (simples e compostos) e pelas suas diferentes significações (lugar, tempo, modo, quantidade, ordem, afirmação, negação, dúvida)²⁸⁵. Esta visão veiculada pela *Real Academia Española* é talvez a mais

²⁸³ Real Academia Española 1962a: 119. Esta edição da *Gramática de la Lengua Española* é a edição anterior à proposta de reformulação que seria publicada onze anos depois sob o título *Esbozo de una Nueva Gramática de La Lengua Española* pela Espasa-Calpe (cf. bibliografia). De notar que neste *Esbozo* o advérbio foi retirado do capítulo respeitante à *Morfología*, sendo remetido para pequenos apontamentos ao longo de outros capítulos.

²⁸⁴ Real Academia Española 1962a: 119.

²⁸⁵ Cf. Real Academia Española 1962a: 121-122.

descomprometida em termos de escola linguística. Segue a tradição gramatical do país vizinho, apoiando aquilo que já A. de Nebrija²⁸⁶ havia apontado em finais do século XV e princípios do XVI. J. Roca Pons também não se afasta muito desta linha de análise, embora insira o advérbio na teoria dos três estratos de Jespersen²⁸⁷, linha seguida também por J. Alcina e J. M. Blecua. Segundo estes autores, o advérbio terá, no âmbito da teoria dos três estratos, uma função terciária, o que significa que modifica palavras que, por sua vez, já exercem uma missão modificadora. Os advérbios serão as palavras especializadas nesta função de modo exclusivo²⁸⁸. No entanto, J. Alcina e J. M. Blecua reconhecem que a fixação de um inventário coerente e bem delimitado dos advérbios é uma tarefa deveras complexa, visto que existe uma grande abundância de características particulares de uns e de outros elementos dentro da classe²⁸⁹. Os autores advertem ainda para quatro aspectos que é necessário ter em conta quando se procede à análise dos advérbios. Das palavras tradicionalmente incluídas entre os advérbios só uma parte pode modificar verbos, adjectivos e advérbios. Por outro lado, alguns advérbios, que têm uma informação de tipo circunstancial do verbo ou do enunciado total, têm uma maneira de significar semelhante à dos pronomes. Ainda há a assinalar que, enquanto que uma parte dos advérbios, que admitem gradação, se referem a verbos, adjectivos e outros advérbios, têm origem no adjectivo e formam-se por neutralização dos categorizadores de género e número, a outra parte está em estreita relação com preposições e outras categorias. Finalmente, consideram os autores que ainda não se elaborou um critério suficientemente satisfatório que marque o limite entre o advérbio e o complemento de tipo circunstancial²⁹⁰. Em relação ao primeiro ponto, elaborado por J. Alcina haverá a dizer que muitos autores optaram por chamar a unidades com este tipo de comportamento “adverbiais”, de forma a resolver este problema. O facto

²⁸⁶ Nebrija, como Prisciano, vê no advérbio uma função paralela à do adjectivo: «(...) es una de las diez partes de la oración, la cual, añadida al verbo, hinche o mengua, o muda la significación de aquel como diciendo bien lee, mal lee... o no muda la significación deste verbo lee. I llamar se adverbio, por que comúnmente se junta y arrima al verbo, para determinar alguna cualidade en él, assí como el nombre y adjetivo determina alguna cualidade en el nombre sustantivo.» Cf. A. de Nebrija 1981: 39. (Edição preparada por Antonio Quillís).

²⁸⁷ Cf. J. Roca 1985: 313-314.

²⁸⁸ Cf. J. Roca 1985: 314.

²⁸⁹ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 701.

²⁹⁰ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 703.

de alguns advérbios terem afinidades com os pronomes também não é novidade, uma vez que já o pudemos constatar quando estudámos as gramáticas de língua portuguesa (cf. *supra*, 1.). E, igualmente, um facto já amplamente documentado que a classe dos advérbios tem, por vezes, relações estreitas com as classes das preposições (cf. *supra*, p. 133).

Podemos pois concluir que os trabalhos sobre língua castelhana se assemelham em muito ao que é afirmado para o advérbio enquanto classe, em português. Também nos é forçoso constatar que, de entre todos os estudos que consultámos, as diferentes classificações apresentadas não são suficientemente claras quanto aos critérios de funcionamento sintáctico que nos irão permitir identificar sem sombra de dúvida o que é um advérbio e os contornos da sua função na frase. Com toda a probabilidade, será porque, também nestas obras, como para as de língua portuguesa vistas anteriormente, os critérios mais salientes são os mais difíceis de sistematizar, isto é, são os habituais critérios semânticos, com a agravante de surgirem misturados com critérios de outra índole. Cremos ser revelador a este respeito o quadro elaborado por J. Alcina e J. Blecua que apresentamos de seguida, de forma a poder comentá-lo:

TABELA VII - CLASSIFICAÇÃO DOS ADVÉRBIOS²⁹¹

b) ADVÉRBIOS		
De base sinsemântica	Qualificativos	Próprios: bem, mal Em -mente: cuidadosamente Adjectivos neutralizados: falar claro
	Proporcionais	Já, cedo, tarde
Prepositivos	Perto/longe, diante/detrás, dentro/fora, acima/abaixo, em cima/ em baixo, antes/depois, junto, frente, em frente, ao redor, logo, etc.	
Pronominais	Locativos	Espaciais Temporais
	Quantitativos	
	Identificativos	
Outros advérbios	Sempre, nunca, jamais, já, ainda...	

Esta divisão dos advérbios em quatro grandes classes parece-nos resultar de uma mistura pouco clara de critérios. Numa primeira análise, o conceito de “outros advérbios” resulta, a nosso ver, um pouco perigoso. Serão estes “outros advérbios”, advérbios que por alguma

²⁹¹ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 702.

razão não encaixaram nas outras três classes, interrogamo-nos. Os advérbios de base lexicática são os constituídos por palavras de base nominal que podem admitir gradação e que actuam como modificadores de verbos, adjectivos, advérbios ou enunciados. Semanticamente dividem-se em qualificativos e proporcionais. Os advérbios prepositivos se apresentam como um subconjunto de advérbios que se distinguem por actuarem como núcleo de um elemento que admite incrementação prepositiva explícita ou implícita²⁹². Os advérbios pronominais, divididos em locativos, quantitativos e identificativos, são a subclasse que funciona como termo terciário e que significam por alusão, dentro do contexto. Notemos que os próprios autores não deixam de reconhecer que a classificação dos advérbios pelo significado tem o grave inconveniente de misturar dentro de cada grupo unidades de natureza e comportamento distintos. No entanto, é inevitável reconhecermos que este é também o tipo de classificação sobre o qual mais se tem insistido. A tradição “manda” que se faça a distinção entre advérbios de lugar, de tempo, de modo, de quantidade, de ordem, de afirmação, de negação e de dúvida²⁹³. A divisão efectuada por J. Alcina e J. Blecua assenta portanto, em bases morfológicas e semânticas ditadas claramente pela tradição gramatical em que se insere.

Inscritos numa outra linha de análise surgem-nos duas gramáticas separadas não só por oito anos de distância, como também por um enquadramento teórico que coincide com o nosso, e ao qual, por isso mesmo, entendemos dever dar mais relevo. Trata-se, em primeiro lugar, da *Gramática Funcional del Español*, cujo autor, C. Hernández, concebe a língua como:

«(...) un conjunto de estructuras lingüísticas interrelacionadas, de signos simples y complejos, que forman una red. Y el estudio lingüístico, a nuestro entender, no debe quedarse en el conocimiento de los signos como unidades, sino que debe abordar las relaciones de éstos en la cadena, en el decurso, en todos

²⁹² Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 704.

²⁹³ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 705.

y cada uno de los niveles en que se organiza la lengua.»²⁹⁴

Tendo como mestres F. Saussure, E. Coseriu, L. Hjelmslev e A. Martinet²⁹⁵ pretende C. Hernández entender o funcionamento da língua, pois esta é o «(...) sistema y vehículo de comunicación, el producto e institución social, el código y la potencia, que se actualizan y codifican en el habla.» (C. Hernández 1984: 19) A outra gramática a que nos referimos é a do mestre Emilio Alarcos Llorach, que, em 1985, aceita o desafio de elaborar uma gramática com a chancela da Real Academia Espanhola. Em 1994 a obra é, finalmente, publicada. Reunindo a vertente normativa e didáctica com o ponto de vista teórico do autor, a gramática apresenta-se como um instrumento de análise incontornável da língua espanhola actual.

As definições de advérbio apresentadas pelos dois autores não se afastam substancialmente uma da outra, percorrendo os mesmos aspectos fundamentais. Confronte-se:

«El adverbio es una categoría o clase de palabras muy heterogénea, generalmente con función de término adyacente del sintagma verbal.»²⁹⁶

«En sentido estricto, **adverbio** designa una clase de palabras invariables en su significante y a menudo indescomponibles en signos menores, destinados en principio a cumplir por sí solas el papel de adyacente de un adjetivo o de outro adverbio distinto.»²⁹⁷

Exceptuando a pequena indecisão de C. Hernández em chamar “categoria” ou “classe”, a definição dos dois autores é muito similar. C. Hernández chama a atenção para a necessidade de distinguir a função de adjunto e a função de complemento assumidas pelo advérbio²⁹⁸. A função de adjunto é opcional, enquanto que a função de complemento é obrigatória (a sua ausência destrói o enunciado nuclear), bipartição que, sob diversas designações, vimos também ser pertinente para a função “complemento circunstancial” (cf. cap. I, pp. 65-67). Efectivamente, C. Hernández considera que «Al estudiar el adverbio, el

²⁹⁴ C. Hernández 1984: 7.

²⁹⁵ Cf. C. Hernández 1984: 19-24.

²⁹⁶ C. Hernández 1984: 484.

²⁹⁷ E. Alarcos 1996: 128.

²⁹⁸ Cf. C. Hernández 1984: 484-485.

primer problema que se nos plantea, es el de sus funciones.» (C. Hernández 1984: 485) Tal remete-nos para as palavras de E. Alarcos, quando nos alerta para o facto de que «Esta función no impide que además, dentro de un grupo unitario nominal, se presente el adverbio como adyacente de un adjetivo o de outro adverbio distinto.» (E. Alarcos 1996: 128)

Parece-nos que fica muito claro a partir destas palavras que tanto C. Hernández como E. Alarcos demonstram uma preocupação maior nas questões ligadas às funções do advérbio, relegando para um plano de menor importância a classificação semântica dos advérbios. Como refere E. Alarcos, a classificação de base semântica tem em conta os valores léxicos das unidades, ou seja, as referências que fazem à realidade. No entanto, é preferível que, na classificação dos advérbios, se privilegiem as relações que cada um contrai dentro dos enunciados, quer seja como adjacente (*adyacente*) circunstancial, quer seja pela combinação com outras unidades no interior de um grupo nominal²⁹⁹. E, por isso mesmo, E. Alarcos refere, a par da classificação semântica tradicionalmente aceite em advérbios de tempo, lugar, modo, quantidade, afirmação, negação e dúvida³⁰⁰, uma outra que obedece a critérios funcionais, ainda que só em parte. Falamos dos advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos. As duas últimas subclasses já tinham sido tratadas pelo autor no capítulo referente aos ‘Relativos e interrogativos’. Os advérbios relativos «(...) cumplen la función de adyacente circunstancial dentro de la oración que transponen.» (E. Alarcos 1996: 101) Será no seu conteúdo que iremos encontrar a referência léxica às noções de lugar, tempo e modo. Os advérbios interrogativos desempenham a função de adjacente circunstancial.

Relembrando a gramática de C. Cunha e L. Cintra verificamos que já por estes autores tinha sido apontada a distinção entre advérbios interrogativos (*Por que? Onde? Como? Quando?*) e de um advérbio relativo (*onde*)³⁰¹. O advérbio relativo desempenha normalmente a função de adjunto adverbial, ou de *adyacente circunstancial*, de acordo com, respectivamente, C. Cunha, L. Cintra e E. Alarcos.

²⁹⁹ Cf. E. Alarcos 1996: 129-130.

³⁰⁰ Cf. E. Alarcos 1996: 130.

³⁰¹ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1984: 539-540.

C. Hernández aponta sete funções que o advérbio poderá exercer, desde termo adjacente no sintagma verbal, a modificador do nexus conjunto, a mediatizador do nexus, a configurador de *oraciones* (pró-oracionais, sem esquecer que, como vimos na Introdução, este conceito de *oración* deve ser entendido como *frase*), a atributivos, a adjacente do adjectivo e adjacente do advérbio³⁰². Serão funções que irão do mais central, isto é, função de complemento, até às funções mais periféricas, as de adjunto.

A posição do advérbio é também assunto que merece reflexão por parte dos dois autores. C. Hernández defende que o advérbio tem grande liberdade de posição na frase resultante, em parte, das numerosas funções previamente apontadas, em parte ainda, devido ao facto de na maioria das vezes ser um elemento acessório. A posição dos advérbios será, de certa maneira, condicionada pela função que estes desempenham na proposição³⁰³. Já E. Alarcos refere que «(...) los adverbios en general pueden permutar su puesto en la secuencia sin que el contenido manifestado se modifique (...).» (E. Alarcos 1996: 130), no entanto, é preciso ter em atenção e interrogarmo-nos sobre se o advérbio afecta unicamente as referências denotadas pelo verbo, ou as do conjunto dos componentes do enunciado. Alguns advérbios denotam circunstâncias internas da significação do verbo, enquanto que outros advérbios indicam circunstâncias externas ao próprio verbo e tais factos influenciam a posição assumida pelo advérbio na estrutura do enunciado.

I. Bosque e V. Demonte inscrevem o estudo do advérbio, Volume I da sua *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, sob a insígnia – “Sintaxis básica de las clases de palabras”, em dois capítulos diferentes. O primeiro refere-se a uma classe denominada de “partículas” onde o advérbio é colocado em confronto com a preposição e a conjunção. O capítulo 11, da responsabilidade de Ofelia Kovacci, aborda o problema do advérbio de forma bastante exaustiva. Do ponto de vista morfológico, os advérbios são palavras invariáveis (ou seja, que não contraem conexões sintácticas nas categorias de género,

³⁰² Cf. C. Hernández 1984: 485-491.

³⁰³ Cf. C. Hernández 1984: 497-498.

número, caso, pessoa, tempo, aspecto ou modo), mas há referências específicas aos casos dos advérbios em *-mente* e aos advérbios que têm a forma de adjetivo no singular e masculino³⁰⁴. Mais significativa é a divisão em duas classes de advérbios que a investigadora propõe: léxicos e pronominais. J. Alcina e J. Blecua já haviam em 1975 procedido a esta distinção (cf. *supra* pp. 160-161). Assim, os advérbios léxicos podem ser identificados como qualificativos, de lugar, temporais intransitivos e modais, enquanto os advérbios pronominais se distribuem por deícticos, quantitativos, numerais, identificativos e relativos³⁰⁵.

O. Kovacci considera que só do ponto de vista sintáctico se poderá estabelecer uma ordenação sistemática do advérbio, considerando as estruturas nas quais se integra. A caracterização do advérbio fornecida assenta claramente no estatuto sintáctico-semântico do advérbio, o qual aparece amplamente definido.

«El deslinde de las clases de advérbios (en particular en *-mente*) se apoya en la diversidad de comportamientos sintácticos que ofrecen.»³⁰⁶

Se ainda dúvidas restassem sobre a opção teórica da investigadora em causa, elas certamente desapareceriam quando nos debruçássemos sobre a passagem seguinte:

«Los advérbios funcionan en varios niveles de estructuración, a partir de la oración, entendida como unidad delimitada por una figura tonal (...). En ella se distinguen dos componentes: 1) un componente sintáctico o constituyente y 2) un componente modal o exponente.»³⁰⁷

Resulta desta exposição lógica uma distinção entre advérbio cujo comportamento se classifica como “nuclear”, e um outro tipo de comportamento, denominado “periférico”.

³⁰⁴ Cf. I. Bosque, V. Demonte 1999: 708-715.

³⁰⁵ Cf. I. Bosque, V. Demonte 1999: 707.

³⁰⁶ I. Bosque, V. Demonte 1999: 724.

³⁰⁷ I. Bosque, V. Demonte 1999: 724.

«Son ‘nucleares’ (...) los adverbios relacionados con el predicado, así como los (...) que funcionan como modificadores de sintagmas adjetivos y adverbiales. Son ‘periféricos’ los (...) que son externos al dictum y modifican a las funciones nucleares en su conjunto, y los (...) que manifiestan el modus o se vinculan con él.»³⁰⁸

Voltamos a uma distinção que consideramos fundamental: a função que o advérbio ocupa poderá ser de complemento ou de adjunto, como lhe chama C. Hernández. Será, no essencial, a distinção entre o que é argumental e o que é circunstancial, o que só poderá ser avaliado na estrutura sintagmática do enunciado. Uma palavra de cautela, contudo, deve ser dita: ainda que os termos *nuclear* e *periférico* se apliquem de facto à classe considerada e estejamos de acordo com a separação, não é neste sentido que entendemos os termos quando utilizados para distinguir as zonas sintácticas definidas em torno do NV (cf. Introdução).

2.2 FRANCÊS

A *Grammaire fonctionnelle du français*, cuja autoria pertence a A. Martinet e *Le bon usage* de M. Grevisse, foram as eleitas para este brevíssimo estudo comparativo entre o Português Europeu e a língua francesa. A primeira das gramáticas insere-se na nossa linha teórica de análise linguística, daí que consideremos importante uma reflexão sobre os aspectos aí mencionados. Ainda que não possamos colocar esta gramática ao mesmo nível das gramáticas de E. Alarcos e I. Bosque, constitui a *Grammaire fonctionnelle* uma referência dos estudos linguísticos funcionalistas. *Le bon usage* teve várias reedições até hoje e continua a ser uma gramática de referência para a língua francesa. Faremos ainda uma breve referência à *Grammaire critique du français*, cuja autoria pertence a M. Wilmet. Este último manual caracteriza-se por ter uma forte componente linguística integrada na gramática que pretende expor.

³⁰⁸ I. Bosque, V. Demonte 1999: 725.

Le bon usage inscreve-se numa linha de gramática tradicional em que se parte da língua escrita. Inicialmente uma obra destinada ao ensino escolar (a primeira edição data de 1936), a obra deste autor belga rapidamente ganhou notoriedade, devido à solidez da sua informação sobre a língua real (informação sempre precisa e enriquecida à medida que novas edições iam saindo do prelo) e à clareza e simplicidade da sua redacção, sem que por isso tenha perdido rigor científico³⁰⁹. M. Grevisse parte da definição “corrente” de advérbio «(...) un mot invariable qui est apte à servir de complément à un verbe, à un adjectif, à un autre adverbe.» (M. Grevisse 1997: 1346), para reduzir para três as espécies principais do advérbio, semanticamente considerado. Existem advérbios de modo (onde se incluem os de grau e os de negação), os advérbios de lugar e de tempo e os advérbios que marcam uma relação lógica³¹⁰. Fazendo justiça ao seu carácter didáctico, esta gramática trata minuciosamente a origem dos advérbios franceses e o grau. A posição do advérbio é também amplamente descrita³¹¹. No entanto, a quantidade de páginas dedicada ao advérbio não é proporcional a uma descrição clara do mesmo.

A principal característica apontada por A. Martinet para os advérbios é ilustrativa da complexidade que envolve esta classe singular: «(...) ils ne forment pas une classe unique de monèmes de mêmes compatibilités.» (A. Martinet 1979: 132) Note-se que esta posição é expressa na *Grammaire fonctionnelle*, destinada ao grande público, e, por isso mesmo, menos peremptória na afirmação da inexistência de uma classe de advérbios. Com efeito, no âmbito de obras de carácter mais rigoroso, esta característica fundamental seria impeditiva da própria existência da classe.

Ainda na mesma obra, os advérbios têm em comum três traços distintos. Os advérbios não são determináveis por modalidades específicas (género, número, tempo, modo, aspecto...), característica que partilham com os adjectivos. No entanto, ao contrário dos adjectivos, podem determinar os monemas da classe dos verbos e não

³⁰⁹ Após a morte de M. Grevisse, A. Goose procede a uma nova revisão de *Le bon usage* e é publicado pela 13ª vez em 1993.

³¹⁰ M. Grevisse 1997: 1348.

³¹¹ Cf. M. Grevisse 1997: 1346-1475.

determinam os nomes (salvo em condições muito particulares). Finalmente, os advérbios determinam-se mutuamente, mas com algumas restrições³¹². Ressalvadas algumas diferenças, e tendo o cuidado de não traduzir à letra os exemplos, estas são características do advérbio apontadas por A. Martinet para a língua francesa, mas que facilmente poderemos transpor para o Português Europeu.

Salientamos também que os dois últimos critérios parecem indicar deverem ser excluídos da classe dos advérbios todos os monemas ou sistemas que não determinam o predicado, ou seja, os advérbios que se referem «[à] (...) l'ensemble de la proposition, et qui n'acceptent eux-mêmes aucune détermination.» (A. Martinet 1979: 133) Curiosamente, não encontramos aqui o «advérbio de frase» que esperaríamos, já que, para o francês, A. Martinet refere o exemplo do monema *puis* na frase *On fait sortir les enfants, PUIS les femmes*, que seria facilmente traduzido para o português em *Fizeram sair as crianças, DEPOIS as mulheres*. Efectivamente, não reconhecemos em *puis* – como, aliás, em *depuis* – qualquer das características apontadas por A. Martinet para o advérbio. Reconhece-se sim em *puis* uma unidade de coordenação³¹³, classificação eventualmente transponível para *depuis*. Como teremos oportunidade de demonstrar um pouco mais à frente, S. Greenbaum e R. Quirk deparando-se com a mesma questão, consideram necessário criar a subclasse do “advérbio conectivo”, precisamente a noção que nos levantou algumas dúvidas no âmbito da TLEBS (cf. *supra* pp. 150-151).

A. Martinet opta por não fazer referência às usuais classificações semânticas do advérbio. Antes prefere identificar diferentes tipos de advérbios, caracterizados por um tipo particular de comportamento, o que não implica necessariamente que as unidades em causa tenham sempre o mesmo tipo de comportamento. Isto também não invalida que uma mesma unidade possa estar integrada em dois tipos diferentes³¹⁴. Até porque a posição assumida pelo advérbio no contexto linguístico irá condicionar a sua análise. No entanto, uma advertência é reforçada:

³¹² Cf. A. Martinet 1979: 132.

³¹³ André Martinet fala, neste caso, de uma situação de transferência da classe dos advérbios para a classe dos monemas de coordenação: «On pourrait donc être tenté de poser l'existence d'une classe spéciale de monèmes, dits «coordonnants de phrases», distinct de celle des coordonnants proprement dits et des adverbes en général.» A. Martinet 1979: 133.

³¹⁴ Cf. A. Martinet 1979: 135-137.

«On ne peut donner d’indications précises qui rendent compte de tous les emplois (...).» (A. Martinet 1979: 137)

Uma gramática mais orientada para o estudo sintáctico traz-nos algumas questões interessantes sobre o estatuto que o advérbio assume na língua francesa. Partindo de várias definições de advérbio, apresentadas por autores como B. Pottier, A. Chervel ou L. Tesnière, M. Wilmet coloca uma questão difícil: «Que reste-t-il comme élément définitoire? Rien. Le roi est nu.»³¹⁵ (M. Wilmet 1997: 421) De alguma maneira, e nesta formulação pouco convencional, retomamos o nosso ponto de partida, quando, na Introdução, referimos ter de utilizar provisoriamente uma definição negativa. Tal não implica, porém, que a demanda de uma definição pela positiva seja de todo impossível. Muito pelo contrário, será a partir desta questão que o autor irá proceder ao levantamento das características do advérbio que lhe permitem constituir “classe”. A delimitação do advérbio far-se-á, de acordo com M. Wilmet, por contraste desta classe com outras classes que, tradicionalmente, lhe estão próximas: pronome e conjunção³¹⁶. Outra questão difícil é colocada pelo autor:

«Convient-il à présent de détacher d’un ensemble hétéroclite d’*adverbiaux* des mots prédestinés, voire cantonnés à ce rôle, soit d’authentiques *adverbes*?»³¹⁷

A hipótese de resposta surge pouco depois:

«(...) les *adverbes* (si adverbes il y a) sont des mots d’*extension bimédiate*, donc voués à une *incidence relationnelle* qui, par la force des choses, entraîne le plus souvent leur invariabilité.»³¹⁸

O autor aproxima, deste modo, as próprias características morfológicas da classe “advérbio” ao seu papel sintáctico na frase, isto é, ao tipo de relações que esta unidade estabelece com as outras unidades com as quais co-ocorre. Não sendo necessariamente uma obra que proponha o

³¹⁵ M. Wilmet 1997: 421.

³¹⁶ Cf. M. Wilmet 1997: 427-428.

³¹⁷ M. Wilmet 1997: 430.

³¹⁸ M. Wilmet 1997: 430.

tratamento sólido das noções gramaticais, não deixa de ser significativo este esboço de solução, à luz do que temos defendido até aqui: que a classe do advérbio seja definida depois de esclarecida a sua função na frase.

2.3 INGLÊS

No que à língua inglesa diz respeito, optámos por seleccionar apenas a obra de S. Greenbaum e R. Quirk, e a de J. C. Nesfield. Os primeiros inscrevem-se numa linha de linguística descritiva, enquanto o segundo se encontra mais no âmbito daquilo que comumente se chama a gramática tradicional.

J. C. Nesfield define o advérbio como «(...) a word used to qualify any part of speech except a noun or pronoun.» (J. C. Nesfield 1939: 87) Na visão deste autor, a definição normalmente empregue do advérbio como uma palavra para qualificar um verbo, um adjetivo ou outro advérbio está claramente errada, pois um advérbio pode qualificar também preposições e conjunções. Os exemplos utilizados pelo autor para a língua inglesa, de forma a justificar esta opção teórica, nem sempre se aplicam para o Português Europeu. Assim, *The bird flew exactly over the sleeper’s head* poder-se-á traduzir para *O pássaro voou exactamente por cima da cabeça do adormecido*; o mesmo se repete para as preposições, onde encontramos *A man is truly happy only when he is sound of health* que encontra tradução em *Um homem só é verdadeiramente feliz quando está são de saúde*. O autor em causa considera que o advérbio incide unicamente sobre a preposição *over* no primeiro exemplo, e no segundo o advérbio *only* encontra a sua incidência na conjunção *when*. Não poderemos concordar com esta perspectiva, pois o advérbio irá incidir sobre toda a oração introduzida por *when*; no primeiro exemplo, consideramos que o advérbio *exactly* encontra a sua incidência (como no segundo exemplo) em *over the sleeper’s head*. A situação é idêntica se considerarmos a seguinte frase: *Ele chocou contra a parede mesmo enquanto ia a correr*.

Seguindo J. Nesfield, a incidência do advérbio *mesmo* seria, certamente, a unidade *enquanto*, unidade que desempenha uma função de conector entre *Ele chocou contra a parede e ia a correr*. Consideramos que *mesmo* encontra a sua incidência em *chocou*, sendo por isso determinação do monema predicativo, e não, como considera J. Nesfield, uma determinação de *enquanto*. A definição de advérbio fornecida por Nesfield é baseada no comportamento adoptado por este, isto é, o que está a ser discutido é o âmbito sintáctico de incidência.

Na gramática já mencionada no capítulo I (cf. p. 56), S. Greenbaum e R. Quirk, definem sintacticamente o advérbio atribuindo-lhe dois tipos de funções sintácticas, embora o advérbio necessite de possuir apenas uma (das duas) características para que possa ser identificado como advérbio. Pode funcionar como um elemento adverbial na frase: *He quite forgot about it* ou como um modificador do adjectivo ou do advérbio, como em *They are quite happy/happily married* (exemplos retirados de S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 147.) Se a primeira nos coloca algumas reservas, na segunda não encontramos problemas de maior. Efectivamente, se existe algum consenso no caso da classe dos advérbios este reside no facto de o advérbio ser um modificador quer de um adjectivo, quer de um verbo, quer do próprio advérbio, como tivemos já ocasião de referir (cf. *supra* 1.1). No primeiro exemplo, traduzindo para Português Europeu obtemos *Ele esqueceu-se mesmo disso*, a unidade *mesmo* constitui uma partícula enfática, de realce. De facto, *mesmo* poderia ser comutado por zero, sem que se perdesse a integridade sintáctica do enunciado, mesmo que fosse óbvia a perda de algum sentido. Estes advérbios estão «(...) relatively integrated within the structure of the clause.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 148), mas será necessário distinguir quatro tipos de advérbios: *adjuncts*, *subjuncts*, *disjuncts* e *conjuncts*, termos que nos permitimos traduzir, respectivamente, por *adjuntos*, *subjuntos*, *disjuntos* e *conjuntos*. Os dois primeiros integram-se na oração, enquanto os dois últimos optam por uma relação mais periférica com a frase. O advérbio é, depois, definido como modificador quer de adjectivos, quer de

advérbios e preposições, quer de pronomes e numerais, quer, mesmo, de sintagmas nominais³¹⁹.

Um novo e importante conceito é, depois, introduzido por S. Greenbaum e R. Quirk: *adverbial*. O conceito de “adverbial” pode adquirir diversos papéis semânticos (espaço, tempo, processo, respeito, contingência, modalidade, grau, *space, time, process, respect, contingency, modality, degree*³²⁰), tal como a sua realização formal pode ser feita através de diversas formas:

«The A-element can be realized by a wide range of linguistic structures: An adverb phrase with a closed-class adverb as head: (Just) then, the telephone rang; An adverb phrase with an open-class adverb as head: You should have opened it ((a bit) more) carefully; A noun phrase: They had travelled a very long way.; A prepositional phrase: Rowena hurried across the field; A verbless clause: When in doubt the answer is ‘no’; A nonfinite clause: She realized, lying there, what she must do; A finite clause: We sent for you because you were absent yesterday.»³²¹

Constatamos, assim, que sob o rótulo de “adverbial” se junta uma série de unidades linguísticas muito heterogêneas, ainda que essas mesmas unidades tenham um comportamento sintáctico similar. No que respeita às funções sintácticas, os autores irão adoptar a mesma terminologia acima empregue para distinguir os quatro (adjuntos, disjuntos, subjuntos e conjuntos) tipos de advérbios. Distinguimos, deste modo, advérbios adjuntos que «(...) have grammatical properties resembling the sentence elements S [sujeito], C [complemento] and O [objecto].» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 162); os advérbios disjuntos «have (...) a superior role to sentence elements, being somewhat detached from a superordinate to the rest of the sentence.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 181); os advérbios conectivos «(...) serve to conjoin two utterances or parts of an utterance, and they do so by expressing all the same time the semantic relationship (eg of time or contingency) obtaining between them.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 184); os advérbios subjuntos são aqueles que «(...) have a subordinate and

³¹⁹ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 149-150.

³²⁰ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 160.

³²¹ S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 161.

parenthetic role in comparison with adjuncts; they lack the grammatical parity with other sentence elements.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 176)

Numa adaptação ao português, encontramos, em *A escola dos teus filhos fica ali*, a unidade *ali* constituída como um advérbio adjunto, isto é, uma palavra pertencente à subclasse dos advérbios que podem ser núcleo de constituintes adverbiais internos ao grupo verbal (cf. *supra* pp. 148-150). Já *Naturalmente, este foi o melhor espectáculo da temporada, naturalmente* enquadra-se na definição de advérbio disjunto, pois pertence à subclasse dos advérbios que podem ser modificadores de frases. Um advérbio conectivo será aquele que tem uma função primária de conexão entre elementos frásicos, como em *Primeiro batem-se os ovos com o açúcar, seguidamente deita-se o leite e a farinha, finalmente leva-se tudo ao forno*. Finalmente, o advérbio subjunto parece não desempenhar na frase outra função que não a enfática, como em *Ela constantemente se opõe às nossas ideias*. A principal crítica que poderemos fazer a esta visão, por mais vantagens que possa, ou não, ter em relação à perspectiva tradicional, é o facto de haver um claro privilégio do critério semântico sobre o sintáctico.

A função adverbial, tal como aparece definida por R. Quirk e S. Greenbaum, é definida negativamente em relação às outras funções – sujeito, verbo, complementos – e surge sobre um aspecto proteiforme. Constituirá intenção dos autores considerar que sobre esta função não existe qualquer princípio de unidade. Sem negar a diversidade que a função adverbial possa ter, uma abordagem que se pretenda científica terá obrigação de definir positivamente qualquer que seja a função ou classe de palavra com que está a trabalhar, preocupando-se em colocar em evidência aquilo que lhe é particular; ou seja, as características definitórias que constituem a sua especificidade enquanto classe de palavra. Partimos, então, do princípio, incontornável, de que uma vez definida a classe “advérbio” teremos que admitir a sua natureza como uma.

ERROR: undefined
OFFENDING COMMAND: limitcheck

STACK:

32
-dictionary-

advérbios constituem-se como “constituintes imediatos do SV”. (M. Mateus *et alii* 2003: 426), mas também como elementos essenciais que a própria estrutura do verbo – nomeadamente o seu sentido – não dispensa. Serão então *seleccionados* para ocuparem um dado papel, de carácter obrigatório, na estrutura sintáctica. O grau de referencialidade dos advérbios será o elemento que, na perspectiva das autoras, permite distinguir o comportamento do advérbio enquanto complemento e enquanto modificador, isto é, adjunto.

«(...) há advérbios que são seleccionados por verbos de movimento (*ir, vir, sair, chegar*) e de localização (*pôr, colocar*) e que, sendo argumentos, são nós irmãos de V (...). Outros advérbios, embora sejam seleccionados por certos verbos (*portar-se, durar, vestir*) não têm o mesmo grau de referencialidade dos anteriores e por isso, face a certos fenómenos, comportam-se como adjuntos.»²⁶¹

De entre este conjunto de critérios destaquemos, ainda, o critério da *supressão*. A *supressão* poderia corresponder, *mutatis mutandis*, ao que em sintaxe funcional chamamos *comutação por zero* e nos permite considerar o carácter facultativo (do ponto de vista sintático, evidentemente) do elemento suprimido (cf. cap. III, 3.1.2). No entanto, as autoras optaram por não incluir neste tópico qualquer explicação adicional aos exemplos apresentados. Será conclusão nossa quando dizemos que a *supressão* permite distinguir os advérbios em função de complemento (a *supressão* não será, neste caso, possível), dos advérbios em função de adjunto (a *supressão* é possível sem que daí decorra uma estrutura agramatical). O teste da impossibilidade da sua *supressão* comprova então quais os os advérbios que se constituem como argumentos dos verbos a que estão ligados e, o que é muito importante do nosso ponto de vista, não é um critério aleatório, nem um critério meramente semântico.

«(...) a classificação tradicional dos advérbios, unicamente baseada em critérios nocionais, é insuficiente e (...) a proposta de outros critérios permite um entendimento mais favorável desta categoria.»²⁶²

²⁶¹ M. Mateus 2003 *et alii*: 427.

²⁶² M. Mateus *et alii* 2003: 432.

As autoras reconhecem que «Em particular, do ponto de vista sintáctico, mostrou-se que os advérbios podem ocupar posições argumentais e posições não argumentais.» (M. Mateus *et alii* 2003: 432) Recordamos, de passagem, que já em 1995 e igualmente na edição de 1999 da sua gramática, como vimos *supra*, M. Vilela tinha chamado a atenção para esse facto ao mencionar os critérios da dependência e da transitividade. As posições não argumentais (ou, igualmente, não valenciais) são depois reconhecidas como pertencendo a classes distintas do ponto de vista semântico.

Este passo, em particular, permitiu-nos observar que as autoras incorporam na sua teoria linguística concepções diversas. A noção de “argumental” ou “não argumental” revelou-se como sendo de extrema importância para a caracterização sintáctica dos advérbios. Não poderíamos estar mais de acordo. De facto, se em princípio discordamos da perspectiva teórica adoptada nesta gramática, não podemos deixar de lhe reconhecer os méritos. A junção da sintaxe e da semântica constitui uma opção teórica à qual as autoras se mantiveram fiéis. E o trabalho deu frutos. Agora, poderemos dizer que os advérbios têm o tratamento que a sua complexidade exige. No entanto, a nossa perspectiva obriga-nos a que, ao considerarmos os advérbios, não tomemos as palavras isoladamente, mas as consideremos no seu contexto. E quando falamos em contexto, não nos estamos a referir ao contexto semântico, mas ao contexto sintáctico: às relações que a unidade identificada como advérbio mantém com as outras unidades do sistema. Por outro lado, para chegarmos à classe do advérbio já teremos que ter analisado todo o contexto linguístico em causa. Um advérbio não o é isoladamente, mas só o é porque a análise das suas compatibilidades com as outras unidades do sistema assim o determinaram. Assim, a opção das autoras em não separar a sintaxe e a semântica, incorporando as duas na análise das unidades linguísticas é tão válida como a nossa. Resultam, no entanto e, como será evidente, conclusões diversas no pormenor, mas certamente coincidentes na generalidade.

Não podemos deixar de referir igualmente neste capítulo a classificação proposta na *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS)*. O advérbio inscreve-se no domínio da Linguística Descritiva, no subdomínio das Classes de Palavras²⁶³. Este domínio interage muito bem com o domínio da Sintaxe, facto que será de extrema importância para a coerência da própria Terminologia.

Quando se fala em enquadrar as unidades da língua em classes de palavras é necessário explicar a metodologia que preside a essa divisão. As palavras podem ser identificadas de acordo com critérios semânticos ou nocionais, de acordo com critérios morfológicos e de acordo com critérios sintácticos. É evidente que o primeiro critério nos remete para as propriedades semânticas, conforme a tradição gramatical greco-latina. Quando as classes de palavras são definidas de acordo com especificações morfológicas ou morfo-sintácticas estamos no domínio da morfologia. Já a utilização do critério sintáctico implica que as palavras sejam definidas de acordo com a sua distribuição no contexto linguístico em que ocorrem. Com muita propriedade a sintaxe poderá ser considerada mais importante do que a morfologia para a classificação das classes de palavras – e é essa, desde sempre, a posição da sintaxe funcionalista por nós defendida.

Entendemos, então, classes de palavras como partes do discurso. Os aspectos formais mais não serão do que uma confluência entre os aspectos morfológicos e os aspectos sintácticos. Convém esclarecer que a TLEBS tem como um dos seus postulados fundamentais o partir do conhecimento dos falantes; este conhecimento mais não é do que a intuição do falante em relação ao instrumento que usa no seu dia a dia. Um falante consegue intuitivamente distinguir um nome de um advérbio, pois sabe que ocupam posições distintas na frase. Se submetermos a análise o enunciado *A cadeira azul está ao lado da mesa* e **A muito azul está ao lado da mesa*, qualquer falante reconheceria como agramatical o segundo exemplo.

Começemos, então, por analisar a forma como o advérbio é tratado no âmbito das classes de palavras. Considera-se a existência do grupo das classes de palavras abertas e das classes de palavras fechadas. O advérbio pertence a uma classe de palavras aberta

²⁶³ A autora deste subdomínio é Inês Duarte.

(juntamente com o nome, o verbo, o adjectivo). O constituinte imediato (utilizando a mesma terminologia empregue na TLEBS) é o tema adverbial (radical + índice temático). No que aos aspectos formais diz respeito, podemos avançar que se trata de uma palavra invariável em género e número; mas também se trata de uma classe com elementos muito heterogéneos quer do ponto de vista morfológico, quer do ponto de vista sintáctico e semântico. Tipicamente, desempenha a função sintáctica de modificador da frase e do grupo verbal. A locução adverbial aparece definida como o próprio advérbio, diferindo deste apenas no que à quantidade de elementos diz respeito, fazendo-se a necessária referência à sua forma típica de constituição. De seguida, são apresentadas nove classes de advérbios: advérbio de predicado, de frase, conectivo, negação, afirmação, de quantidade e de grau, de inclusão e de exclusão, interrogativo e relativo. A esta divisão do advérbio em classes não precede qualquer exposição dos critérios de base para tal diferenciação. Todos eles aparecem definidos e amplamente exemplificados, mas parece-nos que se juntam elementos de diferente carácter sintáctico (em alguns casos, semânticos). O critério pelo qual se optou para proceder à classificação do advérbio recai no âmbito sintáctico-semântico. O advérbio de predicado é um advérbio,

«(...) com diferentes valores semânticos, que ocorre internamente ao grupo verbal, quer com função de complemento oblíquo, quer como modificador do grupo verbal (e, mais raramente, como predicativo do sujeito), podendo ser afectado pela negação ou por estruturas interrogativas como as ilustradas em (...).»²⁶⁴

A perspectiva adoptada pela TLEBS, embora incorpore outras correntes linguísticas, é claramente apoiada em dois grandes estudiosos da língua inglesa: R. Quirk e S. Greenbaum. Para melhor compreender as ligações entre os dois autores e a TLEBS cf. *infra* 2.3. No entanto, a última versão da TLEBS elimina algumas das propostas mais próximas de R. Quirk e S. Greenbaum, excluindo os conceitos de advérbio adjunto, disjunto e subjunto (cf. *infra*, pp. 172-174). Mantém apenas o conceito de advérbio conectivo. O advérbio de frase também é

²⁶⁴ <http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/>

o conceito que persiste, embora seja adoptada uma terminologia diferente (cf. *infra*, p. 173).

Pretende esta *Terminologia* ser uma reformulação da NGP, e preconiza uma clara hierarquização entre os termos, que possibilite a distinção de critérios utilizados, bem como a sua enunciação. A concepção global desta classe, porventura uma das mais heterogéneas, sofreu assim alterações significativas. As classes dos advérbios identificados pela TLEBS colocam algumas questões, a nosso ver, pertinentes.

Em relação ao advérbio conectivo temos alguma dificuldade em reconhecer a sua existência, pois quando se define esta unidade a ênfase é colocada no «(...) estabelecimento de nexos entre frases ou constituintes da frase, como por exemplo relações de consequência, de contraste ou ordenação.» (<http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/>) Segundo os autores da terminologia este advérbio distingue-se da conjunção pelo facto de poder ocorrer entre o sujeito e o predicado, posição que está negada às conjunções. Da mesma forma estes advérbios classificados como conectivos não são afectados pela negação frásica, nem por estruturas interrogativas. As palavras não tem uma natureza pré-determinada, pelo que não devemos classificar todas as palavras terminadas em *-mente* como advérbios, *a priori*, tendo em conta que algumas dessas unidades se podem comportar de forma sintacticamente diferente do paradigma dos advérbios (cf. *supra*, pp. 146-147). Contudo, como veremos *infra* (cf. 2.3), a existência deste advérbio conectivo é reconhecido no âmbito de estudos exaustivos sobre a categoria.

Considerou-se relevante para este estudo proceder a uma análise em separado das opiniões expressas pelos autores de três correntes gramaticais claramente diferenciadas, não só por constituírem as gramáticas de língua portuguesa mais recentes, mas também por serem representantes de diferentes escolas de pensamento gramatical e linguístico, mostrando-o precisamente através do tipo de análise a que o conceito de advérbio foi sujeito. C. Cunha e L. Cintra seguem uma linha tradicional, isto é, seguem os ensinamentos de Epifânio S. Dias, de J. D. Azevedo, optando por um levantamento das características a ter em conta para a identificação do advérbio, relegando para um

segundo plano a explicação da classe “advérbio” em si e da sua função. M. Vilela, enquadrando-se numa teoria que privilegia as valências semânticas, também opta explicitamente por um critério sintáctico-semântico na caracterização do advérbio. M. Mateus e as restantes autoras apresentam uma perspectiva completamente diferente, incorporando outros conceitos teóricos, demonstrando tanto uma preocupação descritiva, como uma preocupação normativa, o que fica bem patente na sua ramificação natural que é a TLEBS.

1.3 CONFRONTO COM GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Não sendo necessariamente a obra com que mais concordamos, não podemos deixar de destacar desde logo, de entre o acervo de gramáticas sobre o Português do Brasil, a *Grammatica analytica da lingua portuguesa* de Francisco Solano Constâncio, que encara o problema das partes da oração de uma forma bastante curiosa, original mesmo.

«(...) não existe distinção essencial entre as diversas palavras de que se compõem as linguas; as divisões em substantivo, adjectivo, verbo, etc., são puras invenções dos grammaticos, e inexatissimas expressões.»²⁶⁵

Todos identificamos as falhas, os defeitos e os perigos que a divisão em classes de palavras pode encerrar, mas não podemos dizer que se trata de uma mera invenção. Segundo o autor em causa, os advérbios deverão estar enquadrados no seio das partículas da oração.

«(...) certos termos que de ordinário tem poucas syllabas, e são, pela maior parte, contracções de verbos e até de phrases, e que modificão de diversas maneiras as diferentes partes da oração.»²⁶⁶

²⁶⁵ F. S. Constâncio 1831: 19.

²⁶⁶ F. S. Constâncio 1831: 176.

Ao lado dos advérbios alinham-se as preposições e as conjunções. Os advérbios são depois identificados como podendo ser subdivididos em advérbios de lugar, de quantidade, de modo e qualidade. A análise levada a efeito por F. S. Constâncio não dá conta da complexidade que envolve a caracterização/identificação dos advérbios, optando por o agregar a outras duas classes de palavras com características bem distintas das do próprio advérbio. No entanto, do ponto de vista morfológico, F. S. Constâncio, segue uma linha diferente de enquadramento do advérbio ao inseri-lo no conjunto constituído pelas palavras invariáveis. Apesar de advérbio, preposição e conjunção serem classes de palavras muito diferentes entre si, partilham a característica morfológica da invariabilidade, e foi a esta característica em particular que F. S. Constâncio optou por dar maior destaque.

João Ribeiro marca uma diferença em relação a F. S. Constâncio. Apesar de também estar inserido nas palavras invariáveis, o «Adverbio é a palavra que exprime uma circunstancia (...). O advérbio modifica o sentido do verbo, do adjectivo e de outro advérbio.» (J. Ribeiro 1889a: 100), ou seja, identifica-se pelo que exprime, pelo seu sentido, e pela relação que estabelece com outras palavras. O autor reconhece vários géneros de advérbios, como os de lugar, de tempo, de modo, de modalidade (ou de afirmar), de dúvida, de negação e de afirmação. Esta será uma tradição seguida pela maior parte dos gramáticos brasileiros, ora acrescentando informação, ora precisando conceitos que necessitam de ser clarificados. Maciel Maximino, por exemplo, apoiando-se na mesma definição de João Ribeiro, acrescenta aspectos importantes, como a invariabilidade do advérbio; a existência de advérbios próprios ou essenciais, palavras adverbiadas e expressões adverbiadas. Os primeiros seriam as palavras de natureza adverbial, como *nunca*, *sempre*; os segundos seriam as palavras que sendo geralmente adjectivos, exercem a função de advérbio, como em *falar alto*; as expressões adverbiadas constituem um grupo de palavras equivalente integralmente a um advérbio, como *com alegria*, *de perto*²⁶⁷. Encontramos em M. Maciel dois importantes esclarecimentos: do ponto de vista do seu posicionamento, ficamos a saber que os advérbios se devem empregar, sempre que possível, antes da palavra que modificam

²⁶⁷ Cf. M. Maximino 1925: 150.

(principalmente os de tempo e os de lugar); do ponto de vista das circunstâncias que exprimem podem ser subdivididos em: lugar, tempo, quantidade, afirmação, negação, dúvida, exclusão, modo e concessão²⁶⁸.

Autores como Ernesto Carneiro Ribeiro, Laudelino Freire, Eduardo Carlos Pereira, Napoleão Mendes de Almeida ou Manuel Said Ali não acrescentam nada de substancialmente novo ao modo de encarar o advérbio, bem como às particularidades desta classe. Todos o reconhecem como palavra invariável, como acrescentando circunstâncias à palavra a que se junta; todos identificam os diversos aspectos semânticos que o advérbio pode adoptar, procedendo a uma distinção semântica baseada na circunstância expressa pelo próprio advérbio. No fundo, o advérbio continua a ser tratado com alguma cautela, com alguma prudência.

Não obstante, é de destacar a visão apresentada por J. Mattoso Câmara Jr., que opta por identificar o advérbio como uma palavra de natureza nominal ou pronominal que na frase se acrescenta à significação, quer de um adjectivo, quer de um verbo, funcionando como seu determinante²⁶⁹. Trata-se, portanto, de um “elemento frasal terciário”, para utilizarmos a mesma terminologia do autor, pois serve de determinante ao adjectivo e ao verbo que, sendo “elementos frasais secundários”, determinam, por sua vez, um substantivo como seu adjunto ou um sujeito como seu predicado²⁷⁰. J. Mattoso Câmara preocupa-se ainda em distinguir os advérbios de natureza pronominal, indicadores de lugar, quer de natureza demonstrativa, quer de natureza indefinida; e os advérbios de natureza nominal que podem ser de duas espécies: natureza demonstrativa e natureza indefinida²⁷¹. Sendo este trabalho de J. Mattoso Câmara um *Dicionário de lingüística e gramática*, o autor preocupa-se em definir primeiramente as características sintácticas deste elemento frásico, para só depois se preocupar com a significação. Do ponto de vista significativo, o autor não se expande na atribuição de muitos valores ao advérbio, limitando-se a três

²⁶⁸ Cf. M. Maximino 1925: 151.

²⁶⁹ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42.

²⁷⁰ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42.

²⁷¹ Cf. J. M. Câmara Jr. 1988: 42-43.

significações essenciais, a saber, locativos ou de lugar, temporais ou de tempo e modais ou de modo, o que contrasta com outras classificações que vimos anteriormente, bem mais especificadas.

Podemos considerar que, na mesma linha de Mattoso Câmara está Evanildo Bechara, ainda que comece por definir o advérbio como uma «(...) expressão modificadora que por si só denota uma circunstância (de lugar, tempo, modo, intensidade, condição, etc.) e desempenha na oração a função de adjunto adverbial.» (E. Bechara 1999: 387) Onde segue os ensinamentos de J. Mattoso Câmara é na distinção do advérbio enquanto constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal.

«O advérbio é constituído por palavra de natureza nominal ou pronominal e se refere geralmente ao verbo, ou ainda, dentro de um grupo nominal unitário, a um adjectivo e a um advérbio (como intensificador), ou ainda a uma declaração inteira.»²⁷²

E. Bechara identifica quinze principais circunstâncias expressas por advérbios ou locuções adverbiais, a saber: assunto, causa, companhia, concessão, condição, conformidade, dúvida, fim, instrumento, intensidade, lugar, modo, referência, tempo e negação. No entanto, o autor não deixa de reconhecer que a classificação do advérbio também poderá ser efectuada com base em critérios funcionais, distinguindo, deste modo, advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos²⁷³. O advérbio é ainda reconhecido por E. Bechara como uma classe de palavra muito heterogénea, tornando-se muito difícil atribuir uma classificação que seja uniforme, coerente e lógica em termos de adopção de critérios. O papel que o advérbio poderá desempenhar na oração não se prende apenas a um núcleo, o verbo, mas poder-se-á estender até à totalidade do conteúdo manifestado no predicado. Segundo o autor, isto permite ao advérbio flexibilidade de posição no espaço em que se prolonga o predicado. O advérbio poder-se-á estender aos domínios do sujeito, antecedendo-o ou pospondo-se a ele. A flexibilidade também lhe confere autonomia

²⁷² E. Bechara 1999: 287.

²⁷³ Cf. E. Bechara 1999: 293 e ss.

funcional de contorno entonacional muito variado; atribui-lhe um papel semântico-sintáctico, o que o liga internamente ao NV, e permite também a existência de advérbios externamente ligados ao NV²⁷⁴.

Parece-nos que a perspectiva de E. Bechara, apoiada numa concepção descritiva e normativa da gramática, vai enquadrar o advérbio numa teoria que prevê a existência de classes de palavras e de categorias gramaticais, existindo claras distinções entre significados léxico, categorial e instrumental. Tais distinções permitem dividir as palavras em lexemáticas, categoremáticas e morfemáticas, sendo que o advérbio pertence à classe das palavras lexemáticas²⁷⁵. Podemos identificar em E. Bechara os ensinamentos de E. Coseriu que em 1978 já distinguia as palavras abstractas como puras formas, como formas léxicas ou semantemas, como formas categoriais ou categoremáticas ou como palavras com significado léxico e categorial²⁷⁶.

Na mais recente gramática de publicação brasileira consultada, a *Gramática de usos do português*, de Maria Helena Moura Neves o advérbio tem um tratamento bastante exaustivo. O capítulo dedicado ao advérbio surge dividido em oito partes, todas elas directamente relacionadas com o conceito em causa. Trata-se da forma do advérbio, da natureza do advérbio, das subclasses dos advérbios, dos advérbios de modo, dos advérbios modalizadores, dos advérbios circunstanciais, dos advérbios junctivos anafóricos e das particularidades das construções com advérbios. São claras as inovações em relação às gramáticas anteriormente tratadas. Apesar da exaustividade com que o advérbio é tratado não existe uma definição do conceito de “advérbio”. Este é apenas identificado quanto à sua forma em simples e perifrástico (ou locução adverbial), sendo que o advérbio perifrástico pode ser composto por vários elementos²⁷⁷. De um ponto de vista morfológico, a autora atribui-lhe a característica da invariabilidade, referindo, no entanto, que existem casos de advérbios que podem ser flexionados em número e em género. De um ponto de vista sintáctico, isto é, do ponto de vista da relação que o advérbio estabelece com as outras palavras,

²⁷⁴ Cf. E. Bechara 1999: 290.

²⁷⁵ Cf. E. Bechara 1999: 111-112.

²⁷⁶ Cf. E. Coseriu 1978: 57-59.

²⁷⁷ Cf. M. Neves 2000: 231-233.

podemos dizer que esta unidade funciona como uma palavra periférica, ou seja, funciona como satélite de um núcleo e actua nas diversas camadas do enunciado²⁷⁸.

É por todos reconhecido que os advérbios formam uma classe heterogénea em relação à sua semântica, mas o mesmo se passa quanto à função destas unidades. Segundo M. Neves abrigam-se tradicionalmente sob o rótulo de advérbios duas grandes classes, a dos advérbios modificadores e a dos advérbios não-modificadores. Os primeiros são «(...) advérbios que afetam o significado do elementos sobre o qual incidem, fazendo uma predicação sobre as propriedades desses elementos, isto é, modificando-os.» (M. Neves 2000: 236) Já os advérbios não-modificadores são advérbios que não afectam o significado do elemento sobre o qual incidem, podendo operar sobre o valor de verdade da oração, que não operam sobre o valor de verdade da oração ou ainda advérbios que operam como conjunção de orações²⁷⁹.

Os advérbios de modo têm na, *Gramática de usos do português*, um tratamento muito particular, o que nos possibilita um melhor entendimento desta subclasse.

«(...) constituem a subclasse mais característica dos advérbios, já que eles são qualificadores de uma acção, um processo ou um estado, isto é, modificam propriedades de verbos e adjectivos.»²⁸⁰

Ficamos ainda a conhecer duas “novas” subclasse dos advérbios, os modalizadores e os circunstanciais. Os modalizadores compõem uma classe ampla de elementos/advérbios que têm como característica distintiva expressar alguma intervenção do falante na definição da validade e do valor do seu enunciado. Já os circunstanciais estão relacionados com a natureza dos advérbios de lugar e de tempo que, como categorias deícticas, fazem a orientação por referência ao falante e à situação/contexto, constituindo o complexo modo-temporal que fixa o ponto de referência do momento de fala.²⁸¹

²⁷⁸ Cf. M. Neves 2000: 234.

²⁷⁹ Cf. M. Neves 2000: 238.

²⁸⁰ M. Neves 2000: 241.

²⁸¹ Cf. M. Neves 2000: 244 e ss.

A autora dá-nos, finalmente, a conhecer os “advérbios junctivos anafóricos”:

«Podem indicar relações semânticas baseadas na desigualdade dos elementos postos em ligação, relações que vão desde uma simples desigualdade pouco caracterizada até à rejeição, passando pelo contraste, pela contrariedade, pela oposição, pela negação e pela anulação.»²⁸²

A visão que M. Neves nos fornece sobre a forma, a natureza, a função e os valores do advérbio é, sem dúvida, uma das mais completas que se encontra na gramática brasileira. Enquadrando-se a autora numa clara inter-relação entre a proposta teórica da Linguística de Texto e o Funcionalismo, não se limita a constatar aquilo que já se diz há muito tempo. Através de muitos exemplos do dia a dia, através da observação directa dos falantes a autora propõe novas formas de encarar esta classe de palavra. E sendo heterogénea como ela é, a todos os níveis, não é uma tarefa nada fácil. Por outro lado, não há uma tradição gramatical de análise do advérbio que nos possibilite partir da tradição para, com base em princípios da linguística estrutural e funcional, desenvolver uma teoria que nos permita uma compreensão completa do funcionamento do advérbio. Afinal, esta pequena e fechada classe de palavra, com limitada produtividade, dá origem a grandes questões linguísticas.

²⁸² M. Neves 2000: 272.

2. CONTRAPONTO COM GRAMÁTICAS DE OUTRAS LÍNGUAS

2.1 CASTELHANO

As gramáticas de língua castelhana fornecem-nos alguns pontos de comparação com a nossa língua. Não foi nosso objectivo proceder a uma análise exaustiva e pormenorizada, como afirmámos no cap. I, mas tão somente fornecer uma amostra que pudesse servir para o confronto entre o Português Europeu e as gramáticas da língua do país vizinho.

Iniciámos a nossa análise por uma gramática incontornável, publicada sob a chancela da *Real Academia Española*, onde é dada a seguinte definição:

«El adverbio es la parte invariable de la oración, que sirve para calificar o determinar la significación del verbo o la del adjetivo, y a veces la de outro adverbio.»²⁸³

Avança esta gramática que os advérbios se dividem em qualificativos e determinativos.

«Los primeros califican al verbo o al adjetivo, como éste califica al sustantivo, según puede verse comparando las locuciones comer BIEN e comida BUENA. (...) los segundos determinan al verbo o al adjetivo, como éste determina al nombre.»²⁸⁴

A divisão dos advérbios é feita de acordo com a sua forma (simples e compostos) e pelas suas diferentes significações (lugar, tempo, modo, quantidade, ordem, afirmação, negação, dúvida)²⁸⁵. Esta visão veiculada pela *Real Academia Española* é talvez a mais

²⁸³ Real Academia Española 1962a: 119. Esta edição da *Gramática de la Lengua Española* é a edição anterior à proposta de reformulação que seria publicada onze anos depois sob o título *Esbozo de una Nueva Gramática de La Lengua Española* pela Espasa-Calpe (cf. bibliografia). De notar que neste *Esbozo* o advérbio foi retirado do capítulo respeitante à *Morfología*, sendo remetido para pequenos apontamentos ao longo de outros capítulos.

²⁸⁴ Real Academia Española 1962a: 119.

²⁸⁵ Cf. Real Academia Española 1962a: 121-122.

descomprometida em termos de escola linguística. Segue a tradição gramatical do país vizinho, apoiando aquilo que já A. de Nebrija²⁸⁶ havia apontado em finais do século XV e princípios do XVI. J. Roca Pons também não se afasta muito desta linha de análise, embora insira o advérbio na teoria dos três estratos de Jespersen²⁸⁷, linha seguida também por J. Alcina e J. M. Blecua. Segundo estes autores, o advérbio terá, no âmbito da teoria dos três estratos, uma função terciária, o que significa que modifica palavras que, por sua vez, já exercem uma missão modificadora. Os advérbios serão as palavras especializadas nesta função de modo exclusivo²⁸⁸. No entanto, J. Alcina e J. M. Blecua reconhecem que a fixação de um inventário coerente e bem delimitado dos advérbios é uma tarefa deveras complexa, visto que existe uma grande abundância de características particulares de uns e de outros elementos dentro da classe²⁸⁹. Os autores advertem ainda para quatro aspectos que é necessário ter em conta quando se procede à análise dos advérbios. Das palavras tradicionalmente incluídas entre os advérbios só uma parte pode modificar verbos, adjectivos e advérbios. Por outro lado, alguns advérbios, que têm uma informação de tipo circunstancial do verbo ou do enunciado total, têm uma maneira de significar semelhante à dos pronomes. Ainda há a assinalar que, enquanto que uma parte dos advérbios, que admitem gradação, se referem a verbos, adjectivos e outros advérbios, têm origem no adjectivo e formam-se por neutralização dos categorizadores de género e número, a outra parte está em estreita relação com preposições e outras categorias. Finalmente, consideram os autores que ainda não se elaborou um critério suficientemente satisfatório que marque o limite entre o advérbio e o complemento de tipo circunstancial²⁹⁰. Em relação ao primeiro ponto, elaborado por J. Alcina haverá a dizer que muitos autores optaram por chamar a unidades com este tipo de comportamento “adverbiais”, de forma a resolver este problema. O facto

²⁸⁶ Nebrija, como Prisciano, vê no advérbio uma função paralela à do adjectivo: «(...) es una de las diez partes de la oración, la cual, añadida al verbo, hinche o mengua, o muda la significación de aquel como diciendo bien lee, mal lee... o no muda la significación deste verbo lee. I llamar se adverbio, por que comúnmente se junta y arrima al verbo, para determinar alguna cualidade en él, assi como el nombre y adjetivo determina alguna cualidade en el nombre sustantivo.» Cf. A. de Nebrija 1981: 39. (Edição preparada por Antonio Quillis).

²⁸⁷ Cf. J. Roca 1985: 313-314.

²⁸⁸ Cf. J. Roca 1985: 314.

²⁸⁹ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 701.

²⁹⁰ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 703.

de alguns advérbios terem afinidades com os pronomes também não é novidade, uma vez que já o pudemos constatar quando estudámos as gramáticas de língua portuguesa (cf. *supra*, 1.). E, igualmente, um facto já amplamente documentado que a classe dos advérbios tem, por vezes, relações estreitas com as classes das preposições (cf. *supra*, p. 133).

Podemos pois concluir que os trabalhos sobre língua castelhana se assemelham em muito ao que é afirmado para o advérbio enquanto classe, em português. Também nos é forçoso constatar que, de entre todos os estudos que consultámos, as diferentes classificações apresentadas não são suficientemente claras quanto aos critérios de funcionamento sintáctico que nos irão permitir identificar sem sombra de dúvida o que é um advérbio e os contornos da sua função na frase. Com toda a probabilidade, será porque, também nestas obras, como para as de língua portuguesa vistas anteriormente, os critérios mais salientes são os mais difíceis de sistematizar, isto é, são os habituais critérios semânticos, com a agravante de surgirem misturados com critérios de outra índole. Cremos ser revelador a este respeito o quadro elaborado por J. Alcina e J. Blecua que apresentamos de seguida, de forma a poder comentá-lo:

TABELA VII - CLASSIFICAÇÃO DOS ADVÉRBIOS²⁹¹

b) ADVÉRBIOS		
De base sinsemântica	Qualificativos	Próprios: bem, mal Em –mente: cuidadosamente Adjectivos neutralizados: falar claro
	Proporcionais	Já, cedo, tarde
Prepositivos	Perto/longe, diante/detrás, dentro/fora, acima/abaixo, em cima/ em baixo, antes/depois, junto, frente, em frente, ao redor, logo, etc.	
Pronominais	Locativos	Espaciais Temporais
	Quantitativos	
	Identificativos	
Outros advérbios	Sempre, nunca, jamais, já, ainda...	

Esta divisão dos advérbios em quatro grandes classes parece-nos resultar de uma mistura pouco clara de critérios. Numa primeira análise, o conceito de “outros advérbios” resulta, a nosso ver, um pouco perigoso. Serão estes “outros advérbios”, advérbios que por alguma

²⁹¹ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 702.

razão não encaixaram nas outras três classes, interrogamo-nos. Os advérbios de base lexemática serão os constituídos por palavras de base nominal que podem admitir gradação e que actuam como modificadores de verbos, adjectivos, advérbios ou enunciados. Semanticamente dividem-se em qualificativos e proporcionais. Os advérbios prepositivos se apresentam como um subconjunto de advérbios que se distinguem por actuarem como núcleo de um elemento que admite incrementação prepositiva explícita ou implícita²⁹². Os advérbios pronominais, divididos em locativos, quantitativos e identificativos, serão a subclasse que funciona como termo terciário e que significam por alusão, dentro do contexto. Notemos que os próprios autores não deixam de reconhecer que a classificação dos advérbios pelo significado tem o grave inconveniente de misturar dentro de cada grupo unidades de natureza e comportamento distintos. No entanto, é inevitável reconhecermos que este é também o tipo de classificação sobre o qual mais se tem insistido. A tradição “manda” que se faça a distinção entre advérbios de lugar, de tempo, de modo, de quantidade, de ordem, de afirmação, de negação e de dúvida²⁹³. A divisão efectuada por J. Alcina e J. Blecua assenta portanto, em bases morfológicas e semânticas ditadas claramente pela tradição gramatical em que se insere.

Inscritos numa outra linha de análise surgem-nos duas gramáticas separadas não só por oito anos de distância, como também por um enquadramento teórico que coincide com o nosso, e ao qual, por isso mesmo, entendemos dever dar mais relevo. Trata-se, em primeiro lugar, da *Gramática Funcional del Español*, cujo autor, C. Hernández, concebe a língua como:

«(...) un conjunto de estructuras lingüísticas interrelacionadas, de signos simples y complejos, que forman una red. Y el estudio lingüístico, a nuestro entender, no debe quedarse en el conocimiento de los signos como unidades, sino que debe abordar las relaciones de éstos en la cadena, en el decurso, en todos

²⁹² Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 704.

²⁹³ Cf. J. Alcina, J. M. Blecua 1994: 705.

y cada uno de los niveles en que se organiza la lengua.»²⁹⁴

Tendo como mestres F. Saussure, E. Coseriu, L. Hjelmslev e A. Martinet²⁹⁵ pretende C. Hernández entender o funcionamento da língua, pois esta é o «(...) sistema y vehículo de comunicación, el producto e institución social, el código y la potencia, que se actualizan y codifican en el habla.» (C. Hernández 1984: 19) A outra gramática a que nos referimos é a do mestre Emilio Alarcos Llorach, que, em 1985, aceita o desafio de elaborar uma gramática com a chancela da Real Academia Espanhola. Em 1994 a obra é, finalmente, publicada. Reunindo a vertente normativa e didáctica com o ponto de vista teórico do autor, a gramática apresenta-se como um instrumento de análise incontornável da língua espanhola actual.

As definições de advérbio apresentadas pelos dois autores não se afastam substancialmente uma da outra, percorrendo os mesmos aspectos fundamentais. Confronte-se:

«El adverbio es una categoría o clase de palabras muy heterogénea, generalmente con función de término adyacente del sintagma verbal.»²⁹⁶

«En sentido estricto, **adverbio** designa una clase de palabras invariables en su significante y a menudo indiscomponibles en signos menores, destinados en principio a cumplir por sí solas el papel de adyacente de un adjetivo o de outro adverbio distinto.»²⁹⁷

Exceptuando a pequena indecisão de C. Hernández em chamar “categoría” ou “classe”, a definição dos dois autores é muito similar. C. Hernández chama a atenção para a necessidade de distinguir a função de adjunto e a função de complemento assumidas pelo advérbio²⁹⁸. A função de adjunto é opcional, enquanto que a função de complemento é obrigatória (a sua ausência destrói o enunciado nuclear), bipartição que, sob diversas designações, vimos também ser pertinente para a função “complemento circunstancial” (cf. cap. I, pp. 65-67). Efectivamente, C. Hernández considera que «Al estudiar el adverbio, el

²⁹⁴ C. Hernández 1984: 7.

²⁹⁵ Cf. C. Hernández 1984: 19-24.

²⁹⁶ C. Hernández 1984: 484.

²⁹⁷ E. Alarcos 1996: 128.

²⁹⁸ Cf. C. Hernández 1984: 484-485.

primer problema que se nos plantea, es el de sus funciones.» (C. Hernández 1984: 485) Tal remete-nos para as palavras de E. Alarcos, quando nos alerta para o facto de que «Esta función no impide que además, dentro de un grupo unitario nominal, se presente el adverbio como adyacente de un adjetivo o de outro adverbio distinto.» (E. Alarcos 1996: 128)

Parece-nos que fica muito claro a partir destas palavras que tanto C. Hernández como E. Alarcos demonstram uma preocupação maior nas questões ligadas às funções do advérbio, relegando para um plano de menor importância a classificação semântica dos advérbios. Como refere E. Alarcos, a classificação de base semântica tem em conta os valores léxicos das unidades, ou seja, as referências que fazem à realidade. No entanto, é preferível que, na classificação dos advérbios, se privilegiem as relações que cada um contrai dentro dos enunciados, quer seja como adjacente (*adyacente*) circunstancial, quer seja pela combinação com outras unidades no interior de um grupo nominal²⁹⁹. E, por isso mesmo, E. Alarcos refere, a par da classificação semântica tradicionalmente aceite em advérbios de tempo, lugar, modo, quantidade, afirmação, negação e dúvida³⁰⁰, uma outra que obedece a critérios funcionais, ainda que só em parte. Falamos dos advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos. As duas últimas subclasses já tinham sido tratadas pelo autor no capítulo referente aos ‘Relativos e interrogativos’. Os advérbios relativos «(...) cumplen la función de adyacente circunstancial dentro de la oración que transponen.» (E. Alarcos 1996: 101) Será no seu conteúdo que iremos encontrar a referência léxica às noções de lugar, tempo e modo. Os advérbios interrogativos desempenham a função de adjacente circunstancial.

Relembrando a gramática de C. Cunha e L. Cintra verificamos que já por estes autores tinha sido apontada a distinção entre advérbios interrogativos (*Por que? Onde? Como? Quando?*) e de um advérbio relativo (*onde*)³⁰¹. O advérbio relativo desempenha normalmente a função de adjunto adverbial, ou de *adyacente circunstancial*, de acordo com, respectivamente, C. Cunha, L. Cintra e E. Alarcos.

²⁹⁹ Cf. E. Alarcos 1996: 129-130.

³⁰⁰ Cf. E. Alarcos 1996: 130.

³⁰¹ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1984: 539-540.

C. Hernández aponta sete funções que o advérbio poderá exercer, desde termo adjacente no sintagma verbal, a modificador do nexus conjunto, a mediatizador do nexus, a configurador de *oraciones* (pró-oracionais, sem esquecer que, como vimos na Introdução, este conceito de *oración* deve ser entendido como *frase*), a atributivos, a adjacente do adjectivo e adjacente do advérbio³⁰². Serão funções que irão do mais central, isto é, função de complemento, até às funções mais periféricas, as de adjunto.

A posição do advérbio é também assunto que merece reflexão por parte dos dois autores. C. Hernández defende que o advérbio tem grande liberdade de posição na frase resultante, em parte, das numerosas funções previamente apontadas, em parte ainda, devido ao facto de na maioria das vezes ser um elemento acessório. A posição dos advérbios será, de certa maneira, condicionada pela função que estes desempenham na proposição³⁰³. Já E. Alarcos refere que «(...) los adverbios en general pueden permutar su puesto en la secuencia sin que el contenido manifestado se modifique (...)» (E. Alarcos 1996: 130), no entanto, é preciso ter em atenção e interrogarmo-nos sobre se o advérbio afecta unicamente as referências denotadas pelo verbo, ou as do conjunto dos componentes do enunciado. Alguns advérbios denotam circunstâncias internas da significação do verbo, enquanto que outros advérbios indicam circunstâncias externas ao próprio verbo e tais factos influenciam a posição assumida pelo advérbio na estrutura do enunciado.

I. Bosque e V. Demonte inscrevem o estudo do advérbio, Volume I da sua *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, sob a insígnia – “Sintaxis básica de las clases de palabras”, em dois capítulos diferentes. O primeiro refere-se a uma classe denominada de “partículas” onde o advérbio é colocado em confronto com a preposição e a conjunção. O capítulo 11, da responsabilidade de Ofelia Kovacci, aborda o problema do advérbio de forma bastante exaustiva. Do ponto de vista morfológico, os advérbios são palavras invariáveis (ou seja, que não contraem conexões sintácticas nas categorias de género,

³⁰² Cf. C. Hernández 1984: 485-491.

³⁰³ Cf. C. Hernández 1984: 497-498.

número, caso, pessoa, tempo, aspecto ou modo), mas há referências específicas aos casos dos advérbios em *-mente* e aos advérbios que têm a forma de adjectivo no singular e masculino³⁰⁴. Mais significativa é a divisão em duas classes de advérbios que a investigadora propõe: léxicos e pronominais. J. Alcina e J. Blecua já haviam em 1975 procedido a esta distinção (cf. *supra* pp. 160-161). Assim, os advérbios léxicos podem ser identificados como qualificativos, de lugar, temporais intransitivos e modais, enquanto os advérbios pronominais se distribuem por deícticos, quantitativos, numerais, identificativos e relativos³⁰⁵.

O. Kovacci considera que só do ponto de vista sintáctico se poderá estabelecer uma ordenação sistemática do advérbio, considerando as estruturas nas quais se integra. A caracterização do advérbio fornecida assenta claramente no estatuto sintáctico-semântico do advérbio, o qual aparece amplamente definido.

«El deslinde de las clases de advérbios (en particular en *-mente*) se apoya en la diversidad de comportamientos sintácticos que ofrecen.»³⁰⁶

Se ainda dúvidas restassem sobre a opção teórica da investigadora em causa, elas certamente desapareceriam quando nos debruçássemos sobre a passagem seguinte:

«Los advérbios funcionan en vários niveles de estructuración, a partir de la oración, entendida como unidad delimitada por una figura tonal (...). En ella se distinguen dos componentes: 1) un componente sintáctico o constituyente y 2) un componente modal o exponente.»³⁰⁷

Resulta desta exposição lógica uma distinção entre advérbio cujo comportamento se classifica como “nuclear”, e um outro tipo de comportamento, denominado “periférico”.

³⁰⁴ Cf. I. Bosque, V. Demonte 1999: 708-715.

³⁰⁵ Cf. I. Bosque, V. Demonte 1999: 707.

³⁰⁶ I. Bosque, V. Demonte 1999: 724.

³⁰⁷ I. Bosque, V. Demonte 1999: 724.

«Son ‘nucleares’ (...) los adverbios relacionados con el predicado, así como los (...) que funcionan como modificadores de sintagmas adjetivos y adverbiales. Son ‘periféricos’ los (...) que son externos al dictum y modifican a las funciones nucleares en su conjunto, y los (...) que manifiestan el modus o se vinculan con él.»³⁰⁸

Voltamos a uma distinção que consideramos fundamental: a função que o advérbio ocupa poderá ser de complemento ou de adjunto, como lhe chama C. Hernández. Será, no essencial, a distinção entre o que é argumental e o que é circunstancial, o que só poderá ser avaliado na estrutura sintagmática do enunciado. Uma palavra de cautela, contudo, deve ser dita: ainda que os termos *nuclear* e *periférico* se apliquem de facto à classe considerada e estejamos de acordo com a separação, não é neste sentido que entendemos os termos quando utilizados para distinguir as zonas sintácticas definidas em torno do NV (cf. Introdução).

2.2 FRANCÊS

A *Grammaire fonctionnelle du français*, cuja autoria pertence a A. Martinet e *Le bon usage* de M. Grevisse, foram as eleitas para este brevíssimo estudo comparativo entre o Português Europeu e a língua francesa. A primeira das gramáticas insere-se na nossa linha teórica de análise linguística, daí que consideremos importante uma reflexão sobre os aspectos aí mencionados. Ainda que não possamos colocar esta gramática ao mesmo nível das gramáticas de E. Alarcos e I. Bosque, constitui a *Grammaire fonctionnelle* uma referência dos estudos linguísticos funcionalistas. *Le bon usage* teve várias reedições até hoje e continua a ser uma gramática de referência para a língua francesa. Faremos ainda uma breve referência à *Grammaire critique du français*, cuja autoria pertence a M. Wilmet. Este último manual caracteriza-se por ter uma forte componente linguística integrada na gramática que pretende expor.

³⁰⁸ I. Bosque, V. Demonte 1999: 725.

Le bon usage inscreve-se numa linha de gramática tradicional em que se parte da língua escrita. Inicialmente uma obra destinada ao ensino escolar (a primeira edição data de 1936), a obra deste autor belga rapidamente ganhou notoriedade, devido à solidez da sua informação sobre a língua real (informação sempre precisa e enriquecida à medida que novas edições iam saindo do prelo) e à clareza e simplicidade da sua redacção, sem que por isso tenha perdido rigor científico³⁰⁹. M. Grevisse parte da definição “corrente” de advérbio «(...) un mot invariable qui est apte à servir de complément à un verbe, à un adjectif, à un autre adverbe.» (M. Grevisse 1997: 1346), para reduzir para três as espécies principais do advérbio, semanticamente considerado. Existem advérbios de modo (onde se incluem os de grau e os de negação), os advérbios de lugar e de tempo e os advérbios que marcam uma relação lógica³¹⁰. Fazendo justiça ao seu carácter didáctico, esta gramática trata minuciosamente a origem dos advérbios franceses e o grau. A posição do advérbio é também amplamente descrita³¹¹. No entanto, a quantidade de páginas dedicada ao advérbio não é proporcional a uma descrição clara do mesmo.

A principal característica apontada por A. Martinet para os advérbios é ilustrativa da complexidade que envolve esta classe singular: «(...) ils ne forment pas une classe unique de monèmes de mêmes compatibilités.» (A. Martinet 1979: 132) Note-se que esta posição é expressa na *Grammaire fonctionnelle*, destinada ao grande público, e, por isso mesmo, menos peremptória na afirmação da inexistência de uma classe de advérbios. Com efeito, no âmbito de obras de carácter mais rigoroso, esta característica fundamental seria impeditiva da própria existência da classe.

Ainda na mesma obra, os advérbios têm em comum três traços distintos. Os advérbios não são determináveis por modalidades específicas (género, número, tempo, modo, aspecto...), característica que partilham com os adjectivos. No entanto, ao contrário dos adjectivos, podem determinar os monemas da classe dos verbos e não

³⁰⁹ Após a morte de M. Grevisse, A. Goose procede a uma nova revisão de *Le bon usage* e é publicado pela 13ª vez em 1993.

³¹⁰ M. Grevisse 1997: 1348.

³¹¹ Cf. M. Grevisse 1997: 1346-1475.

determinam os nomes (salvo em condições muito particulares). Finalmente, os advérbios determinam-se mutuamente, mas com algumas restrições³¹². Ressalvadas algumas diferenças, e tendo o cuidado de não traduzir à letra os exemplos, estas são características do advérbio apontadas por A. Martinet para a língua francesa, mas que facilmente poderemos transpor para o Português Europeu.

Salientamos também que os dois últimos critérios parecem indicar deverem ser excluídos da classe dos advérbios todos os monemas ou sintemas que não determinam o predicado, ou seja, os advérbios que se referem «[à] (...) l'ensemble de la proposition, et qui n'acceptent eux-mêmes aucune détermination.» (A. Martinet 1979: 133) Curiosamente, não encontramos aqui o «advérbio de frase» que esperaríamos, já que, para o francês, A. Martinet refere o exemplo do monema *puis* na frase *On fait sortir les enfants, PUIS les femmes*, que seria facilmente traduzido para o português em *Fizeram sair as crianças, DEPOIS as mulheres*. Efectivamente, não reconhecemos em *puis* – como, aliás, em *depuis* – qualquer das características apontadas por A. Martinet para o advérbio. Reconhece-se sim em *puis* uma unidade de coordenação³¹³, classificação eventualmente transponível para *depuis*. Como teremos oportunidade de demonstrar um pouco mais à frente, S. Greenbaum e R. Quirk deparando-se com a mesma questão, consideram necessário criar a subclasse do “advérbio conectivo”, precisamente a noção que nos levantou algumas dúvidas no âmbito da TLEBS (cf. *supra* pp. 150-151).

A. Martinet opta por não fazer referência às usuais classificações semânticas do advérbio. Antes prefere identificar diferentes tipos de advérbios, caracterizados por um tipo particular de comportamento, o que não implica necessariamente que as unidades em causa tenham sempre o mesmo tipo de comportamento. Isto também não invalida que uma mesma unidade possa estar integrada em dois tipos diferentes³¹⁴. Até porque a posição assumida pelo advérbio no contexto linguístico irá condicionar a sua análise. No entanto, uma advertência é reforçada:

³¹² Cf. A. Martinet 1979: 132.

³¹³ André Martinet fala, neste caso, de uma situação de transferência da classe dos advérbios para a classe dos monemas de coordenação: «On pourrait donc être tenté de poser l'existence d'une classe spéciale de monèmes, dits «coordonnants de phrases», distinct de celle des coordonnants proprement dits et des adverbes en général.» A. Martinet 1979: 133.

³¹⁴ Cf. A. Martinet 1979: 135-137.

«On ne peut donner d’indications précises qui rendent compte de tous les emplois (...).» (A. Martinet 1979: 137)

Uma gramática mais orientada para o estudo sintáctico traz-nos algumas questões interessantes sobre o estatuto que o advérbio assume na língua francesa. Partindo de várias definições de advérbio, apresentadas por autores como B. Pottier, A. Chervel ou L. Tesnière, M. Wilmet coloca uma questão difícil: «Que reste-t-il comme élément définitoire? Rien. Le roi est nu.»³¹⁵ (M. Wilmet 1997: 421) De alguma maneira, e nesta formulação pouco convencional, retomamos o nosso ponto de partida, quando, na Introdução, referimos ter de utilizar provisoriamente uma definição negativa. Tal não implica, porém, que a demanda de uma definição pela positiva seja de todo impossível. Muito pelo contrário, será a partir desta questão que o autor irá proceder ao levantamento das características do advérbio que lhe permitem constituir “classe”. A delimitação do advérbio far-se-á, de acordo com M. Wilmet, por contraste desta classe com outras classes que, tradicionalmente, lhe estão próximas: pronome e conjunção³¹⁶. Outra questão difícil é colocada pelo autor:

«Convient-il à présent de détacher d’un ensemble hétéroclite d’*adverbiaux* des mots prédestinés, voire cantonnés à ce rôle, soit d’authentiques *adverbes*?»³¹⁷

A hipótese de resposta surge pouco depois:

«(...) les *adverbes* (si adverbos il y a) sont des mots d’*extension bimédiate*, donc voués à une *incidence relationnelle* qui, par la force des choses, entraîne le plus souvent leur invariabilité.»³¹⁸

O autor aproxima, deste modo, as próprias características morfológicas da classe “advérbio” ao seu papel sintáctico na frase, isto é, ao tipo de relações que esta unidade estabelece com as outras unidades com as quais co-ocorre. Não sendo necessariamente uma obra que proponha o

³¹⁵ M. Wilmet 1997: 421.

³¹⁶ Cf. M. Wilmet 1997: 427-428.

³¹⁷ M. Wilmet 1997: 430.

³¹⁸ M. Wilmet 1997: 430.

tratamento sólido das noções gramaticais, não deixa de ser significativo este esboço de solução, à luz do que temos defendido até aqui: que a classe do advérbio seja definida depois de esclarecida a sua função na frase.

2.3 INGLÊS

No que à língua inglesa diz respeito, optámos por seleccionar apenas a obra de S. Greenbaum e R. Quirk, e a de J. C. Nesfield. Os primeiros inscrevem-se numa linha de linguística descritiva, enquanto o segundo se encontra mais no âmbito daquilo que comumente se chama a gramática tradicional.

J. C. Nesfield define o advérbio como «(...) a word used to qualify any part of speech except a noun or pronoun.» (J. C. Nesfield 1939: 87) Na visão deste autor, a definição normalmente empregue do advérbio como uma palavra para qualificar um verbo, um adjectivo ou outro advérbio está claramente errada, pois um advérbio pode qualificar também preposições e conjunções. Os exemplos utilizados pelo autor para a língua inglesa, de forma a justificar esta opção teórica, nem sempre se aplicam para o Português Europeu. Assim, *The bird flew exactly over the sleeper’s head* poder-se-á traduzir para *O pássaro voou exactamente por cima da cabeça do adormecido*; o mesmo se repete para as preposições, onde encontramos *A man is truly happy only when he is sound of health* que encontra tradução em *Um homem só é verdadeiramente feliz quando está são de saúde*. O autor em causa considera que o advérbio incide unicamente sobre a preposição *over* no primeiro exemplo, e no segundo o advérbio *only* encontra a sua incidência na conjunção *when*. Não poderemos concordar com esta perspectiva, pois o advérbio irá incidir sobre toda a oração introduzida por *when*; no primeiro exemplo, consideramos que o advérbio *exactly* encontra a sua incidência (como no segundo exemplo) em *over the sleeper’s head*. A situação é idêntica se considerarmos a seguinte frase: *Ele chocou contra a parede mesmo enquanto ia a correr*.

Seguindo J. Nesfield, a incidência do advérbio *mesmo* seria, certamente, a unidade *enquanto*, unidade que desempenha uma função de conector entre *Ele chocou contra a parede e ia a correr*. Consideramos que *mesmo* encontra a sua incidência em *chocou*, sendo por isso determinação do monema predicativo, e não, como considera J. Nesfield, uma determinação de *enquanto*. A definição de advérbio fornecida por Nesfield é baseada no comportamento adoptado por este, isto é, o que está a ser discutido é o âmbito sintáctico de incidência.

Na gramática já mencionada no capítulo I (cf. p. 56), S. Greenbaum e R. Quirk, definem sintacticamente o advérbio atribuindo-lhe dois tipos de funções sintácticas, embora o advérbio necessite de possuir apenas uma (das duas) características para que possa ser identificado como advérbio. Pode funcionar como um elemento adverbial na frase: *He quite forgot about it* ou como um modificador do adjectivo ou do advérbio, como em *They are quite happy/happily married* (exemplos retirados de S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 147.) Se a primeira nos coloca algumas reservas, na segunda não encontramos problemas de maior. Efectivamente, se existe algum consenso no caso da classe dos advérbios este reside no facto de o advérbio ser um modificador quer de um adjectivo, quer de um verbo, quer do próprio advérbio, como tivemos já ocasião de referir (cf. *supra* 1.1). No primeiro exemplo, traduzindo para Português Europeu obtemos *Ele esqueceu-se mesmo disso*, a unidade *mesmo* constitui uma partícula enfática, de realce. De facto, *mesmo* poderia ser comutado por zero, sem que se perdesse a integridade sintáctica do enunciado, mesmo que fosse óbvia a perda de algum sentido. Estes advérbios estão «(...) relatively integrated within the structure of the clause.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 148), mas será necessário distinguir quatro tipos de advérbios: *adjuncts*, *subjuncts*, *disjuncts* e *conjuncts*, termos que nos permitimos traduzir, respectivamente, por *adjuntos*, *subjuntos*, *disjuntos* e *conjuntos*. Os dois primeiros integram-se na oração, enquanto os dois últimos optam por uma relação mais periférica com a frase. O advérbio é, depois, definido como modificador quer de adjectivos, quer de

advérbios e preposições, quer de pronomes e numerais, quer, mesmo, de sintagmas nominais³¹⁹.

Um novo e importante conceito é, depois, introduzido por S. Greenbaum e R. Quirk: *adverbial*. O conceito de “adverbial” pode adquirir diversos papéis semânticos (espaço, tempo, processo, respeito, contingência, modalidade, grau, *space, time, process, respect, contingency, modality, degree*³²⁰), tal como a sua realização formal pode ser feita através de diversas formas:

«The A-element can be realized by a wide range of linguistic structures: An adverb phrase with a closed-class adverb as head: (Just) then, the telephone rang; An adverb phrase with an open-class adverb as head: You should have opened it (a bit) more carefully; A noun phrase: They had travelled a very long way.; A prepositional phrase: Rowena hurried across the field; A verbless clause: When in doubt the answer is ‘no’; A nonfinite clause: She realized, lying there, what she must do; A finite clause: We sent for you because you were absent yesterday.»³²¹

Constatamos, assim, que sob o rótulo de “adverbial” se junta uma série de unidades linguísticas muito heterogêneas, ainda que essas mesmas unidades tenham um comportamento sintático similar. No que respeita às funções sintáticas, os autores irão adoptar a mesma terminologia acima empregue para distinguir os quatro (adjuntos, disjuntos, subjuntos e conjuntos) tipos de advérbios. Distinguimos, deste modo, advérbios adjuntos que «(...) have grammatical properties resembling the sentence elements S [sujeito], C [complemento] and O [objecto].» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 162); os advérbios disjuntos «have (...) a superior role to sentence elements, being somewhat detached from a superordinate to the rest of the sentence.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 181); os advérbios conectivos «(...) serve to conjoin two utterances or parts of an utterance, and they do so by expressing all the same time the semantic relationship (eg of time or contingency) obtaining between them.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 184); os advérbios subjuntos são aqueles que «(...) have a subordinate and

³¹⁹ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 149-150.

³²⁰ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 160.

³²¹ S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 161.

parenthetic role in comparison with adjuncts; they lack the grammatical parity with other sentence elements.» (S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 176)

Numa adaptação ao português, encontramos, em *A escola dos teus filhos fica ali*, a unidade *ali* constituída como um advérbio adjunto, isto é, uma palavra pertencente à subclasse dos advérbios que podem ser núcleo de constituintes adverbiais internos ao grupo verbal (cf. *supra* pp. 148-150). Já *Naturalmente, este foi o melhor espectáculo da temporada, naturalmente* enquadra-se na definição de advérbio disjunto, pois pertence à subclasse dos advérbios que podem ser modificadores de frases. Um advérbio conectivo será aquele que tem uma função primária de conexão entre elementos frásicos, como em *Primeiro batem-se os ovos com o açúcar, seguidamente deita-se o leite e a farinha, finalmente leva-se tudo ao forno*. Finalmente, o advérbio subjunto parece não desempenhar na frase outra função que não a enfática, como em *Ela constantemente se opõe às nossas ideias*. A principal crítica que poderemos fazer a esta visão, por mais vantagens que possa, ou não, ter em relação à perspectiva tradicional, é o facto de haver um claro privilégio do critério semântico sobre o sintáctico.

A função adverbial, tal como aparece definida por R. Quirk e S. Greenbaum, é definida negativamente em relação às outras funções – sujeito, verbo, complementos – e surge sobre um aspecto proteiforme. Constituirá intenção dos autores considerar que sobre esta função não existe qualquer princípio de unidade. Sem negar a diversidade que a função adverbial possa ter, uma abordagem que se pretenda científica terá obrigação de definir positivamente qualquer que seja a função ou classe de palavra com que está a trabalhar, preocupando-se em colocar em evidência aquilo que lhe é particular; ou seja, as características definitórias que constituem a sua especificidade enquanto classe de palavra. Partimos, então, do princípio, incontornável, de que uma vez definida a classe “advérbio” teremos que admitir a sua natureza como uma.

3. UMA REVISÃO SUMÁRIA

Nas gramáticas percorridas até agora, constatou-se que de pouca atenção gozou a categoria que é objecto do nosso estudo, pelo menos se comparada com outras categorias, como a do nome ou do adjectivo. A análise das gramáticas mais tradicionais permitiu-nos constatar que não é possível, com base nelas, estabelecer uma tipologia dos advérbios coerente e organizada, já que são considerados elementos morfológicos, sintácticos e semânticos. As diferentes classificações apenas se recobrem parcialmente, ou incluem diferentes elementos, de tal forma que um eventual “advérbio” pelo seu comportamento sintáctico poderá ser totalmente distinto de outro que o é do ponto de vista da morfologia, e vice-versa. Também pelas mesmas razões, nenhuma delas consegue estabelecer um quadro de análise mais ou menos exaustivo da classe dos advérbios. Um dos principais pontos que parecem não ficar suficientemente esclarecidos é a distinção entre a classe do “advérbio” e a função por ele assumida. Não queremos com isto dizer que não se possa identificar um advérbio pela sua função, mas sim que certas funções, mormente de tipo semântico, podem por vezes ser aduzidas para justificar que uma forma seja classificada como “advérbio”, quando isso não tem justificação do ponto de vista sintáctico, sem esquecer que também aqui funções muito diversas e estatutos sintácticos díspares são aplicados indiscriminadamente. Por fim, e tendo agora em conta os princípios que norteiam o nosso trabalho, registamos que, na maior parte delas, os aspectos sintácticos são relegados para segundo plano, havendo um claro favorecimento dos aspectos morfológicos e semânticos.

No entanto, quer pelo alinhamento e comentário de exemplos variados, como também, e sobretudo, pelo enquadramento do advérbio enquanto classe de palavra que se distingue de alguma maneira das outras, constatação feita em alguns destes trabalhos a partir do seu relacionamento com as outras unidades no plano sintagmático e da função sintáctica que pode vir a desempenhar na estrutura frásica, os aspectos que fomos encontrando no estudo e análise das diversas

gramáticas, quer nas de língua portuguesa, quer no breve confronto que se estabeleceu com gramáticas de outras línguas, constituem contributos para a proposta que avançamos nos capítulos seguintes. Os percursos de análise do advérbio que acabámos de traçar permitiram abarcar uma grande amplitude de posições, das mais tradicionalistas até às mais inovadoras, e foi-nos possível encontrar muita informação relevante a respeito da classe do advérbio. De Francisco José Monteiro Leite (1887) a Maria Helena Mira Mateus *et alii* 2003 muito pensamento gramatical se difundiu; passando pelos gramáticos brasileiros, espanhóis, franceses e ingleses, as perspectivas oscilam em termos de critérios, baseando-se ora em aspectos morfológicos, ora em aspectos semânticos, ora em aspectos sintácticos.

M. Vilela destaca a capacidade que o advérbio tem para modificar (semanticamente), enquanto M. Mateus *et alii*, apoiando-se no mesmo conceito o remete para uma relação sintáctica não obrigatória. O advérbio pode assumir dois papéis, o de modificador e o de complemento. E se o primeiro corresponde a um tipo de relação sintáctica não obrigatória, já o segundo implica uma relação mais estreita com o verbo.

A proposta de reformulação da *NGP*, *TLEBS*, visa trazer alguma luz para o corredor meio obscurecido do advérbio. No entanto, não podemos deixar de alertar para o facto de estas duas obras não serem gramáticas, mas sim terminologias, isto é, listas de termos a usar num determinado ramo científico, no nosso caso, o da gramática e da linguística. Pretendem fazer o levantamento dos termos usados em gramáticas, proceder à sua compilação e posterior definição. Por outro lado, não apresentam (ou não deveriam apresentar) qualquer enquadramento teórico, constituindo-se como um conjunto de termos para serem usados em contexto escolar. Muito do que se encontra na *TLEBS* está em M. Mateus *et alii* 2003, nomeadamente os conceitos de complemento e modificador aliados ao advérbio, conceitos que se tornam fundamentais para o apurar do comportamento sintáctico do advérbio. Todos estes pontos ajudaram no *status quo* do que já se disse e pensou sobre o *advérbio*. Ainda que o consenso seja difícil de alcançar, todos os autores estudados contribuíram para a identificação

do advérbio, para o levantamento das suas características, particularidades e problemáticas específicas.

Por tudo isto, e apesar da nossa opção pelo quadro do funcionalismo, não questionaremos, como A. Martinet e alguns dos seus seguidores, a existência do advérbio enquanto classe de palavras, ainda que simpatizemos com M. Wilmet ao apelidá-la de “*classe introuvable*”. Ou, pelo menos, não questionaremos essa existência a não ser para nos interrogarmos de forma crítica sobre os critérios objectivos que nos permitirão aceitar essa mesma existência. Por outro lado, também não seguiremos exactamente a tendência do extremo oposto, representada quanto a nós por S. Greenbaum e R. Quirk, que se dedicaram exaustivamente ao estudo do advérbio, influenciando correntes e modos de pensamento. O nosso estudo, mais do que os aspectos semânticos, interessa-se pelos aspectos sintáticos, pelo funcionamento formal desta classe. Logo, será o apurar das relações entre a classe e o seu comportamento em frase que se tornará a nossa prioridade. Para isso, conceitos como dependência e intransitividade, avançados por M. Vilela, terão que ser amplamente explorados. O conceito de intransitividade mostra que nenhum elemento depende do advérbio, nenhum o caracteriza a não ser ele próprio. Atrevemo-nos a avançar com esta característica específica do advérbio: é a única classe de palavra que não sofre qualquer determinação, a não ser por um outro advérbio (cf. cap. IV, 2.). Não sendo determináveis por modalidades específicas, estão impossibilitados de determinar os nomes; mas podem, no entanto, determinar-se mutuamente (cf. *supra*, p. 169). Será, então, de acordo com estas ideias que iremos agora analisar o comportamento do advérbio nos diferentes contextos frásicos proporcionados pelo *corpus* constituído, procurando unificar as diferentes relações que estabelece com os outros elementos da frase por forma a comprovar o seu estatuto de classe.

Os cap. I e II funcionam em estreita relação. Idealmente eles surgiriam em simultâneo, reflectindo uma linha de pensamento que não é linear e que admite intercessões, cortes e retomas. No entanto, o

carácter vocal da língua não admite tais extravagâncias. Houve necessidade de estabelecer uma divisão, e essa divisão reflecte, em parte, o pensamento linear a que nos referimos. Primeiro, deu-se prioridade à função sintáctica e só depois à classe, pois, acreditamos, que as considerações tecidas para a primeira instância (cap. I) irão ter fortes repercussões na segunda (cap. II). Daí que não tenhamos optado por usar exactamente as mesmas obras de referência nos dois capítulos. Julgamos que não devemos sobrepor conceitos e autores, mas contemplar pensamentos e raciocínios. Claro que autores houve, cuja referência em ambos os capítulos se tornou inevitável. A. Martinet, E. Alarcos, C. Cunha e L. Cintra, M. Mateus, M. Vilela apresentaram visões sobre a função, mas também sobre a classe. Considerámos que, funcionando os capítulos I e II como um *status quo*, um levantamento da literatura e dos principais problemas relacionados com a temática que nos ocupa, seria de todo aconselhável existir uma complementaridade na escolha dos autores, de forma a que se pudesse fornecer uma visão o mais alargada possível dos problemas relacionados com o advérbio e a função sintáctica por este assumida na frase.

Os dois capítulos que se seguem representam a análise sintáctica, o levantamento de problemas e a tentativa de fazer nascer soluções para esta classe de palavra. O apurar da função sintáctica assumida pelo advérbio possibilitará a sua existência enquanto unidade capaz de constituir classe. É essa a tarefa que nos propomos agora.

CAPÍTULO III
PROPOSTA DE ANÁLISE DAS
FUNÇÕES SINTÁCTICAS DO
ADVÉRBIO

«Toda *función sintáctica* es un *terminal de relación combinatoria*.»

S. Gutiérrez (2002b) – *Forma y sentido en sintaxis*. Madrid: Arco/Libros, p. 296.

«Reconocer que los ‘circunstanciales’ son de tiempo, lugar, modo, etc. es algo tan obvio , que nada aporta y solo debe utilizarse como criterio subsidiario y didáctico de reconocimiento.»

C. Hernández (1995) – *Nueva sintaxis de la lengua española*. Salamanca: Ediciones Colégio de España, p. 152.

O Capítulo III do nosso estudo, ***Proposta de Análise das Funções Sintácticas do Advérbio***, constitui ponto central do estudo que se pretende desenvolver, uma vez que iremos basear a análise na escola teórica e metodológica funcionalista, já por nós explorada e explicada ao longo da Introdução e do cap. I. Desta forma, havendo um suporte teórico funcionalista, iremos desenvolver uma proposta de modelo de análise da função sintáctica da classe de palavras designada “advérbio”.

Recordemos que, como vimos no cap. I – cf. 2. e 3. –, tanto nas gramáticas como nas modernas investigações linguísticas, os conceitos de “circunstante”, “circunstancial”, “complemento circunstancial”, “função *circunstancial*”, aparecem entrincheirados entre uma definição positiva - que recorre principalmente a aspectos semânticos, como “lugar”, “tempo”, “modo”, “matéria”, “direcção”, entre muitos outros - e uma outra definição negativa, que consiste em aceitar como “circunstancial” tudo o que não “couber” nas outras funções sintácticas. Qualquer das definições nos parece condenada *a priori*. A primeira, porque não podemos querer proceder a uma análise sintáctica através do emprego de critérios semânticos; a segunda, porque o critério “por exclusão de partes” não nos parece ser, de todo, um critério sintáctico, ainda que tenha servido até aqui, com carácter provisório. O desafio consiste em desenvolver um conjunto de critérios que nos permitam, com segurança, identificar sintacticamente uma determinada unidade da língua, inseri-la numa classe e verificar que tipo de relações sintagmáticas essa unidade estabelece com as outras para, posteriormente, a inserir numa classe de elementos (no caso, monemas).

No presente capítulo, começaremos por ampliar conceitos fundamentais como *actante* e *circunstante* (cf. cap. I, 4.2), para chegarmos a uma definição do que se entende por rede actancial do verbo. O sintagma verbal, constituído pelo verbo e a sua actualização de pessoa, representa o único elemento indispensável para a identificação de uma frase, pelo que será este o nosso ponto de partida para a análise da relação que se estabelece entre o NV que lhe

corresponde e o espaço ocupado pelo advérbio. Para tanto, confrontaremos diferentes propostas, tanto no âmbito funcionalista como fora dele, tentando sempre estabelecer correlações que melhor nos permitam distinguir, primeiramente a nível conceptual, o que podemos considerar como *obrigatório* e o que podemos considerar como *facultativo*, não esquecendo nunca a distinção de níveis, entre sintaxe e semântica. Neste aspecto, considerámos pertinente convocar a noção de *transitividade*, por permitir um melhor esclarecimento da relação que um complemento dito *obrigatório* poderá ter com o NV (cf. *infra*, 1.2).

A relação frásica que se estabelece entre o sintagma verbal e o advérbio será alvo de uma descrição sintáctica, que visa o apurar do comportamento formal que o monema “advérbio” estabelece com o NV quando ocupa um espaço funcional na frase, mas também quando, não ocupando esse espaço funcional, o transcende, passando a abarcar, por exemplo, toda a frase, ou se lhe subjaz, incidindo, por exemplo, em parte da frase que não inclua o NV. Confrontaremos aqui propostas distintas, mais uma vez não nos circunscrevendo ao âmbito funcionalista, tentando deslindar o que em cada autor nos parecer mais consensual, mas também mais pertinente. Critérios sintácticos estarão, como é evidente, no seio desta caracterização fundamental. Avançamos desde já que a mobilidade (e a sua ausência), a comutação (ou impossibilidade de comutação), a multiplicação (ou impossibilidade de multiplicação), e a variação do âmbito de incidência se constituirão como critérios formais indispensáveis para o apurar das funções sintácticas que o advérbio irá adoptar na frase.

Na análise das funções sintácticas do advérbio colocar-se-ão duas hipóteses de classificação, de acordo com o que avançámos no cap. I, mas também com a divisão da frase em duas zonas de influência, divisão que, apesar das diferentes designações, parece ser aceite no seio dos modelos da gramática de dependências proposta por Tesnière. Confrontaremos as propostas de S. Gutiérrez, C. Hernández, por um lado, para a análise dos complementos (que chamamos assim por simplificação) mas também, por outro, de C. Clairis, que incide, como vimos já, no modelo global para a frase. Ser-nos-á assim possível demonstrar que o advérbio pode desempenhar uma função de carácter

argumental, situando-se na zona nuclear, ou uma função de carácter circunstancial, situando-se na zona mais periférica da frase. A diferença entre os dois tipos de utilização será determinada pelo tipo de relação que o functema ocupado pelo advérbio mantém com o NV, bem como pela aplicação dos critérios formais *supra* mencionados. Acreditamos conseguir provar que, tratando-se de apenas uma função sintáctica, esta assume comportamentos diferentes em relação ao NV. E é, precisamente, a relação que se irá estabelecer entre o NV e a função que determinará o comportamento sintáctico assumido por esta última.

Constitui prioridade do nosso estudo clarificar as relações de determinação que o advérbio assume na frase onde está inserido. No entanto, não podemos deixar de fazer referência à relação que o advérbio assume com a frase na sua totalidade. Assim, da função circunstancial que pode assumir um carácter nuclear ou periférico, de acordo com a relação que é estabelecida com o NV, distinguimos o atributo frásico, onde o advérbio não incide directamente sobre o NV, mas sobre a totalidade constituída pelo NV e seus complementos nucleares e/ou periféricos. Neste último caso, e por não existir uma relação com o NV, não poderemos assumir estar perante uma função sintáctica, mas existe, como é evidente, uma relação de determinação.

1. REDE ACTANCIAL DO VERBO

1.1 MODELOS NÃO FUNCIONALISTAS / CONFRONTO DE MODELOS

Recordemos que, no modelo sintáctico de análise que vimos seguindo, o verbo deverá ser entendido como parte integrante e principal da frase, uma vez que esta existe sempre que a um NV é adstrito, por determinação, um monema de “pessoa” (com a função de Sujeito). Na nossa perspectiva, a frase mínima (cf. Introdução, pp. 22-35) constitui-se como unidade sintáctica capaz de existir por si só, independente e autónoma do ponto de vista formal. É evidente que a questão poderia ser equacionada também da seguinte forma:

«(...) o verbo, ao prever os elementos frásicos, inicia um movimento que vai do verbo para os actantes; os actantes, co-determinando e monossemizando o verbo, iniciam um movimento que vai dos actantes para o verbo. Há um inter-agir verbo-actantes e actantes-verbo.»³²²

Concordamos com M. Vilela quando defende que o movimento que se estabelece entre as unidades é de dois sentidos, mas, mantendo a proximidade com L. Tesnière (cf. Introdução) não podemos deixar de reconhecer no verbo, NV, o seu papel de aglutinador de funções. O NV é o centro para o qual gravitam as outras funções sintácticas que a ele se ligam. Poderemos (e, a nosso ver, deveremos) no entanto, identificar diferentes níveis de ligação com o NV.

M. Vilela considera que a frase simples depende sempre do NV, o qual conduz a uma hierarquização dos complementos (M. Vilela 1998: 74) O NV será o centro de todos os elementos que aderem à frase, o elemento cuja força gravitacional impele os outros elementos para a sua órbita; como teremos oportunidade de verificar, existirão órbitas mais afastadas do NV, enquanto outras se encontram bastante próximas

³²² M. Vilela 1994: 196.

inespecífica, precisamente por ser obrigatória (cf. caps. I, IV). No que toca aos functemas de FCD e FCI, não podemos continuar a falar de **rede actancial do verbo** sem remeter para um outro conceito amplamente discutido: a transitividade e/ou intransitividade do verbo. Será a partir desta dialéctica que nos será possível esclarecer o funcionamento da rede de actantes que um verbo admite (cf. *infra*, 1.2.). Quanto ao último functema, que corresponde à órbita mais afastada do núcleo, é precisamente a do complemento circunstancial, que o presente capítulo procurará redefinir.

Também não será possível entender a rede actancial sem ter em conta a proposta de C. Clairis, elaborada no âmbito da escola martiniana e brevemente apresentada na Introdução, e que, na caracterização dos diferentes tipos de funções que expandem o núcleo central, procede à distinção entre uma «(...) *zone actancielle* et une *zone circonstancielle* (...)» (C. Clairis *et alii* 2005: 16) Não nos parece exagerado reiterar que todas as expansões – e centramo-nos aqui apenas nas que constituem função - serão integradas numa determinada zona (ou órbita, como referimos *supra*), de acordo com a proximidade que estabelecerem em relação ao núcleo central:

«La zone centrale regroupe le noyau verbal, son actualisateur et ses expansions spécifiques (exprimables une seule fois chacune, sauf cas de coordination); la zone périphérique concerne les expansions non spécifiques, généralement facultatives et ayant la faculté de se répéter sur l’axe syntagmatique en dehors de toute coordination.»³²³

A função circunstancial, no sentido tradicional do termo (cf. cap. I, 4.2) estará, de acordo com os autores estudados, situada na zona periférica, uma zona que podemos considerar como facultativa. Diametralmente oposta à Função Sujeito (FS), é uma função não específica que pode adoptar sentidos múltiplos de acordo ou com o monema funcional empregue, ou de acordo com as unidades que preenchem essa função³²⁴. *Mutatis mutandis*, o conceito de “adverbial” que H. Montenegro (1999) adaptou a partir de S. Greenbaum e R. Quirk

³²³ C. Clairis *et alii* 2005: 16-17.

³²⁴ Cf. C. Clairis *et alii* 2005: 140.

(1991), (cf. cap. I, 3.3) já indiciava tratar-se aqui não apenas de um problema de relação sintáctica, mas de localização de uma zona fora da actância. Outro tanto indiciavam igualmente os trabalhos de S. Gutiérrez (1997) e, em menor escala, de E. Bechara (1999) e M. Vilela (1999), ao distinguirem, respectivamente, âmbitos ou determinações de força maior ou menor para determinados sintagmas, muitas vezes constituídos, total ou parcialmente, por advérbios (cf. novamente cap. I, mas também II).

1.2 A QUESTÃO DA TRANSITIVIDADE

Considerando estes pressupostos, é importante relacionar a questão da zona periférica da actância com a questão da transitividade, ou, melhor dizendo, com o conceito de *verbo transitivo*, que se opõe, logicamente, ao de *verbo intransitivo*, e percorre toda a tradição gramatical e linguística³²⁵. Tal classificação coloca algumas questões, visto que não se adoptam para todos os verbos critérios idênticos.

Na gramática de C. Cunha e L. Cintra, ainda que sob o título “Regência” (o que indicia uma questão sintáctica), encontramos na verdade uma definição nocional, pois enquanto os verbos intransitivos «(...) expressam uma ideia completa.» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 513), os transitivos «(...) mais numerosos, exigem sempre o acompanhamento de uma palavra de valor substantivo (...) para integrar-lhes o sentido.» (C. Cunha, L. Cintra 1987: 513) Admite-se que, na base da distinção entre estas duas realidades está, de facto, um critério sintáctico: a presença ou ausência de um complemento junto do verbo. Logo, seguindo a mesma linha de pensamento, a regência verbal³²⁶ poderá fazer-se directa ou indirectamente, caso o verbo transitivo exija a presença de um complemento directo ou de um complemento indirecto.

³²⁵ Cf. 3.2; a questão da transitividade / intransitividade do verbo (NV), será novamente explorada com mais profundidade, constituindo-se como um critério fundamental para a determinação do carácter argumental ou circunstante desempenhado pelo tradicional *complemento circunstancial*.

³²⁶ Segundo C. Cunha, L. Cintra a regência verbal deverá ser entendida como “A ligação do verbo com o seu complemento (...).” C. Cunha, L. Cintra 1987: 513.

Segue-se, depois, uma longa lista da “Regência de alguns verbos”³²⁷, onde os critérios para o apuramento da regência adequada são, na grande maioria dos casos, determinados pela semântica do verbo, isto é, pelo sentido veiculado por aquela unidade em particular.

A gramática de C. Cunha e L. Cintra aplica o conceito de transitividade apenas aos complementos directos e indirectos, deixando um vazio em relação aos complementos circunstanciais (adjuntos adverbiais, de acordo com a terminologia utilizada pelos autores³²⁸), e que têm uma função, presume-se que facultativa, de “modificadores do verbo”³²⁹. Veja-se que, por contraste com *O menino correu* e *A criança dormiu*, se acrescentarmos um advérbio, como, por exemplo, *O menino correu muito*, *A criança dormiu bem*, este segundo conjunto de exemplos mostra que o adicionar de um advérbio em nada altera o esquema intransitivo do verbo. Tratando-se de modificadores estes advérbios não preenchem um espaço obrigatório e por isso não estão previstos na valência do verbo. Do mesmo modo, poderemos acrescentar que são comutáveis por zero e não admitem pronominalização. Os verbos *correr* e *dormir* serão, pois, classificados como intransitivos quando não admitirem a presença de um complemento. No entanto, exemplos como: *Ele dormiu uma soneca*, *Ele dormiu uma hora*, *Ele correu para a meta* admitem a presença de um complemento que se apresenta, aparentemente, como obrigatório.

Na *Gramática* de M. Mateus *et alii* 2003, o problema é resolvido pelo conceito de selecção argumental. Os verbos transitivos de três lugares serão verbos «(...) que seleccionam um argumento externo, um argumento interno directo com a relação gramatical de objecto directo e um argumento preposicional ou adverbial com uma relação gramatical oblíqua.» (M. Mateus *et alii* 2003: 297) Assim, num exemplo como *O caixa depositou o dinheiro no cofre*, **no cofre** é tido como um argumento preposicional dotado de uma relação oblíqua com o verbo. Contudo, esses verbos têm um esquema diferente. O verbo *depositar* não tem usos intransitivos gramaticais, a não ser por elipse autorizada pelo contexto. Já nos exemplos que indicámos, encontramos-nos perante

³²⁷ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 515-532.

³²⁸ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 152-156.

³²⁹ Cf. C. Cunha, L. Cintra 1987: 537.

verbos que, muito embora intransitivos, aparecem em formas transitivas perfeitamente gramaticais (casos inversos também são possíveis).

A gramática de valências apresenta uma resposta semelhante para este tipo de ocorrências. Aplicando os princípios de actância e de circunstância, ou seja, distinguindo os actantes dos circunstantes, irá alargar o conceito tradicional de transitividade. A transitividade não deverá ter como referente apenas os verbos que admitem complemento directo e/ou indirecto, mas irá abranger os complementos que indicam localização, quer esta seja nocional, espacial ou temporal, desde que obrigatoriamente prevista no esquema do verbo, isto é, desde que não seja facultativa. É o caso de *Amanhã vou pôr o carro na oficina, Ele parte para Lisboa, Saiu de casa pela manhã, A criança caiu da cama* (exemplo de E. Bechara 1999, cf. uma primeira análise desta ocorrência no cap. I, 2.2).

Para M. Vilela, regência e valência são duas designações usadas para explicar a sintaxe e a semântica frásica: «Vamos passar a designar por “regência” a parte linearizada e exterior da “valência”: a componente sintáctica e morfossintáctica da valência.» (M. Vilela 1999: 71) Entendemos, desta forma, que a valência se centra no significado lexical do verbo que admite um número variável de argumentos, que podem ou não ser obrigatórios. A regência situar-se-á no plano sintáctico, o que levará, em princípio, ao uso de critérios de ordem sintáctica, para que se apure a regência prevista por um determinado verbo.

M. Vilela distingue, segundo a regência do verbo, vários tipos de verbos transitivos, a saber: directos ou predicados verbais; predicativos, ou predicativos verbo-nominais; transitivos indirectos, transitivos directos e indirectos e transitivos adverbiais (direccionais, situativos e modais). Note-se que o autor opta por apresentar uma série de exemplos para as diferentes designações acima expostas, mas não coloca à disposição os critérios que o levaram a tal distinção, já que são sobejamente conhecidos no quadro da gramática de valências. Parece-nos relevante a introdução dos verbos transitivos adverbiais, inseridos no grupo dos verbos transitivos. Desta forma, nos exemplos

acima apresentados e retirados de C. Cunha e L. Cintra, estaremos perante verbos transitivos adverbiais e não perante verbos intransitivos como no-lo indicam C. Cunha e L. Cintra.

M. Vilela aponta para uma distinção entre “transitividade forte” e “transitividade fraca”. Parece-nos ser possível, a partir desta distinção, estabelecer a ponte com uma teoria inicialmente desenvolvida por Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson³³⁰, em que a transitividade é vista como uma estrutura não dependente em exclusivo do verbo, mas como algo passível de graduação, de acordo com características dos argumentos do verbo (indicadas *supra*), o que é confirmado pela seguinte afirmação do autor: «Uma frase é tanto mais transitiva quanto mais traços de “forte” transitividade apresentar.» (M. Vilela 1992: 51) A transitividade “forte” é encarada assim como favorecida pelas seguintes características:

- Presença de dois ou mais complementos na frase (um verbo como *dar* seria assim mais transitivo, ou de transitividade mais forte do que *comer*)
- Presença de acção (um verbo como *fazer* ou mesmo *correr* distinguem-se neste aspecto de *dormir*, *desmaiar*)
- Presença de direcionalidade (*ir*, *vir* exigem complemento, *correr* pode construir-se com complemento)
- Intencional (*estar*, *adoecer* distinguem-se de *fazer*, *matar*)
- Agente capaz de acção (cf. os exemplos do parâmetro anterior)
- Objecto totalmente afectado (cf. *construir um prédio* e *comer uma sopa*)
- Objecto (bem) individuado³³¹ (claramente, *comer chocolate* tem uma transitividade menos marcada do que *comer uma barra de chocolate*)

Torna-se evidente que a transitividade “fraca” será marcada no pólo oposto ao apresentado *supra* para a transitividade “forte”. No

³³⁰ Paul J. Hopper e Sandra A. Thompson são os autores originais da teoria da “transitividade gradual”/“scalar transitivity”, “Transitivity in grammar and discourse”, *Language* 56 – 2, 1980, 251-299. A tese será desenvolvida e formalmente apresentada in Paul J. HOPPER e Sandra A. THOMPSON (Eds) (1982) – *Studies in Transitivity*, New York/London: Academic Press. Há uma reformulação, onde se afirma que a transitividade é menos obrigatória do que inicialmente pensavam os autores, in Sandra A. THOMPSON e Paul J. HOPPER (2001) – “Transitivity, clause structure, and argument structure: Evidence from conversation”. BYBEE, Joan L. (Ed.) (2001) – *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Philadelphia: PA, John Benjamins Publishing Company, 27-60.

³³¹ Cf. M. Vilela 1992: 50.

entanto, os critérios apresentados são, como seria lógico, na sua totalidade de carácter semântico.

Cronologicamente anterior a M. Vilela, J. Fonseca, em 1981, critica a ênfase colocada nos critérios formais quando se trata de opor transitividade e intransitividade.

«(...) a transitividade (...) apresenta [-se] como uma *configuração semântica relacional* particular que se manifesta nas lexias verbais (...) que se caracterizam por uma estrutura bi-actancial ou poli-actancial.»³³²

Desenvolve, então, o conceito de “eixo de transitividade”, onde distingue três zonas de transitividade: transitividade fraca, transitividade virtual e transitividade forte. Recorrendo ao exemplo apresentada por C. Cunha, (C. Cunha e L. Cintra 1987: 513) *A criança dormiu* e acrescentando-o para, por exemplo, *A criança dormiu noite dentro*; teríamos um exemplo do que J. Fonseca considera ser “transitividade fraca”³³³. A transitividade virtual será para J. Fonseca «(...) um momento particular de enfraquecimento da transitividade “originária” de V, enfraquecimento que representa a suspensão da transitividade: esta permanece, no entanto, como latente.» (J. Fonseca 1981: 253) Por outro lado, o domínio da transitividade forte será o dos verbos como *ferir*, *cortar*..., verbos habitualmente denominados como “verbos causativos”.

O conceito de “transitividade virtual” aparece relacionado com critérios única e exclusivamente semânticos; trata-se de inferir do discurso algo que não está lá explicitamente, nem na linearidade da frase, nem na estrutura sintáctica da mesma. A dimensão semântica da transitividade é igualmente sublinhada por autores de quadro teórico muito diverso do de J. Fonseca – inclusive funcionalistas – como iremos ver.

³³² J. Fonseca 1981: 247.

³³³ Cf. J. Fonseca 1981: 251 e ss.

E. Alarcos, por exemplo, defende que a distinção entre verbos transitivos e verbos intransitivos acaba por ser um pouco artificial, visto que não existe uma separação formal entre uns e outros.

«Lo que en efecto hay son estructuras diferentes de predicados: unas reducidas a un solo sintagma, otras en que el núcleo del predicado – el sintagma llamado verbo – va acompañado de ciertos términos adyacentes.»³³⁴

De facto, esta divisão parece decorrer de uma certa confusão a respeito do nível a que se pratica a análise. Como defende o linguista espanhol não será a função gramatical do verbo o que exige a presença ou ausência de termos adicionais, mas o valor semântico do seu signo léxico, o qual poderá ou não exigir delimitações de tipo semântico³³⁵. O autor prefere afastar os conceitos de transitividade e de intransitividade por considerar que a sua divisão assenta maioritariamente na informação semântica que uns determinados verbos parecem exigir e outros não. A sua proposta será, então, a substituição destes dois conceitos pelos de predicado simples e predicado complexo. Ainda recorrendo aos exemplos acima citados, podemos concretizar melhor esta proposta de E. Alarcos. Sintacticamente não existe diferença de estrutura entre *O menino correu* e *O menino correu muito*. Ambos os casos poderiam ser representados da seguinte forma: S + P. A diferença entre um e outro reside apenas no facto do primeiro predicado ser simples, enquanto o segundo é complexo (o NV sofre uma determinação, que resulta numa determinação sintáctica).

«La mayor parte de los verbos es indiferente a estas posibilidades de llevar o no término adyacente, puesto que funcionan ya como transitivos, ya como intransitivos.»³³⁶

E. Alarcos conclui, desta forma, que a transitividade é uma característica inerente à estrutura do predicado, a qual consiste na presença de um complemento directo, indirecto ou outro tipo de complemento, mas - e isto é que se torna importante - o NV não poderá

³³⁴ E. Alarcos 1982: 149.

³³⁵ Cf. E. Alarcos 1982: 149 e ss.

³³⁶ E. Alarcos 1982: 152.

ser *a priori* considerado transitivo ou intransitivo. Só a análise de cada estrutura sintáctica em particular irá determinar como se encara o NV.

Entre estes três autores existem três posições substancialmente diferentes. E. Alarcos considera que estes conceitos não trazem uma mais-valia em termos de análise sintáctica, pelo que a sua utilidade pode ser posta em causa. O autor, na sua *Gramática*, dedica ao assunto menos que duas páginas completas³³⁷. J. Fonseca considera que os conceitos de transitividade e de intransitividade são incontornáveis e a sua importância em termos de semântica frásica não pode ser descurada. M. Vilela tenta aliar critérios sintácticos e semânticos, de forma a encontrar uma posição intermédia que permita a viabilidade operatória de tais conceitos linguísticos. De facto, a questão que se coloca na(s) teoria(s) da valência reside na determinação da sua natureza, formal ou semântica, como se encontra expresso no seguinte passo de um outro autor, muito próximo:

«En principio, lo que prefigura la valencia de un signo es el número e identidad de las funciones semánticas con las que el lexema del signo en cuestión se combina. Esta estructura se mantiene intacta en todas las transformaciones sintácticas.»³³⁸

S. Gutiérrez tenta mostrar como as duas vertentes se encontram interligadas, exercendo uma influência recíproca. A uma determinada função semântica corresponde uma única função sintáctica formal; mas, enquanto as funções semânticas podem ser previstas, as funções sintácticas são impossíveis de prever. Tomando o exemplo bem conhecido apresentado por S. Gutiérrez, podemos dizer que o signo *vender* tem uma esquema combinatório pré-definido do tipo: *alguém – vender – algo – a alguém*. Desta forma, podemos prever as funções semânticas de cada um destes componentes, embora não seja possível estabelecer o mesmo tipo de previsão no que às funções sintácticas diz respeito. A representação do estado de coisas do signo *correr*, por exemplo, na realidade implica que: *alguém [agente] – corre [evento /*

³³⁷ Cf. E. Alarcos 1996: 280-282.

³³⁸ S. Gutiérrez 2002b: 298.

processo], como acontece em *O João corre, A atleta corre*, mas também é possível acrescentar – *para lugar X* [locativo] *O João corre para a meta, A atleta corre para os 100 metros*, frases que representam estados de coisas ligeiramente diferentes e que nos põem o problema da obrigatoriedade do último elemento.

No entanto, acreditamos que a interligação, e mesmo interdependência, defendida por S. Gutiérrez, entre as questões semânticas e sintácticas não corresponde exactamente à linha teórica adoptada na Introdução do presente trabalho, isto é, aquela que defende uma análise baseada nos princípios funcionalistas de inspiração martiniana, bem como dos seus seguidores. A sintaxe deverá ser, a nossa ver, encarada como uma disciplina distinta e independente da semântica, apesar de na fala, as duas se encontrarem inegavelmente interligadas e interdependentes. Para nós o essencial consistirá em estabelecer uma ponte de ligação entre a transitividade e o funcionamento do complemento circunstancial, tentando determinar a forma como a primeira pode influenciar o tratamento do carácter nuclear ou periférico da função em apreço. Voltaremos a este ponto um pouco mais à frente neste estudo (cf. *infra*, 3.2).

1.3 ACTANTES E CIRCUNSTANTES

Conforme vimos já (cf. cap. I, 4.) L. Tesnière avançou o termo *circunstante* para o opor à noção de *actante*, por um lado, e à de *complemento do verbo*, por outro. O actante e o complemento do verbo pertencem a âmbitos de análise diferentes. Tais noções ganharam um uso generalizado, sem que nem sempre tenha existido um acordo sobre a exacta significação destes conceitos.

A questão da actância e da circunstância (ou da presença dos actantes, por oposição à presença dos circunstantes) liga-se directamente com a questão da Rede Actancial do Verbo. Sendo este, como já tivemos oportunidade de constatar, o elemento central e indispensável para a identificação da frase, enquanto estrutura

sintáctica analisável, será a partir da sua análise que estaremos em condições de determinar as casas vazias que ele prevê. Dito de outra forma, o NV irá determinar os seus actantes e circunstantes. De facto, o princípio da selecção argumental dos verbos preside também a muitos quadros teóricos diferentes, como vimos no ponto anterior, ainda que possa ter pesos diferentes. M. Mateus *et alii* 2003, por exemplo, referem que «O primeiro aspecto a ter em conta na descrição da estrutura argumental de um verbo é a indicação do número de argumentos que ele exige.» (M. Mateus *et alii* 2003: 185) Desta forma, existe lugar para a distinção entre verbos com um argumento (predicados unários), verbos com dois argumentos (predicados binários) e verbos com três argumentos (predicados ternários). Os princípios de L. Tesnière acabam por estar em consonância com esta teoria, segundo a qual a estrutura argumental de um predicador acarreta consequências para a forma sintáctica em que ocorra esse mesmo predicador³³⁹. Nesta corrente teórica, *predicador* poderá ser, não apenas o predicador sintáctico, isto é, o NV, mas toda e qualquer palavra que possa ser dotada de argumentos. Também já em 1995, João A. Peres e Telmo Mória destacam a importância das *Estruturas Argumentais*, opondo os argumentos (actantes) aos modificadores (circunstantes).

«(...) os argumentos são essenciais para a boa-formação da estrutura em que ocorre um predicado, o que quer dizer que, salvo casos especiais, a sua supressão dá origem a estruturas agramaticais.»³⁴⁰

Os modificadores, por outro lado, constituem-se como elementos não essenciais para a gramaticalidade da frase, podendo exprimir valores semânticos diversos. Os autores exploram alguns exemplos que visam confirmar a sua teoria. No primeiro exemplo, *O Tiago pediu uma bola à Tia Sara no Porto, no Porto* constitui-se como um modificador, ou seja, um elemento que pode ser retirado da frase sem lhe provocar a agramaticalidade. No segundo exemplo, *O Tiago mora no Porto, a exclusão do sintagma *no Porto* provoca a agramaticalidade da frase. A razão está na própria estrutura argumental do verbo *morar*, o qual*

³³⁹ Cf. M. Mateus *et alii* 2003: 186.

³⁴⁰ J. A. Peres, T. Mória 1995: 44-45.

selecciona dois argumentos: um agente e um locativo. Sendo este sintagma um argumento, ter-se-á que admitir que se trata de um complemento indispensável à gramaticalidade da frase. L. Tesnière considerá-lo-ia um actante; M. Mateus *et alii* também o consideraria um argumento, opondo-o aos adjuntos (modificadores ou circunstantes).

Numa perspectiva diferente, G. Lazard considera a presença dos circunstantes como facultativa, contudo admite que eles podem manter o seu carácter necessário em alguns contextos.

«(...) les termes nominaux qui n'ont d'autre lien avec le prédicat verbal que celui sans lequel ils ne feraient pas partie de la phrase, c'est-à-dire celui qui est assuré par un relateur ou, dans le cas des termes «autonomes» qui portent en eux-mêmes la marque de leur fonction, comme souvent les compléments de temps, celui qu'ils impliquent. Ils ne subissent pas d'autres contraintes: leur présence est facultative, leur place souvent libre aussi, et ils peuvent être multiples.»³⁴¹

G. Lazard fala-nos, deste modo, dos circunstantes introduzidos por preposições (a que chama “relatores”) e dos circunstantes introduzidos por monemas (ou “termos”) autónomos, isto é, os advérbios. Nestes casos, estamos perante circunstantes que se apresentam com três características: a sua presença é facultativa; possuem liberdade de posicionamento na frase; e apresentam a possibilidade de se multiplicarem *ad nauseum*.

Voltemos, então, à obrigatoriedade destes complementos. G. Lazard defende que são sempre facultativos, sendo que é a finalidade comunicativa da nossa mensagem que é influenciada de forma a levar a crer que tais complementos são obrigatórios. Apresentamos, de seguida, alguns exemplos que nos permitem comprovar o carácter facultativo dos circunstantes. Claro que tal não significa que, do ponto de vista informativo, eles não desempenhem na comunicação um papel fundamental. De facto, G. Lazard considera mesmo que eles constituem a parte central da comunicação.

³⁴¹ G. Lazard 1994: 81.

Corpus I – VISÃO FC

V290905PUL1119	Actualmente, um responsável político não exerce quase poder nenhum: depende de mil forças estranhas à sua área de influência, já não controla nem manda em quase nada e ninguém.
V290905PUL1119	Actualmente, um responsável político não exerce quase poder nenhum: depende de mil forças estranhas à sua área de influência, já não controla nem manda em quase nada e ninguém.
V290905PUL1119	Actualmente, um responsável político não exerce quase poder nenhum: depende de mil forças estranhas à sua área de influência, já não controla nem manda em quase nada e ninguém.
Um responsável político não exerce \emptyset poder nenhum: depende de mil forças estranhas à sua área de influência, \emptyset não controla nem manda em \emptyset nada e ninguém.	
V290905PUL1121	Aí sim, aí readquire por uns momentos, imaginariamente, tudo o que perdeu na realidade: o poder, o prestígio, o carisma, a eternidade e a glória.
V290905PUL1121	Aí sim, aí readquire por uns momentos, imaginariamente , tudo o que perdeu na realidade: o poder, o prestígio, o carisma, a eternidade e a glória.
\emptyset readquire por uns momentos, \emptyset , tudo o que perdeu na realidade: o poder, o prestígio, o carisma, a eternidade e a glória.	
V290905PUL1122	Ganha tudo isso em imagem (mais uns carros e umas benesses reais), mas como hoje o imaginário é o real, isso chega para o seu pequeno e doméstico narcisismo.
Ganha tudo isso em imagem (mais uns carros e umas benesses reais), mas como \emptyset o imaginário é o real, isso chega para o seu pequeno e doméstico narcisismo.	

Dos exemplos apresentados podemos concluir que o “termo autónomo”, tal como a ele se refere G. Lazard, aqui concretizado na escolha de uma unidade da classe “advérbio” para preencher a função *circunstancial* é, na totalidade dos casos apresentados, sintacticamente facultativo. A prova da comutação por \emptyset demonstra que a ausência dessa unidade, preenchendo o espaço funcional da função *circunstancial*, em nada altera a estrutura sintáctica das frases em apreço. Claro que existe uma alteração do ponto de vista da comunicação; existem finalidades comunicativas específicas por parte do locutor quando opta por adicionar à sua frase uma unidade como

hoje, ou *imaginariamente*. A sua presença/ausência altera a estrutura informacional da frase; expande também a sua estrutura sintáctica, mas não inviabiliza a sua existência enquanto unidade sintáctica passível de decomposição em unidades funcionais menores, nem afecta a relação que cada functema da zona de actância estabelece com o NV. Afectará sim, e muito, a relação que os functivos dos diferentes espaços sustentam entre si, ao ponto de, na versão do primeiro exemplo em que todas as comutações por zero são feitas, haver um carácter de genericidade totalmente distinto do mais específico que surge apenas com a reintrodução do advérbio *actualmente*. Podemos assim antever que, muitas vezes, a classificação de “essencial” se aplica a um circunstante sem que se esteja propriamente a falar de um carácter sintáctico obrigatório. Ou, por outras palavras e recordando o tratamento do *aditamento* de S. Gutiérrez, é um elemento periférico cuja função semântica se sobrepõe à sua dimensão sintáctica (cf. cap. I, 3.1).

A questão da obrigatoriedade ou facultatividade de um determinado elemento deve ser colocada, numa primeira instância, e mantendo-nos fiel ao ponto de vista a que nos propusemos na Introdução, de um ponto de vista sintáctico. Claro que, com tal pretensão, não queremos afastar da análise o ponto de vista semântico, reforçamos apenas a nossa opção teórica e metodológica que vê na forma e na função de cada um dos elementos da frase a base de toda a análise sintáctica. E é isso mesmo que M. Vilela acaba por avançar. Uma correcta distinção entre actante e circunstante passará sempre por uma análise da posição estrutural dos elementos. O autor acredita que os actantes se encontram ligados ao verbo através de traços que levam à delimitação da categoria semântica a que devem pertencer as unidades que preenchem os lugares vazios³⁴².

«A fronteira entre actantes e circunstantes não é uma fronteira de conteúdo: um mesmo termo pode contrair com o mesmo verbo uma relação de actante ou de circunstante. (...) se o actante completa o verbo com vista à construção da frase, determinando assim o

³⁴² Cf. M. Vilela 1994: 201.

sentido verbal, o circunstante caracteriza os traços da estrutura frásica, explicitando-os.»³⁴³

De forma a determinar o carácter obrigatório de um complemento em relação ao seu NV é preciso averiguar que tipo de relação existe. Assim, acreditamos, e a nossa análise sintáctica assim o pretende provar, que existem complementos ditos circunstanciais (porque exprimem circunstâncias) que são sintacticamente obrigatórios, isto é, nucleares, e complementos ditos "verdadeiramente" circunstanciais, entendendo agora circunstancial como sinónimo de dispensável, e que se caracterizam pela facultatividade da sua presença. A identificação de um complemento como obrigatório em relação ao seu NV terá que ser equacionada tendo em conta a órbita do complemento, o seu raio de actância (obrigatoriedade) ou o seu raio de circunstância (facultatividade). Para tal, o recurso ao conceito de nuclear mostrou-se de grande importância. Se o NV exige um complemento, seja ele circunstancial, directo ou indirecto, temos, então, que admitir estar na presença de um complemento de carácter argumental, isto é, de um actante. Sendo o NV o centro gravitacional da frase, será este o elemento decisivo para tudo o que se passa à sua volta, o chamado "determinado" por excelência. Baseando-nos em provas sintácticas (comutação por zero, multiplicação, mobilidade e âmbito de incidência) chegaremos a conclusões sintácticas sobre a zona da frase que os complementos circunstanciais ocupam. Sendo actantes, situar-se-ão na zona actancial da frase, estando sob a influência directa do NV e, por isso, adoptando um carácter nuclear. A função dita circunstancial tem, neste caso, o seu âmbito de incidência no NV, obrigatoriamente e é ela própria nuclear. No entanto, se a zona da frase que a função adoptar como sua for a zona periférica, então, a função *supra* mencionada já não se encontra sob a influência directa do NV, isto é, pode não incidir directamente sobre ele, ocupando a zona periférica da frase e, sendo, por isso, um complemento de tipo dispensável.

³⁴³ M. Vilela 1994: 214.

2. NÚCLEO E PERIFERIA

Para um melhor entendimento da distinção – nalguns casos gradual e não absoluta – entre actantes e circunstantes, será importante entendê-los, sempre no âmbito do modelo de frase que vimos adaptando (cf. Introdução), como pertencendo a órbitas, anéis, níveis ou zonas sintácticas distintas, estabelecidas a partir da mais central, a que se encontra imediatamente implicada no NV através das suas relações de determinação mais directas – são as que correspondem aos functemas da zona de actância, ou nível do núcleo.

2.1 NÍVEIS DE NÚCLEO E NÚCLEO VERBAL

Assim, tendo presente o funcionamento da frase em diferentes níveis sintácticos, poderemos averiguar o modo de funcionamento da determinação, conceito que é nuclear não apenas na própria definição da frase enquanto macro-sintagma construído em torno de um NV, como também na análise dos elementos dependentes desse ou de outros núcleos, que o(s) determinam e que constituem, como vimos, expansões de carácter sintáctico nalguns casos obrigatório, noutros facultativo (Cf. Introdução). Recorde-se que, para S. Gutiérrez a frase verbal,

«(...) presenta una fisionomia semejante a la imagen que se nos ofrece del átomo. En el centro se ubica el núcleo, dotado de un número atómico (su valor opositivo) y de una valência combinatoria: es el verbo finito. La periferia se organiza en varios estratos concêntricos donde “giran” los satélites.»³⁴⁴

Recorde-se também que o autor apresenta três níveis de satélites do verbo: os argumentos, os aditamentos e os circunstantes. Estes três

³⁴⁴ S. Gutiérrez 1997a: 372. A imagem corresponde perfeitamente à do planeta Saturno que acima referimos.

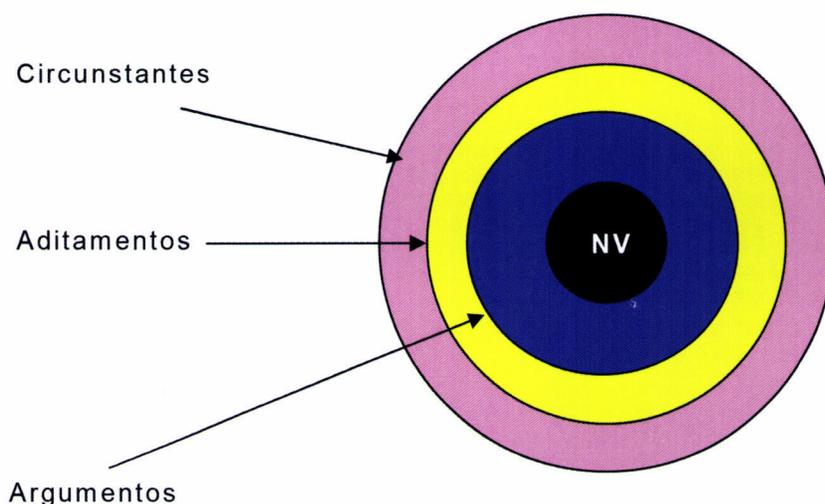
níveis não devem ser confundidos com as funções, pois constituem zonas, passíveis de distinção através da análise sintáctica que, por sua vez, irá dar lugar a diferentes funções:

1º nível – argumentos

2º nível – aditamentos

3º nível - circunstantes

Reproduzimos aqui o esquema apresentado por S. Gutiérrez:



«Los niveles se caracterizan por su ámbito de incidencia y por su mayor o menor trabazón con el verbo. Los *argumentos* afectan al núcleo verbal de manera directa. Los *aditamentos*, especialmente los que Pottier denominaba de espacio, tiempo y noción (ETN), afectan a la primera esfera en su conjunto, es decir, a la unidad formada por el verbo y sus argumentos. Por último, hallamos los *circunstantes*, que se ubican en una esfera más alejada y que afectan globalmente al conjunto formado por el verbo, sus argumentos y sus aditamentos.»³⁴⁵

Os aditamentos aparecem, assim, definidos por S. Gutiérrez como functivos não exigidos, nem previstos na valência combinatória do lexema verbal. Efectuam, na sequência do esquema acima apresentado, uma complementação periférica de primeiro nível³⁴⁶. Segundo o autor, os aditamentos não superam os critérios de determinação dos

³⁴⁵ S. Gutiérrez 1997a: 373.

³⁴⁶ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 379 e ss.

argumentos, mas exibem algumas características comuns que, por sua vez, serão discriminatórias em relação aos circunstantes³⁴⁷. Reproduzimos, de seguida, um quadro de S. Gutiérrez que acreditamos trazer alguma luz sobre as questões que aqui tratamos:

TABELA VIII – ARGUMENTOS, ADITAMENTOS E CIRCUNSTANTES³⁴⁸

		Arg.	Adit.	Circ.
1)	Previsto na valência verbal	+	-	-
2)	Permanecem na valência dos deverbais	+	-	-
3)	Buraco formal sobre o verbo	+	-	-
4)	Obrigatoriedade de indefinido em equandicionais ³⁴⁹	+	-	0
5)	Prova de Happ: comutação por <i>fazer</i> ³⁵⁰ Ex.: <i>O João esteve a ler um livro; O João esteve a ler uma novela e o Pedro fez o mesmo; *Fê-lo uma novela.</i>	+	-	-
6)	Objecto de interrogação parcial	+	+	-
7)	Comutável por pronomes tónicos	+	+	-
8)	Focalizáveis em equacionais ou equandicionais ³⁵¹	+	+	-
9)	Negação adversativa não A mas B Ex.: <i>O professor castigou não o Pedro mas o Rodrigo; *Não o professor mas a professora castigou o Pedro.</i> ³⁵²	+	+	-
10)	Interrogação disjuntiva A ou B? Ex.: <i>Fernando estuda Letras ou Direito?</i>	+	+	-
11)	Modificam infinitivos, gerúndios e participios	+	+	-
12)	Elipse em estrutura coordenativa e comparativa	+	+	-
13)	Contraste em estruturas correctivas	+	+	-
14)	Possibilidade de surgir como inciso ³⁵³	-	-	+
15)	Externos à interrogação	-	-	+
16)	Modificam enunciados sem verbo	-	-	+

³⁴⁷ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 379.

³⁴⁸ Cf. S. Gutiérrez 1997a: 393. O quadro apresentado constitui uma adaptação dos termos castelhanos.

³⁴⁹ Estas estruturas são tidas como construções enfáticas, onde existe causalidade – finalidade. Ex.: “Se te aviso é porque corres perigo”. Cf. S. Gutiérrez 1997a: 551 e ss. Por sua vez as estruturas equacionais são compostas por três elementos: verbo SER + Segmento A (magnitude enfatizada) + Segmento B (oração relativa que inclui os functivos não enfatizados). Ex.: “Um louco era quem o perseguia.”

³⁵⁰ A prova de Happ foi proposta por Happ (1978) e Somers (1984) e defende que a pró-forma substitui o conjunto formado pelo predicado e pelos seus argumentos (excepto o sujeito), de forma que todo o elemento compatível com a pró-forma é alheia ao núcleo da frase. No entanto, esta prova só funciona com verbos de acção. Cf. S. Gutiérrez 1997a: 376-377.

³⁵¹ Ver nota de rodapé 349.

³⁵² Cf. S. Gutiérrez 1997a: 381.

³⁵³ *Inciso* é uma marca sistemática (opõe-se à sua ausência), mas o seu uso é tão amplo que lhe falta um valor conceptual. É um instrumento signficante dotado de um valor procedimental. Constitui uma chamada de atenção ao interlocutor para que ponha em marcha o motor das inferências e procure uma interpretação relevante. Cf. S. Gutiérrez 1997a: 391.

17)	Externos à comutação de sim/não ³⁵⁴	-	-	+
18)	Contraste com aditamento	?	+	+
19)	Ênfase com só, inclusivé, também, até	+	+	±

O conjunto de critérios acima apresentados (dezanove), ainda que perfeitamente coerente no âmbito em que foi concebida, não possui, a nosso ver, o poder de coerência que desejaríamos para identificação de estatutos sintácticos dentro da frase. De facto, não desejamos que se misturem critérios tão díspares como “previsto na valência verbal” (propriedade, suspostamente, só possuída pelos argumentos) e “objecto de interrogação parcial” (propriedade partilhada tanto por argumentos como por aditamentos). O primeiro critério, integrado numa corrente regida pela valência verbal, seria perfeitamente admissível; o segundo que enumerámos, parece-nos ser de teor claramente semântico. Um outro critério sintáctico se junta a esta extensa lista: a comutação por um pronome tónico. Segundo a tabela, este critério é possível tanto no caso de argumentos, como no caso de aditamentos (não esquecendo, porém, que o conceito está a ser aplicado a exemplos de língua castelhana). Por outro lado, o que S. Gutiérrez identifica como circunstante ou tópico, não tem para nós qualquer identidade sintáctica. O circunstante ou tópico mais não é do que uma expressão referencial, cuja dimensão informativa é inegável, mas informativa. Analisando um exemplo apresentado por S. Gutiérrez facilmente se percebe que a distinção entre aditamento e circunstante não é de carácter formal, sintáctico, funcional, mas sim de carácter pragmático e enunciativo.

Aditamento	Circunstante
Comeu com a sua mãe.	Com a sua mãe, comeu.

Do ponto de vista sintáctico não existe qualquer diferença entre os dois enunciados. Os dois constituem-se como frases compostas por um núcleo (NV – *comeu*) e por uma função *circunstancial*. Repare-se que a mobilidade de *com a sua mãe* é possível; a comutação por zero também; a multiplicação igualmente (*com a sua mãe e seu pai, no restaurante, às 14h, no dia 12 de Dezembro de 2006...*). Significa isto que defendemos que entre as duas frases não há diferenças sintácticas,

³⁵⁴ Os circunstantes ficam fora do âmbito da comutação dos substitutos da modalidade afirmativa ou negativa *sim/não*. Ex.: “Convidas-me?” – “Se vens comigo, sim.” Cf. S. Gutiérrez 1997a: 391-392.

mas sim diferenças informativas, ou diferenças que se manifestam ao nível da enunciação. A topicalização³⁵⁵ da função *circunstancial* não serve outro propósito que não o de chamar a atenção do interlocutor para aquela parte particular da frase.

Quando falamos em núcleo, referimo-nos à parte do discurso que é central, que não pode ser retirada sem prejuízo para o próprio discurso. Novamente de acordo com S. Gutiérrez, o núcleo deverá ser entendido como «(...) al constituyente que posee el mismo *privilegio de figuración* (i.e., idénticas propiedades distribucionales que el todo.)» (S. Gutiérrez 1997b: 29)

Partindo do princípio que as estruturas sintagmáticas são lineares apenas na sua manifestação externa, acreditamos ser na ordem estrutural hierarquizada que encontraremos reflexo das estruturas sintácticas. Tal como foi dito na Introdução, o núcleo será o sintagma ao qual os outros elementos se subordinam, estabelecendo com ele uma clara relação de dependência. Desta forma, o núcleo deverá ser entendido como obrigatório, central, e todos os outros elementos que a ele se agregam, dele dependentes, constituir-se-ão como elementos marginais, entendendo-se aqui marginal como subordinado ao núcleo³⁵⁶. O que depois poderá variar será o nível a que se situa essa subordinação ou dependência, sendo mesmo de distinguir um grau de dependência ainda sob a influência do núcleo – é o que chamámos *supra*, na linha de M. Vilela, a zona de actância que também, por assimilação, se pode designar como “nuclear” (cf. *infra* a posição de C. Clairis 2008; cf. *infra*, pp. 213 e ss.) – e outro que já não a sofre – é a zona ou nível, ainda perfeitamente delimitado, dos circunstantes, a zona periférica. Estamos neste momento a excluir da análise o terceiro nível de S. Gutiérrez, não apenas por razões de simplificação, mas também por considerarmos que poderá incluir critérios operatórios de tipo não sintáctico.

³⁵⁵ Como é sabido, a topicalização é um processo que pode passar por extrair uma ou várias funções, ou outros elementos da frase, por exemplo, através de deslocação para posição inicial, separando-as por vírgulas. A topicalização tanto pode afectar complementos argumentais como complementos circunstanciais, provocando alterações a nível do sentido (Cf. S. Gutiérrez *et alii* 2002: 102), e, nalguns casos, na sintaxe.

³⁵⁶ Podemos admitir a existência de núcleos sem a eles estarem adstritos elementos adjacentes, ainda que tal seja discutível no que toca à marca de pessoa, pelo menos se falarmos de frases. Contudo, o contrário não é concebível para a estrutura sintáctica da nossa língua.

De facto, S. Gutiérrez adverte ainda para a existência de diferentes núcleos: o núcleo sintáctico, situado ao nível das funções formais; o núcleo semântico e o núcleo informativo, ao nível das funções semânticas e das funções informativas. Cada construção sintagmática dotada de um núcleo formal, pode ser dividida de forma a encontrar diferentes núcleos para cada um dos níveis funcionais anteriormente mencionados. No presente trabalho, será no núcleo sintáctico que centraremos a nossa análise, visto que este é o elemento primordial para a existência de uma frase do ponto de vista formal, isto é, sintáctico. O núcleo sintáctico tem que ser obrigatoriamente representado por um sintagma, sintagma este formado por um verbo conjugado e pela sua determinação obrigatória de pessoa.

Apresentadas as diferentes concepções de núcleo, resta-nos esclarecer que optámos por uma delas em detrimento de outra. De facto, ao longo deste estudo teremos o núcleo sempre como sinónimo de NV, isto é, elemento central e obrigatório para a existência de uma estrutura passível de análise e decomposição sintáctica. A aceção proposta por S. Gutiérrez concentra-se no conceito de núcleo enquanto vertente de análise múltipla, aceção que embora válida não se enquadra nos objectivos do presente trabalho propostos na Introdução.

2.2 Os CHAMADOS “COMPLEMENTOS” DO NÚCLEO E AS ZONAS DA FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL

Partindo da concepção inicial de que nem todos os complementos são iguais e nem sequer possuem o mesmo nível, podemos dizer que o complemento é, pela sua natureza, um elemento incidente sobre o núcleo. Não se trata de uma mera expansão daquele, mas um complemento que participa na construção da estrutura em causa, como o comprova a sucessiva comutação por zero aplicada ao seguinte exemplo:

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060111	As vidas erradas sempre me <u>atraíram</u> .			
✓	<u>As vidas erradas sempre me atraíram.</u>			
	FS	FC	CI	NV
✓	<u>As vidas erradas atraíram-me.</u>			
	FS	NV	CI	
✓	<u>As vidas erradas atraíram.</u>			
	FS	NV		
✓	<u>Atraíram.</u>			
	NV			

A este respeito, C. Hernández adverte para um facto a ter em consideração:

«(...) al hablar de complementos nos referimos a funciones, a huecos funcionales que guardan unas relaciones con los restantes elementos de la estructura en la que entran, independientemente de los fntivos que puedan rellenar u ocupar dichas funciones.»³⁵⁷

Independentemente desta similitude de preenchimento, o autor aponta para uma distinção dos complementos – entendidos, por conseguinte, como “huecos funcionales”, ou seja, simultaneamente, funções e espaços funcionais vazios - em três grupos. Os primeiros, os complementos de frase, poder-se-iam apelidar de “marginais”, pois incidem sobre toda a frase modelando-a, transformando-a. De alguma maneira, este espaço - ou, melhor dizendo, *órbita* - parece-nos extrapolar parcialmente o âmbito do NV, pelo menos tal como o definimos no ponto anterior (cf. 2.1). Os segundos são complementos de “cláusula”, também chamados complementos de sintagma verbal, a que chamaríamos “verdadeiros complementos”. Finalmente, os terceiros seriam os complementos de sintagma nominal, que apenas se situam

³⁵⁷ C. Hernández 1995: 135.

fora da zona de influência do núcleo porque não são os seus functivos que se relacionam directamente com esse núcleo³⁵⁸.

Centremo-nos agora nos complementos de sintagma verbal. Para conseguir proceder à distinção entre os vários sub-tipos, considerados pelo autor como mais problemáticos – e que são precisamente os circunstanciais -, serão apontados os seguintes critérios:

a) A **marginalidade**: o autor não apresenta qualquer exemplo deste critério, pois não concorda totalmente com ele. De facto, existem complementos circunstanciais cujo carácter é obrigatório, nomeadamente alguns complementos circunstanciais regidos por preposição.

b) A **comutação por advérbio**: o autor adverte, no entanto, que esta comutação só é possível com alguns complementos, nomeadamente, os de tempo, de lugar e de modo. Nem todos os complementos respondem a esta prova, o que limita bastante a sua empregabilidade e utilidade enquanto critério definitório.

c) A **presença de uma preposição**: o autor não reconhece neste critério validade, visto que existem complementos verbais de diferentes tipos, os quais podem aparecer com ou sem preposição. Como reconhece C. Hernández, «Las preposiciones introductoras de un complemento no son marcas diacríticas, ni impescindibles, ni fijas.» (C. Hernández 1995: 137)

d) A **liberdade posicional**: numa língua como a nossa, ou como o castelhano, a posição/ordem dos elementos na frase depende de uma grande variedade de condicionantes, desde factores gramaticais até factores pragmáticos.

- ✓ *Ontem à noite vimos na casa dos meus primos um filme óptimo.*
- ✓ *Vimos um filme óptimo ontem à noite na casa dos meus primos.*
- ✓ *Na casa dos meus primos, vimos, ontem à noite, um filme óptimo.*

Se a marginalidade, a comutação por advérbio, a presença de preposição e a liberdade posicional não se constituem como critérios suficientemente fortes para caracterizar os complementos circunstanciais, haverá que recorrer a outro tipo de critérios que, complementarmente (ou não) a estes, possibilitem uma identificação

³⁵⁸ Cf. C. Hernández 1995: 135.

sintáctica segura do que constitui um complemento circunstancial (cf. *supra* pp.139-142).

A ausência de marca formal que permita fazer a distinção entre os vários complementos será, talvez, o maior entrave para uma mais clara distinção entre eles: «(...) ninguna marca que por sí sola nos permita dilucidar esa cuestión.» (C. Hernández 1995: 138) Para tal, o autor avança com a hipótese de ser «(...) un conjunto de rasgos y criterios los que nos ayudarán a reconocer y distinguir los complementos verbales.» (C. Hernández 1995: 138) Neste conjunto registam-se as características sintácticas, como a valência e o grau de actante, a comutação, as possibilidades de transformação, mas também as características semânticas como a forma de expressão, o conteúdo e o contexto. No nosso estudo ir-nos-emos debruçar apenas sobre as características de ordem sintáctica.

Comprendemos pois que a função *circunstante*, que é, no modelo de frase de C. Hernández, a F4, seja «(...) una de las más complejas de las [funciones] complementarias.» (C. Hernández 1995: 151) O linguista considera que essa F4 é representada por diferentes tipos de complementos, que se subdividem em três grandes grupos. No primeiro grupo integra-se a F4 representada por um complemento que mantém com o verbo uma relação de solidariedade, ou seja, trata-se de uma valência do próprio verbo, situando-se este complemento na zona de actância. O segundo tipo de complementos de F4 é constituído por complementos que, fazendo parte da valência verbal, já não se situam na zona de actância do NV, mas na zona circunstancial, podendo ser omitidos sem provocar agramaticalidade para a frase. Já um terceiro grupo de F4 serão os complementos que expressam lugar, tempo, modo, causa, finalidade e outros valores semânticos. Estes complementos aparecem caracterizados como marginais e acidentais para a estrutura do predicado, podendo aparecer na frase em número indeterminado³⁵⁹.

Comparando com um autor de quadro teórico substancialmente diferente, encontramos em C. Guimier a mesma hierarquia:

³⁵⁹ Cf. C. Hernández 1995: 151-152.

«La fonction circonstancielle apparaît ainsi comme la dernière dans le paradigme des fonctions centrées sur le verbe. Cette définition permet de surcroît d’inclure dans la classe des circonstants tous les *compléments adverbiaux de phrase*.»³⁶⁰

Encarando o verbo como elemento nuclear da frase, admite-se que tudo o que na frase se “diz”, directa ou indirectamente, se relaciona e está dependente do verbo. Claro que a ligação entre o chamado circunstante e o NV pode ser mais ou menos estreita. Partilhamos com C. Guimier a ideia de que o circunstante poderá estar integrado no predicado, como também essa relação se pode relaxar ao máximo, tendo o circunstante alcance sobre a frase global.

«(...) notre définition du circonstant sera la suivante: *un constituant satellite du verbe qui ne remplit aucune des fonctions sujet, attribut, complément essentiel, direct ou indirect.*»³⁶¹

Contudo, por mais confortável que esta definição possa parecer, não podemos deixar de reconhecer os perigos que ela encerra. Como dissemos já por diversas ocasiões, adoptando uma definição negativa do que será o “complemento circunstancial”, ver-nos-íamos na contingência de aceitar tudo o que não fosse Sujeito, Verbo, Complemento Directo... como “complemento circunstancial”. Tal decisão levar-nos-ia, certamente, a situações complexas, onde a definição de critérios ficaria claramente comprometida e a profusão de exemplos seria de tal ordem que nos obrigaria a aumentar exponencialmente o que seria aceitável como “complemento circunstancial”.

Problema adicional seria o de considerar que todos os “complementos circunstanciais” seriam elementos satélite, ou seja, complementos periféricos, quando a própria graduação entre actante e circunstante expressa por M. Vilela e outros autores (cf. *supra*, 1.2) já nos indicia podermos encontrar elementos cujo comportamento os faz girar ou na órbita do núcleo, ou na da periferia mais próxima do núcleo,

³⁶⁰ C. Guimier 1993: 15 (sublinhado nosso).

³⁶¹ C. Guimier 1993: 15.

ou na mais afastada. Daí a solução acima apresentada de distinguir níveis dentro da própria periferia, admitindo igualmente que não haja delimitação absoluta entre a órbita da sintaxe nuclear (a do núcleo predicativo) e a da sintaxe periférica, antes que essa distinção será provavelmente gradual.

Como fundamento da distinção, importa recordar que, a propósito da língua espanhola, existem conceitos próximos a propósito dos circunstanciais. Assim,

«Visto desde la gramática tradicional, Alarcos redistribuye los viejos circunstanciales en dos grupos distintos: aditamentos y suplementos. Los aditamentos son elementos relativamente marginales al predicado, por lo que su presencia o ausencia no altera la estructura fundamental de la cláusula, poseen cierta libertad posicional y pueden ser conmutados por adverbios. Los suplementos, en cambio, están vinculados al predicado de forma estrecha, carecen de libertad posicional, no pueden ser eliminados sin alteración de la estructura de la cláusula, son introducidos por preposición y, cuando no aparecen por ya consabidos, conservan esta partícula.»³⁶²

A tabela seguinte resume as principais características destes dois tipos de funcionamento dos "velhos circunstanciais":

TABELA IX – ADITAMENTO E SUPLEMENTO³⁶³

	Aditamentos	Suplementos
- Marginalidade do predicado	+	-
- Possibilidade de eliminação sem alteração da estrutura	+	-
- Liberdade posicional	+	-
- Comutabilidade por advérbios	+	-
- Regência da preposição	-	+
- Compatibilidade com implementos	+	-

No primeiro caso, do aditamento, estaríamos perante uma função que é relativamente marginal em relação ao NV, podendo, por essa

³⁶² G. Rojo 1989: 157.

³⁶³ G. Rojo 1989: 157.

mesma razão, ser comutada por zero, ou sofrer uma alteração da sua posição linear, sem que isso provocasse alterações do ponto de vista da estrutura hierárquica da frase. Tal facto sucede porque o aditamento é sintacticamente periférico, como afirma S. Gutiérrez, ainda que tenha função semântica por vezes não negligenciável. O “suplemento” já pressupõe uma relação mais estreita com o NV, onde a comutação por zero torna a frase agramatical. A mobilidade na frase também se encontra bastante condicionada, dada a relação estreita estabelecida com o NV, ou com outros dos seus complementos. E. Alarcos chega mesmo a empregar o critério da intimidade da relação com o verbo, para atribuir ao suplemento um carácter argumental, ou de actante. Na sua *Gramática* (1996) o autor opta por fazer a distinção entre objecto preposicional (suplemento) e o complemento directo, ainda que reconhecendo a semelhança entre os dois:

«(...) el objeto preposicional cumple respecto del núcleo de la oración una relación semántica análoga a la del objeto direto; sin embargo, su función sintáctica es diversa, según se refleja en la obligatoriedad de la preposición para el primero (...).»³⁶⁴

Considerando agora exemplos em português,

Corpus III- PÚBLICA FC

PUB/A1607060314	segundo as organizações de ajuda humanitária entre um a dois milhões de pessoas terão morrido de desnutrição na última década.
PUB/A1607060429	Um dos trabalhos de Petrucci-Fonseca era falar com as pessoas sobre o lobo.
PUB/A1607060439	Álvares, aluno de Petrucci-Fonseca até participou em programas das rádios locais para falar do lobo.
PUB/A1607060538	Rapazes empoleiram-se nos muros , encostam-se à sombra.
PUB/A1607060556	Quando entrou para a universidade — como milhares e milhares de palestinianos que continuam a tirar dinheiro a outras necessidades básicas para não prescindir da educação secundária ou superior —, empregou-se também na polícia.

³⁶⁴ E. Alarcos 1996: 284.

Em todos os exemplos acima apresentados verificamos a existência de uma preposição que é regida pelo verbo, e que introduz um complemento verbal: suplemento ou complemento preposicional regido.

- Morrer de
- Falar com
- Participar em
- Encostar-se a
- Entrar para

Não pretendemos, no entanto, proceder a uma diferenciação sintáctica entre este tipo de complemento regido por preposição e o "complemento circunstancial". Tal discussão remeter-nos-ia para um assunto a que, neste momento, não podemos dar relevo: a constatação de que alguns verbos são regidos por preposição quando se verificam determinadas condições de contexto sintáctico. Se recorrermos ao segundo verbo "falar" facilmente conseguimos pensar em contextos que possibilitem o alterar da preposição: "falar de", "falar para", "falar em"... o que, por si só, nada prova.

Importante será verificar se o elemento que aí aparece é um complemento de tipo argumental ou nuclear (isto é, um actante sintacticamente obrigatório) ou um complemento de tipo periférico e, simultaneamente, facultativo. Só a análise sintáctica de cada frase em particular nos permitirá proceder a tal julgamento. Para o que nos interessa bastará verificar que nos exemplos reconhecemos a existência de um suplemento ou função circunstancial de carácter obrigatório, uma vez que os sintagmas que constituem esta função não podem ser deslocados e a sua comutação por zero não se apresenta como uma hipótese viável, sem a destruição da estrutura sintáctica da frase. Os suplementos, tal como apresentados por E. Alarcos, constituem-se preferencialmente como uma função nominal, enquanto os aditamentos adoptam preferencialmente a classe do advérbio. Sendo objectivo deste estudo não a análise de todos os preenchimentos sintácticos da Função Circunstancial, mas apenas um deles, teremos que nos restringir à classe do advérbio enquanto preenchimento sintáctico da FC, quer esta

adopte uma posição argumental nuclear, quer adopte uma posição circunstancial periférica.

Conforme temos referido, o núcleo e a periferia são conceitos que remetem para um assunto já abordado na Introdução, a *sintaxe nuclear* e a *sintaxe da periferia*, tal como são entendidas por C. Clairis. De alguma maneira, esta questão simplifica-se quando se trata de distinguir o chamado “advérbio de frase”, que é necessariamente e por definição, periférico, do complemento do núcleo, sintacticamente obrigatório. Difícil será distingui-lo do elemento facultativo que se constitui como determinante directo do NV, ou indirecto de um elemento que já é ele próprio determinante do NV, e distinguir este do complemento do núcleo. A título ilustrativo, analisando uma frase forjada,

✓ *Quando o avô fez 80 anos, toda a família foi à festa num autocarro especial que tinha sido fretado para a ocasião.*

teremos as seguintes funções:

Quando o avô fez 80 anos – Função Circunstancial Periférica (Comutável por advérbio de frase, *ontem*), que incide no NV com as suas respectivas determinações, sejam elas nucleares ou periféricas.

toda a família – Sujeito

foi – NV

à festa – Função Circunstancial Nuclear, que o é não apenas por incidir no NV, mas também por ser obrigatória.

num autocarro especial – Função Circunstancial Periférica, que incide no NV determinado por outra função (*foi à festa*)

que tinha sido fretado – Determinação do nome *autocarro*

Para a ocasião – Função Circunstancial Periférica (ou Objecto preposicionado)

A determinação que incide no verbo é uma determinação obrigatória que depende da valência do próprio verbo, e que se situa na zona actancial do NV. Assim acontece com o complemento *à festa*, o qual não pode ser comutado por zero, nem é passível de mobilidade na frase. Na proposta de C. Clairis, a *sintaxe nuclear* caracteriza

precisamente as relações obrigatórias de determinação de um núcleo central com as suas expansões (os exemplos apontados são, aliás, funções como o complemento directo, indirecto ou outros com as mesmas características sintácticas), enquanto que a sintaxe da periferia se reporta à determinação exercida por um qualquer elemento ou conjunto de elementos, e que é exercida quer sobre o núcleo, quer sobre o núcleo já expandido, quer sobre uma das expansões do núcleo. Nos três casos configura uma determinação não obrigatória e, por isso mesmo, situada numa zona não nuclear da frase. Assim, *à festa* é uma determinação nuclear que incide no verbo, enquanto *num autocarro especial* é uma determinação que incide no sintagma que o precede, *foi à festa*. Seria um *modificador* ou verdadeiro *complemento circunstancial*, situando-se na zona periférica da frase por não incidir directamente sobre o NV, mas sobre o NV e um dos determinantes directos desse núcleo. É nossa proposta designar este tipo de complemento como **Função Circunstancial Periférica (FCper)**, afastando conceitos e designações como *modificador*, que embora tratando, na generalidade, de construções muito próximas remetem para outras escolas teóricas.

É importante esclarecermos, contudo, que, se a nossa distinção entre zona nuclear e periférica segue de perto a proposta de C. Clairis. Para D. Costaouec e F. Guérin existe apenas um comportamento passível de ser adoptado pela FC:

«La fonction “circonstancielle” introduit toute expansion nominale non requise par la valence du verbe ou celle du noyau parasynthématique. Elle est non spécifique et facultative.»³⁶⁵

Esta função é caracterizada pela sua não dependência em relação ao NV, situando-se «(...) dans la zone *périphérique* de l'énoncé.» (D. Costaouec, F. Guérin 2007: 187) Os autores, apesar de darem importância ao conteúdo da função em análise, identificam apenas um funcionamento sintáctico, independentemente do valor semântico que esta venha a expressar. O que será relevante para a sua identificação será o

³⁶⁵ D. Costaouec, F. Guérin 2007: 186.

comportamento sintáctico, o qual deve ser caracterizado como facultativo, não específico, introduzido directamente ou através de conector, e possibilidade de deslocação sem que daí resulte alteração da relação mantida com o núcleo ao qual se liga.

«La priorité accordée à l’identification des relations syntaxiques amène donc à considérer qu’il n’existe qu’une seule fonction circonstancielle dont la caractéristique est de pouvoir être répétée autour du même noyau, dans le même champ notionnel ou dans des champs différents.»³⁶⁶

Acreditamos tratar-se esta função identificada por D. Costaeuc e F. Guérin daquela que temos vindo a tratar como circunstancial facultativa, isto é a FCper. No entanto, acreditamos que neste conjunto também convém estabelecer um outro tipo de função, que se caracteriza pela sua obrigatoriedade e pela sua dependência em relação ao NV. Nestes casos teremos que estabelecer dois níveis de periferia, um dentro da zona do NV, mas não nuclear, outro fora, mas não fora da frase.

Ao proceder à distinção da **Função Circunstancial Nuclear (FCnuc)**, e da **Função Circunstancial Periférica**, estamos a dar importância ao que realmente é fulcral em sintaxe funcional, uma vez que estaremos a identificar uma função sintáctica tendo sempre em conta aquilo que é nuclear na frase, o NV, bem como os elementos nucleares que em torno dele gravitam.

Para D. Costaeuc e F. Guérin, a função *circunstancial* situa-se na zona periférica da frase, isto é, no eixo mais afastado em relação ao núcleo central, o que significa que «(...) ces différentes expansions nominales entretiennent toutes le même rapport avec le noyau qu’elles déterminent.» (D. Costaeuc, F. Guérin 2007: 187) Esta colocação implica considerarmos assim as zonas sintácticas da frase, que abrangem, necessariamente, a órbita do núcleo e a órbita da periferia. Como veremos *infra*, haverá, para o advérbio, uma função considerada na órbita do núcleo (que outros poderão chamar de complemento por se tratar de um imperativo da selecção argumental do verbo) e uma função considerada fora dessa órbita, na periferia (que, noutra linha, corresponde não a um complemento, mas a um modificador). Teremos,

³⁶⁶ D. Costaeuc, F. Guérin 2007: 187.

assim, advérbios de conteúdo semântico circunstancial com funções nucleares obrigatórias (ou actanciais) e com funções periféricas (ou circunstanciais) facultativas.

3. COMPORTAMENTO SINTÁTICO DA FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL

Para alguns autores, a marginalidade é uma característica incontornável quando se trata do complemento circunstancial, do aditamento, da função *circunstancial*. No entanto, como se depreende do que já anteriormente afirmámos, tal não deve ser aceite com passividade e complacência. E. Alarcos aceita tacitamente a existência de um certo grau de marginalidade que percorre todo o aditamento, colocando-o em contraste com as outras funções. O mesmo faz G. Rojo ao proceder à distinção ente argumentos e satélites. No entanto, ao procedermos ao estudo dos complementos que apelidamos de FC verificamos que existem dois comportamentos sintáticos diferenciados. Por um lado, existem aqueles complementos constituídos por elementos necessários, imprescindíveis para formar determinadas estruturas, os que acima designámos por *circunstanciais nucleares* (FCnuc), mas também existem outros que não são necessários à estrutura da frase, os *circunstanciais periféricos* (FCper).

A proposta de C. Hernández não vai tanto no sentido de distinguir complementos marginais de outros que não o serão, mas mais no sentido de distinguir complementos verbais obrigatórios, de complementos verbais opcionais³⁶⁷, utilizando indiferentemente a designação “complemento”³⁶⁸ (cf. *supra*, 2.2). Importará, sobretudo, averiguar que tipo de relação o advérbio mantém com o seu NV. Retomando a proposta de C. Hernández, verificamos que considera um SN4, referindo-se a sintagmas secundários e acidentais para a estrutura do predicado, sobre a qual, no entanto, exercem uma função modificadora, intensificadora ou particularizadora.

«(...) ni el adverbio funciona siempre como circunstancial, ni el adverbio es una función, sino una categoría que puede desempeñar muy diversas funciones, ni todo matiz circunstancial tiene advérbios

³⁶⁷ Cf. C. Hernández 1995: 137.

³⁶⁸ Valerá a pena relembrar que como dissemos no Capítulo I, 3.1, a TLEBS apenas admite a designação de complemento para aqueles elementos frásicos cuja obrigatoriedade esteja comprovada; quando não existe obrigatoriedade passa-se a designar “modificador” e não “complemento”.

que ocupen su puesto, ya que es bastante mayor el número de circunstancias expresadas por tal función que el de clases significativas de los adverbios.»³⁶⁹

Assim, podemos confirmar que não existe uma correlação simétrica e unívoca entre a classe do *advérbio* e o desempenho de uma só função sintáctica. O advérbio preenche uma função na estrutura sintáctica, e será a partir do preenchimento dessa função que esta classe de palavras ganha identidade e autonomia sintáctica. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que a FC (para já, sem procedermos à distinção entre *circunstancial nuclear* e *circunstancial periférica*) pode ser preenchida por todo um conjunto de unidades que ocupam o espaço vazio funcional, actualizando-a³⁷⁰, para além do advérbio. E, por outro lado, também a classe do advérbio pode desempenhar funções distintas.

Mesmo admitindo esta realidade, teremos de reconhecer um ponto que nos parece de suma importância. De facto, ainda que outros elementos possam perfeitamente preencher a FC – seja ele o *circunstancial periférico* e facultativo, ou um *circunstancial* ainda na órbita do NV, e mesmo obrigatório, a verdade é que o único monema que o preenche, prototipicamente, com um único elemento e sem necessidade de conector, é o advérbio, o que indicia alguma uniformização e, por isso mesmo, a possibilidade de constituir uma classe. Por outro lado, não será de negligenciar, pensamos nós, que seja precisamente este um dos testes propostos por diferentes autores para a identificação da função em causa – a comutação por... advérbio. Será precisamente o alcance desse e de outros testes que iremos analisar em seguida, numa tentativa de confirmar a classificação tripartida que propusemos *supra* para a FC.

³⁶⁹ C. Hernández 1984: 87.

³⁷⁰ C. Hernández prefere chamar “nexus en función de SN4” (Cf. C. Hernández 1984: 90), de forma a abarcar todo um conjunto de elementos que pode preencher sintacticamente a função por ele identificada como F4.

3.1 CRITÉRIOS SINTÁCTICOS: FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL NUCLEAR E FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL PERIFÉRICA

3.1.1 Mobilidade

O teste da mobilidade traduz-se na liberdade posicional que os elementos em apreço no presente estudo exibem por oposição a outros, sem que essa liberdade esteja necessariamente ligada a estratégias de topicalização. Sendo a nossa língua relativamente livre em relação às posições adoptadas pelos diferentes elementos, podemos atribuir à mobilidade características gramaticais, enfáticas, pragmáticas e enunciativas. Neste momento, porém, o que nos interessa abordar será o aspecto sintáctico da mobilidade, tentando determinar quais as implicações de carácter sintáctico que essa mobilidade, quando verificada em relação ao advérbio preenchendo portanto a FC, irá causar.

Não devemos, a nosso ver, considerar que, pelo simples facto de um advérbio em FC apresentar capacidade de mobilidade, terá *a priori* com o NV uma relação de menor proximidade sintáctica. As diferentes possibilidades de mobilidade de um advérbio em FC provam que a relação com o NV existe, mas esta poderá ter diferentes cambiantes.

«Não podemos dizer, pois, que a mobilidade seja característica exclusiva dos functivos que preenchem o espaço da F4 – pode não se tratar de uma característica, mas antes do cumprimento de objectivos de natureza informativa.»³⁷¹

Analisemos alguns exemplos retirados do nosso *corpus*:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR0119	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha muito a Lisboa, com o pai.
	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha a Lisboa muito , com o pai.
	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha a

³⁷¹ J. Lopes 2005: 209.

Lisboa com o pai, muito .	
V290905CAR0133	 Aí passou uns bons anos e teve o seu primeiro filho.
Passou aí uns bons anos e teve o seu primeiro filho. Passou uns bons anos aí e teve o seu primeiro filho.	
V290905CAR0149	Hoje, de forma irregular, ainda pratica desporto, como o futebol e o ténis.
Hoje, de forma irregular, pratica ainda desporto, como o futebol e o ténis. Hoje, de forma irregular, pratica desporto ainda , como o futebol e o ténis. Ainda hoje, de forma irregular, pratica desporto, como o futebol e o ténis.	

Nos exemplos apresentados, verificamos que a unidade que preenche a FC, preenche sempre esse espaço vazio independentemente da sua posição na estrutura sintáctica. Poderemos, no entanto, constatar que a alteração da posição faz com que a função altere o seu âmbito de incidência, mas a função em si não se altera. No caso do advérbio *aí* a incidência continua sempre a ser o NV, independentemente da posição linear na estrutura.

O advérbio *muito* presente no primeiro exemplo tem o seu âmbito de incidência em *vinha* , NV; se se proceder ao seu deslocamento verificamos que a incidência se altera, sem que, no entanto, o elemento em causa perca o estatuto sintáctico de que goza no exemplo original. Assim em *vinha a Lisboa muito, com o pai muito* incide sobre o sintagma em função *circunstancial a Lisboa* , que, por sua vez, incide no NV *vinha* ; na hipótese *vinha a Lisboa com o pai, muito, muito* incide sobre o conjunto das duas funções *circunstanciais a Lisboa e com o pai* .

Já não será exactamente esse o caso com *ainda* , uma vez que uma das deslocações afecta o âmbito temporal do processo expresso pelo NV. Com efeito, *hoje (...) pratica ainda desporto* pode perfeitamente ser entendido ou como *ainda pratica desporto hoje em dia* ou como *hoje em dia pratica várias actividades e ainda desporto* , pelo que estaríamos em face de uma frase com ambiguidade sintáctica. Em *pratica desporto ainda* , apenas pode ser entendido no primeiro sentido, exclusivamente temporal. O que verificamos é que o teste da mobilidade comprova a capacidade que só os elementos desta função possuem (nomeadamente o advérbio) para saírem da órbita em que gravitam,

passando para outra órbita, ainda que neste caso se trate apenas de duas órbitas periféricas. A deslocação de órbitas pode assim afectar o sentido, numa prova adicional de que a sintaxe interfere na semântica.

3.1.2 Comutação

Outra das provas aplicadas para reconhecer a função em apreço será a comutação.

«La commutation est l’opération par laquelle on remplace un segment de chaîne parlée par un autre (...), en un point de la chaîne, dans le but de dégager – par opposition – (...) une unité significative minimale (monème).»³⁷²

C. Hernández identifica dois tipos fundamentais de comutação: aquela que faz a comutação por pronome; e aquela que faz a comutação por um advérbio.

«De la conmutación adverbial podemos decir, pues, que ni es exhaustiva, ni es definitiva e indefectible. Cuando opera, ofrece garantías, pero no podemos fiarnos únicamente de ella.»³⁷³

Não significa isto que a prova da comutação não deva ser utilizada; ele deve ser usada, visto que nos dá informação essencial sobre a estrutura frásica, mas o seu emprego deve ser criterioso.

A FC não responde ao critério da pronominalização, pelo que se poderia tornar extremamente aliciante aceitar a não pronominalização, como critério em si. No entanto, tal como acreditamos não dever aceitar definições negativas para a classe de palavra que identificámos como advérbio, também não devemos aceitar critérios que funcionem pela negativa no que toca ao seu funcionamento sintáctico. Outro problema acresce. No caso da FC preenchida por unidade “advérbio” a possibilidade de pronominalização é nula, mas no caso da função *circunstancial* preenchida por qualquer sintagma capaz de assumir as

³⁷² D. Costaeuec, F. Guérin 2007: 45.

³⁷³ C. Hernández 1995: 144.

mesmas funções do advérbio, tal procedimento é aceitável ainda que o seja apenas parcialmente. Muitas unidades capazes de preencher a FC admitem a possibilidade de comutação por pronome pessoal na forma tónica, ou ainda por uma preposição em conjunto com um pronome demonstrativo, como se representa no exemplo:

- ✓ *Correu a semana toda para ficar em forma*
- ✓ *Correu a semana toda para isso.*

A comutação por advérbio é referida, de igual forma, por C. Hernández. De facto, poder-se-á apresentar como um critério a ser empregue, a par de outros, quando se trata de identificar a FC preenchida por unidades significativas que não o advérbio, mas praticamente inútil quando se trata de uma FC preenchida por advérbio. No entanto, este critério só por si também se apresenta falacioso, pois “quase tudo” pode ser comutado por “quase tudo”.

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060106	Montanhas ardiam no horizonte, em brando lume , como claras ossadas de baleias.
	Montanhas ardiam aí/lá , em brando lume, como claras ossadas de baleia. Montanhas ardiam aí/lá, assim , como claras ossadas de baleia.
PUB/A1607060145	— Hoje, em redor da tumba do velho Ntsikana , a paisagem é triste e sem esperança.
	Hoje, aí/lá , a paisagem é triste e sem esperança
PUB/A1607060155	Meses mais tarde encontrei numa colectânea de poesia sul-africana uns versos de Frederick Guy Butler que falam no sino de Ntsikana.
	Então encontrei numa colectânea de poesia sul-africana uns versos de Frederick Guy Butler que falam no sino de Ntsikana.
PUB/A1607060156	Tenho um amigo que nunca saiu da pequena cidade onde nasceu e conhece o mundo inteiro através da poesia .
	Tenho um amigo que nunca saiu da pequena cidade onde nasceu e conhece o mundo inteiro assim .

Só por si a comutação por advérbio nada diz; será necessário que a esta prova se aliem outras para que as conclusões a que chegemos

possam ser consideradas fiáveis. Contudo, como sublinhámos *supra*, é significativo que seja a “classe introuvable” de M. Wilmet (cf. cap. II, pp. 169-170) precisamente a que serve de teste para a função mais abrangente de todas.

Não obstante este pormenor, sendo o nosso objecto de trabalho o próprio advérbio, somos levados a encarar um terceiro tipo de comutação: a comutação por zero. Aplicar a comutação de um determinado advérbio (ou outro qualquer functivo que preencha o mesmo espaço) por zero corresponde habitualmente a um comprovativo da sua marginalidade, em relação ao NV, desde que a frase permaneça gramatical, isto é, que o espaço ou functema correspondente não afecte a zona nuclear.

Corpus IV – EXCERTOS FC

NHLP0101	Há dias assim .
Neste exemplo o advérbio assim não pode ser comutado por zero. Há dias assim . Há-os assim . * Há-os.	
NHLP0108	Despachara também um volumoso processo sobre uma disputa de economato em que dois oficiais se haviam envolvido numa contenda sobre a natureza do sabão que deveria lavar as tropas nos inúmeros balneários de quartel e acampamentos por esse país fora.
Neste exemplo a comutação do advérbio por \emptyset não provoca qualquer perturbação na estrutura frásica. Despachara um volumoso processo...	

NHLP0143	E afinal era uma mulher a principal vítima: a viúva que ali reclamava a sua pensão de viuvez.
NHLP0163	O quarenta e um não é definitivamente o número do seu sapato.
NHLP0187	O ministro parece um boneco mecânico que grita, pula e puxa, e o dedo não se solta e os pés guincham, e recompõe rapidamente as vestes.
NHLP01136	Foi aqui o Queirós que me salvou.
NHLP01142	—Levem-me daí esses malditos sapatos e atirem-nos para as profundezas do inferno.
CF0211	Ainda acredito que o mundo pode melhorar à vista desarmada durante o breve espaço da minha vida;

CF0239	Para além dos livros que tenho escrito, evidentemente; mas, enquanto apenas escrevia romances, não me apercebia da extensão e profundidade da ligação entre todas as coisas.
CF0240	Devo à crónica a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra.

Em todos os exemplos acima apresentados, o advérbio podia ser comutado pela sua ausência, o que não iria implicar qualquer mudança a nível da estrutura sintáctica da frase. Haveria certamente alterações a nível semântico, pois informações seriam ocultadas do interlocutor, mas do ponto de vista sintáctico não haveria lugar para qualquer reparo. Em todos os exemplos apresentados teremos a função *circunstancial* preenchida por uma unidade "advérbio". Estes casos também se encontram em muito maior número do que o caso em que a comutação por zero não é possível, indiciando por isso que é distinto o espaço de uma função *circunstancial* argumental, ou seja, indiciando uma ligação do advérbio com o NV mais estreita e menos marginal.

CF0276	Faz bem em recordar-se, porque o nome é uma homenagem a essa revista, onde publiquei o meu primeiro texto.
	* Faz \emptyset em recordar-se, porque o nome é uma homenagem a essa revista, onde publiquei o meu primeiro texto.

No exemplo acima apresentado, verificamos que a comutação por zero não é possível, sem que haja destruição da estrutura sintáctica da oração. Tal facto indicia que se trata de um complemento obrigatório exigido pela valência do próprio NV.

3.1.3 Multiplicação

A multiplicação talvez seja uma das características mais marcantes da FC. O NV admite a existência de apenas um Sujeito, de um Complemento Directo, de um Complemento Indirecto e ainda de um Nome Predicativo do Sujeito³⁷⁴, cuja multiplicação só é possível mediante estruturas de coordenação, o que, na verdade, significa que

³⁷⁴ C. Clairis opta por chamar *Atributo* ao que a Gramática Tradicional considera Nome Predicativo do Sujeito. Cf. C. Clairis *et alii* 2005: 21-24. Optámos por manter a terminologia que maior tradição tem na gramática portuguesa.

se multiplicam functivos, mas não o espaço correspondente, que permanece indivisível. Para além desta característica, acrescenta-se ainda que estas funções não podem ser retiradas do enunciado sem nele deixarem uma marca da sua presença (um pronome), o que nos comprova o seu carácter nuclear. Ao invés, o NV pode admitir várias FC's. Claro que o número de FC's estará limitado pela capacidade de compreensão do interlocutor: se o número for demasiado elevado, deixará de se cumprir o objectivo da comunicação, que é o de transmitir uma mensagem dotada de sentido inteligível.

Vejamos alguns exemplos em que a FC, ligada ao NV, aparece representada mais do que uma vez³⁷⁵, ainda que por functivos de natureza distinta.

Corpus I – VISÃO FC

Duas FC

1.	V290905CAR0117	Por esses anos, iniciou a amizade com Pedro Santana Lopes, que tremeu agora , <u>por altura da escolha do candidato do PSD à Câmara de Lisboa.</u>
2.	V290905CAS0507	É que os divorciados podem descontar 8 400 euros anuais por filho no IRS e os casados não têm um cêntimo de apoio.
3.	PÚB/O0207061309	– “somos oito <u>lá em casa</u> , contando com os filhos de um, <u>do outro</u> e os filhos dos dois”
4.	PUB/A1607060412	<u>Lá no Serviço</u> faziam troça de mim.

Três FC

5.	V290905CAR0119	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha muito a Lisboa , <i>com o pai.</i>
6.	V290905CAR0161	Em contrapartida, adora dar um saltinho à Mouraria , <u>para ouvir fado castiço ou jazz</u> , <i>no Hot Club.</i>

Quatro ou mais FC

7.	V290905CAR0157	Nessa altura, a vida nocturna era feita em Cascais , <u>no Rolls</u> , <i>em 2001</i> , <u>no Van Gogo</u> ou <u>no John Bull.</u>
----	----------------	---

³⁷⁵ Cada uma das FC's identificadas nos exemplos do *corpus* aparece marcada de forma gráfica diferenciada; a 1ª FC surge a negrito; a 2ª FC surge sublinhada; a 3ª FC a itálico; e a 4ª a contornos.

Nos exemplos apresentados verificámos que é possível o mesmo NV acolher um, dois, três ou até mesmo quatro (ou mais) FC’s, de acordo com o que o falante quer transmitir e as possibilidades sintácticas do contexto linguístico em causa. No exemplo, *que tremeu agora, por altura da escolha do candidato...* encontramos duas FC’s com incidência sobre o NV *tremeu*; a primeira (referimo-nos aqui à ordem linear na qual surgem na frase) preenchida pela unidade *agora*, advérbio; o segundo espaço vazio funcional é preenchido por um sintagma introduzido pela preposição *por*. Note-se que estas duas funções circunstanciais não estão coordenadas, mas subordinadas. Este é um ponto crucial que permite fazer a distinção entre esta função sintáctica e as outras possíveis e admitidas na frase. As FS, FCD, FCI só admitem a multiplicação através da coordenação, enquanto a FC admite a multiplicação quer por coordenação, quer por subordinação, quer ainda por justaposição.

5. Mas vinha muito a Lisboa, com o pai.

NV FC FC FC

Neste exemplo existem três FC cuja incidência recai no NV *vinha*, ainda que o preenchimento dos espaços vazios seja efectuado por unidades de natureza diferente: advérbio + sintagma preposicional + sintagma preposicional.

6. Em contrapartida, adora dar um saltinho à Mouraria,

NV CD FC

para ouvir fado castiço ou jazz, no Hot Club.

FC

FC

Reforçamos a ideia de que o preenchimento do espaço vazio que constitui a FC gozará de maior liberdade do que qualquer uma das outras funções sintácticas. Esta multiplicação de FC’s tanto pode acontecer pela simples justaposição de elementos como acontece em *Nessa altura, a vida nocturna era feita em Cascais, no Rolls, em 2001, no VanGogo*, onde *em Cascais, no Rolls, no VanGogo* constituirão diferentes preenchimentos do mesmo espaço vazio, justapostos uns aos

outros. No entanto, também pode acontecer, como vimos atrás, por subordinação. Existe, ainda, uma diferença fundamental a que é necessário fazer referência. Dois, três, quatro ou mesmo cinco FS's coordenados preenchem apenas um e o mesmo functema. No entanto, dois, três ou mais funções circunstanciais coordenadas podem corresponder a um único functema (caso *infra* de *lá em casa*, *lá dentro*, *aqui em Stanford*), ou a vários, o que é visível a partir do teste da mobilidade, já que podemos deslocá-los em separado (e daí haver tantos valores semânticos). Por contraste, uma deslocação em separado dos elementos coordenados em FS, FCD ou FCI não é possível.

Retomando o pensamento de M. Vilela no que respeita às restrições semânticas de séries coordenadas, compreendemos que não podemos meter no mesmo saco uma circunstância de tempo, outra de lugar, outra de modo – seria preciso haver mais do que um functema:

- ✓ **Dormiu bem e com a mulher.*
- ✓ *Dormiu bem com a mulher.*

Não existe claramente coordenação das duas FC ***bem*** e ***com a mulher***. As unidades preenchem casas vazias funcionais diferenciadas, estabelecendo cada uma relação particular com o NV.

A multiplicação tem, no entanto, uma outra vertente à qual nos passaremos a dedicar agora. Nestes casos, a função *circunstancial* pode estar presente duas ou mais vezes, mas por simples repetição, isto é, apenas repete informação que já lá está através do uso de unidades significativas diferentes.

3. Somos oito lá em casa.

NV NPS FC FC

Verificamos que existe um desdobramento da função *circunstancial* em dois espaços vazios, *lá* e *em casa*. Ambos exercem em relação ao NV a mesma função sintáctica, mas também, neste caso, a mesma função informativa. G. Garnier colocou a hipótese de nestes casos se tratar apenas de uma função *circunstancial* ainda que preenchida por unidade de natureza diversa³⁷⁶.

³⁷⁶ Cf. C. Guimier 1993: 208.

4. Lá, no Serviço faziam troça de mim.

FC FC NV NPs

No exemplo existe uma situação não de coordenação, acreditamos, mas de justaposição, pois é possível *Lá, faziam troça de mim*, como também é possível *No serviço, faziam troça de mim*.

Ambos os exemplos apresentam o advérbio *lá* preenchendo o espaço vazio funcional da FC, mas sem qualquer peso informativo; há uma mera repetição de uma FC por outra de igual valor informativo, quer esta repetição ocorra por coordenação, quer ocorra por justaposição³⁷⁷.

Consideremos mais alguns exemplos:

Corpus IV – EXCERTOS FC

OMS0647	Já devia ter quinze anos quando percebi finalmente que as mamas das mulheres têm lá dentro o leite que alimenta os bebés.
Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none"> ▪ As mamas das mulheres têm Ø dentro o leite... ▪ As mamas das mulheres têm lá Ø o leite... ▪ As mamas das mulheres têm Ø Ø o leite... Mobilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ As mamas das mulheres têm lá o leite dentro. ▪ As mamas das mulheres têm o leite lá dentro. ▪ As mamas das mulheres lá têm o leite dentro. Âmbito de incidência: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Lá – NV ▪ Dentro – NV 	
OMS06123	Quer dizer, tive quatro filhos e acabei por ser professor associado aqui em Stanford .
Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acabei por ser professor associado Ø em Stanford. ▪ Acabei por ser professor associado aqui Ø. ▪ Acabei por ser professor associado Ø Ø. Mobilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acabei por ser aqui professor associado em Stanford. ▪ Acabei por ser aqui em Stanford professor associado. ▪ Acabei por ser em Stanford professor associado aqui. Âmbito de incidência: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aqui - NV ▪ Em Stanford – NV + FC “aqui” 	
OMS06297	«Tens tanta intensidade escondida aí dentro ...

³⁷⁷ Esta é uma linha de análise passível de explorações futuras, requerendo a análise de uma maior quantidade de exemplos. Não quisemos, no entanto, deixar de referir a possibilidade que existe de coordenação ou de justaposição desta função sintáctica.

Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none">▪ Tens tanta intensidade escondida Ø dentro.▪ Tens tanta intensidade escondida aí Ø.▪ Tens tanta intensidade escondida Ø Ø. Mobilidade: <ul style="list-style-type: none">▪ Tens aí dentro tanta intensidade escondida...▪ Tens tanta intensidade aí dentro escondida...▪ Tens tanta intensidade aí escondida dentro... Âmbito de incidência: <ul style="list-style-type: none">▪ Aí – NV▪ Dentro – NV
--

Os três exemplos explorados no quadro acima mostram como a FC pode preencher diferentes casas vazias no esquema sintáctico da frase. As duas FC's presentes nas frases admitem a comutação por zero. Ambas incidem sobre o NV, mas encontram-se na sua zona mais afastada de influência. Verificámos que as unidades que preenchem a FC admitem mobilidade separada na frase, o que mais uma vez reforça a tese de que se trata de dois comportamentos sintácticos diferenciados, embora se trate da mesma função sintáctica.

Outro aspecto que se prende com a multiplicação da FC reside no facto de surgirem no *corpus* agrupamentos de dois ou mais advérbios. Necessitamos de colocar algumas questões prévias quando nos deparamos com esta situação. Cada advérbio corresponderá a um espaço vazio funcional, constitui a primeira hipótese de trabalho. Por outro lado, somos levados a considerar se será o conjunto dos advérbios a integrar um só espaço vazio. Na primeira hipótese estaríamos perante unidades significativas que preencheriam os distintos functemas, cada um com a sua FC; na segunda hipótese o advérbio exerceria uma determinação intra-sintagmática, formando um só sintagma que ocuparia na estrutura frásica um único functema *circunstancial*. Só a análise dos exemplos do *corpus* nos permitirá optar por uma ou outra hipótese.

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207060429	O jogo foi fraquinho, como tantos outros deste Mundial, que, do ponto de vista do espectáculo, continua quase só a valer pela meia dúzia de golos fenomenais
-----------------	---

Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Continua Ø só a valer pela meia dúzia de golos... ▪ *Continua quase Ø a valer pela meia dúzia de golos... ▪ Continua Ø Ø a valer pela meia dúzia de golos... Mobilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Quase só continua a valer pela meia dúzia de golos... ▪ Continua a valer quase só pela meia dúzia de golos... ▪ *Quase continua só a valer pela meia dúzia de golos... ▪ *Continua quase a valer só pela meia dúzia de golos... 	
PÚBL/O0207062604	O último termo, quase só usado em França e mais recente, foi mesmo recusado para nomear o novo Museu do Quai Branly aberto a 23 de Junho em Paris, um projecto em que se envolveu pessoalmente o Presidente francês Jacques Chirac.
Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ø só usado em França e mais recente... ▪ * quase Ø usado em França e mais recente... ▪ Ø Ø usado em França e mais recente... Mobilidade: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Usado quase só em França e mais recente... ▪ * Quase usado só em França e mais recente... 	

Concluimos que a unidade *quase* não pode permanecer sozinha no enunciado, pois torna-o agramatical; já a unidade *só* permanece no enunciado sem o auxílio de outra unidade. A mobilidade também nos mostra que a unidade *só* traz consigo a unidade *quase*, pois quando a primeira se desloca arrasta consigo a segunda. Os dois exemplos acima mostram possuir características similares. Pensamos por isso que será de lembrar nestes casos a possibilidade, consagrada pela gramática tradicional, tanto portuguesa como de outras línguas, e que refere explicitamente ser característica do comportamento sintáctico do advérbio a possibilidade de modificar outro advérbio (cf. cap. II). Contudo, também não podemos deixar de reconhecer que esta é outra das objecções de vulto da sintaxe funcionalista ao estabelecimento da classe, uma vez que elementos da mesma classe não podem determinar-se entre si (cf. cap. IV, 2.).

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060350	Beberá até desmesuradamente.
Comutação por Ø: <ul style="list-style-type: none"> ▪ *Beberá até Ø. ▪ Beberá Ø desmesuradamente. ▪ Beberá Ø Ø. 	

<p>Mobilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Beberá desmesuradamente até. ▪ *Desmesuradamente beberá até. ▪ Até desmesuradamente beberá.

Até incide sobre *desmesuradamente* e no seu conjunto determinam o NV; a comutação por \emptyset prova que o enunciado **Beberá até* é agramatical, pelo que necessita de *desmesuradamente* para que se mantenha a integridade sintáctica da estrutura. Por outro lado, a mobilidade também está condicionada: as duas unidades têm que se mover conjuntamente de forma a não alterar o âmbito de incidência.

Corpus IV – EXCERTOS FC

NHLP0125	<p>Ainda hoje ninguém sabe se foi a dor que os sapatos quarenta e um lhe provocavam, compatíveis com a sua altura, mas em litígio com o tamanho dos pés, se foram os lábios sensuais, apoiados no olhar lascivo da mulher, que o fizeram entrar em choque.</p>
<p>Comutação por \emptyset:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ \emptyset hoje ninguém sabe... ▪ Ainda \emptyset ninguém sabe... ▪ \emptyset \emptyset ninguém sabe... <p>Mobilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ainda ninguém sabe hoje se... ▪ Ninguém sabe ainda hoje se... ▪ Ninguém ainda sabe hoje se... ▪ Hoje ninguém sabe ainda se... 	
CF02190	<p>Digamos que era um sistema afegão, da época talibã – que é o que vigora ainda hoje, nestes assuntos de mulheres, no Portugal do euro.</p>
<p>Comutação por \emptyset:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Que é o que vigora ainda \emptyset... ▪ Que é o que vigora \emptyset hoje... ▪ Que é o que vigora \emptyset \emptyset. <p>Mobilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Que é o que ainda vigora hoje. ▪ Que é o que hoje vigora ainda. ▪ Que é o que ainda hoje vigora. 	

Nos dois exemplos os advérbios *ainda* e *hoje* mostram total independência um em relação ao outro; pode ser um comutado por \emptyset , o outro, ou os dois no seu conjunto; qualquer das hipóteses não afecta a estrutura sintáctica da frase. Ambas as unidades se movem na frase não afectando o seu âmbito de incidência, ou seja, o NV.

Exploremos um último exemplo, o qual se pode considerar uma fusão dos dois casos anteriormente tratados.

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060668	“A gente diverte-se imenso lá atrás, sentindo a reacção do público e reagindo àquela reacção.”
Comutação por Ø:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A gente diverte-se Ø lá atrás... ▪ *A gente diverte-se imenso Ø atrás... ▪ A gente diverte-se imenso lá Ø. ▪ A gente diverte-se Ø Ø Ø. 	
Mobilidade:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lá atrás a gente diverte-se imenso... ▪ A gente lá atrás diverte-se imenso... 	

O advérbio *imenso* tem o seu âmbito de incidência no NV; *atrás* incide sobre *lá*, visto que não podemos comutar por Ø *lá* sem também proceder à eliminação da unidade *atrás*; o sintagma *lá atrás* tem como núcleo *lá*, sofrendo uma determinação pelo advérbio *atrás* (cf. *supra*, p. 231).

3.1.4 Variação do âmbito de incidência

O âmbito de incidência é, talvez, a pedra de toque que nos irá permitir chegar à distinção do que se constitui como uma FCnuc e uma FCper. A incidência é o âmbito sobre o qual o elemento que constitui função recai, isto é, exerce determinação. Distinguiremos quatro âmbitos de incidência sobre os quais a FC poderá exercer a sua determinação. De acordo com estes será possível determinar o carácter argumental ou circunstancial da função sintáctica que estudamos

Apontemos a incidência que os “advérbios” que preenchem a função *circunstancial* podem exercer:

Incidência 1 – NV

1.	OMS06140	E <u>é</u> aqui.
	OMS0629	<u>Estavam</u> lá de novo os rapazes.

2.		
3.	NITA04293	<u>Achas bem</u> aqui.

Apresentemos, para já, três exemplos nos quais verificamos que os functivos (classe “advérbio”) que preenchem a função sintáctica incidem no NV, encontra-se na sua órbita mais próxima. **Aqui** integra a zona actancial, isto é, está na zona nuclear sob influência do NV **é**. O mesmo acontece com **lá** que incide no NV **estavam**. Em ambos os exemplos se verifica a existência de restrição à mobilidade, visto que o seu deslocamento provoca na frase agramaticalidade. Os exemplos acima não permitem a deslocação para fora da zona nuclear, pois constituem-se como elementos obrigatórios, directamente dependentes do NV.

O último exemplo mostra duas unidades a ocupar o espaço vazio de duas FC, incidindo sobre o NV **achas**. As duas, em simultâneo, não podem ser comutadas por zero, pois tal provocaria a agramaticalidade da frase:

3. *Achas bem.*

**Achas aqui.*

**Achas.*

Incidência 2 – NV + FCD/FCI

A incidência da FC no NV e seus complementos é, sem dúvida, a mais frequente. A prova da incidência da FC sobre o NV só se encontra através da análise sintáctica das estruturas em causa.

1.	PUB/A1607060208	O Jerry veio da Nigéria e fala mal português.
2.	PUB/A1607060579	Perturbou-me muito .



1. O Jerry veio da Nigéria e fala mal português.

NV FC CD

... fala-o mal.

NV CD FC



2. Perturbou-me muito.

NV FC

A relação que a FC mantém com o NV pode variar, indo desde a zona mais central, isto é, mais próxima da zona de influência do NV, até à zona mais afastada do NV. Assim, no primeiro exemplo, o advérbio *mal* incide não apenas no NV mas também na sua FCD, o que destaca o seu carácter prioritariamente periférico. O mesmo se passa no segundo exemplo, onde *muito* incide no NV. Consideramos que, nos casos acima referidos, a FC se encontra na zona periférica da frase, pois não se constitui como um elemento indispensável para a existência da frase a nível sintáctico:

1. *O Jerry veio da Nigéria e fala português.*
2. *Perturbou-me.*

As duas frases mantêm a sua integridade sintáctica, isto é, formal. É evidente que, do ponto de vista do conteúdo, existe uma alteração entre o exemplo que integra a FC e aquele que não a integra. No entanto, as implicações que se colocam são de carácter semântico, relacionando-se com a quantidade de informação que é dada ao interlocutor, não tendo este efeito semântico uma repercussão na estrutura formal que a frase adopta.

Vejamos um outro exemplo:

Corpus IV – EXCERTOS FC

		A pergunta foi sussurrada, sedutora, ao ouvido, enquanto acidentalmente a mão tocava a braguilha ministerial.
1.	NHLP0148	



1. Enquanto acidentalmente a mão tocava a braguilha ministerial.

FC FS NV FCD

- o Enquanto a mão tocava acidentalmente a braguilha...



- o Enquanto a mão acidentalmente tocava a braguilha...
- o Enquanto a mão tocava a braguilha ministerial acidentalmente.

Qualquer que seja a posição ocupada pela FC acima exposta, existe sempre uma relação que se estabelece entre o NV e a própria função; para que deixasse de existir essa relação seria necessário que também a função deixasse de existir³⁷⁸. Assim, não se pode alegar um afastamento ou falta de relacionamento com o NV apenas devido ao facto da função em causa se apresentar mais afastada do seu núcleo. Reforçamos, assim, que dentro da zona periférica haverá zonas mais afastadas do NV e zonas mais próximas – níveis da periferia.

Permita-mo-nos reflectir sobre mais alguns exemplos, onde se verifica que a FC incide sobre o NV e um dos seus complementos, nos casos abaixo, a FCD.

PUB/A1607060104	Lembro-me de uma madrugada em que acordei meio aturdido, estendido de costas no estreito beliche de uma carruagem de comboio, e, ao espreitar pela janela, vi <u>uma luz assim</u> .
PUB/A1607060581	A sociedade trata-a <u>cruelmente</u> , apesar de ela ser pobre.

Nos dois exemplos expostos acima, verificamos que a FC incide sobre a FCD e o seu NV, dependendo a sua existência tanto do NV como da própria FCD que sobre ele recai. Assim determina *uma luz* que, por sua vez, determina *vi*. No exemplo seguinte *cruelmente* incide sobre a FCD *a*, bem como o seu NV *trata*, constituindo-se como uma função.

Incidência 3 – NV + FC

PUB/A1607060119	É um sino esculpido na própria rocha, <u>lá, em plena nação Xhosa</u> .
-----------------	---

³⁷⁸ Existe, ainda, uma outra possibilidade: *Enquanto a mão tocava a braguilha ministerial, acidentalmente*. Neste exemplo *acidentalmente* exerce uma determinação sobre toda a frase e não sobre um dos seus elementos em particular. Nestes casos já não podemos falar em função *circunstancial*, mas passaríamos a ter um atributo frásico, como lhe chama E. Alarcos. Cf. *infra* 5.

PÚB/O0207061920	Só com mais mortos do que o costume nos posters de luto e homenagem que aqui se colam nas paredes, por fora e por dentro.
PUB/A1607060653	Logo após o 25 de Abril, a Secretaria de Estado da Cultura ainda fez uma tentativa para reactivar os BSA, mas só em 1978 se concretizou o projecto de conservação do Centro Cultural de Évora (actual Cendrev), assumido por um grupo de jovens actores empenhados na descentralização cultural.

A incidência de uma FC numa outra função *circunstancial* pode apresentar duas vertentes. Pode ser uma forma de dar mais informação, especificando o que se quer comunicar, como no exemplo *Lá, em plena nação Xhosa*, em que *lá* e *plena nação Xhosa* têm exactamente o mesmo valor informativo (para além de terem, obviamente, o mesmo estatuto sintáctico) e a mesma relação com o NV. É um exemplo como o mencionado *supra* onde em *Lá, no serviço...* identificámos um caso de justaposição de duas funções sintácticas do mesmo nível hierárquico e, como é evidente, do mesmo tipo. A outra vertente prende-se com a possibilidade de surgirem diversas FC's ligadas ao mesmo NV. No exemplo *só em 1978 se concretizou*, *só* incide sobre outra FC do mesmo NV, *se concretizou*, incidindo tanto *em 1978* como no NV.

Incidência 4 – NV + FS

PUB/A1607060787	Algumas poucas são hoje lojas, muitas apenas escombros.
ESL0336	Já o delegado do p.d.e. preferiu ficar calado, pensava na triste figura que estaria a fazer se tivesse deixado sair pela boca fora o que se dispunha a dizer no momento em que o suplente do presidente entrou na sala, Quatro miseráveis gotas de água não é coisa que chegue para amedrontar os votantes do meu partido.
NITA04234	A vida com o Vasco tinha-se tornado mais monótona do que uma montagem em linha, e ela também nada tinha feito para alterar o estado das coisas.

A incidência da FC na FS, não será certamente de grande frequência no *corpus* em análise. O seu aparecimento relaciona-se com o uso de algumas unidades significativas em particular. Normalmente, tem como objectivo tornar mais específico, trazer mais informação sobre

o elemento nominal que desempenha a função, quer ele seja sujeito, quer seja CD. Não nos devemos esquecer, no entanto, que, para ser função, o elemento em causa deverá sempre ter uma ligação com o NV.

A variação da incidência é uma característica definidora desta função sintática, característica que permite distinguir esta função das outras existentes na língua. Assim, a FS, a FCD e a FCI e, mesmo e talvez, especialmente, o nome predicativo do sujeito, encontram sempre o seu âmbito de incidência no NV, o que não acontece obrigatoriamente com a FC. A sua incidência é variável e depende da análise dos elementos da frase. Por outro lado, também será este o critério que nos abre as portas para uma distinção operatória entre FCnuc e FCper. Concluimos que, quando estamos perante uma FCnuc, o seu âmbito de incidência (à semelhança da FS, FCD, FCI e NPS) só pode ser o NV, estando a sua mobilidade condicionado ao próprio NV. Tal significa que a FCnuc só se move por arrasto, ou seja, quando é o NV a exercer essa mobilidade. Neste caso a FCnuc arrasta-se atrás do NV, isto é, é obrigada a seguir o seu núcleo. Esta é a zona nuclear da frase, a zona de actância, a fundamental porque assegura a existência da frase enquanto estrutura sintática. Por outro lado, quando se regista variação do âmbito de incidência desta mesma função, esta está claramente na zona periférica, estando por isso dotada de uma maior liberdade de posicionamento. A FCper pode incidir só sobre o NV ou sobre o NV e os seus complementos obrigatórios, FS, FCD, FCI.

Esquemáticamente, o que acabámos de expor pode representar-se da seguinte forma:

INCIDÊNCIA 1 – NV	FCNUC
INCIDÊNCIA 2 – NV + FCD/FCI	FCNUC / FCPER (A DEFINIR DE ACORDO COM A ANÁLISE SINTÁTICA)
INCIDÊNCIA 3 – NV + FC	
INCIDÊNCIA 4 – NV + FS	

FCper (as referidas “pseudo-circunstanciais” por J. Cervoni), numa órbita mais afastada do NV, mas sem nunca com ele perder a ligação (se a perdesse, então, perderia a sua condição de **função** e passaria a constituir-se como uma simples **determinação** de um functivo que fizesse parte de uma outra função).

C. Guimier, tal como J. Cervoni e M. Vilela, também defende que a solução dicotómica entre actante/circunstante, apesar de ser confortável é, claramente, arbitrária. A sua proposta avança no sentido de não se socorrer da solução *tricotómica*, mas sim de nem sequer se proceder à tripartição: «L’hypothèse avancée est celle de l’existence d’un continuum entre les différents compléments verbaux.» (C. Guimier 1993: 20) No entanto, depressa o autor reconhece que tal hipótese, ainda que teoricamente viável, não se coaduna com a análise de enunciados de *corpora*. A análise de um determinado *corpus* linguístico implica uma delimitação muito específica dos diferentes parâmetros de análise. A análise dos exemplos fornecidos pelo *corpus* não nos deixa margem para dúvidas. A hipótese de optar por uma mescla de situações formais não pode ser feita. Ainda que alguns exemplos possam colocar ao investigador alguns problemas complicados, os critérios avançados permitirão optar por uma ou outra hipótese consoante a análise dos dados. Assim, numa determinada frase, uma FC ou é nuclear, ou é periférica. Não existe uma linha analítica contínua que a permita colocar algures entre a zona nuclear e a zona periférica.

Neste ponto, é importante recordarmos um estudo que M. Neves consagra aos advérbios de “lugar” e de “tempo” e que visa, sobretudo, chamar a atenção para o seu estatuto particular (cf. cap. II, pp. 144-146). Tais advérbios, segundo a opinião da autora, não têm sido devidamente tratados na tradição gramatical por dois motivos:

«(...) se o advérbio se define como *modificador* do verbo (ou ainda do adjectivo e do advérbio), como ocorre tradicionalmente, os circunstanciais não pertencem à classe, já que nenhum advérbio de tempo ou de lugar realmente *modifica* o expresso no verbo. Por outro lado, se o advérbio se define como a palavra que indica circunstância, conforme também ocorre

tradicionalmente, os circunstanciais são os advérbios por excelência.»³⁸¹

A autora considera que os advérbios de lugar e de tempo podem adoptar uma função argumental, isto é, «(...) nuclear, preenche[ndo] uma casa da valência do verbo, pertencendo ao sistema de transitividade.» (M. Neves 2002: 255) Estes serão os advérbios designados como *proformas* ou *proadvérbios*, os quais preenchem uma função sintáctica argumental na frase em que se integram, como em *Eu gosto demais de lá* (exemplo retirado de M. Neves 2002: 256) Podem também ser circunstanciadores de participantes localizáveis no espaço e no tempo, como em *A festa será antes das seis* ou *Isso ocorreu ontem* (exemplo retirado de M. Neves 2002: 256) Nestes casos, a FC apresenta-se na zona de actância do NV, pois a sua comutação por zero tornaria a frase agramatical; não existe, igualmente, a possibilidade de mover o complemento em causa. No terceiro exemplo verificamos que o verbo *ocorrer* exige a presença de um complemento que preencha uma determinada função semântica, mas, como é evidente, que terá repercussões a nível da própria forma. O impacto a nível da forma ilustra-se num complemento que goza de estatuto argumental no seio da frase. Será, por isso, em nossa opinião, a FCnuc, a que M. Neves faz referência nos dois exemplos apresentados *supra*.

No extremo oposto encontram-se, de acordo com M. Neves, os advérbios que preenchem uma função adverbial, «(...) exercida tanto pelos fóricos como pelos não-fóricos; o advérbio é periférico no SV e no SAdj; efectua circunstanciação (...).» (M. Neves 2002: 256), isto é, exerce uma função semântica locativa quer no espaço quer no tempo, quer ainda do estado, processo ou acção, como em *Nós comemos lá* ou *é oca dentro* (exemplos retirados de M. Neves 2002: 256-257)

Vejamos alguns exemplos retirados do nosso *corpus*:

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060601	Os títeres alentejanos são agora objecto de um projecto de pesquisa promovido pela Universidade de Évora, que poderá servir de base a uma candidatura a património mundial.
-----------------	--

³⁸¹ M. Neves 2002: 250.

No exemplo acima o monema *agora* que preenche a FC desempenha uma função não argumental, o que se prova através da:

Comutação por \emptyset :

- Os títeres alentejanos são \emptyset objecto de um projecto de pesquisa promovido pela Universidade de Évora, que poderá servir de base a uma candidatura a património mundial.

Liberdade de posicionamento

- **Agora** os títeres alentejanos são objecto de um projecto de pesquisa promovido pela Universidade de Évora, que poderá servir de base a uma candidatura a património mundial.
- Os títeres alentejanos são objecto de um projecto de pesquisa promovido pela Universidade de Évora **agora**, que poderá servir de base a uma candidatura a património mundial.

Multiplicação:

- Os títeres alentejanos são **agora e sempre** objecto de um projecto de pesquisa promovido pela Universidade de Évora, que poderá servir de base a uma candidatura a património mundial.

A análise sintáctica da frase *supra* permite-nos concluir que a unidade monemática *agora* preenche uma função sintáctica em relação ao seu NV, *são*, mas esta função não é nuclear, visto que a sua ausência ou presença não destrói a integridade sintáctica da estrutura frásica. A unidade monemática que desempenha o papel de núcleo central da frase, *são*, constitui-se como um verbo de significação incompleta, o qual exige a presença de um complemento: *objecto de um projecto de pesquisa...* Este complemento é nuclear, obrigatório, argumental, o que não se passa em relação ao monema da classe advérbio *agora*. A valência do verbo não prevê a existência de tal unidade, pelo que o seu carácter só pode ser considerado facultativo. Exemplos como os apresentados por M. Neves reforçam as ideias que temos vindo a desenvolver: *você viu agora Recife passou quase uma semana sem água*. (Cf. M. Neves 2002: 256) Em ambos os exemplos, o advérbio é considerado como um elemento periférico no NV, especificando, do ponto de vista semântico, uma determinada circunstância do próprio NV.

Verifiquemos, ainda, qual o âmbito de incidência da unidade em causa. *Agora* não incide única e exclusivamente sobre o NV (característica que já comprovámos estar presente na FCnuc), mas

incide sobre o conjunto formado pelo NV e pelos seus complementos, neste caso específico, NV + NPS, podendo até incidir sobre toda a frase como prova o critério da mobilidade (cf. *supra*, 3.1.1):

✓ **Agora os títeres alentejanos são objecto...**

FCper + FS + NV + NPS

Voltemos à análise da unidade monemática da classe do advérbio que pode exercer uma função sintáctica de carácter argumental, mas que não se integra nem na transitividade directa, nem na transitividade indirecta. Estaremos, nestes casos, perante uma função sintáctica que é exigida pela própria valência do NV, e a qual M. Vilela apelidou de “transitividade adverbial.”

Reflectamos sobre os exemplos abaixo:

1.	V290905CAR01124	É lá que gosta de passear, é para lá que gosta de olhar, quando vai ver as vistas (do miradouro de Santa Catarina ou do alto do Arco da Rua Augusta, a que chama uma «varanda sobre o Tejo») e é lá que gosta de se deixar ficar, tanto nos dias quentes de Verão como nos frios, de Inverno, nas esplanadas que foram crescendo que nem cogumelos.
2.	V290905CAR01136	É aí que está, desde 1866, a Casa Chinesa, o seu café predilecto.
3.	PÚB/O0207060117	O feito dos “Magriços” não está ultrapassado, nem passou para a galeria dos mitos, como será sempre inesquecível Eusébio.
4.	PUB/A16070607128	A escola não é hoje .
5.	NHLP01144	Foi então que Léonidas caiu numa cadeira, finalmente recomposto.
6.	CF0287	E foi assim que comprei os meus primeiros jeans de marca:

Nos exemplos retirados, podemos reconhecer o que M. Neves defende. Nestes casos reconhecemos que as unidades que preenchem uma FC são, de facto, argumentais, isto é, desempenham uma função nuclear em relação ao NV que lhes serve de suporte para a existência frásica. Nos dois últimos exemplos, a construção enfática/clivada exige,

pelas suas características predicativas, uma expressão que a complete *então* e *assim*. Sem clivada/enfática, teríamos:

6. Comprei ***assim*** os meus jeans de marca

Comprei Ø os meus jeans de marca.

Do ponto de vista sintáctico, podemos resumir no seguinte quadro os quatro critérios que apresentámos, e nos quais nos baseámos, para distinguir uma FCnuc, de uma FCper:

EX	FRASE	CRITÉRIOS			
		COMUTAÇÃO POR Ø	MOBILIDADE	MULTIPLICAÇÃO	ÂMBITO DE INCIDÊNCIA
1	É lá	* É	* Lá é	É lá e aqui	NV
2	É aí	* É	* Aí é	É aí e aqui	NV
3	Como será sempre inesquecível Eusébio	* Como será inesquecível Eusébio	Como sempre será inesquecível Eusébio	Como será sempre e nunca inesquecível Eusébio	NV
4	A escola não é hoje	* A escola não é	* Hoje a escola não é	A escola não é hoje, nem ontem	NV
5	Foi então	* Foi	* Então foi	Foi então e ontem	NV

O quadro acima permite-nos chegar a algumas conclusões. A FC que possua carácter argumental encontra obrigatoriamente o seu âmbito de incidência no NV; não podendo recair a determinação exercida pelo advérbio em qualquer outro dos elementos da frase. Recordemos que, em 3.1.4 do nosso estudo, explorámos os possíveis âmbitos de incidência da FC, destacando o facto de a FC incidir sobre NV ou sobre o conjunto do NV e um ou mais dos seus complementos. As provas sintácticas permitem-nos mostrar que, quando a FC incide directamente sobre o NV e este prevê na sua estrutura argumental um lugar vazio, então, estaremos perante uma FCnuc. Incidindo sobre o NV e sobre um

ou mais dos seus complementos, só a análise sintática caso a caso poderá julgar a existência de uma FCnuc ou de uma FCper.

A comutação por zero, embora não seja uma prova para ser utilizada sozinha, mas em conjugação com outras provas, permite-nos concluir que, quando se trata de uma FCnuc a sua eliminação torna a frase agramatical (o que não acontece quando se trata de uma FCper); se a unidade monemática que preenche essa função, da classe do advérbio, for retirada, a frase torna-se agramatical, isto é, a estrutura sintática da frase é destruída. Quanto à mobilidade e à multiplicação, constituem-se como critérios coadjuvantes para a determinação do carácter nuclear/periférico da FC, uma vez que não podem ser utilizados em exclusivo, isto é, só por si não têm força para distinguir o carácter argumental ou circunstancial da função em causa, mas podem (e devem) ser utilizados como critérios auxiliares da comutação por zero e do âmbito de incidência. Assim, a mobilidade de uma FCnuc estará bastante reduzida (cf. *supra*, p. 237); sendo o NV o seu âmbito de incidência. O advérbio que preenche a função sintática não se pode afastar muito dele, sob pena de perder a relação próxima que estabelece um com o outro.

Nos exemplos 1, 2, 3 e 6 a mobilidade aconteceria apenas se se quisesse colocar em destaque a FC, transformando-a em foco da frase. Nos casos em análise, a frase está constituída apenas pelo NV e pela sua determinação, condicionando bastante a mobilidade. Nos exemplos 4 e 5, a mobilidade é uma hipótese possível, no entanto, esta leva à perda da relação estreita que, na frase original, a unidade significativa que preenchia a FC mantinha com o NV.

Por último, reflectamos um pouco sobre a multiplicação enquanto critério para a identificação da função em que nos centramos. Nos exemplos apresentados constatamos que a multiplicação só é possível por coordenação, isto é, pela multiplicação de outras unidades que desempenhem o mesmo tipo de relação que a unidade original mantinha com o NV. Numa relação de coordenação, é obrigatório que a ordem de aparecimento das unidades não seja relevante (sintacticamente), havendo lugar para a troca de posição linear na frase, sem que tal provoque qualquer alteração a nível sintático³⁸². C. Clairis avança com

³⁸² Cf. D. Costaouec, F. Guérin 2007: 154-155.

a hipótese de a sintaxe da zona periférica conduzir automaticamente a uma ausência de coordenação.

«Na *zona periférica*, o locutor tem a possibilidade de acrescentar especificações à mensagem, que não são directamente exigidas pela valência do núcleo central. Identificaremos na zona periférica a *função circunstancial* que, ao contrário das funções da zona central, é uma função repetitiva. Com efeito, as funções da zona central, salvo casos de coordenação, só podem exprimir-se uma vez. Em compensação, o utente da língua, alternando a escolha dos monemas conectores, pode repetir a função circunstancial tantas vezes quantas o desejar.»³⁸³

A FCper é considerada como sendo a única função que pode ser repetida sem recorrer à coordenação³⁸⁴. A FC presente nas frases acima confirma a existência de um estreita relação com o NV. Voltamos a constatar que, estando perante uma FCnuc, não existe variação do âmbito de incidência, pois esta incide sempre sobre o NV. Não poderemos dizer que este tipo de relação seja frequente na língua, porque não o é, mas existindo terá que ser devidamente documentado. O número de exemplos é comparativamente menor em relação ao número de exemplos existentes para o comportamento da FCper, mas não será esta razão suficiente quer para juntar esta função a outra existente na língua, fundindo-as como se de uma apenas se tratasse, quer para a ignorar, remetendo-a para a “caixa” onde tudo cabe, mas em que nada existe. Não deixa de ser apenas uma função, mas o seu estatuto sintáctico tem que ser distinto.

Analisemos mais alguns exemplos:

Corpus I – VISÃO FC

1.	V290905CAR0111	«Percebo que tenha de ser assim , mas tenho pena.
2.	V290905CHI0709	Mas os fabricantes chineses querem mais e, embalados por uma economia em expansão, decidiram saltar fronteiras.
	V290905TER0817	Mas, antes, terá de resolver o problema com o seu accionista italiano, empenhado em boicotar as

³⁸³ C. Clairis 2008: 88.

³⁸⁴ Cf. C. Clairis *et alii* 2005: 140.

3.		intenções das autoridades portuguesas que, há muito , querem ver a ENI pelas costas.
4.	V290905CIN0905	Um filme onde se diz tão pouco e que tem tanto para dizer.

Ex.	FRASE	CRITÉRIOS			
		COMUTAÇÃO POR Ø	MOBILIDADE	MULTIPLICAÇÃO	ÂMBITO DE INCIDÊNCIA
1	Tenha de ser assim	* Tenha de ser	* Assim tenha de ser	Tenha de ser assim e	NV
2	Mas os fabricantes chineses querem mais	* Mas os fabricantes chineses querem	* Mas os fabricantes chineses mais querem	Mas os fabricantes chineses querem mais e mais...	NV
3	Há muito	* Há	* Muito há	Há muito e...	NV
4	Tem tanto para dizer	* Tem para dizer	* tanto tem para dizer	Tem tanto e ... para dizer	NV

Novamente se comprova nos exemplos apresentados que os functivos estabelecem uma relação obrigatória, isto é, a função sintáctica em apreço prova ser argumental em todos os casos. A comutação por zero destrói a integridade sintáctica da frase; a mobilidade destrói a relação estreita que originalmente a função sintáctica mantinha com o NV; a multiplicação só é possível mediante a coordenação. Sendo assim, o NV será sempre o âmbito de incidência da função em causa, comprovando mais uma vez a estreita relação que este mantém com a FCnuc.

Analisemos dois exemplos onde o advérbio **bem** se alia ao NV *correu*, colocando a ênfase no estatuto sintático do advérbio e na relação que este estabelece com o NV.

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207060750	A operação correu bem , Lurdes espera o resultado da biopsia.
-----------------	---

PÚB/O0207060432	Ao trocar Carrick por Hargreaves, Eriksson mostrou receio, mas a aposta de Scolari em Tiago também não lhe correu bem .
-----------------	--

Até agora, temos tentado proceder à análise dos diferentes exemplos adoptando uma postura de coerência com a escola teórica e metodológica seguida ao longo deste estudo. Não pretendemos dela prescindir, pois acreditamos que a perspectiva teórica que temos vindo a defender consegue fornecer as respostas sintácticas adequadas às questões levantadas pelos exemplos analisados. No entanto, considerámos que esta seria a altura para efectuar um contraponto à nossa teoria, apresentando uma perspectiva alternativa de análise ao problema que temos em mão. Na senda de M. Mateus *et alii* 2003, onde se propõe a distinção fundamental entre advérbios modificadores e advérbios complementos, A. Costa e J. Costa colocam a hipótese de distinguir entre advérbios modificadores de categorias não nominais e advérbios que, na frase, poderão desempenhar a função de “complemento circunstancial”. Apesar de tal classificação ser, pelos próprios autores, tida como «(...) problemática, uma vez que trata de forma semelhante constituintes que desempenham funções sintácticas diferentes.» (A. Costa, J. Costa 2001: 77), são apresentados dois critérios que permitem distinguir os complementos verbais dos modificadores verbais: a substituição e a estrutura clivada.

«Quando um predicado transitivo é substituído por um predicado intransitivo, os complementos do verbo são obrigatoriamente substituídos (...).» (A. Costa, J. Costa 2001: 77), enquanto os modificadores poderão não o ser. Numa estrutura clivada, os complementos têm a obrigatoriedade de se deslocar com verbo, o mesmo não se passando com os modificadores. Tentemos, então, adaptar estes dois critérios, que nos servirão de coadjuvantes aos que temos vindo a utilizar, aplicando-os ao nosso exemplo, na tentativa de averiguar se *bem* é um modificador ou um complemento do verbo, ou, nos nossos termos, se é nuclear ou periférico.

SUBSTITUIÇÃO DE PREDICADO TRANSITIVO POR PREDICADO INTRANSITIVO:
A operação correu <i>bem</i> . A operação <u>aconteceu</u> . * A operação <u>aconteceu bem</u> .
ESTRUTURA CLIVADA/ENFÁTICA:
A operação correu <i>bem</i> . Foi <u>correr</u> bem o que a operação fez.

Desta forma, acreditamos que *bem* é um complemento do verbo e não um modificador. Quando o advérbio é modificador, não exerce uma função sintáctica específica, mas integra-se num sintagma que, por sua vez, irá desempenhar uma função sintáctica em relação ao NV. A estrutura clivada apresentada em vez da frase original permite-nos observar que o advérbio *bem* se desloca com o verbo, o que mais uma vez, vem provar o seu carácter argumental. O advérbio *bem* situa-se na zona de actância do NV, integra uma FCnuc.

Os exemplos que a seguir se apresentam mostram uma FC com carácter argumental, isto é, nuclear, à qual se junta uma FCper, não obrigatoriamente, pela ordem enunciada. Como no exemplo *A operação correu bem*, onde o NV previa na sua estrutura argumental um espaço vazio funcional que se encontrava na zona nuclear da frase, também existem outros NV's que prevêm na sua estrutura argumental elementos que se situam na sua zona nuclear.

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR01134	Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda lá por perto.				
✓	<u>Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda lá</u>				
	Aposto	FS	FC	NV	FC
	<u>por perto.</u>				
	FC				
	Comutação por zero:				
	C. R. também anda Ø por perto.				

<p>C. R. também anda lá Ø. *C. R. também anda Ø Ø.</p> <p>Mobilidade:</p> <p>C. R. também lá anda por perto. * C. R. também anda por perto lá. * C. R. lá também anda por perto.</p> <p>Âmbito de incidência:</p> <p>Lá – NV Por perto – NV</p>
--

Podemos comutar uma das funções circunstanciais por zero, mas não as duas, o que prova que uma delas tem carácter argumental, isto é, integra a estrutura argumental do verbo *andar*. Admitimos, por isso, que *lá* se constitui como uma FCnuc e estabelece uma relação de subordinação com *por perto*, unidades que preenchem o espaço vazio da FCper. Assim, quando supra (cf. pp. 246-247) defendemos que a FC é a única função que pode ser repetida sem recorrer à coordenação, mostrámos que as particularidades do comportamento da FC admitia igualmente quer a subordinação, quer a justaposição. Quando estamos perante uma FCnuc a multiplicação só é possível por coordenação. No entanto, a subordinação é admitida na relação sintáctica entre a FCnuc e a FCper; o mesmo se passa entre as várias FCper’s passíveis de serem integradas numa frase, as quais podem estar subordinadas umas às outras, ou simplesmente justapostas.

Verifiquemos alguns exemplos:

V290905POL0309	A incógnita principal <u>ESTÁ agora na chefia do Executivo</u> , que permanecerá indefinida até 23 de Outubro, data da segunda volta das presidenciais.
V290905CAS0514	Os números divulgados esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística comprovam a queda do Índice de Fecundidade, que deveria ser de 2,1 para assegurar a substituição de gerações (o que não acontece desde 1982) e <u>ESTÁ agora muito perto do 1,3</u> – o valor mais baixo de sempre.
PÚB/O0207062110	Não <u>FOI assim com Mariana</u> , a jovem que alegadamente foi a segunda vítima do excabo da GNR.

PUB/A1607060401	Carlos Paixão de Magalhães <u>ANDA</u> hoje <u>na</u> casa dos 60.
-----------------	--

O NV *anda* exige a presença de uma função sintática; nos dois exemplos onde surge o NV *anda* podemos comutar por zero uma das funções, mover uma, multiplicar uma, mas não as duas em simultâneo; o âmbito de incidência é sempre o NV.

A estrutura argumental do verbo *colocar* também prevê na sua valência três elementos - “alguém que coloca alguma coisa em algum sítio”, mas não a localização temporal obrigatória desse estado de coisas:

ESL0315	Coloque-o então dentro, aonde a chuva não o alcance, a lei é omissa neste particular, o importante é que o edital fique afixado e à vista.
✓	<u>Coloque-o então dentro</u>
	NV CD FC FC
	Comutação por zero:
	Coloque-o ∅ dentro.
	Coloque-o então ∅.
	*Coloque-o ∅ ∅.
	Mobilidade:
	Então coloque-o dentro.
	* Dentro coloque-o então.
	* Então dentro coloque-o.
	Âmbito de incidência:
	Então – NV
	Dentro – NV

O advérbio *então* pode ser comutado por zero e demonstra ter, em relação ao advérbio *dentro*, mais capacidade de se mover na esfera da frase. Tal significa que a relação que mantém com o NV é de carácter mais periférico, do que a relação que *dentro* estabelece com o NV. O advérbio *dentro* tem uma relação mais próxima com o NV, do que o advérbio *então*, e, acreditamos que se deve à estrutura argumental do próprio verbo. Assim, *dentro* constitui-se como uma FCnuc, enquanto *então* preenche o espaço vazio funcional da FCper.

Com representatividade no nosso *corpus* também se encontra uma situação em que o advérbio desempenhando a função sintáctica de *circunstancial* surge entrincheirado entre um verbo *copulativo*, verbo de significação incompleta, e o seu nome predicativo do sujeito³⁸⁵.

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚBL/O0207061330	É fundamentalmente isso que vai marcar a diferença entre um líder capaz e outro, eventualmente muito voluntarioso, mas que não consegue criar uma relação de confiança com os eleitores, que se reflecta nas eleições [legislativas] de 2009”, explica.
PÚBL/O0207061515	“A minha experiência é que os pedidos de apoio judiciário são sistematicamente indeferidos”, diz, considerando que “tem de se ser quase indigente, tem de se estar quase na miséria” para conseguir ter direito ao apoio judiciário.
PÚBL/O0207062528	“Não é bem aleatório, porque o que o computador tem é um algoritmo que gera números que parecem aleatórios, e que se chamam pseudo-aleatórios.”
PÚBL/O0207062705	Be The Artists’ Guest é também o conceito estruturante do Mudam:

Nos exemplos apresentados acima as provas sintácticas indicam-nos estarmos perante uma FCper. A comutação por zero é possível, mantendo a frase a sua integridade sintáctica. A mobilidade também é permitida em qualquer dos exemplos, sem conduzir à perda de relação do advérbio em FC com o NV. A multiplicação é permitida, até ao limite da compreensibilidade comunicativa. Finalmente, o âmbito de incidência continua a ser o NV. A análise conjunta dos critérios permite-nos aceitar o facto de os advérbios em causa preencherem a função sintáctica *circunstancial* periférica. Acreditamos que o mesmo não acontece no exemplo que se segue:

³⁸⁵ O conceito de Nome Predicativo do Sujeito (NPS) é o utilizado pela gramática tradicional. Corresponde ao que A. Martinet designou por determinação selectiva (A. Martinet 1985b: 113) ou o que J. M. Barbosa definiu como sendo a determinação epítética (J. M. Barbosa (1998) – “Détermination épithétique et détermination prédicative”. *La Linguistique. Revue de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle*. 2. Paris: PUF, p. 15-20).

Corpus IV – EXCERTOS FC

NHLP0134	Que agradecia que o senhor ministro a tivesse recebido, por sinal bem mais atraente ao vivo do que na televisão, e que estava ali apenas para pedir justiça.
----------	---

A estrutura argumental do verbo *estar* exige a presença de um complemento locativo (retomando a terminologia de M. Vilela). A comutação por zero permite verificar que é possível eliminar *apenas* e *ali*, mas não os dois simultaneamente, e apesar de a comutação por zero de *apenas* ser possível ela iria obrigar a uma alteração da estrutura sintáctica da frase: **que estava apenas para pedir justiça; que estava apenas a pedir justiça*. Concomitantemente com as outras provas sintácticas acreditamos que *ali* preenche o espaço vazio funcional da FCnuc: a comutação por zero é impossível, a mobilidade está reduzida ao raio de acção exercido pelo NV, a multiplicação só é possível por coordenação e o seu âmbito de incidência é o NV. Por seu turno *apenas* constitui-se como facultativo, preenchendo o espaço vazio da FCper.

4. RELAÇÃO FRÁSICA DO ADVÉRBIO COM A FRASE: ATRIBUTO FRÁSICO

A determinação que ocorre fora do âmbito do sintagma nuclear, NV, através do emprego de um advérbio é um fenómeno frequente na nossa língua. No entanto, não existindo uma relação com o NV não poderemos aí identificar uma função sintáctica, pelo menos se definida nos nossos termos. Quando muito, admitiríamos a hipótese de estar perante uma função na frase, ou, como lhe chama E. Alarcos, um atributo frásico. Esta designação deve-se ao facto de o atributo frásico se relacionar com a frase da mesma forma que o atributo se relaciona com o sujeito. Antes de avançarmos na explicação, atentemos em alguns exemplos:

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207060411	Ontem , Ricardo entrou para a história.
PÚB/O0207060434	Provavelmente , a globalização também já se nota no futebol...
PÚB/O0207060903	Publicamente , defende a “ordem justa” – ideia que remonta à filosofia tomista e cuja génese reside na ideia de autoridade e necessidade de restaurar um conjunto de valores essenciais a uma sociedade – e, no que respeita à concepção de mercado de trabalho, elogia Tony Blair (e o seu “sucesso no combate ao desemprego” através do modelo da “flexisegurança”) e, argumentando que é preciso acabar com o “arcaísmo das relações sociais”, defende a flexibilidade laboral.
PÚB/O0207060907	Além disso, propõe a penalização das empresas que recorram ao trabalho precário; a elevação do salário mínimo nacional até 2012, dos actuais 1216 para os 1500 euros líquidos; a generalização das 35 horas semanais; e, ainda , a garantia de um nível mínimo de pensão próximo do salário mínimo nacional.
PÚB/O0207061016	Tema abordado, aliás , no discurso do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Taveira Martins, que pediu medidas “que viabilizem uma maior equidade em termos de oportunidades de carreira”.
PÚB/O0207061310	Antes , viveu aquilo que designou por um “período de nojo”, de seis meses, durante

	o qual se dedicou exclusivamente à política, como deputado do CDS-PP à Assembleia da República.
PÚB/O0207061528	Alberto Costa salientou então a necessidade de transformar este tipo de apoio, “que não tem assegurado uma defesa decente a quem precisa”, anunciando, simultaneamente , a intenção de reduzir de 50 para 23 milhões de euros o orçamento para o apoio judiciário, no âmbito da revisão da lei que está em curso.
PÚB/O0207062105	Perante um desaparecimento, como agem, afinal , as polícias?

Os “atributos oracionais” (frásicos, portanto) são definidos por E. Alarcos como sintagmas de valor periférico e de função não integrada na estrita subordinação do verbo. De facto, analisando brevemente os exemplos acima, verificamos que não será a sua posição o marcador do seu carácter periférico, mas a pausa que antecede e sucede aos elementos em causa, que confirma tanto a ausência de relação sintáctica como o âmbito semântico dos functivos em causa. A pausa assinala assim um afastamento do plano do NV, para o plano da frase. Como é sabido, o atributo frásico costuma transcender o conteúdo global da frase para remeter para o âmbito da enunciação, isto é, para o momento em que tal frase é produzida como enunciado, por um determinado locutor, num determinado contexto. Os valores de conteúdo desenvolvidos pelo atributo frásico costumam apresentar-se como enunciados de valor assertivo, demonstrando o ponto de vista do locutor.

«En el plano de la expresión, el atributo oracional constituye siempre una unidad fónica independiente, en general separada de la oración por una pausa.»³⁸⁶

O atributo frásico, como entendido por E. Alarcos, pode ser transformável em atributo de frase atributiva, como poderemos comprovar no exemplo abaixo:

PÚB/O0207060434	Provavelmente , a globalização também já se nota no futebol...
-----------------	---

³⁸⁶ E. Alarcos 1982: 312.

É provável que a globalização também já se note no futebol...

A. I. Alvarez Menéndez defende que estas unidades sejam designadas como segmentos de função incidental³⁸⁷. São segmentos que demonstram em relação a outras funções uma certa independência, sendo caracterizados por uma predicação implícita, autónoma e paralela à expressa no verbo³⁸⁸. Importante será referir que estes elementos – e particularmente se forem advérbios (cf. o problema da classe dos “advérbios de frase” no cap. IV, 1.2.3.3) - mantêm uma relação com toda a frase e não com uma das suas partes em particular.

«(...) por lo que al adverbio se refiere, estamos ante un nuevo topo de relación oracional, netamente diferenciado del aditamento, pero en el que la categoría verbal opera com idêntica autonomia (...).»³⁸⁹

Se modificarmos um dos exemplos acima conseguimos perceber com maior clareza o a que A. I. Alvarez Menéndez defende:

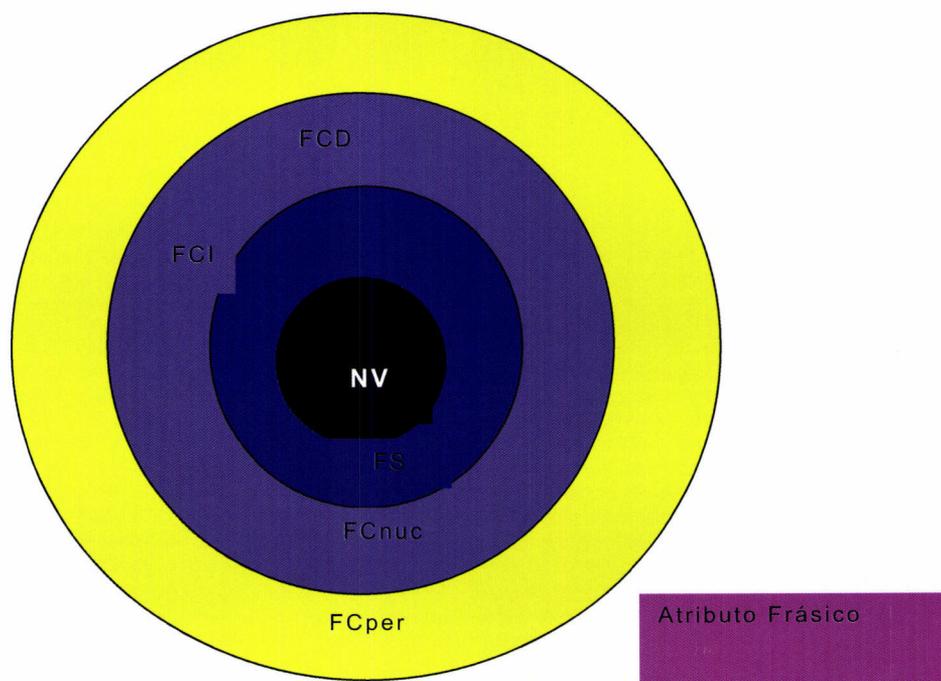
Ontem , Ricardo entrou para a história. ↓ Ligação com a frase na sua totalidade – Incidental	Ricardo entrou ontem para a história. ↓ Ligação com o NV – FCper
---	---

A. I. Alvarez Menéndez destaca a incidência de elementos idênticos aos que assinalámos nos exemplos, tornando-a no critério central para a caracterização da função em causa. Uma unidade (neste caso, um monema da classe “advérbio”) que se encontre em posição de destaque em relação aos outros elementos da frase, constitui-se como uma unidade que estabelece uma relação sintáctica diferente daquela que uma determinada unidade estabelece com o seu NV. Relembrando o esquema dos níveis frásicos apresentado por S. Gutiérrez (cf. pp. 201 e ss.):

³⁸⁷ Cf. A. I. Alvarez Menéndez 1987: 229 e ss.

³⁸⁸ Cf. A. I. Alvarez Menéndez 1987: 229.

³⁸⁹ A. I. Alvarez Menéndez 1987: 230.



O Atributo Frásico encontra-se na órbita mais afastada do NV. Não podemos aceitar que se trate de uma função com o mesmo estatuto da FS, da FCD, da FCI ou, evidentemente, da FC, visto que todas estas funções se caracterizam pela relação mais ou menos próxima com o NV. De facto, como temos vindo a afirmar, e em consonância com o modelo de frase proposto pelo quadro teórico que escolhemos, não podemos admitir a existência de uma função sintáctica que não estabeleça uma relação directa com o NV. Não existe entre *provavelmente* e *nota* (NV) qualquer relação de determinação.



Como se comprova pelo esquema *provavelmente* determina toda a frase, não estabelecendo com o NV uma relação que permita falar em função sintáctica do NV. Daí que tenhamos optado por afastar o conceito de função, para nos referirmos a uma relação de atribuição, de incidência entre a unidade “advérbio” e toda a frase, sobre a qual tal

unidade incide. Veremos (cf. *infra* cap. IV, pp. 318-322) que este comportamento sintático justifica que se considere igualmente advérbio um conjunto de elementos que, pelas suas características semânticas, outros autores apelidam de “advérbio de frase”.

5. RELAÇÃO DO NV COM A FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL NUCLEAR E A FUNÇÃO CIRCUNSTANCIAL PERIFÉRICA – CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Iniciámos este capítulo com o objectivo, algo ambicioso acreditamos, de desenvolver um conjunto de critérios que permitissem identificar uma determinada função sintáctica da língua. Partindo do preenchimento lexical dessa função pela classe de palavra “advérbio” procurámos proceder ao levantamento de critérios formais que permitissem chegar às características sintácticas da função em análise.

A Rede Actancial do Verbo permitiu-nos encarar o NV como o elemento central capaz de constituir frase, sendo que é em torno deste que giram os seus satélites. Esta capacidade que o NV demonstra em actuar como eixo da frase, permite-lhe criar em torno dele espaços vazios funcionais, ou seja, a sua valência. A partir do conceito de valência chegamos à transitividade do verbo ou à sua intransitividade, colocando-se na mesa de trabalho a hipótese de M. Vilela, que distingue entre transitividade forte e transitividade fraca, a hipótese de J. Fonseca, que encara a transitividade como uma configuração semântica relacional, e ainda a hipótese de E. Alarcos, que propõe substituir os conceitos de transitividade e intransitividade, pelos conceitos de predicado complexo e predicado simples. Ao longo do nosso estudo, tornou-se evidente que só a análise de cada estrutura frásica poderia determinar a forma de encarar aquilo que rodeia o NV. Esta análise irá permitir distinguir dentro da frase os elementos que são actantes, isto é, argumentos do NV, daqueles que são circunstantes. O que se torna fundamental em toda esta análise é a aceitação, como dado inquestionável, da existência de um NV que, ao exigir complementos (sejam eles, FS, FCD, FCI, ou FC), estes se situam na sua zona actancial, isto é, na órbita mais próxima do NV. À medida que a relação com o NV se vai tornando cada vez mais afastada passa-se da zona actancial, para a zona circunstancial, da qual o NV nem depende, nem exige.

A FC pode assumir um carácter argumental, situando-se na zona actancial do NV, do qual depende e no qual incide directamente, por

isso, nuclear. Por outro lado, a FC também pode assumir um carácter facultativo e acessório, resultando daí o seu carácter periférico em relação ao NV. Sendo apenas uma função, esta pode ter uma variação de grau, pertencendo a zonas distintas de influência do NV. A FCnuc encontra o seu âmbito de incidência única e exclusivamente no NV; a FCper pode ter o seu âmbito de incidência no NV, mas também o pode ter no NV e nos seus complementos.

C. Hernández vai um pouco mais longe na divisão da FC e distingue três FC's. A primeira corresponderá à nossa FCnuc, pois depende da valência do verbo. O segundo tipo de FC apresentado por C. Hernández situa-se na zona circunstancial, podendo ser omitida; o terceiro tipo é constituído pelos complementos que expressam lugar, tempo, modo e outros valores semânticos, sendo complementos de tipo marginal e accidental. O segundo e terceiro tipos estarão inseridos naquilo que o nosso estudo encara como FCper.

C. Clairis proporcionou-nos a distinção entre sintaxe nuclear e sintaxe periférica, constituindo-se esta análise funcionalista como a grande razão para a divisão que levámos a efeito. No entanto, esta opção teórica só se torna válida quando suportada por princípios sintácticos funcionalistas que permitam comprovar aquilo sobre o qual se teoriza. Isso levou-nos a apresentar quatro critérios formais, sintácticos que permitissem analisar as frases do nosso *corpus*, para que depois conseguíssemos estabelecer algumas conclusões. A mobilidade, a comutação por zero, a multiplicação e a variação do âmbito de incidência foram os critérios sintácticos que aplicámos para proceder à análise das frases do *corpus*. Chegámos, assim, a algumas conclusões, as conclusões possíveis.

Na FCnuc o âmbito de incidência é **sempre** e unicamente o NV. A comutação por zero torna a frase agramatical. A mobilidade está sempre condicionada à zona de actância do NV, e a multiplicação só pode ser feita por coordenação. A FCper, através da aplicação dos mesmos critérios sintácticos, demonstra ter características diferentes. O seu âmbito de incidência é variável, podendo ser apenas o NV, mas também sendo possível esta incidência recair no NV e nos seus complementos. A comutação por zero não afecta a integridade

sintáctica da frase (apenas a informação semântica é afectada). Existe uma maior liberdade quanto à posição linear assumida na frase, podendo, ou não, essa alteração de posição acarretar variação do âmbito de incidência. Finalmente, esta função é passível de ser multiplicada não apenas por coordenação, mas também por subordinação, ou mesmo por justaposição, o que torna possível a existência de várias FCper’s na frase. É o que M. Mateus *et alii* chamam de “modificadores adverbiais”.

A FCnuc, à semelhança da FS, da FCD, da FC, e do Nome Predicativo do Sujeito, só pode aparecer uma vez na frase, incidindo sobre o NV. Como vimos nos exemplos *Faz bem* (cf. p. 224) ou *É lá, É aí* (cf. p. 300). Teremos, então, uma função sintáctica que pode assumir estatutos diferentes. Quando essa função fizer parte da própria valência do NV, estando instalada na sua zona actancial, é claramente uma FCnuc; por outro lado, se esta função assume com o NV uma relação mais afastada, ocupando uma posição mais marginal, e situando-se na zona periférica da frase, então estamos perante uma FCper. O estatuto sintáctico da FC permite-lhe exibir características únicas no quadro das outras funções sintácticas. Características estas que lhe dão a hipótese de figurar em diversos graus de centralidade em relação ao NV. A função sintáctica é a mesma, no entanto, esta função admite uma ampla gama de graus de afectação ao NV; gama que irá do que é mais central, isto é, nuclear, até ao que é mais periférico e, ainda, admitindo dentro da periferia vários graus de distanciação em relação ao NV.

Terminámos este capítulo com um preechimento sintáctico da classe de palavra “advérbio”, identificando um tipo de relação sintáctica estabelecida entre este “advérbio” e a própria frase. Não constituindo função sintáctica, por falta de ligação com o NV, não deixámos de reconhecer a ligação com a frase na sua totalidade. Daí que tenhamos optado por designar este tipo de relação como “Atributo Frásico”, situando-se na órbita mais afastada do NV, mas ainda mantendo uma relação com a Frase enquanto entidade sintáctica global.

CAPÍTULO IV
PROPOSTA DE UM MODELO DE
DESCRIÇÃO SINTÁCTICA PARA A
CLASSE DO ADVÉRBIO

«(...) l’adverbe opère sur un espace continu et [...] il n’y a pas de solution de continuité entre ses différents emplois. [...] on passe insensiblement d’un type à un autre, et un même adverbe, non seulement est souvent susceptible de plusieurs types de fonctionnement, mais encore combine parfois, dans une même contexte, des caractéristiques propres à plusieurs modes de fonctionnement.»

GUIMIER, Claude (1996) – *Les adverbes du français. Le cas des adverbes en -ment*. Paris: Ophrys, p. 161.

Conforme vimos na parte inicial do presente estudo (cf. cap. II), a existência de uma classe de palavra tradicionalmente definida como “advérbio” sempre provocou, ao longo da história gramatical e linguística, algum incómodo. A não homogeneidade comportamental esteve na base desta permanente desconfiança por parte de gramáticos e linguistas. Encarado como verdadeira “caixa de Pandora”, o advérbio foi tratado com alguma displicência ao longo da história, umas vezes inserido noutras classes de palavras, outras abordado isoladamente, outras afastado do elenco das classes de palavras, outras, ainda, intensivamente estudado, analisado nas suas vertentes semânticas e pragmáticas.

O presente capítulo que, tal como o anterior, se apresenta enquadrado num modelo teórico de orientação funcionalista, parte das classes tradicionais de palavra, tentando fazer uma análise crítica do enquadramento dado ao advérbio. Pretendemos dar um breve *status quo* do estatuto que esta classe tem vindo a manter, ao longo dos tempos, junto das outras classes de palavras. Depois de questionada a sua existência pelo próprio mestre do funcionalismo, André Martinet³⁹⁰, é com consciência da grande responsabilidade, que nos aventuramos a tão árdua tarefa. Para tal, partimos de critérios muito especificamente definidos. A existência de uma qualquer classe de palavras só pode ser assegurada pelo inventário exaustivo das suas características morfológicas, semânticas e sintáticas. No entanto, foi opção inicial deste estudo cingir-se ao domínio da sintaxe, pelo que as informações morfológicas e semânticas que fornecemos serão sempre subsidiárias da análise sintáctica.

A classe do advérbio foi definida tendo em conta as suas características particulares, isto é, as características que permitem a sua individualização enquanto classe autónoma. Para tal, recorreremos às características morfológicas mais marcantes, às características semânticas mais gerais, mas foi (e as razões de tal decisão já *supra* as

³⁹⁰ No capítulo “Les classes de monèmes” na *Syntaxe générale* (1985b) o autor percorre todas as classes que considera relevantes. O advérbio aparece apenas, marginalmente, referido na classificação das compatibilidades dos monemas entre si. Refira-se, ainda, que o autor não fala do advérbio, mas “adverbes du type *seulement*”. Cf. A. Martinet 1985b: 105-143.

mencionámos) sobre as características sintácticas que mais nos debruçámos. Aí, distinguimos o advérbio, unidade lexical individual, capaz de preencher uma determinada função sintáctica na frase onde se actualiza, de outras unidades que podem preencher a mesma casa vazia funcional, mas que são constituídas por mais do que uma unidade. Preocupámo-nos, ainda, com o deslindar de alguns comportamentos semânticos particulares, normalmente apresentados em unidades da classe do “advérbio”. Sublinhe-se por isso que optámos por escolher alguns elementos mais problemáticos, tentando com isso demonstrar que, não obstante as suas particularidades, são susceptíveis de integração na mesma classe. As características sintácticas do advérbio permitiram-nos colocar em confronto unidades sintacticamente próximas ao monema “advérbio”, nomeadamente através da exploração de conceitos como “adverbial”, “sintemas adverbiais” e, ainda, “atributo frásico”.

A determinação exercida pelo advérbio é uma característica sintáctica fundamental que permite inclusive distinguir a determinação inter-sintagmática e a determinação intra-sintagmática. O último ponto deste capítulo constitui o culminar das conclusões sintácticas a que a análise do advérbio nos permitiu chegar. Mais do que a ordem, isto é, a posição linear ocupada na estrutura da frase, será a hierarquia que a unidade demonstra quando em confronto com outras unidades, que nos irá abrir as portas para as relações estabelecidas, quer estas ocorram intra-sintagmaticamente, quer ocorram inter-sintagmaticamente.

1. CLASSE DO ADVÉRBIO

1.1 CLASSES DE PALAVRAS E O ESTATUTO DO ADVÉRBIO

A história das gramáticas das línguas românicas, como vimos no cap. II, mostra que durante séculos a descrição e análise das classes de palavras apresenta menos variantes das que se podem encontrar em poucas dezenas de anos do século XX. Qualquer autor, de qualquer escola de pensamento não hesita em reconhecer a dificuldade que existe em determinar com base num critério único as classes de palavras de uma língua. Existem muitos sistemas de classes de palavras na história das gramáticas românicas. No entanto, poucos contêm a necessária justificação que os sustente perante outros que a eles se contrapõem. As propostas oscilam entre classificações de três categorias e de vinte, mas os sistemas mais repetidos variam entre sete e dez³⁹¹.

A confusão entre “objectos” e “conceitos”, por um lado; e entre “palavras significativas” e “meras formas”, por outro, está na base das dificuldades que se podem apontar na classificação das palavras em grupos. O que necessita de ser definido será o “conceito” e nunca o objecto ou objectos que podem vir aliados a esse conceito. A “forma”, enquanto parte do signo, também não pode ser classificada como substantivo, adjectivo ou advérbio, por exemplo. Entender as categorias como categorias léxicas constitui, na visão de E. Coseriu, um grave erro. Grave, pois tal erro resulta de uma confusão entre dois planos: o plano da língua e o plano da fala. As categorias não podem ser definidas no plano da língua. Defende E. Coseriu que as classes de palavras serão necessariamente abstractas, pois dependem do sentido em que se tenha realizado a abstracção.

«En cambio, las categorías son partes orationis, es decir que se dan concretamente como modos de ser de

³⁹¹ Cf. I. Bosque 1998: 23-53.

las palabras en el discurso, como funciones
semánticas.»³⁹²

Desta forma, o autor prefere adoptar o termo *categoría* em vez do termo *classe*. A identidade física não implica necessariamente uma identidade funcional (formal) determinada.

Sobre este ponto destaque-se o trabalho de A. M. Barrenechea que, apresenta as classes de palavras em espanhol como classes funcionais. Reflectindo sobre a problemática dos critérios, argumenta que «La adopción de criterios va unida (...) en la lengua o en el habla.» (A. M. Barranechea 1963: 302) A opção teórica e metodológica tomada pela autora leva-a a escolher a análise sintagmática, considerando indispensável as relações que as palavras podem estabelecer com outras palavras nos esquemas frásicos. Para tal, a autora adopta o critério sintáctico baseando a sua análise nas frases bimembres (terminologia da autora), isto é, aquelas que são compostas por sujeito e predicado. No que ao advérbio diz respeito, defende-se, no estudo em questão, que estes têm como função fundamental a de modificadores circunstanciais do verbo³⁹³.

Seguindo os ensinamentos de A. Martinet, optámos por manter a terminologia *classe*, em detrimento do mais tradicional *categoría*, pois estamos a falar de monemas que, para pertencerem ao mesmo paradigma, deverão apresentar as mesmas compatibilidades.

«Les monèmes de même compatibilité forment une classe (...). Les monèmes de mêmes compatibilités appartiennent à des classes différentes lorsqu'ils ne s'excluent pas mutuellement.»³⁹⁴

O critério apresentado pela escola funcionalista, de orientação martinetiana, assenta no critério das compatibilidades, por oposição aos critérios tradicionais ou aos critérios distribucionais também geralmente utilizados. A. Martinet propôs o “exame das compatibilidades”, significando que as tradicionais partes do discurso são determinadas

³⁹² E. Coseriu 1978: 53-54.

³⁹³ Cf. A. M. Barranechea 1963: 307.

³⁹⁴ A. Martinet 1979: 9-10.

pelas compatibilidades das unidades significativas no enunciado. Assim, o autor identifica três tipos diferentes de monemas.

«De dois monemas compatíveis diremos ser o núcleo o que pode existir sem o outro; o determinante (ou satélite) aquele que pressupõe a presença do primeiro. Permite-nos isto opor os monemas que podem ser núcleos, e, portanto, receber determinações, aos que chamamos modalidades. [...] O terceiro tipo aqui considerado é o que só existe como elemento da relação entre outros monemas e pode por isso definir-se como sendo o que, para figurar no enunciado, exige a presença de dois outros monemas. É o que [...] se designa por funcionais (...).»³⁹⁵

Dentro desta perspectiva teórica, o advérbio só poderá ser um destes três tipos de monemas, e só a sua sintaxe individual permitirá chegar a conclusões sintácticas. Não podemos considerar um advérbio aleatoriamente retirado de um qualquer dicionário e atribuir-lhe a etiqueta de “nuclear” ou de “modalidade” ou de “periférico”, pois só o exame das suas compatibilidades em contexto sintáctico permitirá o alcançar de conclusões seguras. Só o contexto sintáctico possibilita a análise dos dados, conducentes às designações *supra*. No entanto, J. Feuillet faz notar que, da tentativa de classificação funcionalista, resultaram «(...) 24 classes auxquelles s’ajoutent les adverbes qui n’ont pas été divisés de peur d’un émiettement excessif.» (J. Feuillet 1988: 62) O autor considera que o funcionalismo não conseguiu dar a resposta adequada, e desejada, para a problemática da divisão das palavras em classes³⁹⁶, pelo que opta por um modelo sintáctico para a divisão das palavras em partes do discurso, apoiado na teoria defendida por P. Garde³⁹⁷.

³⁹⁵ A. Martinet 1995: 96. Posteriormente, veio a preferir-se o termo *conectores* para designar estes monemas, já que nem sempre assinalam uma função (cf. Clairis 2008: 78).

³⁹⁶ Defende J. Feuillet que: «On voit donc que l’école fonctionnaliste ne va pas jusqu’au bout de son principe d’analyse et qu’elle est obligée de procéder à divers regroupements. (...) on s’aperçoit qu’en regroupant en types, groupes et ensembles, on arrive à un inventaire proche de celui de la grammaire traditionnelle, à l’exception des diverses classes de modalités que le fonctionnalisme met sur le même plan que les autres.» (J. Feuillet 1988: 63).

³⁹⁷ Os princípios da classificação das palavras em partes do discurso, tal como P. Garde defende, assentam em três princípios básicos: os objectivos classificados são as palavras; a classificação é de carácter sintáctico; a noção sintáctica fundamental a ter em conta é a de dependência. Cf. J. Feuillet 1988: 63-65. Não constitui nosso objectivo desenvolver a teoria de P. Garde, pelo que nos limitamos a remeter para a fonte.

Como vimos no cap. II, o advérbio constitui uma categoria gramatical de que um número considerável de gramáticos suspeita e que teme. Dissemo-lo aí, e repetimo-lo, verdadeira “caixa de Pandora”, a classe do advérbio é, talvez, uma das mais heterogêneas e de difícil caracterização. O advérbio é a parte do discurso, é a classe de palavra mais comumente citada para dar exemplo do carácter heterogêneo, incoerente e, muitas vezes, arbitrário da classificação tradicional. Já B. Pottier sublinha que a tradição gramatical engloba na classe dos advérbios «tous les mots dont on ne savait que faire.» (B. Pottier 1962: 53), erro que, de certa forma, tivemos de reiterar ao conservar até agora uma definição negativa (provisória) de advérbio. O mesmo Pottier, anos mais tarde, faz notar o facto de o advérbio ser um dos conceitos mais mal definidos na gramática³⁹⁸. Também J. Feuillet resume a problemática da definição tradicional de advérbio.

«La classe de l’adverbe représente une des meilleures illustrations de la vacuité des définitions. On se sert de critères morphologiques (l’adverbe est “invariable”), de critères vaguement fonctionnels (l’adverbe “modifie” un autre élément, mais n’en est-il pas de même de l’adjectif, du complément de nom, de la relative, etc.?) et en dernier lieu de critères sémantiques puisque toutes les grammaires parlent de quantité, de négation, de manière, de lieu, de temps, etc.»³⁹⁹

Efectivamente,

«La pierre d’achoppement de toutes les théories fondées sur les parties du discours a toujours été l’adverbe (...).»⁴⁰⁰

E, atrevemo-nos a dizer, continua a sê-lo. Não podemos deixar de reconhecer, neste estudo, a relação estreita que existe entre a divisão das palavras em classes e o próprio advérbio; acreditamos que da primeira resulta a confusão de classificação e critérios que se verifica no estudo do advérbio. No entanto, não será nosso objectivo proceder ao estabelecimento de uma análise rigorosa dos critérios empregues

³⁹⁸ Cf. B. Pottier 1968: 217.

³⁹⁹ J. Feuillet 1981: 20.

⁴⁰⁰ J. Feuillet 1988: 68.

para a classificação das palavras em classes. Preocupemo-nos, agora, com a classe do advérbio.

Retomando a problemática com que iniciámos o tratamento da classe *advérbio* na tradição gramatical portuguesa – que aponta para o papel do verbo, por um lado, e para a função de “modificador” assumida pelo advérbio em relação a este (cf. cap. II), podemos analisar o seguinte exemplo e chegar também a uma classificação negativa, isto é, por exclusão de partes:

TABELA X - OS ADVÉRBIOS NA FRASE⁴⁰¹

Também ontem <u>caminhava</u> muito lentamente, inclusive muito mais devagar.
<ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Também</i> incide sobre <i>ontem caminhava muito lentamente</i>; ○ <i>Ontem</i> incide sobre <i>caminhava muito lentamente</i>; ○ <i>Muito lentamente</i> incide sobre <i>caminhava</i>; ○ <i>Muito</i> incide sobre <i>lentamente</i>; ○ <i>Inclusive muito mais devagar</i> incide sobre <i>caminhava</i>; ○ <i>Muito</i> incide sobre <i>mais devagar</i>; ○ <i>Mais</i> incide sobre <i>devagar</i>.
<ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Caminhava</i> – NV + F1 ○ <i>Ontem</i> – FC ○ <i>Muito lentamente</i> – FC ○ <i>Também</i> – FC ○ <i>Inclusive muito mais devagar</i> – Atributo Frásico (AT)

À partida diríamos, como o faz I. Bosque, que a única palavra que não é advérbio nesta sequência é **caminhava**, o NV. Todas as outras pertenceriam à classe do advérbio e modificariam, a partir desse núcleo, sucessivamente, os outros elementos da frase, incidindo sobre eles. No entanto, há que ponderar outras hipóteses. Sintacticamente, reconhecemos diferenças substanciais entre as diversas unidades linguísticas *a priori* classificadas como “advérbios”.

«La única razón para remitir a la misma clase ocho de las nueve palabras de la secuencia anterior es la de que carecen de flexión y modifican a alguna otra categoría, cuya naturaleza es, por cierto, muy diferente a cada caso.»⁴⁰²

⁴⁰¹ Exemplo extraído de I. Bosque 1998: 26.

⁴⁰² I. Bosque 1998: 26.

Com efeito, todos os “advérbios” da frase acima, não obstante modificarem-se uns aos outros, apresentam comportamentos sintácticos diferenciados. Consideramos que, na óptica da sintaxe funcionalista, uma classe só está legitimada quando é capaz de preencher autonomamente uma função sintáctica, ou, no mínimo, de estabelecer uma determinação. E, tendo em conta este pressuposto de base, ser-nos-á, acreditamos, mais fácil apontar as características sintácticas da classe da qual nos ocupamos: o advérbio.

Sintagmaticamente cada palavra estabelece relações sintácticas com as outras palavras da oração. A ideia de que se poderá considerar cada palavra isoladamente, atribuindo-lhe uma etiqueta morfológica é, para S. Gili Y Gaya um conceito que induz em erro para aquilo que deveria ser o verdadeiro estudo das classes de palavras.

«Cada palabra, (...) tiene exigencias propias de su naturaleza substantiva, adjetiva, verbal, adverbial, etc., independientemente de las funciones que pueda ejercer como sujeto, predicado, atributo, complemento, etc., o como integrante de estos elementos sintácticos.»⁴⁰³

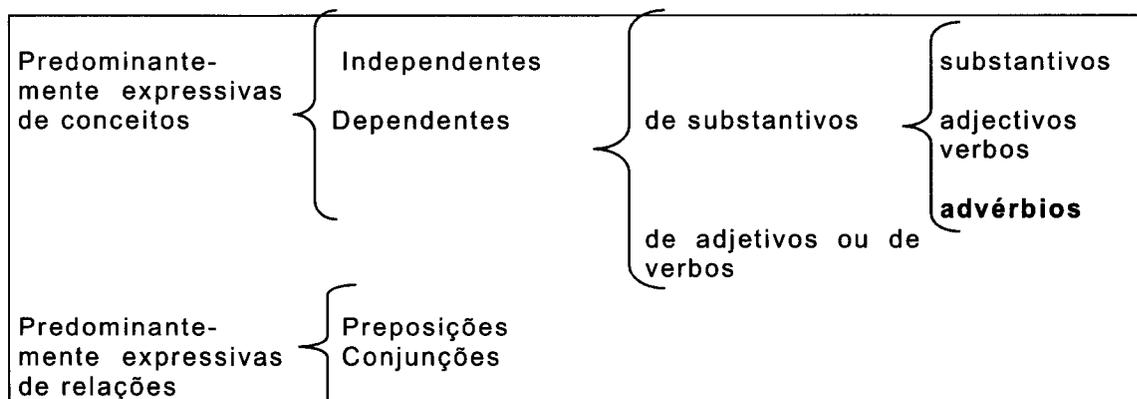
Tendo isto como pressuposto, e partindo, obviamente, de um ponto de vista funcional, o autor limita-se a identificar seis partes da oração: substantivo, adjectivo, verbo, advérbio, preposição e conjunção⁴⁰⁴.

S. Gili y Gaya entende o advérbio como uma das seis partes da oração e, no seu quadro sinóptico da classificação das palavras apresenta-o como uma palavra predominantemente expressiva de conceitos e dependente, como a seguir se mostra:

⁴⁰³ S. Gili y Gaya 1969: 97.

⁴⁰⁴ Cf. Gili y Gaya 1969: 99.

TABELA XI - O ADVÉRBIO NO QUADRO DAS CLASSES DE PALAVRAS⁴⁰⁵



O advérbio surge-nos, assim, como uma classe de palavras “dependente”, quer de adjetivos, quer de verbos, pois será sobre estas duas últimas classes que recairão as suas determinações. Não podemos, no entanto, deixar de reconhecer na explicação de S. Gili y Gaya alguma fragilidade. Referindo-se aos substantivos, adjetivos, verbos e advérbios, o autor defende que «Estas cuatro clases de palabras se completan y determinan semántica y funcionalmente entre sí, dentro del conjunto oracional.» (S. Gili y Gaya 1969: 99) Por outro lado, se considerarmos que substantivos, adjetivos, verbos, advérbios são dependentes, não poderíamos, a nosso ver, admitir que constituíssem uma função, o que, certamente, não acontece. Nesta perspectiva, só o substantivo seria unidade independente, logo unidade capaz de desempenhar função.

S. Gili y Gaya procede à análise dos dados linguísticos sob uma perspectiva lógica e não de um ponto de vista funcional. A escola teórica que lhe serve de base metodológica irá, como não poderia deixar de ser, condicionar os resultados a que chega. Pela nossa parte, e do ponto de vista funcional, queremos apurar se o advérbio se constitui como uma unidade da língua autónoma, podendo, desta forma, constituir também uma função sintáctica. Recorrendo-nos da perspectiva de outro autor, lembremos que M. A. Alvarez Martínez destaca cinco características que lhe permitem encarar o advérbio como entidade independente⁴⁰⁶. O advérbio constitui-se como sintagma, pois pode combinar-se com a curva entonacional e constitui-se como

⁴⁰⁵ Quadro adaptado de S. Gili y Gaya 1969: 101. (O destacado a negrito é nosso.)

⁴⁰⁶ Cf. M. A. Alvarez Martínez 2000: 49-50.

mensagem, podendo desempenhar uma função que lhe é exclusiva, a função circunstancial. O advérbio coincide com o substantivo e com o adjectivo para actuar como atributo de um verbo copulativo, isto é, como um núcleo nominal de um grupo sintagmático inferior à oração. Morfologicamente, o advérbio exhibe como característica a não manifestação de variação de género e de número, pelo que não pode aparecer junto ao artigo (admite, no entanto, gradação), e constitui-se como um paradigma muito reduzido, cuja ampliação só ocorre através de advérbios terminados em *-mente* ou pela criação de expressões adverbiais que se podem tornar fixas.

«Por todo ello, quizá no fuera aventurado afirmar que el adverbio se encuentra integrado en la clase o macro-categoría de los nombres, que comparte con los sustantivos y con los adjetivos.»⁴⁰⁷

Já em 1986 a autora defendia esta tese, ao aproximar o advérbio, não das preposições ou das conjunções, como tradicionalmente se fazia, mas ao agrupá-lo junto com o substantivo e o adjectivo.

«(...) todos ellos coinciden en poseer la capacidad de actuar como adyacentes verbales o como núcleos nominales en su propio grupo sintagmático.»⁴⁰⁸

Considera a autora que o critério eleito será o do funcionamento que estas unidades apresentam. O advérbio terá como principal missão funcionar como “aditamento” (a nossa FCnuc – cf. cap. III), sem que para tal necessite de uma unidade transpositora. Desta forma, o advérbio depende do verbo, possuindo a capacidade de actuar como núcleo nominal de um grupo sintagmático. Esta é também a opinião de E. Alarcos, que chega mesmo a considerar que o advérbio é uma sub-espécie de substantivo, pois ainda que «(...) cada adverbio, o cada grupo de adverbios, presenta combinatórias parcialmente diferentes, todas ellas son comunes con las que admitem las unidades sustantivas.» (E. Alarcos 1996: 136)

⁴⁰⁷ Cf. M. A. Alvarez Martínez 2000: 50.

⁴⁰⁸ M. A. Alvarez Martínez 1986: 161.

O estatuto do advérbio no seio do estudo sobre as classes de palavras foi-se alterando à medida que os séculos traziam novas e diferentes contribuições para o estudo linguístico. Desde a classificação proposta por Aristarco no séc. II a.C. (cf. cap. II, 1.1) que o advérbio tem vindo a ser considerado, pela generalidade dos gramáticos/linguistas, como uma classe de palavra de pleno direito. No entanto, a forma como foi sendo descrita sofreu ligeiras alterações sobre as quais já atrás tecemos algumas breves considerações, pelo que nos iremos centrar, de seguida, nas características particulares, isto é, distintivas, que permitem ao advérbio constituir-se como uma classe de palavra autónoma.

1.2 CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DO ADVÉRBIO

Como já foi dito por diversas vezes, e apenas o queremos reforçar, os advérbios formam uma classe de palavras bastante heterogénea, o que poderá tornar mais problemática a identificação de uma determinada palavra como pertencendo a este paradigma em particular. Se nos apoiarmos nos três critérios existentes e reconhecidos por um vasto conjunto de investigadores em linguística que atrás mencionámos (cf. cap. III, 3.1), talvez consigamos chegar a alguns padrões, esbatendo a heterogeneidade. Assim, iremos percorrer três critérios, separadamente, dando conta das principais características e influências de cada um deles a nível morfológico, a nível semântico e a nível sintático. Os dois primeiros critérios serão abordados de forma mais abreviada, visto que, no âmbito do nosso trabalho não será a morfologia e a semântica aquilo que será mais relevante. Não deixam de ser, no entanto, critérios complementares para o estudo do advérbio enquanto classe de palavra. Centrar-nos-emos nos aspectos sintáticos do advérbio, pois acreditamos que uma vez definida a sintaxe do advérbio, as questões morfológicas e semânticas poderão obter respostas mais definidas. Mesmo as

características morfológicas e semânticas serão analisadas tendo em conta a análise sintáctica, ou melhor, com vista à análise sintáctica.

1.2.1 Características morfológicas

Uma análise morfológica das formas adverbiais revela apenas uma regularidade, a formação por derivação com o sufixo *-mente*. Não nos é possível encontrar nos exemplos abaixo marcas morfológicas comuns a todas as formas:

Corpus – I VISÃO FC

V290905CAR0110	Na Lisboa desses tempos, a escola 24 não tinha grades, como hoje .
V290905CAR0111	«Percebo que tenha de ser assim , mas tenho pena.
V290905CAR0115	Foi ainda pelas ruas e folhagens de S. Miguel que Carmona Rodrigues começou a entender melhor o sexo feminino, disciplina que cultivaria com maior intensidade no Liceu Padre António Vieira, em Alvalade.
V290905CAR0117	Por esses anos, iniciou a amizade com Pedro Santana Lopes, que tremeu agora , por altura da escolha do candidato do PSD à Câmara de Lisboa.
V290905CAR0118	Já Manuel Maria Carrilho, de Lisboa é só filho adoptivo.

Os advérbios, como os destacados a negrito nos exemplos acima não apresentam qualquer regularidade morfológica entre si, a não ser o facto de não serem susceptíveis de alterações formais: **hoje**, **assim**, **ainda**, **agora**, **já** constituem-se como unidades significativas mínimas, monemas, cuja função sintáctica deverá ser determinada de acordo com o tipo de relação que as unidades em causa estabelecem com as outras unidades no plano sintagmático.

Os advérbios em *-mente* poderão ser considerados um verdadeiro oásis no imenso deserto ocupado pelos advérbios. Apresentam uma homogeneidade do ponto de vista morfológico, jamais encontrada nos outros advérbios. O conjunto que agrupa os advérbios derivados em *-mente* pertence a uma classe aberta, visto que o processo derivacional que lhes dá origem se constitui na língua como um processo muito

produtivo. Em Português Europeu os advérbios derivados em *-mente* têm a sua origem numa base adjectival feminina. No entanto, a homogeneidade morfológica não corresponde a uma homogeneidade quer no plano semântico, quer no plano sintáctico.

No plano semântico os advérbios em *-mente* fazem referência a diferentes domínios semânticos, comportamento em tudo semelhante aos dos outros advérbios:

- Modo
- Instrumento
- Tempo
- Espaço
- Quantidade
- Modalidade
- Ordenação
- Apreciação
- Entre outros...

A relação de derivação que está na origem do advérbio torna possível a aplicação de relações parafrásticas entre a forma em *-mente* e um complemento preposicional, como se comprova nos seguintes exemplos:

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060157	Ele discorre (é um exemplo) sobre as ilhas gregas, longamente e com um tal sentimento que as pessoas se comovem:
	Ele discorre (é um exemplo) sobre as ilhas gregas, de forma longa e com um tal sentimento que as pessoas se comovem:
PUB/A1607060339	É o que ele conta e escreveu, embora haja quem sustente que o salto para o outro lado foi dado voluntariamente por Shin.
	É o que ele conta e escreveu, embora haja quem sustente que o salto para o outro lado foi dado de modo voluntário por Shin.
PUB/A1607060366	Oficialmente viu também a luz um ano mais tarde do que na verdade aconteceu.
	Na versão oficial viu também a luz um ano mais tarde do que na verdade aconteceu.

A paráfrase adjectival é, de facto, uma característica particular dos advérbios em *-mente* de base adjectival, os quais podem ser substituídos pela construção sintáctica com conector:

PREP + **NOME** ADJECTIVO



A paráfrase nominal também é possível com este tipo de advérbios. Sublinham C. Molinier e F. Levrier⁴⁰⁹ que será na paráfrase *prudentemente* = *com prudência*, invocada pelos gramáticos desde os séculos XVII e XVIII, que se baseia a teoria clássica segundo a qual um advérbio vale tanto como uma preposição seguida de substantivo. É evidente que esta relação só é verificada nos advérbios modificadores de verbo, não podendo o mesmo acontecer com os advérbios de frase⁴¹⁰. Comprovemos através de exemplos retirados do corpus:

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060581	A sociedade trata-a cruelmente , apesar de ela ser pobre.
	A sociedade trata-a com crueldade , apesar de ela ser pobre.
PUB/A1607060602	Iluminado simplesmente por uma candeia de azeite, o retábulo em madeira e tecidos às florinhas acolhe um milagre em miniatura, chamado Bonecos de Santo Aleixo (BSA).
	Iluminado com simplicidade por uma candeia de azeite, o retábulo em madeira e tecidos às florinhas acolhe um milagre em miniatura, chamado Bonecos de Santo Aleixo (BSA).

A análise dos exemplos permite-nos concluir que qualquer palavra formada com o sufixo *-mente* a partir uma base adjectival feminina constitui-se como advérbio, quer funcione como elemento determinante

⁴⁰⁹ C. Molinier e F. Levrier apresentam um estudo bastante pormenorizado sobre os advérbios formados por derivação em *-mente*. Movendo-se num quadro teórico cuja referência é a gramática transformacional na versão de M. Gross, apresentam nove grandes classes de advérbios em *-mente*, as quais correspondem a nove grandes tipos de funções, três para os advérbios chamados de frase e seis para os advérbios integrados na proposição, isto é, ligados directamente ao verbo. Defendem, igualmente, que estas classes são geralmente homogéneas do ponto de vista semântico. Os advérbios de frase, os focalizadores, são apontados como uma classe fechada, visto que os seus elementos tendem a lexicalizar-se; já as outras classes tendem a ser classes de inventário aberto. Cf. C. Molinier, F. Levrier 1999: 44-51.

⁴¹⁰ Cf. C. Molinier, F. Levrier 1999: 42.

num sintagma, quer funcione como monema autónomo que preenche uma função sintáctica dentro da frase.

Num processo que E. Alarcos designou por “adverbialização de adjectivos”⁴¹¹ podemos dar conta do facto de muitos adjectivos funcionarem, do ponto de vista sintáctico como “adjacentes circunstanciais” (terminologia de E. Alarcos). Ao perder a variabilidade em género e número, o adjectivo adopta as características do advérbio. Podemos comprovar esta teoria de E. Alarcos com o seguinte exemplo retirado do nosso *corpus*.

Corpus I – VISÃO FC

V290905JUS0201	O Outono começou quente no sistema judicial.
----------------	---

No exemplo acima, **quente** é um monema que exerce uma determinação incidente sobre o NV *começou*, exercendo na frase a função sintáctica identificada como FCper (cf. cap. III). No entanto, qualquer dicionário mais ou menos especializado, define morfologicamente **quente** como um adjectivo uniforme, isto é, que não apresenta a normal variação em género e número. Numa frase como *O Verão é quente*, identificamos um NV *é*, uma FS *O Verão* e um NPS, preenchida pela unidade **quente**, morfologicamente classificada como sendo um adjectivo. No entanto, a frase do *corpus* mostra-nos uma outra realidade:

✓ *O Outono começou quente no sistema judicial.*

FS NV FCper FCper

O que poderíamos considerar à partida um adjectivo, **quente**, é na verdade um advérbio, visto que podemos comutá-lo por uma unidade pertencente ao paradigma adverbial, pode ser comutado pela sua ausência, admite mobilidade e o seu âmbito de incidência é o NV.

✓ *O Outono começou **assim** no sistema judicial.*

✓ *O Outono começou \emptyset no sistema judicial.*

✓ *O Outono começou no sistema judicial **quente**.*

⁴¹¹ E. Alarcos 1996: 128-129.

A unidade monemática em causa ocupa o paradigma destinado às unidades que na frase desempenham a função sintáctica identificada como FC. No entanto, há que advertir que esta comutação por advérbio aplicada a um elemento tão mutável pode constituir precisamente um dos entraves ao estabelecimento de critérios seguros. Se tudo pode ser comutado por advérbio, constituirá este um critério válido para o estabelecimento da classe? É esta a questão que se nos coloca agora (cf. cap. III, 2.2).

No que respeita à variação em grau, podemos dizer que alguns advérbios admitem este tipo de variação, embora não seja uma característica generalizada.

Corpus – I VISÃO FC

V290905CAR0115	Foi ainda pelas ruas e folhagens de S. Miguel que Carmona Rodrigues começou a entender melhor o sexo feminino, disciplina que cultivaria com maior intensidade no Liceu Padre António Vieira, em Alvalade.
----------------	---

É preciso ter em atenção que, se uma forma varia em grau, não podendo o superlativo relativo ocorrer isolado, estamos perante um advérbio.

- ✓ *Paulo lê o mais depressa possível.*
- ✓ **Paulo lê o mais depressa.*

V290905CAS0404	Afastada a hipótese de coligação com os partidos minoritários – os democratas-cristãos (CDU) não conseguiram seduzir os Verdes e os Liberais (FDP) mantiveram a promessa de não se associar aos sociais-democratas do SPD -, o cenário de Grande Coligação é agora o mais provável .
	* Afastada a hipótese de coligação com os partidos minoritários – os democratas-cristãos (CDU) não conseguiram seduzir os Verdes e os Liberais (FDP) mantiveram a promessa de não se associar aos sociais-democratas do SPD -, o cenário de Grande Coligação é agora o mais.

No exemplo acima podemos observar que o sintagma *o mais depressa possível* desempenha em relação ao NV, a **FC**. Estamos perante um sintagma adverbial, cujo núcleo é constituído pelo advérbio no grau superlativo relativo, o que exige a presença do adjectivo

possível. O mesmo acontece no caso da construção seguinte, ainda que aqui a construção sintáctica com *ser* no NV torne obrigatória a presença de *provável*. No entanto, à obrigatoriedade da presença de *mais* não será alheia a comparação que está aqui implícita. Por outro lado, também deveremos assinalar que *o mais provável* sofre a incidência do advérbio *agora*, o qual ocupa na estrutura sintáctica uma posição periférica. De facto, seria admissível *O cenário de Grande Coligação é o mais provável*, mas não *O cenário de Grande Coligação é agora*. Assim se demonstra que o sintagma *o mais provável* desempenha em relação ao NV uma função sintáctica nuclear, ao passo que *agora* terá uma função periférica. Retomando o primeiro exemplo apresentando: *O Paulo lê o mais depressa possível*, verificamos que:

✓ *Paulo lê depressa ∅*.

✓ *Paulo lê ∅ o mais possível*.

Sendo duas frases sintacticamente admissíveis, nenhuma delas encerra uma função sintáctica nuclear após o NV: *Paulo lê*. Assim, *mais* incide sobre *depressa* e *mais depressa* incide sobre *possível*, funcionando no seu conjunto como uma FCper, preenchida por um sintagma. Recordando o que foi dito no cap. III sobre este assunto, e não querendo admitir um comportamento marginal dos monemas em causa, limitamo-nos a sugerir o que teria de ser explorado noutra contexto, a possibilidade de um destes monemas não funcionar aqui como advérbio, ou de haver subclasses (cf. *infra* esta mesma solução, aplicada por E. Alarcos ao problema de *ya / já*). A questão cruza-se, evidentemente, com a do número e estatuto sintáctico de espaços funcionais a considerar, mas cremos ser solução demasiado cómoda optar por estabelecer, apenas para resolver este problema, que se trata de functemas distintos, o que seria o caso se falássemos em FCnuc e FCper. Por outro lado, a obrigatoriedade de *possível* só pode ser considerada em caso de graduação. Encontramos aqui a mesma situação problemática de exemplos vistos no cap. III:

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207060429	O jogo foi fraquinho, como tantos outros deste Mundial, que, do ponto de vista do espectáculo, continua quase só a valer pela meia dúzia de golos fenomenais
-----------------	---

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continua Ø só a valer pela meia dúzia de golos... ▪ *Continua quase Ø a valer pela meia dúzia de golos... ▪ Continua Ø Ø a valer pela meia dúzia de golos... 	
PÚB/O0207062604	O último termo, quase só usado em França e mais recente, foi mesmo recusado para nomear o novo Museu do Quai Branly aberto a 23 de Junho em Paris, um projecto em que se envolveu pessoalmente o Presidente francês Jacques Chirac.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ø só usado em França e mais recente... ▪ * quase Ø usado em França e mais recente... ▪ Ø Ø usado em França e mais recente... 	

Não podemos, contudo, deixar de notar que será possível vermos estes casos como outros tantos exemplos de gradação, o que abriria caminho a uma investigação sobre os contextos em que os advérbios se determinam mutuamente se um deles funcionar como “coadjuvante” de grau (em sentido lato), ou seja, como “verdadeiro” advérbio, sendo o outro uma espécie de adjectivo. É, por isso, uma questão que permanece em aberto.

As propriedades morfológicas apresentadas não se constituem como suficientes para considerar a instauração de uma classe de palavras em particular. As características acima apresentadas são características gerais que tocam características de outras classes de palavras. Daí que consideremos imprescindível avançar para os outros dois critérios, de forma a encontrarmos algumas regularidades que permitam a instauração da classe de palavras denominada **advérbio**.

1.2.2 Características semânticas

O significado dos advérbios é muito variável. Podem ter uma função avaliativa e estar orientados para o falante, mas também podem estar orientados para o processo e ter uma função qualitativa. Não podemos generalizar o sentido do advérbio, pois ele é demasiado abrangente. Assim, partindo das classes semânticas tradicionais poderemos avançar algumas reflexões.

Tradicionalmente, identificavam-se cerca de treze valores semânticos para o advérbio, havendo autores que identificam menos e outros mais subclasses semânticas⁴¹² (Cf. cap. II, 1.1 e 1.2):

- a) Advérbios de afirmação: *sim, certamente, efectivamente, realmente.*
- b) Advérbios de dúvida: *acaso, porventura, possivelmente, provavelmente, quiçá, talvez.*
- c) Advérbios de intensidade: *assaz, bastante, bem, demais, mais, menos, muito, pouco, quanto, quão, quase, tanto, tão, etc.*
- d) Advérbios de lugar: *abaixo, acima, adiante, aí, além, ali, aquém, aqui, através, cá, defronte, dentro, detrás, foram, junto, lá, longe, onde, perto, etc.*
- e) Advérbios de modo: *assim, bem, de balde, depressa, devagar, mal, melhor, pior, e quase todos os terminados em -mente, fielmente, levemente, etc.*
- f) Advérbios de negação: *não*
- g) Advérbios de tempo: *agora, ainda, amanhã, anteontem, antes, breve, cedo, depois, então, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde, etc.*
- h) Advérbios interrogativos: *por que? Onde? Como? Quando?*
- i) Advérbios relativos: *onde*
- j) Advérbios de ordem: *primeiramente, ultimamente, depois, etc.*
- k) Advérbios de exclusão: *exclusive*
- l) Advérbios de inclusão: *inclusive*
- m) Advérbios de designação: *eis*

Neste quadro de análise, não podemos deixar de admitir a existência de advérbios polissémicos, pois uma mesma unidade lexical irá adquirir significados diferentes de acordo com o contexto em que é utilizada. Com todos os problemas que esta divisão coloca, por misturar critérios e denotar realidades, não nos deteremos sobre ela. Será o contexto em que cada unidade aparece que irá, em última instância, determinar o seu sentido. O uso será, desta forma, determinante para apurar as variações significativas do advérbio. No entanto, não

⁴¹² A listagem de exemplos aqui apresentada resume o que as gramáticas dizem a respeito da classificação semântica do advérbio.

deveremos incorrer na armadilha de apontar tantos significados quantos os usos a que cada unidade está sujeita, o que levaria a uma análise de tal forma exaustiva que se tornaria inoperante. Não esqueçamos que o princípio da economia, tal como defendido por A. Martinet, se aplica a todos os aspectos relacionados com a língua, quer seja do ponto de vista da metalinguística, quer seja do ponto de vista do próprio uso da língua enquanto instrumento de comunicação.

R. Jackendoff propõe uma distinção semântica do advérbio, “orientado para o sujeito” e “orientado para o emissor”⁴¹³. Os advérbios que predicam sobre o sujeito são geralmente entendidos como “advérbios orientados para o sujeito”, enquanto os “advérbios orientados para o emissor” se caracterizam por denotarem um grau de avaliação por parte do falante. A. Costa e J. Costa sugerem, no entanto, que a designação “orientado para o sujeito” seja substituída pela de “orientado para o agente”, por esta última ser uma designação mais abrangente que a primeira⁴¹⁴. Observemos, contudo, que a orientação para o sujeito põe a tónica numa função sintáctica, ao passo que a orientação para o agente se reporta ao papel semântico, ou seja, trata-se de dois níveis diferentes.

Também a divisão entre advérbios de *foco* e advérbios de *realce* tem a sua origem na semântica.

«A função dos advérbios *só, somente e unicamente* nestas frases é a de focalizar um determinado constituinte. Este processo de focalização tem como consequência uma interpretação de exaustividade.»⁴¹⁵

Normalmente, situam-se numa posição pré-verbal, restringindo o âmbito de abrangência do NV. Concretizemos através de alguns exemplos.

Corpus – III PÚBLICA FC

PUB/A1607060417	Essa vontade só se concretizou em 1981, quando a UICN decidiu financiar um projecto para seguir lobos com telemetria.
PUB/A1607060560	— Agora só estou de férias por causa dos exames.

⁴¹³ Cf. R. Jackendoff (1972) – *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. MA: MIT Press.

⁴¹⁴ Cf. A. Costa, J. Costa 2001: 24-25.

⁴¹⁵ A. Costa, J. Costa 2001: 25.

PUB/A1607060653	Logo após o 25 de Abril, a Secretaria de Estado da Cultura ainda fez uma tentativa para reactivar os BSA, mas só em 1978 se concretizou o projecto de conservação do Centro Cultural de Évora (actual Cendrev), assumido por um grupo de jovens actores empenhados na descentralização cultural.
-----------------	---

A função destes advérbios é a de realçar ou enfatizar um determinado elemento. O “realce” aliado ao advérbio surge em C. Cunha e L. Cintra como uma posição assumida pelo adjunto adverbial, cujo objectivo será o destaque dessa mesma função sintáctica⁴¹⁶. O que está, deste modo, em causa será o escopo do advérbio, isto é, a determinação que ele irá exercer sobre um ou mais elementos da frase. A. Costa e J. Costa sublinham que «(...) a sua função é a de realçar ou enfatizar um determinado constituinte (...).» (A. Costa, J. Costa 2001: 27)

Outros advérbios também têm esta capacidade de realce ou foco. Como constatamos nos exemplos *infra*:

Corpus – III PÚBLICO FC

1.	PUB/A1607060307	O enigma deve estar para durar, como é costume em tudo o que diz respeito à Coreia do Norte, incluindo até as razões que levaram a que, no passado dia 5 Kim Jong- il tivesse levado por diante aquela que foi considerada, por analistas ocidentais, como a sua maior provocação desde que chegou ao poder, em 1994.
2.	PUB/A1607060345	Ao seu dispor terá mais de 20 mil filmes americanos e nos anos 70 até escreveu uma livro sobre a sétima arte.
3.	PUB/A1607060350	Beberá até desmesuradamente.

Nos três exemplos apresentados detectamos o emprego do advérbio *até* com uma função semântica essencialmente de realce em relação ao que se diz. De facto, em qualquer dos exemplos *até* poderia ser retirado (comutação por zero) sem que a estrutura sintáctica da frase fosse afectada:

3. *Beberá até desmesuradamente.*

⁴¹⁶ C. Cunha, L. Cintra 1984: 542.

Beberá Ø desmesuradamente.

Podemos, por conseguinte, concluir que o papel semântico destes advérbios, se bem que essencial do ponto de vista informativo, não o será do ponto de vista sintáctico.

1.2.2.1 O advérbio "já"

O advérbio *já* possui valores muito complexos, exibindo comportamentos que o distinguem dos outros advérbios. Não pretendemos desenvolver um estudo sobre esta unidade em particular, mas apenas mostrar um pouco a complexidade que esta pequena unidade monemática acarreta⁴¹⁷. *Já* pode ser estudado sob diferentes perspectivas, relacionando-o com a *deixis*, com a negação, com a modalidade e com o tempo⁴¹⁸, mas é a sua capacidade de actuar como FC que nos importa averiguar.

Em 1982 E. Alarcos⁴¹⁹ defende que o advérbio *ya* é, tal como outros advérbios de tempo, uma classe especial de substantivos capaz de preencher a função que o autor denomina de "aditamento". Numa sequência como *Ya podemos empezar*, defende o autor que existe a possibilidade de ocorrer uma transposição com */que/*², o transpositor com valor temporal. Assim, admite-se uma estrutura como *Ya que has venido podemos empezar*. E. Alarcos argumenta que face a esta evidência, e a outras largamente exploradas no seu trabalho, é possível deduzir,

«(...) que algunos de estos llamados advérbios son en realidad una subclase del nombre, utilizados solo en la función de aditamento, pero con la misma capacidad de ser determinados por términos adyacentes transpuestos com */que/*².»⁴²⁰

⁴¹⁷ Destacam-se dois trabalhos de vulto sobre o advérbio *ya* (*já*), ambos para a língua castelhana. O primeiro data de 1973 da autoria de J. M. Urdiales Campos e intitula-se *Valores del Ya*; o segundo, mais recente, de J. L. Giron Alconchel data de 1991 e intitula-se *Tiempo, modalidad y adverbio (Significado y función del adverbio "ya")*.

⁴¹⁸ Cf. J. L. Giron Alconchel 1991: 7-14.

⁴¹⁹ Cf. E. Alarcos 1982: 307-341.

⁴²⁰ E. Alarcos 1982: 329-330.

Apesar de reconhecermos esta proximidade de funcionamento não podemos deixar de dizer que funcionalmente, e de um ponto de vista sincrónico, advérbio e substantivo constituem-se como duas classes de palavras autónomas e perfeitamente independentes⁴²¹. Devemos considerar que a função prototípica do advérbio é a de FC, não a de modificador do adjectivo ou do próprio advérbio, embora também o possamos encontrar em cumprimento dessas funções.

Corpus II – PÚBLICO FC

1.	PÚBL/O0207060115	esqueceram-se, esqueceram-se... que a Inglaterra já por cinco vezes fica pelo caminho nos desempates por penaltis.
2.	PÚBL/O0207060121	Tivesse Ricardo defendido menos um e a probabilidade já seria outra.
3.	PÚBL/O0207060407	Como a Inglaterra não tem presidente e os 80 anos da Rainha Isabel II já são não recomendam o desporto de alto rendimento, se voltar a ter de baterse nos penaltis com Ricardo, o próximo seleccionador inglês vai querer ter a seu lado Tony Blair para o que der e vier...
4.	PÚBL/O0207060412	Não apenas a história do futebol português, porque isso já ele o tinha conseguido há dois anos quando atirou as luvas para dentro da baliza e parou o penalti do (também...) inglês Vassel.
5.	PÚBL/O0207060413	Já havia nove guardaredes, incluindo o alemão Schumacher e o argentino Goycochea, que tinham defendido dois penaltis num jogo do Mundial.
	PÚBL/O0207060427	O título (“Uma actuação heróica da Inglaterra) já é esclarecedor, o que se confirma pela passagem em que diz que “os ingleses foram melhores do

⁴²¹ Quanto a esta opinião de E. Alarcos não podemos deixar de recordar os sábios ensinamentos de António de Morais Silva que na sua *Epítome de Grammatica da Língua Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1806, em Lisboa, apresenta uma visão bastante inovadora para a época. Defende que os advérbios «(...) não são uma parte ellemtar das sentenças, porque todos elles são nomes, e talvez combinados com attributivos e regidos de preposições claras, ou occultas, que por brevidade se omittem, e também se exprimem.» In A. Morais Silva 1806: 65. Trata-se esta afirmação de Morais bastante arrojada para a época, mas que certamente o autor considerava como uma hipótese com viabilidade. Estes primeiros “desvios” encontram depois reflexo em autores como E. Alarcos que encaram o advérbio como uma subclasse do nome. Eliminando a classe do advérbio, seriam muitos os problemas resolvidos, ou melhor, transferidos para uma outra classe, a do nome.

6.		que Portugal”, o único momento em que se refere à selecção portuguesa.
7.	PÚB/O0207060434	Provavelmente, a globalização também já se nota no futebol...
8.	PÚB/O0207060435	Mas Eriksson até esteve melhor no “banco” do que Scolari, que, em vez de investir em Postiga, bem podia ter gasto a última substituição num suplemento vitamínico chamado Paulo Ferreira, numa altura em que as pernas da generalidade dos portugueses já não respondiam ao que lhes pedia a cabeça.

Nestes nove exemplos retirados do **Corpus II** podemos notar que existe alguma regularidade na distribuição da unidade em análise:

o **FS já NV**

Invariavelmente, verificamos que o advérbio *já* se encontra entre a FS e o NV. Nos exemplos acima apresentados, verifica-se uma única excepção, quando uma FCD precede a própria FS e a unidade em apreço: *isso já ele o tinha conseguido*. No entanto, tal não irá alterar as afirmações antecedentes, visto que o exemplo demonstra um caso de topicalização em que o sintagma que desempenha a FCD é colocado no início da frase com objectivos meramente pragmáticos. Note-se, também, que a FCD aparece manifestada descontinuamente ao longo do enunciado: *isso* e *o*, o que só reforça a teoria da topicalização.

4. Isso já ele o tinha conseguido há dois anos.

Ele já tinha conseguido isso há dois anos.

Corpus IV – EXCERTOS FC

NHLP0107	Àquela hora da manhã, o ministro da Guerra, Leónidas de Távora, já autorizara o 3.º Regimento de Cavalaria a comprar cem pacotes de papel higiénico, recusando os duzentos que haviam sido solicitados, sublinhando no duto despacho que era necessário fazer poupanças e, ainda, porque, estando o país em guerra, ficava na opinião pública a impressão de que a tropa se borrava de medo.
NHLP01147	— Já passou.
NHLP01153	O Tarso já chegou?

Nos três exemplos apresentados volta a confirmar-se a posição pré-verbal da unidade *já*. No entanto, esta unidade não tem posição fixa na linearidade da estrutura frásica, pois tanto é gramatical *já autorizara o 3.º Regimento de Cavalaria* como *autorizara já o 3.º Regimento de Cavalaria*. Acreditamos que a opção por uma posição pré ou pós-verbal se relaciona mais com questões de ordem pragmática do que com questões sintácticas. A sua função consiste em expressar uma ideia de ruptura na relação que se estabelece com a situação anterior.

A. Castro e J. Costa apontam para o advérbio *já* a hipótese de integrar um grupo de advérbios que se caracterizam por ter um comportamento “fraco”. Os autores defendem que estes advérbios não podem ser modificados, não podem ser coordenados e não podem ser reduzidos⁴²², características atribuídas tipicamente a formas fracas. O advérbio *já* pode surgir em posição pré-verbal em contextos típicos de ênclise, como no exemplo *Eu tinha já três livros*, ou *Eu já tinha três livros*. Outra característica apontada pelos autores assenta no facto de o advérbio *já* poder acompanhar o verbo quando este se desloca, característica que mencionámos no cap. III quando sublinhámos a dependência da FCnuc do NV.

Acreditamos, no entanto, que o comportamento particular do advérbio *já* resulta não do facto de este ser uma “forma fraca”, mas do facto, sintáctico, de incidir sobre o elemento que imediatamente o segue ou precede. Confirmemos esta situação com alguns exemplos do *corpus*:

Corpus I – VISÃO FC

1.	V290905CAR0118	Já Manuel Maria Carrilho, de Lisboa é só filho adoptivo.
2.	V290905CAR01109	Desmistifique-se já aqui a promessa de fazer um jardim em cada bairro.
3.	V290905JUS0202	A contestação já chegou às magistraturas.
4.	V290905CAS0519	No ano passado, 42% das parturientes tinha já entre 30 e 39 anos.

⁴²² Cf. A. Castro, J. Costa 2002: 109.

1. Já Manuel Maria Carrilho, de Lisboa é só filho adoptivo.

FS

2. Desmitifique-se já aqui a promessa de fazer um jardim em cada bairro.

FC

3. A contestação já chegou às magistraturas.

NV

4. No ano passado, 42% das parturientes tinha já entre 30 e 39 anos.

NV

Os exemplos acima mostram que *já* incide directamente sobre um dos elementos da frase, quer este seja o NV, a FS, a FCD ou até mesmo outra FC. Este advérbio não pode desempenhar nunca o papel de atributo frásico já que, do ponto de vista sintáctico, carece de possibilidade de incidir sobre a frase; a sua incidência está limitada aos elementos que estão na sua vizinhança directa (cf. cap. III, 3.1.4).

1.2.2.2 Os advérbios “só”, “apenas”, “somente”

Tradicionalmente integrados no subconjunto dos advérbios de exclusão, *só*, *apenas*, *somente* fornecem uma carga semântica muito específica.

Vejamos alguns exemplos:

Corpus III – PÚBLICA FC

Essa vontade **só**

1. PUB/A1607060417

3.		um grupo de jovens actores empenhados na descentralização cultural.
4.	PUB/A1607060706	Só os tempos verbais permitem a pluralidade publicitária:
5.	PUB/A1607060769	Para norte, acabam-se as campanhas contra “o sida”, só fica a Coca-Cola.

Nos cinco exemplos apresentados, só assume sempre a posição pré-verbal, sendo essa a sua posição preferencial.

1. Essa vontade só se concretizou em 1981.

FS FC NV FC

Comutação por zero: *Essa vontade concretizou-se em...*

Mobilidade: *Só se concretizou essa vontade em...*

2. Agora só estou de férias por causa dos exames.

FC FC NV NPS FC

Comutação por zero: *Agora estou de férias por causa...*

Mobilidade: *Só estou agora de férias por causa dos exames.*

3. (...) mas só em 1978 se concretizou o projecto de construção...

FC FC NV FCD

Comutação por zero: *em 1978 concretizou-se o...*

Mobilidade: *Concretizou-se só em 1978...*

4. Só os tempos verbais permitem a pluralidade publicitária.

FC FS NV FCD

Comutação por zero: *Os tempos verbais permitem...*

Mobilidade: *Os tempos verbais só permitem a pluralidade...*

5. (...) só fica o Coca-cola.

FC NV FCD

Comutação por zero: *Fica o Coca-cola.*

Mobilidade: *Fica só o Coca-cola.*

O monema só não consegue exercer uma determinação muito abrangente, isto é, o seu âmbito de incidência é, normalmente, a unidade que está imediatamente antes ou depois da sua própria ocorrência. A sua zona de influência está limitada; quando se trata do verbo, o advérbio só posiciona-se antes do NV (exs. 1, 2 e 5); nos casos em que o advérbio só incide sobre um dos complementos, a posição preferencial também é a antecedente.

A mobilidade desta unidade estará condicionada pelo seu âmbito de incidência (cf. novamente cap. III, 3.1.4). O ex. 4 mostra como a mobilidade, ainda que possível, leva à alteração da incidência. Neste exemplo só incide sobre a FS, mas a sua deslocação para outro ponto da frase faz com que também a incidência se desloque recaindo sobre o NV ou sobre a FCD (cf. *os tempos verbais só permitem a pluralidade publicitária; os tempos verbais permitem só a pluralidade publicitária*).

Apenas também implica, do ponto de vista semântico, restrição; sintacticamente o que será de notar é que o âmbito de incidência estará sempre muito próximo da unidade. *Apenas* pode por si só desempenhar a FC, exercendo uma determinação inter-sintagmática, mas também pode fazer parte de um sintagma, independentemente da função sintáctica que este possa vir a desempenhar, aí exercendo a sua determinação.

Corpus I – VISÃO FC

1.	V290905CAS0418	Para já, as atenções vão concentrar-se nos 219 mil eleitores de Dresden que, devido à morte de uma candidata local, apenas podem votar este Domingo, 2 de Outubro.
2.	V290905CAS05102	Situação pior só a vivida na Alemanha, onde as políticas de apoio à maternidade incentivam apenas o regresso das mulheres a casa.
3.	V290905ALO0617	Para Alonso, ser campeão era apenas uma questão de tempo.
4.	V290905ALO0619	A exuberância dos festejos, em tudo contrastante com a sobriedade que sempre demonstra, em pista e fora dela, apenas surpreendeu os que confundem com arrogância o seu forte amor próprio.
5.	V290905TER0805	Lançou, assim, as bases para a criação do terceiro maior grupo energético do mundo, com o aparente beneplácito das autoridades europeias que, há apenas nove meses, recusaram o formato proposto por Portugal para a integração do negócio do gás na EDP.

6.	V290905CAS0415	Posteriormente, o SPD anunciou uma «concessão»; Schroeder assumiria o cargo apenas durante os 18 meses do mandato, de forma a «oferecer» a presidência alemã da EU a Merkel (prevista para o primeiro semestre de 2007).
7.	V290905CAS05103	No Leste, existia uma rede de creches, mas, após a unificação, ficaram cobertas apenas 3% das necessidades, a preços exorbitantes.

1. **Apenas podem votar este Domingo.**

 NV FC

Comutação por zero: *Podem votar este Domingo.*

Mobilidade: *Podem votar apenas este Domingo.*

2. (...) **as políticas de apoio à maternidade incentivam apenas o regresso das mulheres a casa.** FS NV  FC

FCD

Comutação por zero: *as políticas de apoio à maternidade apenas incentivam o regresso das mulheres a casa.*

Mobilidade: *as políticas de apoio à maternidade incentivam o regresso das mulheres a casa.*

3. (...) **era apenas uma questão de tempo.**

NV FC  NPS

Comutação por zero: *era uma questão de tempo.*

Mobilidade: *era uma questão de tempo apenas.*

4. (...) **apenas surpreendeu os que (...)**

FC  NV

Comutação por zero: *surpreendeu os que...*

Mobilidade: *surpreendeu apenas os que...*

5. **Há apenas nove meses.**

NV FC  NPS

Comutação por zero: *Há nove meses.*

Mobilidade: *Há nove meses apenas.*

Nos exemplos acima apresentados verificamos que *apenas* goza de mobilidade na frase, ainda que não seja uma mobilidade tão ampla como a demonstrada por outros monemas da mesma classe. Pode aparecer antes ou depois do NV e, assim, não provoca alterações da estrutura sintática da frase.

Outros exemplos com o monema *apenas*:

6. *Posteriormente, o SPD anunciou uma “concessão”, Schroeder assumiria o cargo **apenas durante os 18 meses do mandato...***



7. *No Leste, existia uma rede de creches, mas, após a unificação, ficaram cobertas **apenas 9% das necessidades.***



Nos exemplos acima *apenas* exerce uma determinação intra-sintagmática, não exercendo qualquer função sintática. Será o sintagma em que se insere *apenas* que na sua totalidade exerce a FC: *apenas durante os 18 meses de mandato; apenas 9% das necessidades*. Trata-se, portanto, de uma determinação intra-sintagmática (cf. *infra*, 2.2).

A unidade *somente* tem um uso bastante restrito, tanto que no conjunto do *corpus* utilizado encontramos apenas uma referência.

Corpus III – PÚBLICA FC

PUB/A1607060636	“Normalmente, fala-se dessas coisas como se pertencessem somente ao passado, mas aqui temos um exemplo vivo disso”, comenta McCormick.
-----------------	---

O âmbito de incidência de *somente* no exemplo acima será o NV, sobre o qual exerce a sua zona de influência. A comutação é possível, mas apenas para a posição pré-verbal e a sua eliminação também não provoca danos na estrutura sintática.

1.2.2.3 Os advérbios “nunca”, “jamais”

Os advérbios *nunca*, *jamais* demonstram uma polaridade negativa, pelo que a posição preferencial a assumir será a posição pré-verbal. Isto porque, em Português Europeu, a marca de negação vem predominantemente na posição pré-verbal. Colocados em posição pós-verbal necessitam de uma frase que contenha a negação.

Corpus IV- EXCERTOS FC

1.	CF02264	Há imagens de filmes da Teresa que me acompanham até hoje, e que nunca saíram do papel.
2.	NITA04306	Sempre crítica em relação a tudo e a todos, acabou por ajudá-la, ao chamar-lhe a atenção para o seu temperamento demasiado impulsivo, para a sua faceta exageradamente protectora e por vezes sufocante, para a sua excessiva exigência consigo própria que acabava por se estender aos outros, e alguns outros vícios de comportamento de que ela nunca se tinha apercebido.
3.	NITA04312	Rita jamais esqueceria que ela a acompanhara em momentos difíceis e, apesar da ruptura desastrosa, acreditava que o amor uma vez que acontece, nunca mais pode morrer.
4.	OMS0602	Porque é que nunca conseguimos desenvolver-nos sem conseguirmos vislumbrar o pormenor insignificante que nos tornaria viáveis?
5.	OMS0637	Nunca lhe disse isto, apesar de já ser minha mulher há quinze anos.

1. Há imagens de filmes da Teresa que me acompanham até hoje, e que **nunca** saíram do papel.

NV

Há (...) que saíram **nunca do papel.*

*Há (...) que **não** saíram **nunca** do papel.*

Corpus IV- EXCERTOS FC

1.	NITA04312	Rita jamais esqueceria que ela a acompanhara em momentos difíceis e, apesar da ruptura desastrosa, acreditava que o amor uma vez que acontece, nunca mais pode morrer.
2.	NITA04313	Duas almas que um dia se encontraram, jamais deixarão de se reconhecer e amar,

		embora a relação exterior se altere.
3	OMS06102	Jamais encontraríamos outro clone que pudesse reconhecer-nos no canto de um bar.

Com o advérbio *jamais* a posição assumida também é a pré-verbal:

1. Rita ***jamais*** se esqueceria...

Jamais deixarão de se....

Jamais encontraríamos...

O âmbito de incidência de *jamais* nos três exemplos acima é sempre o mesmo: o NV – *esqueceria*, *deixarão*, *encontraríamos*. Tal como para *nunca* também se torna possível mover *jamais* para antes do NV, mas exigiria a marca explícita da negação.

Rita ***não*** esqueceria ***jamais***...

Os advérbios que têm polaridade negativa não constituem o centro desta análise e, acreditamos, possuem características que os afastam dos restantes advérbios e os aproximam das estruturas negativas ou de negação. Tal como optámos por excluir os advérbios *sim* e *não* do nosso estudo, colocaremos agora de parte considerações adicionais sobre os advérbios que contêm polaridade negativa.

1.2.3 Características sintáticas

Do ponto de vista sintático será essencial reunir vários parâmetros que possibilitem uma avaliação do comportamento sintático de um advérbio, isto se, como dissemos, o estabelecimento desta classe exige – como a de todas – que se tenha em conta o seu estatuto na frase, nomeadamente no que respeita à sua função. Partimos do pressuposto de que nem todos os advérbios se comportam da mesma forma, mas para que eles se possam alinhar numa mesma classe é necessário que apresentem comportamentos convergentes, identificáveis sintacticamente para permitir a sua congregação num paradigma. Já constatámos que muitos autores tendem a utilizar

critérios mistos para a identificação das classes mais problemáticas. Queremos, tentamos, lutar contra esta forte corrente. De seguida, apresentamos critérios que acreditamos estarem em consonância com o subtítulo “sintácticas” acima enunciado.

É comum aceitarem-se dois parâmetros de natureza sintáctica que se aplicam na identificação de um advérbio: a mobilidade e a opcionalidade. Como vimos no cap. III, estes critérios são legítimos e sintácticos, desde que a mobilidade seja entendida como a capacidade que o advérbio pode possuir (ou não) de se movimentar livremente na frase sem alterar ou destruir a estrutura sintáctica da mesma. A opcionalidade será entendida como a possibilidade de comutação por zero, que, na altura, aplicámos aos casos de FCper. Verifiquemos, a forma como estes dois critérios podem ser aplicados a exemplos concretos do *corpus*:

Corpus – I VISÃO FC

1.	V290905CAR0130	Instalou-se, depois , na Avenida de Madrid, também por meio ano.
2.	V290905CAR0133	Aí passou uns bons anos e teve o seu primeiro filho.
3.	V290905CAR0134	Depois da separação, mudou-se para uma casa a apenas 200 metros da anterior, onde reside agora , com Bárbara Guimarães e o filho de ambos, Dinis Maria.
4.	V290905CAR0136	«É um bairro à minha medida: residencial, com passeios largos, próximo das zonas nas quais fiz a minha vida» – a Gulbenkian, a Nova, a livraria Buchholz, a Universidade de Lisboa, onde estudou Filosofia ou o Campo Grande, onde costumava passar boa parte da tarde, em tertúlias com os amigos, confortavelmente instalados na pastelaria Granfina.

Os advérbios *depois*, *aí*, *agora*, *confortavelmente* apresentam mobilidade na estrutura sintáctica da frase, podendo a sua ordem linear ser alterada sem, por isso, ocorrer prejuízo para a estrutura sintáctica em causa.

1. Instalou-se, **depois**, na Avenida de Madrid, também por meio ano.

Depois, instalou-se na Avenida de Madrid...

Instalou-se na Avenida de Madrid, também por meio ano, **depois**.

Instalou-se, na Avenida de Madrid, **depois**, também por meio ano.

2. **Aí** passou uns bons anos e teve o seu primeiro filho.

Passou **aí** uns bons anos...

Passou uns bons anos **aí** e...

3. **Depois** da separação, mudou-se para uma casa a apenas 200 metros da anterior, onde reside **agora**, com Bárbara Guimarães e o filho de ambos, Dinis Maria.

*Depois da separação (...), onde **agora** reside, (...)*

*Depois da separação (...), onde reside com Bárbara Guimarães e o filho de ambos, Dinis Maria, **agora**.*

4. «É um bairro à minha medida: residencial, com passeios largos, próximo das zonas nas quais fiz a minha vida» – a Gulbenkian, a Nova, a livraria Buchholz, a Universidade de Lisboa, onde estudou Filosofia ou o Campo Grande, onde costumava passar boa parte da tarde, em tertúlias com os amigos, **confortavelmente** instalados na pastelaria Granfina.

*(...) instalados **confortavelmente** na pastelaria Granfina.*

*(...) instalados na pastelaria Granfina **confortavelmente**.*

Contudo, a mobilidade do advérbio estará sempre condicionada pelo elemento da frase sobre o qual ele exerce a sua determinação. No exemplo 1, por se tratar de um advérbio que se encontra numa posição destacada em relação aos outros elementos da frase, este exerce a sua determinação sobre toda a frase e não sobre um dos seus elementos em particular. Nestes casos o advérbio possui a capacidade de se movimentar através dos vários momentos da frase. Esta mobilidade vai sempre acompanhada de duas pausas, que fornecem à unidade o seu carácter especial, isto é, a capacidade que exibem em actuar em diferentes pontos da frase sem deixar de exercer a sua determinação sobre o conjunto de unidades que constituem a estrutura sintáctica global. Nos outros três exemplos, a determinação exercida pelo advérbio incide sobre o NV ou sobre um dos seus complementos, pelo que a mobilidade, embora possível, estará condicionada à determinação que o advérbio exerce. Deste modo, torna-se evidente que o factor

mobilidade estará directamente dependente da incidência do advérbio; se a incidência do advérbio for a frase, o advérbio desloca-se com relativa facilidade, pois ele incide sobre a frase no seu todo, logo, o lugar onde se coloca não tem importância. Os outros advérbios que exprimem incidências mais direccionadas estão na órbita do monema ou sintagma sobre o qual incidem.

Por isso entendemos que considerar o advérbio como uma unidade móvel sem mais especificações é uma afirmação que não se pode fazer. De facto, a mobilidade está sempre condicionada por factores sintácticos relacionados com a posição que a unidade em causa ocupa na estrutura frásica. Uma generalização defendendo que todos os advérbios podem ocupar qualquer posição na estrutura linear da frase encerra perigos e armadilhas facilmente confirmados pela análise sintáctica da frase.

A respeito do outro critério frequentemente usado para caracterizar sintacticamente o advérbio, o da sua opcionalidade, poderíamos dizer que, *a priori*, a ausência ou presença de um advérbio não altera a gramaticalidade da estrutura frásica. A opcionalidade traduz-se, como vimos no cap. III (cf. 3.1.2 e 3.1.3), em operações de carácter sintáctico como a comutação por zero, o carácter facultativo do advérbio ou a possibilidade de que este goza de se poder multiplicar. Existem, assim, várias opções ao dispor do falante da língua no que ao uso do advérbio diz respeito. O utente da língua pode optar por excluir da frase o advérbio, mas também pode optar por diferentes posições na estrutura frásica. Nos exemplos atrás enunciados, verificámos que os diversos advérbios empregues podiam sofrer alterações quanto à sua posição na frase (opcionalidade de posição linear) ou podiam mesmo ser excluídos desta sem provocar enunciados agramaticais (opcionalidade de presença). Desta forma, acreditamos que a mobilidade de um determinado monema da classe “advérbio” implica a sua opcionalidade, e a sua opcionalidade implica, também, necessariamente, que exista da parte desse monema a capacidade de se mover na frase. Assim, a mobilidade e a opcionalidade surgem como características que se interligam, e entre as quais existe interdependência.

A falta de mobilidade de um determinado monema “advérbio” implicará que também não existe a possibilidade de optar, nem pela mudança na linearidade do discurso, nem pela própria ausência da unidade em causa. A falta de opcionalidade de uma determinada unidade monemática implica que esta não se pode movimentar livremente na frase. É evidente que tal só pode ser justificado através do carácter argumental, que no capítulo III considerámos nuclear, e que é ocupado por essa unidade na estrutura frásica. Analisemos alguns exemplos:

Corpus – I VISÃO FC

1.	V290905CAR0111	«Percebo que tenha de ser assim , mas tenho pena.
2.	V290905CAR01124	É lá que gosta de passear, é para lá que gosta de olhar, quando vai ver as vistas (do miradouro de Santa Catarina ou do alto do Arco da Rua Augusta, a que chama uma «varanda sobre o Tejo») e é lá que gosta de se deixar ficar, tanto nos dias quentes de Verão como nos frios, de Inverno, nas esplanadas que foram crescendo que nem cogumelos.
3.	V290905CAR01136	É aí que está, desde 1866, a Casa Chinesa, o seu café predilecto.
4.	V290905CHI0709	Mas os fabricantes chineses querem mais e, embalados por uma economia em expansão, decidiram saltar fronteiras.

Os quatro exemplos apresentados evidenciam que estes “advérbios”, preenchendo uma função sintáctica na frase onde se encontram, não são nem móveis, nem opcionais. Em cada uma das frases, o advérbio é um elemento obrigatório, condicionante mesmo, da existência gramatical da frase enquanto estrutura sintáctica.

1. *Percebo que tenha de ser
2. * É
3. * É
4. * Mas os fabricantes chineses querem

«A mobilidade e a opcionalidade não são critérios seguros para a identificação de uma palavra como advérbio.» (A. Costa, J. Costa 2001: 40) Concordamos com a perspectiva *supra* enunciada, mas não podemos deixar de discordar com a solução encontrada para o problema. Se, de facto, a mobilidade e a opcionalidade não podem, só por si, constituir critérios fiáveis para a caracterização do comportamento sintáctico das formas do advérbio, também não será (como pensamos) a partir da classe semântica em que ele se inscreve⁴²³ que chegaremos a tal comportamento. A semântica nunca poderá, pelo menos de uma perspectiva funcional de inspiração martiniana, ser o ponto de partida para o apurar das características sintácticas de uma determinada classe de palavra, nem para o apurar do seu funcionamento sintáctico em frase. O estudo de um qualquer fenómeno linguístico de um ponto de vista funcional não poderá permitir que seja um critério de base semântica a definir sintacticamente uma determinada classe de palavra. Toda a teoria apresentada pelos dois autores *supra* citados parte da hipótese de que advérbios pertencentes à mesma classe semântica ocupam posições semelhantes na ordem frásica, ou seja, a ordem linear adoptada pelo advérbio será determinante para chegar ao funcionamento sintáctico da unidade em causa. Não pode ser este o critério eleito pela escola funcionalista e pretendemos defender tal causa através do emprego de parâmetros sintácticos que permitam chegar ao apuramento da classe do advérbio, bem como ao comportamento que este adopta na estrutura sintáctica.

Em nossa opinião, os critérios apresentados mostram-se insuficientes para uma correcta análise do monema “advérbio” e da função sintáctica por este ocupada na frase. Desta forma, a mobilidade e a opcionalidade não se apresentam como suficientes para a caracterização sintáctica do comportamento desta classe de palavra em particular. Serão, certamente, dois critérios a levar em consideração, mas que não podem ser utilizados em exclusivo, necessitando de critérios complementares que contribuam para uma caracterização sintáctica da classe em apreço.

⁴²³ Cf. A. Costa, J. Costa 2001: 40-69.



Atendendo aos três pontos de vista, ou melhor, às três perspectivas de análise empregues, a morfológica, a semântica e a sintáctica, consideramos, neste momento, ser importante tecer algumas considerações. Se atendermos apenas à forma dos advérbios, uma classificação coerente parece ser um objectivo pouco realista. A heterogeneidade de formas é muito superior à regularidade formal. De facto, apenas na derivação em *-mente* encontramos regras que permitem chegar a uma homogeneidade de princípios. No entanto, estes princípios e regularidades só se aplicam a um conjunto muito específico de unidades. Por outro lado, também não será no suporte semântico que encontraremos a tão desejada regularidade. A heterogeneidade de valores significativos é muito variada, e muito mutável; em última análise, será o contexto da frase o sítio onde encontraremos a unidade que irá determinar o seu valor. Como vimos no cap. II, foram inúmeras as tentativas de organizar nas gramáticas tradicionais os advérbios de um ponto de vista do sentido. No entanto, também aí não se conseguiu chegar a consenso. Finalmente, reflectamos sobre a perspectiva de análise formal, a análise sintáctica da unidade em contexto de estrutura frásica sintáctica. Comprovámos que não poderia ser apenas a mobilidade e a opcionalidade o garante da análise formal das unidades. Concluímos que a estes dois critérios formais necessitam de se juntar outros que os complementem e reforcem o seu carácter formal, sintáctico, análise que se pretende desenvolver.

Tendo em conta as características formais do monema da classe “advérbio”, e de forma a proceder ao levantamento das suas particularidades, considerámos relevante fazer uma análise que permitisse um contraste entre o monema da classe “advérbio” e outras classes ou agrupamentos de palavras que pudessem ocupar na estrutura sintáctica o mesmo espaço funcional. Partimos, então, não da unidade em si, mas do espaço vazio que tais unidades poderão vir a ocupar, entendido nos termos definidos, quer na Introdução, quer no cap. III. Assim, é pertinente reflectir, ainda que brevemente, sobre as diferenças formais entre o que se identifica como “advérbio” e o que tem vindo a ser apelidado, por parte de alguns gerativistas, de “adverbial”. Tal facto reenvia-nos para o conceito de orientação funcionalista de sintema. Neste caso, tentaremos mostrar que as

unidades apesar de não serem “simples” comportam-se da mesma forma que o “advérbio”, preenchendo o mesmo espaço funcional e adoptando as mesmas características sintácticas. Finalmente, passaremos para aquilo que intitulámos como atributo frásico, em tudo semelhante ao advérbio, excepto no seu âmbito de incidência.

1.2.3.1 Advérbio e adverbial

Como sugerimos já (cf. cap. II, 2.3), o conceito de “adverbial” é apontado por alguns autores como sendo uma extensão quase natural do conceito de “advérbio”. O primeiro será composto por uma estrutura mais vasta do que a palavra, por oposição ao segundo que se limita a uma única unidade (palavra). M. Gross propõe o termo “adverbe généralisé”, enquanto a gramática inglesa opta pelo termo “adverbial”, ambos designando genericamente a mesma entidade linguística. A diferença reside no facto de S. Greenbaum e R. Quirk considerarem fundamental na noção de “adverbial” não apenas a forma, mas sobretudo a função que esta unidade poderá desempenhar na frase⁴²⁴.

M. Gross apresenta uma primeira descrição exaustiva da sintaxe do advérbio, enquadrada no âmbito da teoria transformacional (desenvolvida pelo próprio M. Gross em *Méthodes en Syntaxe* de 1975, com base no quadro teórico de Z. Harris). Tal como a noção de “adverbial” o objectivo da designação de “adverbe généralisé” será a de unificar a análise dos advérbios e dos circunstantes. Advérbio, locução adverbial, locução prepositiva, oração subordinada, passam todos a suportar a mesma etiqueta terminológica: *adverbe généralisé*. Numa primeira leitura seríamos impelidos a considerar que M. Gross parte da função sintáctica assumida por todas estas unidades para a identificação da entidade *adverbe généralisé*. No entanto, M. Gross considera que a sintaxe não é suficiente para a classificação do *adverbe généralisé*, sugerindo que a solução terá que passar obrigatoriamente pelo estabelecimento de famílias semânticas independentes das classes morfossintácticas. Seguindo esta lógica, o

⁴²⁴ Cf. S. Greenbaum, R. Quirk 1991: 161 e ss.

linguista estabelece doze grupos de advérbios fixos, seguindo uma análise das restrições combinatórias e lexicais⁴²⁵.

Já para H. Montenegro o conceito de “adverbial” situa-se não ao nível das classes de palavras (o que aconteceria com o conceito de “advérbio”), mas ao nível das funções.

«Avance-se que entre adverbial [N] se pretende marcar uma maior diferença do que ser o primeiro a extensão do segundo. Com efeito, o termo **adverbial [N]** congrega semas de advérbio [N] e adverbial [Adj], ou seja, **adverbial [N]** não pretende ser uma classe ou categoria morfológica como a do advérbio.»⁴²⁶

TABELA XII - PROPRIEDADES DO ADVÉRBIO⁴²⁷

	ADVÉRBIO	ADVERBIAL
Classe morfossintáctica	+	-
Invariabilidade morfológica	+	-
Unidades individualizadas	+	+/-
Heterogeneidade	+	+
Modificador do verbo	+	+/-
Função sintáctico-semântica	+	+
Sintacticamente opcional	+	+/-
Posição pós-verbal	+	+/-

O “adverbial” será composto por um conjunto de elementos que, funcionando em sintonia, preenchem uma dada função na estrutura frásica. Assim, “adverbial” cobrirá a noção de advérbio e a de complemento circunstancial, podendo ser morfológicamente representado quer pelo próprio advérbio, quer por toda uma série de unidades, tais como: sintagma adverbial, sintagma adjectival, sintagma preposicional, sintagma nominal ou, até mesmo, a frase. O advérbio pode vir a desempenhar (como o faz maioritariamente) funções de circunstante, mas também de actante⁴²⁸.

⁴²⁵ Cf. M. Gross 1986: 71.

⁴²⁶ H. Montenegro 1999: 32-33.

⁴²⁷ H. Montenegro 1999: 35.

⁴²⁸ «(...) para além de se comparar as funções sintácticas do advérbio e do adverbial, se insistiu na capacidade de o adverbial poder realizar a função de actante e de circunstante, ou de complemento nuclear e complemento periférico.» H. Montenegro 1999: 51.

Analisemos um quadro apresentado em H. Montenegro que pretende dar conta da forma como o conceito de “adverbial” foi tratado por linguistas de orientação teórica diversa, os já abordados ao longo deste estudo, S. Greenbaum e R. Quirk e C. Guimier.

TABELA XIII - CATEGORIAS DOS ADVERBIAIS SEGUNDO QUIRK-GREENBAUM E GUIMIER⁴²⁹

QUIRK – GREENBAUM (1972)	GUIMIER (1993)
SADV	Adverbial Grupo adverbial
SN	Grupo nominal
SP	Grupo preposicional nominal Grupo preposicional adjectival Grupo preposicional adverbial Grupo preposicional pronominal Grupo preposicional preposicionado
Frase verbal finita	Frase subordinada Grupo preposicional completivo Frases
Frase verbal não-finita	Grupo participial Grupo infinitivo Frase participial
Frase não-verbal	Grupo preposicional infinitivo Grupo preposicional participial Subordinada nominal

S. Greenbaum e R. Quirk identificam seis categorias que se enquadram naquilo que os autores entendem como “adverbiais”, enquanto C. Guimier identifica dezasseis. A proliferação de tipologias apresentadas por C. Guimier é a primeira constatação. No entanto, uma segunda análise mostra-nos como a divisão dos adverbiais de C. Guimier mais não é do que uma especificação da própria divisão de S. Greenbaum e R. Quirk. Quando estes dois últimos identificam o SADV como um tipo de adverbial, referir-se-ão, certamente, tanto ao próprio Advérbio como ao Grupo Adverbial, tipologia de C. Guimier. O mesmo se passa em relação às outras categorias apresentadas por C. Guimier. H. Montenegro considera que «(...) pela sua clareza e abrangência, a classificação dada por QUIRK e GREENBAUM é mais adequada do que a de GUIMIER.» (H. Montenegro 1999: 57) Para suportar a divisão que

⁴²⁹ Cf. H. Montenegro 1999: 56.

escolheu, a autora apoia-se em exemplos que lhe permitem representar as categorias que podem desempenhar as funções adverbiais⁴³⁰:

<p>SADV O PEDRO ESTEVE A JOGAR <u>TÃO BEM COMO PÔDE</u>. FICAREMOS <u>AQUI</u>.</p>
<p>SN O PEDRO ESTEVE A JOGAR <u>A SEMANA PASSADA</u>.</p>
<p>SP O PEDRO ESTEVE A JOGAR <u>COM GRANDE HABILIDADE</u>.</p>
<p>FRASES VERBAIS FINITAS O PEDRO ESTEVE A JOGAR <u>EMBORA ESTIVESSE MUITO CANSADO</u>.</p>
<p>FRASES VERBAIS NÃO-FINITAS, EM QUE O VERBO SE PODE ENCONTRAR:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) NO INFINITIVO O PEDRO ESTEVE A JOGAR <u>PARA GANHAR</u>.</p> <p style="margin-left: 40px;">b) NO GERÚNDIO (PARTICÍPIO PRESENTE): <u>ESPERANDO ENCORAJÁ-LO</u>, (ELES) ELOGIARAM O TOMÁS. (P.54)</p> <p style="margin-left: 40px;">c) NO PARTICÍPIO PASSADO: <u>SE SOLICITADOS PELOS NOSSOS AMIGOS</u>, NÓS FICAREMOS.</p>
<p>FRASES NÃO-VERBAIS: O PEDRO ESTEVE A JOGAR, <u>DESCONHECEDOR DO PERIGO</u>.</p>

Sublinhamos novamente que o "adverbial", tal como é entendido pela autora, é uma categoria que opera no plano das funções. No entanto, no cerne das preocupações da autora não está o adverbial em si enquanto função, mas a estrutura argumentativa do verbo. O objectivo final da autora consistirá na elaboração de um quadro de transitividade verbal que dê conta da integração dos adverbiais na estrutura verbal. Os critérios adoptados por H. Montenegro integram-se na teoria léxico-gramática (Z. Harris e M. Gross), bem como no quadro teórico da gramática de valências (L. Tesnière, Busse e M. Vilela) e daí surgem os resultados.

«A riqueza sintáctico-semântica dos adverbiais revela-se no facto de estes remeterem concomitantemente para o processo verbal, para o sujeito gramatical (intra-

⁴³⁰ Cf. H. Montenegro 1999: 53-54.

linguístico) e para o sujeito falante (extra-linguístico). Esta tripla orientação vem dificultar a delimitação dos adverbiais que fazem parte da actância verbal ou que funcionam como complementos nucleares dos que, não fazendo parte da actância verbal, funcionam como complementos periféricos. Esta constatação encaminha-nos para a defesa de uma análise integrada dos adverbiais.»⁴³¹

A perspectiva por nós defendida, a abordagem funcional de inspiração martinetiana, aconselha a que se aborde o advérbio do ponto de vista da função sintáctica que ele adopta, ou da determinação que exerce, que é o que originariamente lhe permite, em certos casos, ocupar um functema desempenhando função em relação a NV (cf. cap. III). Se o advérbio conseguir desempenhar uma função sintáctica, funcionando de forma autónoma e independente, terá, então, autonomia para se constituir como classe de palavra. Daí que, neste estudo, tenhamos preferido afastar o conceito de “adverbial”, para nos atermos ao já bastante complexo conceito de “advérbio”. Consideramos, assim, que numa primeira fase, é indispensável estabelecer o que pensamos poder ser sintacticamente um advérbio na sintaxe funcionalista (sem esquecer que nem todos os autores desta escola concordariam conosco), antes de alargarmos este conceito a outras unidades que possam assumir a mesma função sintáctica na estrutura frásica.

1.2.3.2 Sintemas adverbiais e agrupamento de advérbios

Podemos identificar na língua agrupamentos de duas ou mais unidades que tendem a funcionar como se de simples monemas se tratasse. Estas “expressões” serão consideradas como pertencentes à classe dos advérbios, sempre que a sua função na língua seja exactamente a mesma que a do advérbio.

«Un syntème est une unité significative, formellement et sémantiquement analysable en deux ou plus de deux monèmes, mais qui, syntaxiquement, entretient les mêmes relations avec les autres éléments de l'énoncé que les monèmes avec lesquels elle alterne.»⁴³²

⁴³¹ H. Montenegro 1999: 274.

⁴³² A. Martinet 1979: 233.

Por outro lado, estas expressões acabam por ser uma forma que a língua tem para suprir, em muitos casos, a ausência de advérbios que indiquem uma determinada noção que, de outra forma, não poderia ser veiculada. Se considerarmos que o paradigma adverbial é muito reduzido (quando comparado com o paradigma do substantivo ou do verbo, por exemplo), compreendemos a necessidade que a língua tem de recorrer a outros artifícios que lhe permitam suprir as necessidades comunicativas dos falantes. Devemos alertar para o facto de “sintema adverbial” ou “agrupamento de advérbios” não ser, sempre e obrigatoriamente, aquilo que atrás identificámos como “adverbial”. Para nós, “adverbial” será todo e qualquer conjunto de unidades que possam ocupar o espaço funcional prototípico do “advérbio”, ou seja, o espaço da FC. É óbvio que poderá haver ocasiões que o “sintema adverbial” será também um “adverbial”, mas não o é obrigatoriamente em todas as ocasiões. Continuemos a explorar aquilo que considerámos ser um “sintema adverbial”, ou aquilo que iremos também chamar de “agrupamento de advérbios”.

E. M. Ranchood sublinhou a existência «(...) de sequências de elementos lexicais que não podem ser alterados, nem permitem a substituição, redução ou inserção de qualquer elemento.» (E. M. Ranchood: *artigo online*), designando estas sequências como “advérbios compostos”. Como se torna evidente, estas sequências, agrupamentos ou expressões ocupam as posições sintácticas características dos advérbios e não se podem interpretar de forma separada. A autora atrás citada apresenta três frases:

- (1) O Zé fez isso a contragosto. (*constrangidamente*)
- (2) O Zé expôs a questão de viva voz (*pessoalmente*)
- (3) O Zé contou isso à Ana tintim-por-tintim (*pormenorizadamente*)⁴³³

«São constituídas por sequências fixas de elementos lexicais que não permitem inserções. Do ponto de vista formal são, na sua maioria, iniciados por uma preposição, que não pode ser separada do resto da sequência.»⁴³⁴

Como a comutação pretende provar a *contragosto* ou *constrangidamente* não provocam alterações a nível da estrutura sintáctica da frase. O facto de o espaço vazio da FC ser preenchido por um SP a *contragosto*

⁴³³ Cf. E. M. Ranchood: <http://label.ist.utl.pt/publications/docs/LEFnGP.pdf>

⁴³⁴ E. M. Ranchood: <http://label.ist.utl.pt/publications/docs/LEFnGP.pdf>

ou por um advérbio como *constrangidamente* em nada altera a forma sintática da frase. Ao que E. Ranchood chamou de “advérbio complexo”, chamará a escola funcionalista, pela qual nos orientamos de “sintema”.

A opção de incluir neste estudo a existência de sintemas adverbiais adequa-se, perfeitamente, ao quadro de análise em que nos situamos. Do ponto de vista funcional há que distinguir as unidades monemáticas, das unidades sintemáticas. O sintema funcionará exactamente nos mesmos termos do monema. Sintacticamente, o facto de ser um monema ou um sintema a ocupar aquele espaço vazio é irrelevante.

«Le propre des synthèmes étant de fonctionner comme des monèmes uniques, ils sont normalement employés sans que leur caractère sémantique complexe n'intervienne en rien.»⁴³⁵

Entendidos desta forma, os sintemas funcionam como escolhas únicas por parte do locutor. A questão que se coloca em termos do sintema como unidade linguística, não será tanto a escolha do falante, mas o comportamento sintático da unidade em causa⁴³⁶. Quando o falante procede à escolha do sintema, não faz duas escolhas separadamente, mas apenas uma. Recordando um exemplo prototípico, na frase *O caminho de ferro foi reconstruído recentemente, caminho de ferro* representa uma escolha única por parte do locutor, e não a escolha de três monemas separadamente: *caminho + de + ferro*.

Os sintemas terão as mesmas compatibilidades dos monemas de uma determinada classe; no nosso caso, o sintema adverbial terá um comportamento sintático em tudo semelhante ao do monema adverbial.

«Du point de vue de leur comportement syntaxique, les synthèmes peuvent donc être rangés dans les mêmes classes que les monèmes simples.»⁴³⁷

⁴³⁵ A. Martinet 1985b: 36.

⁴³⁶ «Ce n'est donc en termes de choix qu'il faut définir le synthème, mais en référence à son comportement syntaxique.» (A. Martinet 1985b:36)

⁴³⁷ D. Costaeuc, F. Guérin 2007: 69.

Por outro lado, um sintema não admite que nenhuma das suas partes constitutivas seja determinada por qualquer outro monema, o que significa que a haver determinação do sintema, ela ocorre sobre todo o sintema, e não sobre uma das suas partes em separado. Recorrendo ao exemplo acima, se acrescentarmos uma determinação como *O caminho de ferro velho foi reconstruído recentemente*, o adjectivo *velho* incide sobre a unidade *caminho de ferro* na totalidade e não apenas sobre uma das suas partes.

O sintema adverbial não é tão frequente como o sintema de base nominal; a sua existência é bem mais limitada, até pelas próprias condicionantes do paradigma em que se encontra inscrito. O paradigma nominal fornece ao utente da língua muitas mais possibilidades de combinações para as suas necessidades, do que o paradigma adverbial. Certo é que os sintemas não constituem uma lista fechada, mas uma lista que vai adicionando ou retirando elementos de acordo com as necessidades de expressão dos locutores.

Corpus II – PÚBLICO FC

1.	PÚB/O0207060109	Em Inglaterra, quase de imediato , os media amaldiçoam o feito dos portugueses:
2.	PÚB/O0207060335	Os jogadores lutaram enormemente quando estavam a jogar com 10, mas perdemos de qualquer maneira ”, disse.
3.	PÚB/O0207060722	Ainda por cima , fala pouco.
4.	PÚB/O0207060733	De início , não queria explicar, embaraçada com a sua própria fragilidade.

No primeiro exemplo verificamos que **quase de imediato** junta numa mesma unidade o advérbio **quase**, a preposição **de** e o adjectivo **imediato**. Esta unidade funciona em bloco, pois quando se procede à comutação a unidade move-se como se de uma só se tratasse:

1. Em Inglaterra, quase de imediato, os media amaldiçoam o feito dos portugueses.

Quase de imediato, em Inglaterra, os media amaldiçoam o feito dos portugueses.

Em Inglaterra, os media, quase de imediato, amaldiçoam o feito dos portugueses.

Em Inglaterra, os media amaldiçoam o feito dos portugueses, quase de imediato.

Verificamos que o sintema em causa exerce uma determinação em relação a toda a frase. A comutação por zero é possível e não provoca a destruição da estrutura sintática; a mobilidade está amplamente justificada nos exemplos acima; a multiplicação também está presente no próprio exemplo, através do sintagma *Em Inglaterra*. O âmbito de incidência é a frase na sua totalidade, logo estamos perante aquilo que atrás chamámos de Atributo Frásico (cf. cap. III, 4.).

2. *Os jogadores lutaram enormemente quando estavam a jogar com 10, mas perdemos **de qualquer maneira**”, disse.*

Os jogadores lutaram enormemente quando estavam a jogar com 10, mas perdemos Ø”, disse.

*Os jogadores lutaram enormemente quando estavam a jogar com 10, mas perdemos **mesmo**”, disse.*

Da junção de uma preposição *de*, de um determinante indefinido *qualquer* e de um substantivo *maneira* resulta um sintema que desempenha funções sintáticas idênticas à de um monema da classe do advérbio.

Ainda, advérbio + *por*, preposição + *cima*, substantivo = Sintema adverbial.

É evidente que a soma das três unidades não é o resultado da sua significação individual, como já referimos atrás; as três unidades constituem, por si só, uma unidade significativa. Por outro lado, *ainda por cima*, será um sintema que está a exercer uma determinação sobre a totalidade da frase, atributo frásico (cf. *supra*). A comutação por zero é possível, bem como a comutação por advérbio simples.

3. *Ainda por cima, fala pouco.*

Ø fala pouco.

***Felizmente**, fala pouco.*

***Principalmente**, fala pouco.*

Antes que tudo, fala pouco.

O último exemplo *De início* é composto pela preposição *de* e de um substantivo *início* que resultam, novamente, de uma escolha única por parte do falante. Esta unidade poderia ser comutada por um advérbio simples, como *inicialmente*, exercendo a sua incidência sobre toda a frase. A comutação por zero permite-nos concluir que a unidade *De início* é opcional, podendo, deste modo, ser retirada da frase sem prejudicar a sua estrutura sintáctica.

O caso que a seguir abordamos mostra unidades que constituem um conjunto, que ocupam o espaço vazio da FC e que apresentam pelo menos um advérbio. No mínimo, teríamos que considerar que o processo de cristalização ainda não se encontra concluído.

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR0159	Mas Carmona Rodrigues não é grande noctívago, ainda menos agora.
----------------	---

O comportamento do sintagma **ainda menos agora** mostra particularidades dignas de nota. O que se deverá ter em conta neste sintagma serão as relações de determinação que operam no interior do próprio sintagma. De facto, todos concordamos que quando um nome determina uma unidade de “outra classe”, a sua determinação sintáctica resulta numa alteração da classe. Se quisermos adoptar a terminologia de E. Alarcos, diríamos que sofre uma *transposição* (cf. cap. II, p. 145, nota de rodapé 259), isto é, o monema transfigura, transpõe-se de uma classe (considerada a sua original) para uma outra. Aí adopta todas as características da classe que a acolheu no seio desse paradigma. O mesmo se confirma nos exemplos que abaixo apresentamos.

Exemplos:

- ✓ *A matinal é a mais bela das luzes.*

Matinal – nome > transposição da classe “adjectivo” (porque surge determinado pela modalidade *a*)

- ✓ *O amarelo claro é uma cor muito bonita.*

Amarelo – transposição da classe “adjectivo” (porque surge determinado pela modalidade *o* e porque é determinado por um outro adjectivo, *claro*). A comutação demonstra sintacticamente o que acabamos de afirmar: *A luz da manhã é a mais bela das luzes, A cor amarelo claro é uma cor muito bonita.*

Da mesma forma que o adjectivo tem a capacidade de acolher no seu paradigma unidades que se comportam da mesma forma que ele, também o advérbio possuiu a capacidade de acolher na sua classe os elementos que mostram um comportamento sintáctico similar.

TABELA XIV - ADVÉRBIOS E ADJECTIVOS

ADVÉRBIOS	ADJECTIVOS
1. ELE FALA alto	A) O JOÃO É alto
2. ELE FALA MUITO alto .	B) O CAMINHO alto É O MAIS RÁPIDO
3. ELE FALA MUITO MAIS alto .	C) A MONTANHA MAIS alta É A MAIS APETECIDA.
4. ELE FALA AINDA MUITO MAIS alto .	D) AS RAPARIGAS altas JOGAM BASQUETEBOL.

Na coluna da direita encontramos o adjectivo **alto**, pois podemos observar que **alto** exerce uma determinação em relação aos elementos da frase: a) **alto** determina **João**, é uma qualidade que o João possui; b) **alto** determina **caminho**, excluindo todos os caminhos que não possuem essa qualidade; em c) **alta**, além de mostrar concordância em género e número (característica dos adjectivos) determina **montanha** e sofre a determinação de um advérbio **mais**; em d) novamente se mostra a concordância, sendo o adjectivo **altas** uma qualidade demonstrada pelas **raparigas** que praticam aquele desporto em particular. Na coluna da esquerda são-nos apresentados exemplos que demonstram o funcionamento de uma unidade “advérbio”. Enquanto **alto** em **O João é alto**, é considerado um adjectivo, um functivo que ocupa o espaço vazio da NPS, que pode sofrer variação em género e número, concordando com a FS à qual se liga, **alto** em **Ele fala alto** não se relaciona com a FS, nem preenche o espaço vazio da NPS. **Alto** caracteriza o processo, exercendo uma determinação sobre o NV. Assim, o esquema sintáctico da frase seria: FS + NV + FCper. **Alto** ocupa o espaço vazio da FC, função prototipicamente preenchida por monemas da classe “advérbio”.

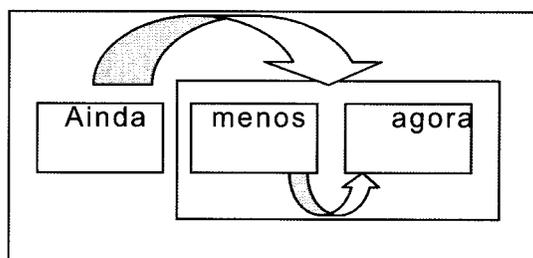
Em ***Ele fala muito alto***, o esquema sintáctico repete-se: FS + NV + FCper. ***Muito alto*** constitui um sintagma adverbial, ***muito*** determina ***alto***, por oposição a ***pouco***, por exemplo. Os exemplos 3 e 4 demonstram exactamente o mesmo esquema sintáctico do exemplo 1, apenas com um acrescento ao nível do sintagma adverbial.

Não podemos deixar de correlacionar esta afirmação com o problema atrás levantado e que constitui o principal óbice ao estabelecimento da classe: o facto de os advérbios se determinarem uns aos outros. Estas diferenças resultam apenas das determinações exercidas pelo advérbio e as que sobre ele se exercem. E é neste ponto exactamente que o advérbio se particulariza e individualiza em relação às outras classes. Ao contrário do adjectivo e do nome/substantivo que podem sofrer transposição de classe, o advérbio parece manter sempre a sua integridade morfológica, independentemente do contexto sintáctico em que surge. Quer seja núcleo de sintagma, como em 2. ***Ele fala muito alto***, quer seja um determinante de outra unidade significativa (independentemente do facto de ser ou não outro advérbio), como em 3. ***Ele fala muito mais alto***; o advérbio continua sempre a ser advérbio não admitindo qualquer transposição para outra classe sintáctica.

Voltando ao exemplo supra:

Mas Carmona Rodrigues não é grande noctívago, ainda menos agora.

A sequência ***ainda menos agora*** tem um papel sintáctico na estrutura frásica. Aparecendo destacada em final de frase, a análise sintáctica dir-nos-á se se trata de um sintagma, isto é, de um conjunto de monemas que exercem determinações intra-sintagmáticas; de um sintema ou de um agrupamento de advérbios. No primeiro caso estaríamos perante um sintagma cujo núcleo se encontraria em ***agora*** e as outras unidades exerceriam determinações internas, como no esquema abaixo.



O esquema proposto prova que existe determinação intra-sintagmática, o que não acontece no sintema. Em relação à escolha do falante, única no caso do sintema, também aqui se prova que o falante procedeu, no mínimo, a duas escolhas diferentes:

- o *Mas Carmona Rodrigues não é grande noctívago, ainda.*
- o *Mas Carmona Rodrigues não é grande noctívago, agora.*

É evidente que cada uma das escolhas apresenta implicações do ponto de vista semântico; no entanto, independentemente das unidades que preenchem aquele espaço vazio, ele será sempre o espaço de uma função sintáctica, que atrás identificámos como Atributo Frásico (cf. novamente cap. III, 4.).

Outras provas sintácticas:

Mobilidade:

Ainda menos agora, Carmona Rodrigues não é grande noctívago.

Carmona Rodrigues não é, ainda menos agora, grande noctívago.

Comutação por Ø:

Carmona Rodrigues não é grande noctívago. Ø

Comutação por advérbio:

Carmona Rodrigues não é grande noctívago, actualmente.

Pela grande proximidade que as unidades mostram ter considerámos a hipótese de se tratar não de um simples sintagma, mas de um agrupamento de advérbios, ou seja, uma etapa intermédia entre o sintagma e o sintema. Enquanto preenchimento da função ***ainda menos agora*** comuta na íntegra com outro monema único com capacidade para preencher essa função, como em *Carmona Rodrigues não é grande noctívago, actualmente*.

Tentemos a análise de casos, à partida, semelhantes, como em:

Corpus II – PÚBLICO FC

V290905TER0802	O sector energético nacional vai conhecer, possivelmente ainda hoje , 29, o seu terceiro modelo de desenvolvimento, em
----------------	---

	seis anos.
--	------------

- O sector energético nacional – FS
- vai conhecer – NV
- possivelmente ainda hoje – Atributo Frásico
- 29 – Aposto
- o seu terceiro modelo de desenvolvimento – FCD
- em seis anos – FCper

No exemplo acima, a análise das funções sintácticas permite-nos constatar que o espaço vazio preenchido por **possivelmente ainda hoje**, ocupa na frase o espaço de Atributo Frásico (AF). A sua posição destacada na frase permite-lhe exercer a sua determinação sobre toda a frase e não sobre uma das suas partes em particular. A terminologia proposta por G. Garnier⁴³⁸ incide numa outra perspectiva. Segundo o autor, há que considerar na língua a existência de “grupos de circunstanciais”. Estes constituir-se-ão como uma função de tipo circunstancial, apenas uma.

«La dénomination «groupe de circonstants» correspond à la situation où deux circonstants au moins, répertoriés comme tels lors des relevés et du codage, occupent la même position dans la phrase.»⁴³⁹

G. Garnier defende que existem determinações intra-sintagmáticas no conjunto identificado como FC, movimentando-se este como um todo. A sua incidência é exercida sobre a frase na sua totalidade e não sobre um dos seus elementos em particular, como no exemplo que atrás apresentámos.

O nosso ponto de discordância com o autor prende-se com a razão apresentada (a incidência) para a identificação da função (a função circunstancial). G. Garnier defenderá, em conformidade com a sua teoria, que se trata de apenas uma função circunstancial, visto que a perda de um dos seus elementos, apesar de não inviabilizar a frase do ponto de vista sintáctico, provoca uma alteração do conteúdo informativo, logo implica uma alteração semântica. De facto, a nossa

⁴³⁸ G. Garnier contribui com um artigo intitulado *Structure du groupe de circonstants* inserido na colectânea editada por C. Guimier em 1993 **1001 Circonstants**.

⁴³⁹ C. Guimier 1993: 208.

perspectiva também não faz a apologia de duas (ou mais) funções sintácticas, nem, tão pouco, de tantas quantas as unidades que podem preencher essa função. Estes grupos parecem ter um comportamento de conjunto marcado pela coerência, aproximando-se, deste modo, do comportamento de uma função simples, de um circunstante simples⁴⁴⁰. No entanto, ao defender que o âmbito de incidência da função é a frase e não o NV, ou o NV e um ou mais dos seus complementos, G. Garnier abre-nos a porta para afastar esta função do elenco das funções contempladas dentro do círculo da frase. Se lembrarmos o esquema apresentado no cap. III, p. 257, reconhecemos que esta função não é a FC, mas goza do estatuto de Atributo Frásico.

Atentemos noutro exemplo:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR01134	Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda LÁ <i>por perto</i> .
-----------------	---

Por perto resulta de uma escolha única por parte do falante, o que faz com que tenhamos que identificar um sintema constituído por um advérbio mais preposição. Podemos, também, avançar com a hipótese de **por perto** ser uma mera variante contextual de **perto**. Assim sendo, não haveria qualquer diferença entre **perto** e **por perto**. O functivo deste espaço vai exercer a sua incidência no NV **anda** e num dos seus complementos **lá**. A mobilidade deste sintagma está condicionada à sua zona de influência.

- ✓ *Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda lá por perto.*
- ✓ *Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda lá ∅.*

Nesta estrutura, no entanto, **por perto**, por estar a incidir directamente no NV **anda** não está dotado de mobilidade:

- ✓ ** Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também anda por perto lá.*
- ✓ ** Fiel ao café de saco Carmona Rodrigues também por perto anda lá.*

⁴⁴⁰ Cf. C. Guimier 1993: 211.

O estatuto sintáctico do verbo *andar* exige que este seja complementado com um locativo. Neste caso *lá* preenche esse lugar vazio o que lhe confere um estatuto nuclear. Sendo o espaço vazio da FC, e ocupando a zona nuclear da frase, só poderá ser considerada uma FCnuc. A hipótese de G. Garnier também não deverá ser completamente afastada. Se considerássemos *lá por perto* como um grupo de circunstâncias, em que teríamos apenas uma função e não duas, então, *lá por perto* preencheria o espaço vazio da FCnuc, não podendo ser comutada por \emptyset , não sendo móvel e incidindo (nuclearmente) sobre o NV. É evidente que o que nos motiva para encarar esta hipótese não será a mera ordem linear dos elementos da frase, mas sim o poder de associação do advérbio e do sintema adverbial, que, fundindo-se, ocupam uma posição argumental na frase. Haverá também a hipótese de considerar *lá + por perto* um caso de justaposição, semelhante ao que analisámos no cap. III, pp. 228-229.

1.2.3.3 Atributos frásicos

As questões relacionadas com o atributo frásico aparecem tratadas com algum desenvolvimento na bibliografia que consultámos sobre esta temática (cf. cap. III, 4.). Trata-se, como pudemos constatar, de uma questão que provocou algum embaraço entre gramáticos e linguistas, por não haver consenso em relação ao que definir como “advérbio de frase”, nome comumente utilizado na literatura. Recordemos então as palavras de S. Greenbaum, que dedicou um importante estudo a estes advérbios.

«Grammarians are not in general agreement on what to include among ‘sentence modifiers’ or ‘sentence adverbs’. Moreover, they either fail to be precise about the criteria to be employed in assigning adverbs to this class or fail to provide any criteria.»⁴⁴¹

Através da aplicação de testes previamente definidos, S. Greenbaum tem como objectivo determinar a presença ou ausência de

⁴⁴¹ S. Greenbaum 1969: 2.

determinadas características sintáticas, as quais permitem identificar um "advérbio de frase".

«By the 'function' of an item I mean the sum of its syntactic features. Syntactic features comprise both those that are present for a particular item in the clause that is being considered and also those that are potential.»⁴⁴²

A função será, desta forma, considerada como a soma de determinadas características sintáticas, tanto as verificadas como as potenciais (cf. Introdução, pp. 23-27). Procedendo à aplicação de dez critérios⁴⁴³ o autor considera que é possível distinguir advérbios modificadores de frase de outros tipos de advérbios. Considera S. Greenbaum que os advérbios disjuntos, "sentence adverbs", admitem respostas do tipo *sim/não*, o que não acontece com a classe dos advérbios conjuntos, só para dar um exemplo dos diversos critérios fornecidos pelo linguista.

M. Casteleiro aponta algumas propriedades deste tipo de advérbio, preferindo optar pela terminologia de "advérbio de frase":

«A formas como *felizmente*, *provavelmente* e outras, chamamos advérbios de frase, pois se comportam como modificadores ou predicados de frase, veiculando a maneira de sentir ou de ver do sujeito falante relativamente à proposição contida na oração adjacente.»⁴⁴⁴

TABELA XV - PROPRIEDADES SINTÁTICAS DO ADVÉRBIO DE FRASE⁴⁴⁵

I)	ESTES ADVÉRBIOS GOZAM DE AMPLA MOBILIDADE NA FRASE, PODENDO OCUPAR, ALÉM DA POSIÇÃO INICIAL, AS POSIÇÕES MEDIAL OU FINAL;
II)	TAIS ADVÉRBIOS ADMITEM CONSTITUIR RESPOSTA A INTERROGATIVAS TOTAIS;
III)	OS ADVÉRBIOS DE FRASE NÃO ACEITAM A FUNÇÃO DE FOCUS DE CONSTRUÇÕES ENFÁTICAS MARCADAS PELA LOCUÇÃO "É QUE";
IV)	OS ADVÉRBIOS DE FRASE TAMBÉM NÃO ADMITEM A FUNÇÃO

⁴⁴² S. Greenbaum 1969: 2.

⁴⁴³ Não consideramos relevante estar agora a fazer o levantamento de todos os critérios apresentados por S. Greenbaum, por considerarmos que se trata de critérios sintático-semânticos. Remetemos para a obra onde eles aparecem longamente explicados e exemplificados: S. Greenbaum 1969: 18-22.

⁴⁴⁴ M. Casteleiro 1982: 99.

⁴⁴⁵ Cf. M. Casteleiro 1982: 101.

DE FOCUS DE UMA FRASE NEGATIVA MARCADA COM O
RESTRITOR SENÃO.

O autor admite existirem, ainda, outras propriedades gerais que se poderiam acrescentar a estas; no entanto, considera estas quatro como suficientes para uma definição sintáctica da classe dos advérbios de frase. M. Casteleiro, no âmbito da teoria que preconiza, defende que classe de palavras não coincide obrigatoriamente com a categoria de constituintes. Estes advérbios estarão fora da relação predicativa constitutiva de frase (GN + GV). A importância que o autor atribui à classe em apreço é reforçada, dado que considera que a classe dos advérbios de frase apresenta ainda a possibilidade de se dividir em mais classes, a saber, advérbios de frase emotivos, advérbios de frase modais, advérbios de frase pragmáticos e, finalmente, advérbios de frase sectoriais⁴⁴⁶. O critério que preside a tal divisão é de ordem claramente semântica.

«Chamamos emotivos àqueles advérbios de frase através dos quais o falante exterioriza o seu estado de espírito relativamente à proposição contida na oração adjacente ao mesmo advérbio (...).»⁴⁴⁷

De seguida o autor apresenta uma série de propriedades semânticas características destes advérbios. O mesmo acontece para as definições das outras classes dos "advérbios de frase".

Malaca Casteleiro teve o mérito de identificar um tipo particular de advérbio, tipo este que difere de qualquer outro por apresentar um comportamento sintáctico e semântico particular. Contudo, tudo indicia, ignorando por ora o claro problema de falta de hierarquização, que a noção de "classe", no contexto deste artigo, é uma etiqueta que corresponde à semântica do advérbio de frase, em detrimento do levantamento das suas características sintácticas. De facto, o quadro que atrás transcrevemos tem como título "Propriedades sintácticas gerais", mas das quatro enumeradas só uma será reconhecida como sintacticamente válida no quadro do presente trabalho – a da mobilidade. Mesmo sendo um critério sintáctico, não deverá ser

⁴⁴⁶ Cf. M. Casteleiro 1982: 103-107.

⁴⁴⁷ M. Casteleiro 1982: 101.

aplicado isoladamente, mas de forma complementar com outros critérios.

Atributos frásicos:

Corpus I – VISÃO FC

1.	V290905CAR0130	Instalou-se, depois , na Avenida de Madrid, também por meio ano.
2.	V290905CAR0137	Hoje , é com pena que vê o seu estado de abandono.
3.	V290905CAR0167	Sem o nomear, elogia, assim , Santana Lopes que fechou o bairro ao trânsito.
4.	V290905CAR0187	la à revista, naturalmente , mas a recordação que lhe aparece em primeiro lugar são os combates de boxe e de luta livre, no meio do recinto, protagonizados por nomes como Tarzan Taborda – recentemente falecido – ou José Luís.
5.	V290905CAR0196	Este percurso faz parte, aliás , de um dos dois eixos que Carrilho quer recuperar, em Lisboa.
6.	V290905CAS0415	Posteriormente , o SPD anunciou uma «concessão»; Schroeder assumiria o cargo apenas durante os 18 meses do mandato, de forma a «oferecer» a presidência alemã da EU a Merkel (prevista para o primeiro semestre de 2007).
7.	V290905CAS0510	Racionalmente , se as condições financeiras e o apoio do Estado tivessem pesado na hora de sonhar com uma família, o casal ter-se-ia ficado, talvez, pelo filho único.
8.	V290905CAS0510	Racionalmente, se as condições financeiras e o apoio do Estado tivessem pesado na hora de sonhar com uma família, o casal ter-se-ia ficado, talvez , pelo filho único.

A pequena amostra que seleccionámos, e que retoma de forma ampliada os exemplos tratados no cap. III, pretende mostrar como os atributos frásicos funcionam sintacticamente na frase. O seu âmbito de incidência encontra-se alargado a toda a frase e não a um dos seus elementos em particular.

Gozando de larga mobilidade na frase, estes elementos tanto podem aparecer no início da frase, como em posição intermédia (normalmente, surgem entre vírgulas), ou mesmo em posição final:

1. *Instalou-se, **depois**, na Avenida de Madrid, também por meio ano.*

***Depois**, instalou-se, na Avenida de Madrid, também por meio ano.*

*Instalou-se na Avenida de Madrid, **depois**, também por meio ano.*

*Instalou-se na Avenida de Madrid, também por meio ano, **depois**.*

Instalou-se, Ø, na Avenida de Madrid, também por meio ano.

O advérbio *depois* desempenha em relação ao conjunto da frase uma função; incide sobre toda a frase. A mobilidade desta unidade é grande; por outro lado, também é passível de ser comutado por zero:

Num último apontamento sobre os atributos frásicos, gostaríamos de chamar a atenção para C. Guimier. O autor aponta para uma substituição do conceito de "advérbio de frase" para o conceito de "advérbio exofrástico"⁴⁴⁸. Este advérbio opõe-se ao "advérbio endofrástico", ou seja, aquele que afecta o conteúdo do elemento sobre o qual tem alcance, participando na construção do sentido referencial fornecido pela frase. Já os primeiros são encarados pelo autor como não participando na construção do sentido referencial da frase, mas representam traços da intervenção do locutor⁴⁴⁹. O autor distingue, desta forma, um advérbio que é nuclear daquele que é periférico, aplicando o critério da incidência para determinar as diferenças entre os dois tipos de ocorrência. O advérbio exofrástico terá sempre um carácter periférico.

⁴⁴⁸ Cf. C. Guimier 1996: 5-7.

⁴⁴⁹ Cf. C. Guimier 1996: 6.

2. DETERMINAÇÃO EXERCIDA PELO ADVÉRBIO

2.1 NÍVEIS DE DETERMINAÇÃO

O paradigma adverbial tem uma identidade muito própria, perfeitamente distinta e independente das outras unidades que com ele concorrem na frase, como já tivemos oportunidade de amplamente demonstrar ao longo do 1. do presente capítulo. A confirmação da existência do "advérbio" enquanto classe de palavra, terá que ser suportada pela relação sintáctica (no mínimo convergente) que este sustenta com outros elementos da frase. Se tal pressuposto for aceite, a sua validação dependerá de uma análise sintáctica comprovante do pressuposto. Os advérbios podem assumir função na frase, podem funcionar também como atributos frásicos, podem, ainda, assumir em relação ao seu NV um carácter nuclear ou periférico. De facto, não podem desempenhar, simultaneamente, isto é, preenchendo a mesma casa vazia, a função nuclear e a função periférica, mas pode um mesmo NV possuir uma FCnuc, seguida de uma FCper (ou vice-versa, sendo a ordem linear indiferente). Claro que só será decidido caso a caso. Um advérbio determinado tanto poderá estar a desempenhar uma função de Atributo Frásico, como uma FCnuc, como ainda uma FCper, o que coloca em evidência o carácter deveras mutável desta classe.

O que caracteriza conjuntamente o advérbio e a sua relação / função sintáctica será a variabilidade a que ele dá origem. O critério da comutação permite-nos concluir que o advérbio está sujeito a comutações infinitas e, se tudo é comutável por tudo, não haverá muito a provar pelo processo da comutação. Por outro lado, a comutação por zero permite-nos mostrar que o desaparecimento do espaço ou da relação é possível quando esta não está inserida na zona nuclear da frase. A variação do âmbito de incidência permite comprovar que o advérbio pode movimentar-se pela zona nuclear, pela zona periférica, sub-verbal ou supra-verbal.

Para que possamos chamar advérbios a determinadas unidades, constitui necessidade essencial que na frase exista uma função na qual elas possam actuar autonomamente, ou seja, sem requerer a presença de outros signos que indiquem a função, como as preposições (monemas funcionais ou conectores), por exemplo.

«En sentido estricto, adverbio designa una clase de palabras invariables, destinadas en principio a cumplir por sí solas el papel de adyacente circunstancial del verbo.»⁴⁵⁰

Será essa capacidade demonstrada pelas unidades em análise que permitirá a criação de uma classe de palavras, o advérbio. E. Alarcos considera os "adyacentes circunstanciales"⁴⁵¹ elementos relativamente marginais que trazem algo de novo ao conteúdo global, sem perturbar a estrutura dos elementos essenciais da frase: sujeito e predicado. Assim, podemos considerar, com E. Alarcos, que o advérbio não sofre variabilidade de género e de número, podendo, no entanto, funcionar como adjacente de um adjectivo. Tem a capacidade de ser autónomo e exerce, assim, uma função sintáctica – função *circunstancial* (cf. cap. III).

A determinação é um conceito fundamental em sintaxe funcional. Como já tivemos oportunidade de explicar (cf. Introdução, pp. 27-28), o determinante é sempre marginal, dispensável; o determinado é essencial. A relação de determinação possibilitará o estabelecimento das relações hierárquicas que nos conduzirão ao estabelecimento de uma classe de palavra em particular, o advérbio.

Analisando, então, a determinação exercida pelos advérbios, verificamos que podem actuar como determinantes de qualquer categoria não nominal, funcionando em diversos níveis hierárquicos no âmbito da frase.

Corpus I – VISÃO FC

	V290905CAR0107	Filho de um veterinário e funcionário público, António Pedro Carmona
--	----------------	--

⁴⁵⁰ E. Alarcos 1996: 128.

⁴⁵¹ E. Alarcos 1996: 295-299.

Estatuto Sintáctico dos "Advérbios": Função e Classe
 Capítulo IV – Proposta de um Modelo de Descrição Sintáctica para a
 Classe do Advérbio

1.		Rodrigues, 49 anos, nasceu num dos bairros mais caros de Lisboa.
2.	V290905CAR0199	Para o Parlamento, a marcha costuma demorar 25 minutos; no regresso, soma-lhe mais dez .
3.	V290905CAR0187	la à revista, naturalmente, mas a recordação que lhe aparece em primeiro lugar são os combates de boxe e de luta livre, no meio do recinto, protagonizados por nomes como Tarzan Taborda – recentemente falecido – ou José Luís.
4.	V290905CAR0119	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha muito a Lisboa, com o pai.
5.	V290905CAR0179	Mas o caos do estacionamento (e do trânsito) ainda é coisa que o incomoda muito .
6.	V290905CAR0137	Hoje , é com pena que vê o seu estado de abandono.
7.	V290905CAR0187	la à revista, naturalmente , mas a recordação que lhe aparece em primeiro lugar são os combates de boxe e de luta livre, no meio do recinto, protagonizados por nomes como Tarzan Taborda – recentemente falecido – ou José Luís.
8.	V290905CAR01119	É o Tejo, justamente no fim do seu percurso, bem perto de onde desagua no oceano.
9.	V290905CAR01119	É o Tejo, bem perto de onde desagua no oceano.

Os advérbios *hoje* e *naturalmente* modificam a frase na sua totalidade; nos exemplos acima, podemos observar como os advérbios estão num nível hierárquico mais afastado do que todos os outros elementos da frase, ou, se quisermos colocar noutros termos, podemos dizer que *hoje* e *naturalmente* actuam na órbita mais distante do NV, na sua zona periférica, funcionando como atributos frásicos.

O advérbio *muito* é um determinante do NV, pois aí se encontra o seu âmbito de incidência, imprimindo-lhe uma intensificação em termos semânticos: *mas vinha muito a Lisboa, com o pai*. O seu carácter é, no entanto, periférico.

O advérbio *mais* funciona como determinante do adjectivo "caros", não desempenhando por isso qualquer função na frase; trata-se de uma determinação dentro do próprio sintagma em que se integra. No exemplo 8. *mais* também funciona como determinante, mas desta vez, não de um adjectivo, mas de um numeral. No exemplo em questão, por si só *mais* não desempenha qualquer função, pois será o conjunto *mais dez* que irá desempenhar a FC junto do NV *soma*.

O advérbio *justamente* também não preenche, por si só, uma função, mas determina o SN *no fim do seu percurso*, esse sim assumindo uma função. De facto, todo o segmento entre vírgulas preenche o espaço vazio do atributo da FS. Constitui uma informação suplementar em relação à função sintáctica identificada como Sujeito. No mesmo nível podemos colocar o advérbio *bem*, pois este também não exerce qualquer função sintáctica, mas actua (exercendo uma determinação) dentro de uma função sintáctica reconhecida.

A incidência que uma unidade demonstra poderá estar, em certa medida, relacionada com a valência do próprio NV, sobre o qual a incidência é exercida. Admitimos a existência de um NV que exige um complemento sob a forma do vulgar "complemento circunstancial". No entanto, se este complemento é uma exigência exercida pela própria valência do verbo, o seu estatuto nunca poderá ser considerado circunstancial, isto é, periférico, mas terá que encarar-se a hipótese de ser um complemento situado na zona nuclear, ainda que seja um circunstancial. Nestes casos estaremos perante uma FCnuc. A questão colocada por J. Feuillet é, assim, muito pertinente para a problemática que agora se coloca.

«Comment peut-on concilier le fait qu'un adverbe peut entrer dans la valence d'un verbe et en même temps concerner toute la phrase ou simplement une partie avec la classification sémantique des fonctions telle qu'elle est généralement proposée? Dire que les adverbes sont des éléments invariables occupant des fonctions circonstancielles correspond-il à la réalité, compte tenu des problèmes soulevés?»⁴⁵²

⁴⁵² J. Feuillet 1988: 148.

A pergunta, não tão retórica como se gostaria, colocada por J. Feuillet demonstra que, se, por um lado, é difícil prescindir de um conceito genérico, como o é a de "complemento circunstancial", por outro lado, não podemos deixar de ignorar comportamentos sintáticos diferentes. Reconhecemos, também, que a determinação dos planos de incidência nem sempre corrobora a divisão semântica. Se concordamos que um advérbio de modo tem no NV, normalmente, o seu âmbito de incidência, isso não significa que estejamos a deslocar os advérbios de tempo e de lugar para planos de incidência mais abrangentes, como seria o caso da incidência na frase.

A partir do pequeno conjunto de exemplos acima apresentados, podemos facilmente observar dois tipos de determinação que o advérbio pode exercer sobre as outras unidades, para o que usaremos os termos de determinação intra-sintagmática e determinação inter-sintagmática (cf. Introdução, pp. 27-29).

TABELA XVI – DETERMINAÇÃO INTRA E INTER-SINTAGMÁTICA

Determinação intra-sintagmática	Determinação inter-sintagmática
Nasceu <u>num dos bairros mais caros de Lisboa</u>	Vinha muito a Lisboa.
Soma-lhe <u>mais dez</u>	Hoje, é com pena...
<u>Recentemente</u> falecido	la à revista, <u>naturalmente</u> , mas a recordação...
<u>Justamente</u> no fim do seu percurso	
<u>Bem perto de...</u>	

2.2 DETERMINAÇÃO INTER-SINTAGMÁTICA

2.2.1 A incidência do advérbio no verbo

O conceito de "incidência" é, inicialmente, definido por G. Guillaume, como:

«[L’incidence] a trait au mouvement, absolument général dans le langage, selon lequel, partout et toujours, il y a apport de signification et référence de l’apport à un support. La relation apport/support est couverte par le mécanisme d’incidence.»⁴⁵³

Trata-se, portanto, de uma propriedade que contribui para determinar qual a classe de palavra com que nos deparamos. C. Guimier entende a “incidência” como «(...) trait au **support syntaxique** du mot, à l’unité linguistique à laquelle il est rattaché dans la phrase.» (C. Guimier 1996: 3) Estamos, portanto, a reflectir sobre a questão do apoio sintáctico da palavra⁴⁵⁴. Podemos, por isto, estabelecer um paralelismo entre a determinação do advérbio, entendida agora em termos funcionalistas, e a sua incidência.

A incidência de um determinado elemento, no nosso caso, o advérbio, será o alcance sintáctico que essa unidade tem sobre as outras. A determinação do advérbio será, assim, o seu âmbito de incidência. Sendo o verbo o elemento nuclear da frase, o elemento central, a construção de uma frase implica estabelecer um certo número de relações de incidência entre o NV e os seus diferentes complementos. O advérbio pode estender o seu alcance a um ou a vários elementos dependentes do próprio NV.

«L’adverbe est lui-même un constituant du prédicat; c’est la raison pour laquelle ce type d’adverbe sera dorénavant appelé adverbe intra-prédicatif.»⁴⁵⁵

“Advérbio intra-predicativo” significará, no contexto abordado pelo autor, aquele que faz parte do predicado, isto é, o advérbio deverá ser encarado, neste caso, como um elemento dependente do que Guimier chama predicado, e que é o nosso NV, com o qual estabelece relações de grande proximidade.

⁴⁵³ G. Guillaume 1948-1949: 137.

⁴⁵⁴ É evidente que o conceito de “incidência” tal como apresentado por G. Guillaume ou, mais tarde, por C. Guimier se insere dentro de uma corrente linguística em particular, a psicomecânica da linguagem. Esta corrente linguística concebe uma teoria geral da linguagem baseada na oposição *lingua/discurso*; através de um método analítico, propõe-se estabelecer os fundamentos de uma teoria das partes do discurso. Neste estudo destacámos aquilo que considerámos mais relevante no conceito de “incidência”, ou seja, aquilo que de sintáctico dele transparece. Não será nosso objectivo expor e percorrer as possibilidades oferecidas pela psicomecânica da linguagem, mas tão somente aproveitar aquilo que ela pode trazer de positivo para a nossa abordagem funcionalista da língua.

⁴⁵⁵ C. Guimier 1996: 38.

«Le trait définitoire de l'adverbe que cette théorie retient comme essentiel est son incidence externe du second degré.»⁴⁵⁶

J. Cervoni considera que o advérbio é incidente numa incidência; significa isto que ele tem alcance sobre uma incidência em curso. Ao conceito de incidência, primeiro proposto por G. Guillaume, J. Cervoni (também ele um defensor da psicomecânica da linguagem) junta o conceito de *predicatividade*. Uma palavra pode ser apelidada de predicativa se a sua significação, na relação de predicado e sujeito, lhe permite fornecer a matéria nocional do predicado⁴⁵⁷. A tarefa auto-imposta pelos psicomecânicos da linguagem será a identificação e a datação das incidências que podem servir de suporte à incidência adverbial, sempre enquadradas no acto da linguagem integral.

Nos termos do quadro que escolhemos, e retirando desta proposta o que consideramos propriamente sintáctico, consideramos que existe uma determinação entre monemas, ou entre sintagmas (cf. Introdução) e que ela é inter-sintagmática quando o advérbio não está integrado em qualquer dos grupos sintagmáticos da frase, mas constitui ele próprio um grupo sintagmático que preenche um espaço vazio funcional.

1.	V290905CAR0117	Por esses anos, iniciou a amizade com Pedro Santana Lopes, que tremeu agora , por altura da escolha do candidato do PSD à Câmara de Lisboa.
2.	V290905CAR0119	Nascido em Coimbra, passou a infância em Viseu, mas vinha muito a Lisboa, com o pai.
3.	PÚB/O0207062104	– ali trabalhou anos a fio (...)

Os advérbios *agora*, *muito* e *também* manifestam a sua incidência no NV da frase onde figuram. Em termos lineares, note-se que a proximidade ao NV é estreita, pois nele incidem mas, mais que a estrutura linear, interessa a estrutura hierarquizada dos termos. *Que*

⁴⁵⁶ H. Nolke 1990: 5.

⁴⁵⁷ Cf. H. Nolke 1990: 7.

tremeu agora constitui-se como uma oração subordinada adjectiva; sendo *tremeu* o predicatíode, *agora* desempenhará a FC, de tipo periférico, evidentemente. O advérbio *muito* insere-se numa estrutura coordenada adversativa, *mas vinha muito a Lisboa, com o pai*, onde encontramos após o predicado três FC's, representadas por unidades significativas de diferente natureza: *muito*, advérbio; *a Lisboa*, sintagma preposicional; *com o pai*, sintagma preposicional. A unidade significativa *muito* preenche a FC incidindo directamente sobre o predicado *vinha*, sendo periférica, tal como *com o pai*, ao passo que *a Lisboa* será nuclear. No último exemplo, o advérbio *ali* incide sobre o NV *trabalhou*, exercendo uma determinação inter-sintagmática e desempenhando a FCnuc.

Pelo facto de todos estes advérbios preencherem sozinhos o espaço funcional circunstancial, periférico (mas que também podia ser nuclear), consideramos que são responsáveis por essa função, exercendo sobre NV a determinação inter-sintagmática, isto é, sintagma a sintagma.

2.2 DETERMINAÇÃO INTRA-SINTAGMÁTICA

2.2.1 A incidência do advérbio no adjectivo

É muito frequente o advérbio exercer a sua determinação junto do adjectivo, com o objectivo de lhe imprimir mais informação.

Vejamos alguns exemplos:

Corpus III – PÚBLICA FC

1.	PUB/A1607060124	Então uma mulher muito <u>velha</u> veio com um calhau e percutiu o penedo e eu escutei de novo, puro e forte, o grande sino de Ntsikana.
2.	PUB/A1607060208	Não é um negro extraordinariamente <u>físico</u> e alto como muitos dos compatriotas, como, por exemplo, o incrível português Francis Obikwelu.

3.	PUB/A1607060226	Foi muito <u>desastrado</u> , confessou:
4.	PUB/A1607060236	Foi o seu ponto mais <u>baixo</u> e, também, a oportunidade de mudar de vida.
5.	PUB/A1607060441	Além disso, dantes era mais <u>difícil</u> trabalhar.
6.	PUB/A16070605171	Agora, em casa, em família, Safaa parece outra, de jeans, com um lenço de algodão colorido muito <u>leve</u> .

Em todos os exemplos acima expostos podemos constatar que o advérbio adopta uma posição pré-adjectival, formando, com o adjectivo que o determina, um sintagma. No exemplo 1. *uma mulher muito velha*, o advérbio *muito* faz parte de um sintagma nominal, que desempenha na frase a FS. Já no exemplo 2. o advérbio em *–mente* determina o adjectivo *físico*, inserindo-se numa FCD. O advérbio *muito* no exemplo 3. volta a integrar um sintagma cujo núcleo é um adjectivo, integrando a função de NPS; o advérbio *mais* no exemplo 5. também integra um sintagma nominal cuja função é a de NPS do NV *era*. O exemplo 4. mostra o advérbio *mais* a determinar, ou a incidir, sobre o adjectivo *baixo*; por sua vez, o sintagma nominal formado pelo conjunto do advérbio e do adjectivo, determina a FCD *o seu ponto*. Analisemos o último exemplo. Aqui, o advérbio *muito* está inserido no mais vasto sintagma constituído por “*com um lenço de algodão colorido muito leve* que desempenha a FCper, em relação ao NV *parece*. *Muito* determina *leve* e *muito leve* determina *lenço de algodão colorido*.

2.2.2 A incidência do advérbio noutro advérbio

Situação, também, bastante frequente será aquela que a seguir iremos explorar, e que já por duas vezes referimos como constituindo problema para o estabelecimento de uma classe de advérbios, pelo menos aplicando rigorosamente os critérios da escola funcionalista para a identificação das classes (cf. cap. III e também *supra*). Encontramos no nosso *corpus* exemplos que permitem dizer que em Português Europeu um advérbio pode determinar outro, intra-sintagmaticamente,

isto é, é possível identificar determinação de um advérbio por outro dentro de um sintagma único. Vejamos apenas alguns exemplos.

Corpus III – PÚBLICA FC

1.	PUB/A1607060301	O homem forte da Coreia do Norte está há 12 anos no poder, mas sobre ele continua a saber-se muito pouco .
2.	PUB/A1607060422	Francisco Petrucci-Fonseca lembra-se muito bem do trabalho de telemetria na Serra da Nogueira.
3.	PUB/A1607060440	“Agora sabe-se muito mais sobre o lobo.
4.	PUB/A1607060522	Como quase um milhão de crianças e jovens em Gaza — 838 mil abaixo dos 18 anos —, Imad pouco mais conhece do que uma ripa de terra de onde é muito difícil sair desde o início da segunda Intifada, há seis anos.

No exemplo 1. observamos como *muito pouco* surge como FCnuc da conjugação perifrástica *continua a saber-se*, visto que se trata de um verbo transitivo.

No exemplo 2. *muito bem* desempenha a FCper em relação ao NV *lembra-se*, podendo mover-se para uma posição pré-verbal, ou mesmo, para uma posição pós FCD.

No último exemplo, 4., *pouco mais* volta a incidir sobre o NV *conhece*, sendo que, neste caso em particular, *pouco mais* irá introduzir uma estrutura comparativa de superioridade, também FCD. Tal como já dissemos, todos estes casos entram no âmbito da gradação, o que, correlacionando com o comportamento do advérbio no ponto imediatamente anterior, nos permite pensar que a determinação é em tudo semelhante à que o advérbio exerce sobre o adjectivo.

2.2.3 A incidência do advérbio no substantivo

Este será talvez o ponto mais problemático com que nos deparámos. A pergunta que surge como evidente reside no facto de se considerar se é legítimo, ou não, considerar que o advérbio possa exercer uma determinação sobre o substantivo. A primeira intuição de qualquer linguista será responder, com maior ou menor assertividade, que tal não é possível, é *contra natura*, visto que, quem incide

naturalmente sobre o substantivo será o adjectivo. No entanto, quem “manda” não é o linguista, mas a língua, e esta mostra exemplos do que, aquilo que poderia ser considerado *contra natura* a ser utilizado pelos utentes da língua. Claro que os exemplos tendem a ser mais escassos, mas havendo-os não se podem ignorar. Sendo o papel de incidir sobre o substantivo normalmente reservado ao adjectivo, não podemos deixar de mencionar um fenómeno que se encontra na língua, daí retirando algumas conclusões. Vejamos o que nos dizem os exemplos retirados do *corpus*.

Corpus I – VISÃO FC

1.	V290905CAR01132	Por vezes, anda um <u>bocadinho mais</u> , até à Mexicana, mesmo defronte do Bairro onde Carmona Rodrigues passou a infância.
----	-----------------	---

Corpus III – PÚBLICA FC

2.	PUB/A1607060409	Magalhães, <u>também professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa</u> , tornou-se representante português do Wolf Specialist Group.
----	-----------------	---

Repare-se que o advérbio, só por si, não tem capacidade para desempenhar qualquer função sintáctica; neste contexto, em particular, o advérbio não tem força sintáctica para surgir desempenhando uma função independente e autónoma, o que só por si também não se constitui como particularidade, como constatámos pelos exemplos atrás apresentados. Reparemos que nos dois exemplos, o advérbio exerce uma incidência intra-sintagmática, constituindo-se como parte de um sintagma mais vasto que integra, e que, esse sim, desempenha uma determinada função sintáctica na frase. No exemplo 2. que acima apresentamos, *também professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa* funciona como um aposto de *Magalhães*, sintagma nominal, desempenhando a FS em relação ao NV *tornou-se*. *Também* exerce a sua determinação sobre o resto do sintagma. É evidente que a alteração que a introdução do advérbio provoca não será sintáctica, mas uma alteração que se manifesta do ponto de vista informativo. No exemplo 1. *um bocadinho mais* desempenha em relação

ao NV *anda* a FCD e o advérbio exerce a sua determinação sobre o sintagma nominal *um bocadinho*.

Com a apresentação destes dois casos queremos chamar a atenção para o facto de que em língua as afirmações categóricas são sempre passíveis de destruição. Claro que, do ponto de vista da função sintáctica, nestas condições, o advérbio não se eleva ao nível da função sintáctica, mas não deixa de ser, por isso, um elemento a ter em consideração dentro do sintagma, onde exerce a sua incidência. Cremos assim que, quer se trate de um nome, de um adjectivo ou de outro advérbio, os exemplos que acabámos de analisar nestes três pontos demonstram como os monemas desta classe exercem na frase também a determinação intra-sintagmática, isto é, exercida no interior de um sintagma, determinando um núcleo de tipo não verbal e que será ele próprio o functivo por excelência de uma dada função, isto é, de uma determinação do NV.

3. ORDEM E HIERARQUIA NA FRASE

A ordem dos advérbios na frase é um problema recorrente na literatura sobre o assunto. De uma maneira geral, a posição que o advérbio assume na frase constitui um problema de difícil resolução, visto que implica a intervenção de numerosos factores, sejam eles semânticos, sintácticos, pragmáticos e/ou enunciativos. No entanto, seguindo os ensinamentos de A. Martinet e dos seus seguidores, podemos afirmar com alguma segurança que a ordem linear de nada serve à sintaxe.

A forma linear da linguagem humana «(...) deriva em última análise do seu CARÁCTER VOCAL: os enunciados vocais decorrem necessariamente no tempo e são necessariamente captados pelo ouvido como sucessões.» (A. Martinet 1985a: 20-21) No entanto, esta aparente linearidade não reflecte a ordem sintáctica que os elementos ocupam na frase.

«La linéarité du message ne permet pas, dans tous les cas, de placer ensemble dans le discours les éléments de l'expérience qui y sont perçus comme connexes ou contigus.»⁴⁵⁸

Será através do averiguar das relações que se estabelecem entre os diversos elementos em torno do NV que podemos elaborar algumas questões sobre a ordem hierárquica. De facto, A. Martinet admite que a posição também pode ser uma forma de procedimento sintáctico, mas não deixa de alertar para os perigos de levar demasiado longe aquele que é apenas um dos procedimentos e não o **procedimento**, como tantas vezes se fez crer na literatura sobre o assunto.

«Le syntacticien doit toujours être à l'affût des pertinences de la position respective des unités dans la chaîne. Mais il ne devra jamais oublier qu'elle peut être 1° dûe au hasard avec, éventuellement, des implications stylistiques, comme l'est la rencontre des deux

⁴⁵⁸ A. Martinet 1985b: 159.

circonstanciels *hier* et *dans la rue* dans une même proposition; 2° habituelle et non informative comme l'antéposition de l'article en français et sa postposition en roumain; 3° décisive pour la compréhension du message: *la souris mange...* et *...mange la souris.*»⁴⁵⁹

De toda a problematização levantada por A. Martinet na **Syntaxe générale** sobre a importância, ou falta de importância da ordem linear, interessa-nos particularmente o caso dos "circunstanciais" (terminologia do autor). De facto, se a posição é um tema importante do ponto de vista sintáctico; isto é, se pode ser um dos procedimentos utilizados para determinar a função sintáctica de dado segmento da frase (e assim acontece em muitos casos quando uma FS e uma FCD se encontram preenchidas por functivos do mesmo tipo), quando chegamos à posição ocupada pelos "circunstanciais" deparamo-nos com alguns casos complicados. Podemos, no entanto, para cada tipo de funcionamento, pôr em evidência uma posição que corresponde àquela que se observa com maior frequência, o que não significa que não haja sempre excepções a essa posição mais utilizada.

A posição mais frequentemente adoptada pelo advérbio em FC é a posição **pós-verbal**, isto é, depois do NV e sem qualquer ruptura entonacional marcada por uma vírgula. Desta forma, o advérbio segue imediatamente o verbo:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR0115	Foi ainda pelas ruas e folhagens de S. Miguel que Carmona Rodrigues começou a entender melhor o sexo feminino, disciplina que cultivaria com maior intensidade no Liceu Padre António Vieira, em Alvalade.
V290905CAR0117	Por esses anos, iniciou a amizade com Pedro Santana Lopes, que tremeu agora , por altura da escolha do candidato do PSD à Câmara de Lisboa.
V290905CAR0134	Depois da separação, mudou-se para uma casa a apenas 200 metros da anterior, onde reside agora , com Bárbara Guimarães e o filho de ambos, Dinis Maria.

⁴⁵⁹ A. Martinet 1985b: 165.

Estatuto Sintáctico dos "Advérbios": Função e Classe
 Capítulo IV – Proposta de um Modelo de Descrição Sintáctica para a
 Classe do Advérbio

V290905CAR0148	Foi campeão nacional uma dezena de vezes, em várias categorias, e ganhou também uma taça ibérica.
V290905CAR0150	No porta-bagagem do seu carro, anda sempre o saco de treino.
V290905CAR0162	No seu roteiro cultural, entra também o cinema, no Quarteto, no Fonte Nova ou em qualquer sala que não tenha «ruminantes de pipocas».
V290905CAR0163	Carrilho vai mais ao King...
V290905CAR0173	Mas eu chegava cedo , às onze, onze e meia, e ficava horas à conversa com o Miguel Esteves Cardoso.»
V290905CAR0178	Como gosta de andar a pé, não quer obstáculos que estorvem mais os idosos e as mães com carrinhos de bebés do que a ele, que anda com o seu filho Dinis pendurado ao peito, em marsupial.

Em todos os exemplos acima apresentados o advérbio está sempre numa posição pós-verbal, só depois (e sendo esse o caso) haverá lugar para os restantes complementos admitidos por cada NV em particular.

No caso dos tempos compostos o advérbio pode assumir uma posição de enclave entre o auxiliar e o verbo principal:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR01107	«Havia pessoas que as vinham aqui roubar», explica, desolado.
V290905CAR0147	Além de ter aprendido a andar de patins no rink de patinagem, aquela zona da capital fica definitivamente associada ao râguebi, que praticou, a partir dos 12, 13 anos, no Centro Desportivo Universitário de Lisboa.
V290905CLA1021	Está ainda prevista a realização de ateliês – de música, de dança e de artes plásticas – construídos a partir de obras programadas para a temporada.
V290905PUL1102	Por isso somos naturalmente levados a interessar-nos pela política.

Ou mesmo a posição pré-verbal:

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207061505	Apenas 32.729 – 22 por cento – foram indeferidos.
-----------------	--

As conjugações perifrásticas não fogem às tendências acima descritas, podendo o advérbio surgir numa posição pós-verbal:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CAR0115	Foi ainda pelas ruas e folhagens de S. Miguel que Carmona Rodrigues começou a entender melhor o sexo feminino, disciplina que cultivaria com maior intensidade no Liceu Padre António Vieira, em Alvalade.
V290905CHI0737	Mas não vamos demorar muito », reconhece o responsável máximo da Geely.

Mas também uma posição pré-verbal:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CHI0746	Esta é uma das certezas de um acordo que ainda está a evoluir.
----------------	---

Ou em posição de enclave:

Corpus I – VISÃO FC

V290905CLA1017	«Ao contrário do que acontece nos países da Europa Central, onde das crianças acordam para a música em paralelo com as outras artes, isso não se fez durante várias gerações em Portugal e estamos agora a pagar esse preço. »
V290905CHI0764	Competitivos nos preços mas, muitas vezes, aquém dos principais concorrentes no domínio da qualidade e design, os carros chineses estão ainda a percorrer o caminho da maturidade.

Corpus II – PÚBLICO FC

PÚB/O0207060339	Estamos constantemente a treinar e nunca conseguimos ultrapassar nenhum adversário neste tipo de desempates", lamentou.
-----------------	--

Podemos, no entanto, adiantar que as posições preferenciais são aquelas que deslocam o advérbio para uma posição pós-verbal ou de enclave, quer no caso dos tempos compostos, quer no caso das conjugações perifrásticas.

Poderíamos continuar, por longas páginas, a explorar cada uma das posições passíveis de serem adoptadas pelo advérbio. Tendo o NV como centro da estrutura frásica, quase todas as posições serão admitidas para o advérbio, dependendo sempre do tipo de relação que este estabelece com o NV. No entanto, foi nossa opção não enveredar por tais caminhos. Considerámos importante referir, e mencionar, alguns exemplos, das posições lineares mais privilegiadas na estrutura sintáctica frásica. Considerámos, também, que se trata apenas de tendências dos próprios utentes da língua, que podem ter motivações informativas, semânticas, pragmáticas e enunciativas. Como privilegiamos a estrutura sintáctica, e a sua respectiva análise, guardamos para um estudo que assuma um outro carácter, este tipo de análise.

4. ADVÉRBIO: A CLASSE DE PALAVRA "MUTANTE"

A unidade lexical que optámos por colocar neste último subtítulo, do último capítulo deste trabalho, embora faça lembrar filmes de seres extraterrestres, foi a que melhor se adequou à impressão deixada pelo *advérbio* na nossa mente *terráquea*. É uma classe que percorre a história gramatical sem nunca encontrar um porto seguro, variando de classe para classe, adoptando características umas vezes de uma classe, outras de outra.

Desde a classificação, ainda válida, de Aristarco no século II a.C. que o *advérbio* enquanto classe de palavra se tenta assumir enquanto classe de pleno direito. Partindo da distinção apresentada por E. Coseriu entre objectos e conceitos chegamos à denominação de categorias (o que não corresponde exactamente ao mesmo do que entendemos por classes). A. M. Barrenechea entende que a característica fundamental, indispensável, para que determinada unidade possa ser considerada advérbio, será o facto de esta se apresentar como um modificador circunstancial do verbo. Será, no entanto, com A. Martinet que o ponto de vista funcional se alia a uma definição prévia de critérios. O critério das compatibilidades permite a A. Martinet e aos seus seguidores, estabelecer o número de classes existentes baseando-se nos tipos de compatibilidades estabelecidas pelas próprias unidades. O carácter "mutante" do advérbio, mais uma vez, veio provar que nem sempre os critérios válidos para a maioria das classes, serão os critérios válidos para uma minoria de classes. A crítica de J. Feuillet à divisão de A. Martinet assenta num ponto fundamental: a divisão excessiva dos advérbios provoca a dispersão, conduzindo, necessariamente, à falta de economia. Por outro lado, fora da *Grammaire Fonctionnelle*, é consabido que a escola funcionalista considerou sempre com desconfiança o estabelecimento de uma classe própria para o advérbio, como demonstrámos *supra*. De alguma maneira, não podemos deixar de associar esta eliminação do problema à heterogeneidade das gramáticas, cujos autores, não encontrando nenhuma característica específica e própria do advérbio, acabam por o

considerar sempre de forma negativa, como por diversas vezes sublinhámos.

O estatuto do advérbio é, por tudo isto, um tema "querido" desde a época dos gramáticos alexandrinos que o situavam junto ao verbo, dando ênfase à sua capacidade de o modificar, mantendo-se esta capacidade ao longo de muitos séculos de historiografia gramatical e linguística, juntamente com o carácter dependente da classe. O nosso objectivo, que acreditamos ter alcançado, constitui-se como a prova de que a etiqueta "advérbio" se aplica a unidades da língua que podem ser autónomas, isto é, que podem integrar espaços vazios na estrutura sintáctica de uma frase. Não é obrigatório que integrem funções sintácticas sempre que aparecem na frase, mas é obrigatório que o possam integrar para que estas unidades possam ser consideradas como integradas numa classe. Por outro lado, constituem-se como unidades com capacidade para exercer uma determinação sobre outras unidades, o que mais uma vez, reforça a sua posição enquanto unidade capaz de construir um paradigma.

A classe de palavras conhecida como "advérbio" apresenta características específicas de três ordens distintas. Características morfológicas, semânticas e sintácticas. Das três hipóteses, optámos por dar maior relevo à última, visto que o nosso objectivo seria verificar em que medida esta unidade lexical poderia, autonomamente, constituir função sintáctica. Claro que todos concordamos em identificar os advérbios como unidades significativas mínimas sem marcas formais explícitas, que admitem a formação por derivação (através do sufixo –*mente*) e que apresentam uma relação especial com os adjetivos. Serão características importantes, mas não decisivas para determinar a forma como se integram na estrutura sintáctica de uma frase para constituir função. As características semânticas também poderiam, por si só, constituir motivo de muitas e elaboradas teses, todas elas remetendo para os inúmeros sentidos passíveis de serem adoptados pelos advérbios. Desde a divisão adoptada pela gramática tradicional, que opta pela separação dos vários advérbios pelo seu sentido, até às divisões propostas por R. Jackendoff em advérbios orientados para o

sujeito ou para o emissor, têm sido diversas as teorias que exploram o grande potencial semântico desta classe. No entanto, mais uma vez se comprova que os sentidos adoptados pelos advérbios, a sua orientação em nada auxilia a sua identificação enquanto unidade capaz de preencher uma função sintáctica. Se o advérbio só ou o advérbio até transmitem valores semânticos muito específicos, se podem alterar substancialmente o sentido de todo o enunciado, em nada influenciam a estrutura sintáctica da frase. De facto, a sua abrangência existe no plano semântico e ela deve manter-se no plano semântico.

Se as duas primeiras ordens de características não auxiliaram o nosso propósito inicial, tivemos que confiar na última para nos dar as respostas pelas quais ansiávamos. E não ficámos desiludidos. Apoiando-se o nosso estudo nas características sintácticas do advérbio, constatámos que esta unidade ocupa um espaço vazio na estrutura sintáctica da frase, adoptando uma função sintáctica que lhe é prototípica. A mobilidade e a opcionalidade apresentaram-se como duas provas sintácticas que permitiram identificar o modo de funcionamento sintáctico da classe “advérbio”. Apresentaram-se características próprias, distintivas, que estas unidades possuem e que não podem partilhar com unidades de outras classes. Apesar de, em exclusivo, a mobilidade e a opcionalidade, não serem suficientes para apurar o carácter sintáctico dos advérbios, considerámos que se tratava de dois critérios válidos a ter em conta na afirmação do advérbio enquanto classe de palavra.

Do ponto de vista sintáctico foi ainda útil proceder à distinção entre unidades próximas do advérbio, mas que não podiam ser integradas na sua classe. Assim, distinguimos “advérbio” de “adverbial”, mostrando como este último se pode comportar como o primeiro, assumindo na frase o seu espaço vazio funcional. Distinguimos, também, os sintemas adverbiais de agrupamento de advérbios. Os primeiros, elementos cristalizados que apresentam como núcleo um advérbio. Os segundos, ainda sintagmas, que se juntam de forma estreita, mas não tão estreita que possam ser considerados sintemas. Finalmente, caracterizámos o advérbio de frase como atributo frásico, unidade que apresenta características próprias, sempre semelhantes

sintacticamente, independentemente das suas várias cambiantes semânticas.

Privilegiámos, conscientemente, as características sintácticas, sendo que estas constituíram o fundamento para o que acreditamos ser o advérbio (sintacticamente integrado numa estrutura frásica). O conceito sintáctico que nos abriu as portas para o mundo do "advérbio" foi precisamente a determinação. A mutabilidade do advérbio começou a ficar cada vez menos evidente à medida que a determinação permitia estreitar os pontos de incidência desta unidade.

A determinação exercida pelo advérbio foi dividida em determinação inter-sintagmática e determinação intra-sintagmática. A primeira, permitiu-nos concluir que quando um advérbio exerce a sua determinação no NV, isto é, sobre ele incide, preenche um espaço vazio funcional na estrutura sintáctica. O espaço vazio da FC (independentemente do carácter periférico ou nuclear que possa assumir em relação ao NV). A determinação inter-sintagmática mostrou-se fundamental na definição daquilo que considerámos como pertencendo à classe advérbio.

A determinação exercida pelo advérbio também pode ocorrer ao nível intra-sintagmático. Nestes casos, constatou-se que o advérbio podia incidir sobre o adjectivo, sobre o advérbio, e também sobre o substantivo. As próprias características da determinação intra-sintagmática assim o ditam: o advérbio incidindo sobre cada uma das unidades acima referidas não exerce autonomamente uma função sintáctica. Integra, como se torna evidente, um sintagma que, por sua vez, ocupa um espaço vazio na estrutura sintáctica assumindo uma das funções sintácticas admitidas pelo NV.

A ordem e a hierarquia, embora critérios válidos, não desempenharam na nossa análise o papel de critério dominante. Ainda que para outras correntes linguísticas se possa considerar que a ordem linear na frase, seja um factor determinante para o apurar das relações sintácticas das estruturas frásicas, isso não acontece com o funcionalismo de inspiração martinética. A ordem linear das unidades na frase mais não é do que o resultado da inevitável linearidade do

discurso. Por outro lado, será a relação hierárquica que as unidades estabelecem entre si determinante para o apurar das funções sintácticas e das conseqüentes relações que as unidades estabelecem entre si. Partindo do nível mais elevado, ou mais central, da frase, o NV, vão-se estabelecendo níveis mais ou menos afastados em relação ao seu centro. Quanto mais próxima estiver uma unidade do seu ponto central, maior será a relação de proximidade com o NV e, inversamente, quanto mais afastada for a relação de uma unidade com o seu centro, menor será a relação com o NV. Relembremos a imagem das órbitas. O NV representa o planeta e em torno deste giram os satélites. Os satélites adoptarão um posicionamento mais próximo do NV ou mais afastado, de acordo com o grau de atracção exercido pelo NV. Existe, claramente, uma hierarquia na posição adoptada por cada um dos satélites, mas esta hierarquia só é pertinente na medida em que permite apurar o comportamento sintáctico dos vários satélites. Os espaços vazios ocupados pelas unidades correspondem a funções sintácticas, sendo o NV o nível hierárquico mais alto, ao qual se ligam todas as funções sintácticas.

Após tudo sobre o que discorremos, parece-nos agora que o subtítulo se torna desadequado. O alegado carácter mutante do advérbio é o resultado de séculos de história linguística que insistem em misturar níveis e planos de análise. Dessa forma, é natural que o advérbio, por vezes, se confunda com unidades de classes diferentes. No entanto, o seu comportamento sintáctico apresenta regularidades. A análise de enunciados sintácticos permitiu-nos verificar que esta unidade preenche prototipicamente uma função sintáctica, a *Função Circunstancial*, e é essa a característica definitiva que permite individualizar o advérbio enquanto classe de palavra.

CONCLUSÃO

Uma vez concluído o trabalho, restará agora tecer algumas considerações em guisa de conclusão. Foi um caminho que percorremos ao longo de cinco anos, por vezes um caminho suave e com bom andamento, por outras com muitas curvas e pouco entusiasmo. No final, o balanço é claramente positivo. Pensamos ter conseguido aquilo a que nos propusemos na Introdução deste estudo: reflectir sobre o estatuto de uma classe em particular, o advérbio, e a forma como esta preenche uma função sintáctica na estrutura frásica. Perante um espaço vazio previsto pela estrutura sintáctica, uma unidade da classe “advérbio” é capaz de o preencher sem recorrer a monemas funcionais, isto é, tem a capacidade de autonomamente preencher uma função sintáctica que lhe é destinada. O advérbio preenche prototipicamente a ***Função Circunstancial***.

Ambicionámos trazer algum foco de luz sobre um domínio que se afigurava algo opaco, principalmente (acreditamos) devido à falta de critérios rigorosos para o seu estudo. De facto, os estudos existentes, como tivemos oportunidade de confirmar nos capítulos I e II, misturam a sintaxe, a morfologia, a semântica e até a pragmática. O advérbio recebe aportações de vários domínios, o que faz com que as diferentes perspectivas que sobre ele incidem resultem em diferentes análises. A própria legitimidade do advérbio enquanto unidade capaz de constituir um paradigma é posta em causa. Se compararmos o advérbio com outras classes de palavras, como o substantivo ou o adjectivo (por exemplo), verificamos que o primeiro se afasta pela heterogeneidade das suas características. Os gramáticos ao longo dos séculos sentiram essas discrepâncias entre as classes, e a dificuldade em “arrumar” o advérbio foi sempre fortemente sentida, ainda que brilhantemente resolvida, ou camuflada.

A escola funcionalista de inspiração martinética constituiu a nossa opção teórica e metodológica. Partindo do conceito de pertinência comunicativa, e considerando que a língua é um instrumento de comunicação essencial ao homem, estudámos as estruturas sintácticas tentando mostrar como estas funcionam. Foram diversos os

autores desta corrente que estiveram na base deste estudo, desde A. Martinet e E. Alarcos Llorach a A. Narbona, S. Gutiérrez, C. Hernández, C. Clairis e, como não se podia deixar de mencionar, Jorge Morais Barbosa, o primeiro mentor desta tese.

Os princípios e metodologias delineados na Introdução deste estudo permitiram um traçar de rumo que nos conduziu até este momento. A escola funcionalista, cuja base encontramos em A. Martinet, marcou os nossos passos. A inspiração de tão eminente estudioso remeteu-nos para os seus seguidores e deu-nos o impulso que precisávamos para voar mais alto. Desde as primeiras afirmações proferidas por A. Martinet sobre o que a Linguística Funcional entendia por sintaxe, até às recentes publicações de D. Costauvec ou C. Clairis, um longo caminho se percorreu. Foi nossa opção consciente privilegiar todos os aspectos sintácticos, relegando as outras perspectivas de análise para estudos posteriores. Situando-nos na sintaxe frásica, o advérbio surge como uma unidade capaz de preencher uma função dentro do esquema sintáctico que é a frase. Para que essa função seja definida e caracterizada é preciso recorrer a critérios sintácticos, de entre os quais destacámos a mobilidade, a comutação por zero, a multiplicação e a variação do âmbito de incidência. Para além desta capacidade de autonomamente preencher uma função sintáctica, o advérbio é uma unidade que exerce determinação sobre outras unidades da língua.

O trabalho que desenvolvemos apresenta quatro momentos claramente separados entre si, mas entre os quais existem pontes de ligação. Os dois primeiros capítulos constituem o estado da arte, com reflexões pessoais sobre os assuntos aí desenvolvidos. Estes primeiros dois capítulos iniciais complementam-se não só em termos da informação levantada, mas também em termos dos autores estudados. Os dois últimos constituem a análise da problemática apurada nos capítulos anteriores. Recorrendo a um *corpus* fechado, e por nós recolhido e trabalhado, analisámos exemplos, ou melhor, funcionamentos da língua, que permitiram chegar a algumas conclusões sobre o estatuto sintáctico do advérbio. A função que comprovadamente

a unidade ocupa na frase, vai legitimá-la enquanto unidade capaz de construir um paradigma, isto é, de constituir uma classe.

Os percursos teóricos percorridos e explorados ao longo do Capítulo I permitiram uma reflexão sobre o que de mais relevante se produziu em relação às funções sintácticas em geral, e à função sintáctica de que nos ocupámos, em particular. Visões que coincidem, na sua grande maioria, ao apresentarem a função circunstancial/complemento adverbial/adjunto adverbial como uma função mais afastada da zona de influência do NV/predicado. O confronto com o castelhano, o francês e o inglês veio, mais uma vez, mostrar como esta função tem a potencialidade de ser encarada ora como muito importante, ora como francamente negligenciada em favor das outras funções que surgem no esquema frásico. A visão da sintaxe funcionalista vem colocar a ênfase nos aspectos sintácticos relacionados com o NV e todos os elementos que entram na sua órbita, e daí que o objectivo por nós traçado se prenda com o apurar das características sintácticas que permitam distinguir uma **Função Circunstancial** situada na zona nuclear do Núcleo Verbal, de uma **Função Circunstancial** situada na zona periférica.

A análise levada a efeito em diversas gramáticas, cuja resenha fizemos no capítulo II, permitiu concluir que o advérbio, enquanto classe de palavra, era sempre considerado com algumas reservas e reticências. O advérbio constituía-se como uma classe cujas características se encontravam disseminadas por várias outras classes de palavras. O estudo que se efectuou permitiu o levantamento de opiniões de diversos autores, levando a uma confrontação entre os diferentes critérios e conclusões daí resultantes. Novamente, o confronto com o castelhano, o francês e o inglês conseguiu trazer alguma luz sobre os conceitos estudados, perspectivando o problema de maneiras diversas.

Ao estudarmos os critérios de estabelecimento de funções, no capítulo III, pudemos constatar que a **Função Circunstancial** existe como função na língua. Para além de ser uma relação estabelecida

entre unidades, também se traduz como uma função pela relação estabelecida com o NV. Esta relação pode ser de maior ou de menor proximidade. Quando a **Função Circunstancial** incide sobre o Núcleo Verbal, exercendo sobre ele uma determinação directa, então teremos que admitir estar na presença de uma função obrigatória. A zona de influência desta função é a mesma do NV, logo situa-se na zona nuclear da frase. A comutação por zero é impossível, ocasionando a agramaticalidade da frase; a mobilidade está restrita à zona nuclear do próprio NV; e a multiplicação só pode ocorrer por coordenação ou justaposição. Perante tais características, definidas através de critérios sintácticos, só poderemos reconhecer a existência de uma **Função Circunstancial Nuclear**, que se situará no mesmo nível hierárquico da Função Sujeito ou da Função Complemento Directo. Quando estes critérios não forem cumpridos, mas o preenchimento sintáctico desta função for efectuado por um monema advérbio, então admitiremos estar na presença de uma **Função Circunstancial Periférica**. Esta caracteriza-se pela grande mobilidade na frase, pela sua capacidade de multiplicação, pela possibilidade de ser comutada por outra unidade do mesmo paradigma e pelo facto de o âmbito de incidência também poder variar. Ao contrário da **Função Circunstancial Nuclear**, a **Função Circunstancial Periférica** pode aparecer várias vezes na mesma estrutura sintáctica. Pode, igualmente, um Núcleo Verbal admitir a presença de uma **Função Circunstancial Nuclear** e de uma **Função Circunstancial Periférica**. De facto, esta função sintáctica reveste-se de particularidades que a afastam das outras funções sintácticas. Se, por um lado, admitimos que a **Função Circunstancial Nuclear** só pode aparecer uma vez na frase, tal como acontece com a Função Sujeito ou com a Função Complemento Directo/Função Complemento Indirecto, ao contrário destas, a **Função Circunstancial Nuclear** não deixa qualquer vestígio da sua presença, isto é, não pode ser comutada por pronome. A sua ausência provoca a agramaticalidade da frase. Por outro lado, a **Função Circunstancial Periférica** pode aparecer várias vezes, multiplicando-se, quer por coordenação, quer por subordinação, quer mesmo por justaposição. A **Função Circunstancial Nuclear** só admite a multiplicação se esta acontecer por coordenação.

Uma vez definida a função em causa, só poderemos admitir a existência de uma classe que ocupa prototipicamente esta mesma função. O advérbio, enquanto classe de palavra, tem a capacidade de preencher autonomamente o espaço vazio da **Função Circunstancial**, não necessitando de qualquer monema funcional. As suas características semânticas e morfológicas serão variadas e extremamente ricas em termos de informação; mas foram as suas características sintácticas que prioritariamente nos preocuparam. Sintacticamente, o advérbio caracteriza-se pela sua mobilidade e pela sua opcionalidade, mas caracteriza-se, essencialmente, pela determinação que é capaz de exercer sobre as outras unidades da língua. O advérbio estabelece compatibilidades com outras classes de palavras, com o adjectivo, consigo próprio, com o substantivo e com o verbo. Classe de palavra algo "multiforme", não deixa de ser uma classe de palavra com toda a legitimidade, desde logo pelo próprio facto de preencher autonomamente um espaço vazio do esquema da estrutura sintáctica frásica, como apontámos. No entanto, seguindo rigorosamente os ensinamentos da escola funcionalista, poder-nos-íamos ter deparado com um problema grave. De facto, constatámos que um advérbio pode determinar outro, o que constitui um obstáculo de vulto ao estabelecimento da classe, já que monemas da mesma classe não se podem determinar mutuamente. No entanto, acreditamos que, no caso de existir uma determinação de um advérbio por outro, um deles é sempre mais importante do que o outro, uma vez que não pode ser dispensado, isto é, comutado por zero. Por outro lado, são os dois subsumíveis num só advérbio (*quase tudo = quase; muito mal escrita = pessimamente escrita; quase só = só; o mais depressa possível = depressa*). Nestes casos, o comportamento do advérbio é muito semelhante aos adjectivos, pelo facto de surgirem num contexto de expressão de grau. O próprio A. Martinet deixa esta porta aberta (cf. cap. II, p. 169) ao admitir que o advérbio pode determinar outro advérbio, ainda que haja algumas restrições a considerar.

Outra característica que considerámos fundamental para fornecer ao advérbio o estatuto de classe, prende-se com o facto deste manter a sua integridade morfológica, independentemente do contexto sintáctico em que possa ocorrer. O advérbio exerce uma determinação inter-

sintagmática, logo exerce uma função sintáctica; mas também exerce uma determinação intra-sintagmática e, embora não exerça, neste caso, função, não deixa de funcionar como unidade de uma classe ao exercer a sua determinação.

Não se pretendeu resolver todas as questões relacionadas com o advérbio e a sua função sintáctica, até porque como muito bem o colocou A. López, a ciência não é outra coisa senão,

«(...) revisión indefinida de opiniones ajenas emitidas en el intento de captar un material siempre huidizo.»⁴⁶⁰

O conceito de "material fugidio", dir-se-ia mesmo "escorregadio", parece especialmente adequado para o estudo do advérbio e da função por este desempenhada.

Existe ainda um longo caminho a percorrer, hipóteses que, apesar de colocadas, não foram exploradas até à exaustão. Os tradicionais advérbios de negação e de afirmação parecem gozar de um estatuto especial, que não se enquadra nas linhas teóricas por nós exploradas. O seu contexto quase sempre implica que se remeta para o nível da enunciação, afastando-se claramente do domínio frásico. Advérbios que transmitem polaridade também, de certa forma, adoptam comportamentos particulares, por nós não explorados. Amplamente mencionados pelos autores de especialidade, surgem ainda os advérbios pronominais, os quais se revestem de características particulares, Já J. D. Azevedo fazia referência a este tipo particular de advérbios (Cf. J. D. Azevedo 1892: 156). Encontramos, também, os advérbios demonstrativos, relativos e interrogativos (cf. cap. II, p. 164), unidades da língua que adoptam comportamentos sintácticos diferentes dos que analisámos, mas que ainda assim são igualmente denominados como "advérbios".

O atributo frásico, enquanto entidade pertencente à frase, poderá ser igualmente, objecto de um estudo mais desenvolvido. Bastante explorado do ponto de vista semântico, é preciso apurar o comportamento sintáctico deste elemento. Não constitui função, pois

⁴⁶⁰ A. López 1983: 327.

não estabelece uma ligação com o NV, mas não deixa de pertencer à frase enquanto esquema sintáctico global. Constituem estas linhas de investigação passíveis de serem prosseguidas no futuro.

Outro aspecto que também consideramos de relevo são as relações que se podem estabelecer entre a mobilidade e a topicalização. Consideramos que é fundamental estabelecer limites fronteiriços entre os dois, ainda que em muitos casos seja de difícil distinção. A mobilidade é, no entanto, um critério sintáctico; a topicalização não é, quanto a nós, um critério sintáctico, mas semântico-pragmático. Constituem-se como dois critérios de áreas distintas, cujos objectivos também não podem ser os mesmos, mas que certamente interferem um no outro no uso concreto da língua.

Um fenómeno que também considerámos de relevo no apuramento da *Função Circunstancial* é a capacidade que esta demonstra em se multiplicar, cruzando-se de perto com fenómenos como a coordenação e a justaposição. A subordinação é um conceito que também não se deverá deixar de colocar, sendo possível entre uma *Função Circunstancial* situada na zona actancial (*Função Circunstancial Nuclear*) e uma *Função Circunstancial* situada na zona circunstancial (*Função Circunstancial Periférica*). Tratando-se de apenas uma função ela pode (e neste ponto distingue-se das outras funções), estabelecendo com o Núcleo Verbal dois tipos de ligação sintáctica. Logo, esta particularidade faz com que tenhamos que admitir a hipótese de subordinação da *Função Circunstancial Periférica* em relação à *Função Circunstancial Nuclear*. A nosso ver, todas estas questões constituem outras tantas linhas de investigação passíveis de serem prosseguidas no futuro.

Terminamos por isso o trabalho com uma sensação de insatisfação, ainda que com a plena consciência de que os objectivos inicialmente traçados terão sido cumpridos. A argumentação de que faltarão alguns pontos passíveis de análise é de todo relevante e, por nós, jamais contestada. No entanto, todas as análises são limitadas pelo tempo e pelo espaço. A investigação nunca termina, nunca se dá por concluída. Talvez seja um vício, e como qualquer vício o cuidado é

fundamental. Temos que saber quando parar, e este pareceu-nos o momento de parar, de reflectir e de discutir sobre o que já fizemos. Depois, inevitavelmente, como qualquer bom vício, a ele voltaremos, renovados e com novas perguntas e novas dúvidas. Daí que esta conclusão não seja total, mas apenas parcial. Uma etapa que agora termina, mas que em breve dará origem a uma nova etapa, a uma renovação. Afinal, ***Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*** (Lavoisier).

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Actas do XIX Colóquio Internacional de Linguística Funcional* (1995) – Societé Internationale de Linguistique Fonctionnelle. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Actes du XI^o Colloque International de Linguistique Fonctionnelle* (1985) – Societé Internationale de Linguistique Fonctionnelle. Bologne, 2-7 Juillet 1984. Boloña: CLESP.
- AFONSO, Susana Cavadas – “Clara e sucintamente: um estudo em corpus sobre a coordenação de advérbios em –mente”. *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (2002), Lisboa: APL, pp. 27-36.
- ALARCOS LLORACH, Emílio (1985) – *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid: Gredos.
- ALEXIADOU, Artemis – “Adverbs across frameworks”. *Lingua* 114, Elsevier 2004, pp. 677-682. (Disponível online em www.sciencedirect.com)
- ALFA (1994) – Revista de Lingüística. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, pp. 11-127.
- ALMEIDA, António Santos Rodrigues de (1980) – *O adverbium nos grammatici latinos*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento.
- ALVAREZ MENENDEZ, Alfredo I. (2000) – *El adverbio*. Madrid: Arco/Libros.
- ALVAREZ MENENDEZ, Alfredo I. (1988) – “El adverbio y la función incidental”. *Verba*, Anuário Gallego de Filologia 15. Santiago de Compostela, pp. 215-236.
- ALVAREZ MARTINEZ, Maria Angeles (1986) – “Sustantivo, adjetivo y adverbio: caracterización funcional”, *Verba*, Anuário Galego de Filologia 13. Santiago de Compostela, pp.143-161.
- ASSUNÇÃO, Carlos (1999) – “Epítome de Grammatica da Língua Portuguesa de António de Morais Silva”. *Revista Portuguesa de Humanidades*. Vol. 3, fasc. 1-2. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga, pp.170-190.
- AUWERA, Johan van der (Ed.) (1988) – *Adverbial Constructions in the Languages of Europe*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter.

- BARBOSA, Jorge Morais (2001) – “Être Martinetien”, *La Linguistique*, Revue de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle. Paris: PUF, volume 37, p. 115-123.
- BARTSCH, Renate (1976) – *The Grammar of Adverbials. A Study in the Semantics and Syntax of Adverbial Constructions*. Amsterdam, New York and Oxford, North-Holland Publishing Company.
- BARRENECHEA, Ana Maria (1963), “Las clases de palabras en español, como clases funcionales”, *Romance Philology*, Vol. XVII. University of California Press, pp. 301-309.
- BÉCHADE, Hervé D. (1989) – *Syntaxe du français moderne et contemporain*. 2^e édition revue et corrigée. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 235-328.
- BECHARA, Evanildo (1988) – *Lições de português pela análise sintática*. 14^a edição revista. Rio de Janeiro: Padrão – Livraria Editora Lda.
- BENVENISTE, Émile (1969) – “Mécanismes de transposition”. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 25. Genève.
- BOSQUE, Ignacio (1998) – *Las categorías gramaticales*. Madrid, Editorial Síntesis.
- BUILLES, Jean-Michel (1998) – *Manuel de linguistique descriptive. Le point de vue fonctionnaliste*. Paris: Éditions Nathan.
- CASTELEIRO, João Malaca (1982), “Análise gramatical dos advérbios de frase”. *BIBLOS*, Vol. LVIII. Coimbra, pp. 99-110.
- CASTRO, Ana e João COSTA (2002), “Possessivos e advérbios: formas fracas como X”. *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, p. 101-111.
- CERVONI, Jean (1991) – *La preposition. Étude sémantique et pragmatique*. Paris: Louvain-la-Neuve, Duculot.
- CINQUE, Guglielmo (1999) – *Adverbs and Functional Heads. A cross-linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- CINQUE, Guglielmo (2004) – “Issues in adverbial syntax”. *Lingua* 114, Elsevier, pp. 683-710. (Disponível online em www.sciencedirect.com)
- CLAIRIS, Christos (1995) – “Le ‘sujet’ a-t-il un sens?” *Actes du XIXe Colloque International de Linguistique Fonctionnel*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 145- 148.

- CLAIRIS, Christos *et alii* (2005) – *Typologie de la syntaxe connective*. Rennes: PUR.
- CLAIRIS, Christos (2008) – *No rumo de uma linguística inacabada – ensaio de linguística funcional*. Coimbra: Livraria Almedina.
- COSTAQUEC, Denis et Françoise GUÉRIN (2007) – *Syntaxe fonctionnelle: Théories et exercices*. Rennes: PUR.
- COSERIU, Eugenio (1978) – *Gramática, semántica universales. Estudios de lingüística funcional*. Madrid: Editorial Gredos.
- COSERIU, Eugenio (1986) – *Introducción a la lingüística*. Madrid: Editorial Gredos.
- COSERIU, Eugenio (1997) – *Principios de semántica estructural*. Version esp. de Marcos Martínex (revisada por el autor). Madrid: Editorial Gredos.
- COSTA, Ana e João COSTA (2001) – *O que é um advérbio?* Lisboa: Edições Colibri.
- DIK, Simon C. (1980) – *Studies in Functional Grammar*. London: Academic Press.
- DIOGO, Maria de Fátima Boliqueime Machado Martins (1992) – *O advérbio em –mente na modalidade lexicalizada em português – Uma contribuição para o seu estudo sintáctico*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva.
- DUARTE, Inês (2005) – “Funções sintácticas”, DLGR, FLUL, 2005.
- ERNOUT, Alfred et François THOMAS (1997) – *Syntaxe latine*. 2e édition. Paris: Éditions Klincksieck.
- ESCRIBANO, J. L. G. (1991) – *Una teoría de la oración*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- FANOST, Claire Hue (1987) – *El adverbio*. Madrid: Sociedad General Española de Librería, S.A., p.9-93.
- FARIA, Isabel Hub, Emília Ribeiro PEDRO, Inês DUARTE, Carlos A. M. GOUVEIA (1996) – *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- FERNANDEZ PEREZ, Milagros (1987) – “La importância de las corriente de investigación en la configuración de la “teoría lingüística”: un ejemplo con las llamadas categorías gramaticales”, *Verba*, Anuário Galego de Filologia 14. Santiago de Compostela, pp. 75-101.

- FERNÁNDEZ PRAT, Maria Helena (1994) – "Categorías gramaticales primarias, clases de palabras, partes de la oración, partes del discurso, partes del enunciado, partes de la expresión...". ESCAVY, R. *et alii*, *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística*, Vol. III. Murcia, pp. 239-270.
- FEUILLET, Jack (1988) – *Introduction à l'analyse morphosyntaxique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FEUILLET, Jack (1981) – *La théorie des groupes syntaxiques et les constituents de la phrase*. Paris: Grand-Palais, n.º32.
- FONSECA, Joaquim (1981) – *Coesão em Português. Semântica-Pragmática-Sintaxe*. Porto: Dissertação de doutoramento.
- FUENTES RODRIGUEZ, Catalina (1991) – "Advérbios de modalidad". *Verba*, Anuário Gallego de Filologia. Santiago de Compostela, pp. 275-321.
- GAFFIOT, F. (1934) – *Dictionnaire latin français*. Paris: Hachette.
- GARCÍA SANTOS, Juan Felipe (1983) – *Lenguaje y estructura*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (col. "Studia Philologica Salmanticensia". Anejos. "Estudios", 8).
- GARDE, Paul (ed.) (1983) – *Les parties du discours*. Travaux du Cercle Linguistique d'Aix en Provence, 1.
- GARRIDO ÍÑIGO, Paloma (1999) – *Estúdio sintáctico del adverbio fijo en predicados comparativos*. Estudios de Lingüística Española.
- GILI Y GAYA, Samuel (1969) – *Curso superior de sintaxis española*. Novena edición. Barcelona: Biblograf, S.A.
- GIRON ALCONCHEL, José Luís (1991) – *Tiempo, modalidad y adverbio (Significado y función del adverbio «ya»)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 7-21; pp. 129-132.
- GONZAGA, Manuela (1997) – *Aspectos da sintaxe do advérbio em português*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Lingüística Portuguesa Descritiva.
- GONZÁLEZ CALVO, José Manuel (1998) – *La oración simple*. 3ª edición. Madrid: Arco/Libros.
- GONZÁLEZ CALVO, José Manuel (2000) – "Sobre la palabra y las clases de palabras". *Revista Española de Lingüística*. Año 30, fasc. 2, pp. 309-329.

- GREENBAUM, Sidney (1969) – *Studies in English Adverbial Usage*. Florida: University of Miami Press.
- GROSS, Maurice (1986) – *Grammaire transformationnelle du français, 3 – Syntaxe de l'adverbe*. Paris: Astril.
- GROSS, Maurice et alii (1975) – *Les constructions fondamentales du français*. Librairies Hachette et Larousse.
- GUILLAUME, Gustave (1971) – *Leçons de linguistique de Gustave Guillaume 1948-1949, série A, Structure sémiologique et structure psychique de la langue française I, volume 1*. Québec et Paris: Presses de l'Université Laval et Klincksieck.
- GUEDES, Marymarcia (2003) – "A ordem e a formação dos advérbios terminados em {-mente} no Português Brasileiro". *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 455-463.
- GUIMIER, Claude et alii (1993) – *1001 Circonstants*. Caen: Presses Universitaires de Caen.
- GUIMIER, Claude e Pierre LARCHER (Ed.) (1991) – *L'adverbe dans tous ses états*. Travaux Linguistiques du CERLICO. Rennes: Presses Universitaires de Rennes 2.
- GUIMIER, Claude (1996) – *Les adverbs du français. Le cas des adverbs en -ment*. Ophrys.
- GUIMIER, Claude (1988) – *Syntaxe de l'adverbe anglais*. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador et alii (2002) – *Análisis sintáctico 1*. Madrid: Anaya.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (2002a) – *De pragmática y semántica*. Madrid: Arco/Libros.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (2002b) – *Forma y sentido en sintaxis*. Madrid: Arco/Libros.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (1996) – *Introducción a la semántica funcional*. 2ª reimpresión. Madrid: Editorial Síntesis.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (1997-1998) – "La interdependencia en sintaxis". *Cauce*, Revista de Filología y su Didáctica en Homenaje a Amado Alonso 1896-1996, Vol. II. Departamento de Didáctica de la Lengua y la Literatura de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, N.º20-21.

- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (1997a) – *La oración y sus funciones*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- GUTIÉRREZ ORDOÑEZ, Salvador (1997b) – *Principios de sintaxis funcional*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- HALLIDAY, M.A.K. (1973) – *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M.A.K. (1994) – *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K., R. HASAN (1985) – *Language, Context, and Text. Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*. Oxford: OUP.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César (1995) – *Nueva sintaxis de la lengua española. Sintaxis onomasiológica: del contenido a la expresión*. Salamanca: Ediciones Colegio de España.
- ILARI, Rodolfo (1994) – “A categoria advérbio na Gramática do Português Falado”. *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Vol. 1. Lisboa: Colibri, pp. 107-139.
- JACKENDOFF, Ray (1981) – *X Syntax: a Study of Phrase Structure*. Massachusetts: The MIT Press.
- JACKENDOFF, Ray (2001) – *Foundations of Language – Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- KARABÉTIAN, Etienne Stéphane (1999) – *Langue Française. Phrase, texte, discourse*. Larousse.
- KATO, Mary A. (1998) – “Formas de Funcionalismo na sintaxe”. *Delta (online)*, Vol. 14. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501998000300011&script=sci_arttext
- KEHDI, Valter (1993) – “Complemento nominal: problemas de caracterização”. *Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, nº5 – 1º. Rio de Janeiro.
- KLUM, Arne (1961) – *Verbe et adverbe*. Stockolm, Göteborg, Uppsala: Almqvist & Wiksell.
- KOTSCHI, Thomas (1991) – *L’adverbe dans tous ses états*. Rennes: Travaux Linguistiques du CERLICO 4.
- KURY, Adriano da Gama (1964) – *Lições de análise sintáctica. Teoria e prática*. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Editôra Fundo da Cultura.

- LAZARD, G. (1994) – *L’actance*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- LEEMAN, Danielle (1990) – *Langue Française. Sur les compléments circonstanciels*. Paris: Larousse.
- LEMARÉCHAL, Alain (1989) – *Les parties du discours. Sémantique et syntaxe*. Paris: Presses Universitaires.
- LOBATO, L. (1989) – “Advérbios e preposições, sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais”. *Delta* 5 (1), pp. 101-120.
- LOPES, Isabes Maria do Poço (2005) – *As “orações subordinadas” em Português Europeu. Uma proposta de análise*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento.
- LÜDTKE, Jens (1988) – “Categorías verbales, categorías enunciativas y oraciones subordinadas”. *Revista Española de Lingüística*. Año 18, fasc. 2, pp. 265-284.
- MACHADO, Maria Paula (1998) – “Algumas questões sobre a sintaxe dos advérbios de modo em português”. *Actas do XIV Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, pp.103-112.
- MARTÍNEZ, José A. (1996), - *La oración compuesta y compleja*. Madrid: Arco/Libros, S.L.
- MACAMBIRA, José Rebouças (1970) – *A estrutura morfo-sintática do português. Aplicação do estruturalismo linguístico*. Fortaleza: Biblioteca de Educação.
- MARSÁ, F. (1989) – “Adverbios, partículas y zonas borrosas”. *Cuestiones de sintaxis española*. Barcelona: Ariel, pp.123-141.
- MARTINET, André (2001) – “Des limites de la morphologie”. *La linguistique*, Revue de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle. PUF, volume 36, fascicule 2, pp. 379-385.
- MARTINET, André (1985^a) – *Elementos de linguística geral*. 10^a edição. Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed.
- MARTINET, André (1995) – *Função e dinâmica das línguas*. Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Livraria Almedina.
- MARTINET, André (1975) – *Studies in functional syntax. Études de syntaxe fonctionnelle*. München: Wilhelm Fink Verlag.
- MARTINET, André (1985b) – *Syntaxe générale*. Paris: Armand Colin.

- MARTINET, André (1982) – “Reflexions sur la phrase”. *SILF, Actes du 8^o Colloque de Linguistique Fonctionnelle*. Toulouse, pp. 28-30.
- MARTINET, Jeanne (1982) – “Identification et caracterisation de la phrase”. *SILF, Actes du 8^o Colloque de Linguistique Fonctionnelle*. Toulouse, pp. 31-33.
- MARTÍNEZ, José A. (1994) – *Cuestiones marginadas de gramática española*. Madrid: Istmo, pp. 115-172.
- MARTINS, Fátima (2002) – “O sistema adverbial do Português Antigo – os advérbios em -mente”. *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 501-514.
- MATOS, Sérgio (2000), - “Algumas considerações sobre adverbiais de localização e quantificação temporal”. *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*. Porto: XVII, pp.175-201.
- MEIER, Harri (1946) – “Adjectivo e advérbio”. *Ensaio de filologia românica*. Lisboa, pp.55-113.
- MOLINIER, Christian, Françoise LEVRIER (1999) – *Grammaires des adverbs. Description des formes en -ment*. Genève-Paris: Librairie Droz.
- MONNERET, Philippe e René RIOUL (1990) – *Questions de syntaxe française*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MONTENEGRO, Helena Mateus (1999) – *Os adverbiais na estrutura verbal (Estudo sintáctico-semântico-pragmático)*. Ponta Delgada: Dissertação de Doutoramento.
- MONTENEGRO, Helena Mateus (2002) – “Os verbos transitivos adverbiais”. *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 301-314.
- NARBONA JIMÉNEZ, António (1989) – *Sintaxis española: nuevos e viejos enfoques*. 1^a edición. Barcelona: Editorial Ariel.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, José Bettencourt GONÇALVES (1996) – “Corpus de referência do português contemporâneo (CRCP)”, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do *et alii*. (1996) – *APL, Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Vol. 1 . Lisboa: Colibri, pp. 143-149.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar (2000) – “O Corpus de Referência do Português Contemporâneo e os projectos de

- investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa sobre variedades do Português falado e escrito”, in GARTNER, E. et alii (eds.) (2000) – *Estudos de gramática portuguesa (I)*. Biblioteca Luso-Brasileira, Centro do Livro e do Disco de Língua Portuguesa: Frankfurt am Main, pp. 185-200.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar (2003) – “O lugar do corpus na investigação linguística, in MENDES, A. et alii (orgs.) (2003) – *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL e Edições Colibri.
www.clul.ul.pt/sectores/projecto_rld1.html.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar, Luísa PEREIRA e João SARAMAGO – “Portuguese corpora at CLUL”. *Second International Conference on Language Resources and Evaluation – Proceedings*, Vol. II. Athens, pp.1603-1607.
- NØLKE, Henning (1990) – *Classification des adverbes. Langue Française*, 88, Paris: Larousse.
- NOLKE, Henning (1983) – *Les adverbes paradigmatisants: Fonction et analyse*. Études Romanes de l'Université de Copenhague: Akademisk Forlag, pp. 11-48.
- OJEA LÓPEZ, Ana (1994) – “Advérbios y categorías funcionales en español”. *Revista Española de Linguística*. Año 21, fasc. 21, pp. 393-416.
- PERES, João Andrade e Telmo MÓIA (1995) – *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- PINCHON, Jacqueline (1969) – “Problèmes de classification les adverbes de temps”. *Langue Française*, 1 Février, pp. 74-81.
- PINKSTER, H. (1972) – *On latin adverbs*. London, Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- POPA, Corneliu (1995) – “Contribuições para uma descrição do advérbio em português”. *Actas do 4º congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Lisboa: Lidel, pp. 221-222.
- PORTO DAPENA, José-Álvaro (2002) – *El complemento circunstancial*. Madrid: Arco/Libros.
- POTTIER, Bernad (1968) – *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid: Editorial Gredos, pp. 217-231.

- RANCHHOD, Elisabete Marques, “O lugar das expressões ‘fixas’ na Gramática do Português”. DLGR e LABEL-CAUTL/IST, <http://label.ist.utl.pt/publications/docs/LEFnGP.pdf>
- RESENDE, Marília Rosa de Oliveira (1995) – *A modalidade adverbial numa perspectiva da análise crítica do discurso – Contributos para um estudo teórico e prático*. Lisboa: Dissertação de mestrado em Linguística Inglesa.
- ROCHA, Olinda Maria Malmegrin, ***Contribuição da semântica a uma gramática portuguesa de texto – Ilustrada com um estudo do ADVÉRBIO***. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas: Língua Portuguesa. São Paulo, 1982.
- RODRÍGUEZ DÍEZ, Bonifácio (1994) – “Programa de una sintaxis funcional del español”. *II Encuentro de Linguistas y filólogos de España y México*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, pp. 471-482.
- ROJO, Guillermo (1978) – *Claúsulas y oraciones*. Verba, Anuario Gallego de Filologia, 14. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago.
- ROJO, Guillermo e Tomás JIMÉNEZ JULIÁ (1989) – *Fundamentos del analisis sintactico funcional*. Lalia nº2. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela.
- ROJO, Guillermo (1981) – “La evolución del concepto de función sintáctica en André Martinet”. *Verba, Anuário Galego de Filoloxía*, Vol.8, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 5-47.
- RUBIO, Lisardo (1984) – *Introducción a la sintaxis estructural del latin*. Segunda edición. Barcelona: Editorial Ariel.
- SABOURIN, C. e J. CHANDIOUX (1977) – *L’adverbe français: essai de catégorisation*. Paris: Dunot.
- SANTOS, Maria Joana Vieira (2002), “A determinação de [SV] por F4 – um problema de âmbito de incidência”. Coimbra: Comunicação Apresentada ao *III Encontro sobre Gramática*, Universidade de Coimbra.
- SANTOS, Maria Joana Vieira (2003) – *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. Uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.

- SHOPEN, Timothy (Ed.) (1994) – *Language Typology and Syntactic Description, Vol. II – Complex constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 171-206.
- SIMÕES, Susana Bettencourt e Ávila dos Santos (2003) – *A questão da tipologia frásica: da necessidade de reequações teóricas*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Linguística Geral.
- TATILON, Claude (2001) – “What is syntax?” *La linguistique, Revue de la Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle*. Volume 36, fascicule 1. PUF, pp. 387-399.
- Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário*.
<http://tlebs.dgidc.min-edu.pt/> (08/04/2008)
- TESNIÈRE, Lucien (1982) – *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Éditions Klincksieck.
- VILELA, Mário (1994) – “Circunstantes e predicados complexos”. *Verbos e estruturas frásicas*. Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.195-216.
- VILELA, Mário (1998) – “Da palavra ao discurso: palavra-frase-discurso. Estrutura frásica e adverbiais”. *Revista Portuguesa de Filologia*. Separata, Vol. XXII, pp. 71-111.
- VILELA, Mário (1992) – *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Livraria Almedina.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

- AZEVEDO, José Domingos (1892) – *Elementos de grammatica portugueza*. 2ª edição melhorada. Porto, Livraria Escolar.
- BARBOZA, Jeronymo Soares (1830) – *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza*. 2ª edição, Lisboa: Na Typographia da Mesma Academia.

- BRANCO, António (s.d.) – *Gramática da língua portuguesa*. Porto, Porto Editora.
- BUSSE, Winfried e Mário VILELA (1986) – *Gramática de valências*. Coimbra: Livraria Almedina.
- COELHO, F. Adolpho (1881) – *A língua portuguesa. Noções de glottologia geral e especial portuguesa*. Porto: Livraria Universal.
- CORTESÃO, A. A. (1907) – *Nova gramática portuguesa*. Sétima edição. Coimbra: F. França Amado Editor.
- CUESTA VÁZQUEZ, Pilar *et alii* (1971) – *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa: Edições 70.
- CUNHA, Celso e Luís F. Lindley CINTRA (1987) – *Nova gramática do português contemporâneo*. 4ª edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DIAS, Augusto Epiphaneo da Silva (1880) – *Grammatica portugueza*. 3ª edição revista. Porto: Livraria Universal.
- DIAS, Augusto Epiphaneo da Silva (1901) – *Grammatica portugueza elementar*. 6ª edição revista. Lisboa: Livraria Escolar, A. Ferreira Machado & Cª Editores.
- DIAS, Augusto Epiphaneo da Silva (1918) – *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1916) – *Gramática sintética da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, J. M. Nunes e A. Gomes FERREIRA (1977) – *Compêndio de gramática portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- GOMES, Adriano A. e José Nunes de FIGUEIREDO (1947) – *Elementos de gramática portuguesa*. 13ª edição (aprovada oficialmente). Coimbra: Livraria Moura Marques & F.º.
- HÜBER, Joseph (1986) – *Gramática do português antigo*. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEITE, Francisco José Monteiro (1881) – *Subsídios para o estudo da língua portuguesa*. Porto: Typographia Occidental.
- LEITE, Francisco José Monteiro (1887) – *Grammatica portugueza dos lyceus*. Porto: Civilização.
- LOBATO, António José dos Reis (1804) – *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Impressão Régia.

- MACEDO, Joaquim Freire de (1877) – *Resumo do compendio de Grammatica Portugueza*. Sexta edição. Lisboa: Lallemente Frères, Typ.
- MACHADO, Ulysses (1905) – *Grammatica Portuguêsa*. 3ª edição (muito melhorada). Lisboa: Papelaria Estevão Nunes & Filhos.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria BRITO, Inês DUARTE e Isabel Hub FARIA (2003), *Gramática da língua portuguesa*. 6ª edição. Lisboa: Editorial Caminho.
- MARTINS, Felisberto, José Gomes BRANCO (1954) – *Epítome de gramática portuguesa*. Porto: Livraria Simões Lopes.
- MOREIRA, Júlio (1907) – *Estudos da língua portuguesa. Subsídios para a syntaxe historica e popular*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NETTO, Antonio Maria D’Almeida (1884) – *O escholiaste portuguez*. 1ª Parte. Lisboa: Typographia Universal.
- Nomenclatura gramatical portuguesa* (1967). Texto oficial e trabalhos preparatórios. Ministério da Educação Nacional. Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa.
- NUNES, José Joaquim (1989) – *Compêndio de gramática histórica portuguesa. (Fonética e morfologia)*. 9ª edição. Lisboa: Clássica Editora.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536) – *Grammatica da Lingoagem Portugueza*, Lisboa: Germão Galharde. (Edição fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1988)
- OLIVEIRA, Bento José de (1904) – *Nova gramática portuguesa*. 26ª edição (sexta edição póstuma) emendada e acrescentada por A. A. Cortesão. Coimbra: Francisco França Amado Editor.
- RIBEIRO, Júlio (1885) – *Grammatica Portugueza*. 2ª edição refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira & Irmãos.
- ROBOREDO, Amaro de (1619) – *Methodo grammatical para todas as linguas*. Lisboa, Pedro Craesbeeck.
- SEQUEIRA, Francisco Júlio Martins (1959) – *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Livraria Popular.
- SILVA, Antonio de Moraes (1806) – *Epítome da Grammatica Portugueza*, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

- TOURATIER, Christian (1977) – “Comment définir des fonctions syntaxiques”, *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*. Tome LXII, fasc. 1, Paris: Librairie C. Klincksieck, pp. 27-54.
- TORRINHA, Francisco (1933) – *Elementos de gramática portuguesa*. Nova edição revista e aumentada. Porto: Edições Maranus.
- VASCONCÉLLOZ, António Garcia Ribeiro de (s.d.) – *Gramática portuguesa*. Lisboa, Guillard, Aillaud & C^a.
- VILELA, Mário (1999) – *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase e gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina.

GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA PUBLICADAS NO BRASIL

- ALI, Manuel Said (1964) – *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3^a edição melhorada e aumentada de Lexeologia e formação de palavras e Sintaxe do português histórico. (1^o Prémio “Francisco Alves” de 1921 e de 1927 da Academia Brasileira de Letras). Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- ALI, Manuel Said (1964) – *Gramática secundária da língua portuguesa*. Edição revista e comentada de acôrdo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira pelo Prof. Evanildo Bechara. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1960) – *Gramática metódica da língua portuguesa*. 11^a edição. São Paulo: Edição Saraiva.
- ARNULFO, Irmão (1960) – *Gramática resumida de acôrdo com a nova nomenclatura gramatical*. Rio de Janeiro: Editôra Globo.
- BECHARA, Evanildo (1987) – *Moderna gramática portuguesa*. 31^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BECHARA, Evanildo (1999) – *Moderna gramática portuguesa*. 37^a edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BRANDÃO, Cláudio (1963) – *Sintaxe classica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais.

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) (1991) – *Gramática do português falado*. Vol. III – As abordagens. 2ª edição. Editora da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.
- CÂMARA, J. Mattoso Jr. (1964) – *Dicionário de lingüística e gramática*. 14ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro: J. Ozon Editor.
- CONSTANCIO, Francisco Solano (1831) – *Grammatica analytica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Souza, Laemmert e Cª.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1982) – *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, pp. 263-269.
- CRUZ, José Marques da (1966) – *Português prático – Gramática*. 29ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- FREIRE, Laudelino (1937) – *Sintaxe da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada.
- MACIEL, Maximino (1925) – *Grammatica Descriptiva*. 1º milheiro da 9ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- MELO, Gladstone Chaves de (1968) – *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- NASCENTES, Antenor (1937) – *O idioma nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000) – *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1944) – *Gramática expositiva*. 64ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro (1932) – *Elementos de Grammatica Portugueza*. 7ª edição revista. Bahia: Livraria e Papelaria Catilina.
- RIBEIRO, João (1889) – *Diccionario grammatical*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Comp.
- RIBEIRO, João (1889) – *Grammatica portugueza*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Comp.
- RIBEIRO, Júlio (1885) – *Grammatica portugueza*. 2ª edição refundida e muito augmentada. São Paulo: Teixeira & Irmão Editores.
- TORRES, Artur de Almeida (1973) – *Moderna gramática da língua portuguesa*. 24ª edição atualizada e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Fundo da Cultura.

GRAMÁTICAS DE LÍNGUA CASTELHANA

- ALARCOS LLORACH, Emilio (1996) – *Gramática de la lengua española*. 1ª edición, 8ª reimpresión. Madrid: Espasa/Calpe.
- ALCINA FRANCH, Juan e J. M. BLECUA (1994) – *Gramática española*. 9ª edición. Barcelona: Editorial Ariel.
- BELLO, Andrés (1996) – *Gramática de la lengua española*. Madrid, 1996.
- BOSQUE, Ignacio e Violeta DEMONTE (1999) – *Gramática descriptiva de la lengua española. 1. Sintaxis básica de las clases de palabras*. Madrid: Real Academia Española, Espasa.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César (1984) – *Gramática funcional del español*. Madrid: Editorial Gredos.
- HADLICH, Roger L. (1982) – *Gramática transformativa del español*. Traducción española de Júlio Bombín. Madrid: Editorial Gredos, pp. 204-217; pp. 279-297.
- NEBRIJA, A. (1980) – *Gramática de la lengua castellana*. Edición preparada por Antonio Quillis. Madrid: Editora Nacional.
- POTTIER, Bernard (1970) – *Gramática del español*. Versión esp. de Antonio Quillis. Madrid: Ediciones Alcalá.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1973) – *Esbozo de una nueva gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe,.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (1962) – *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- ROCA-PONS, José (1985) – *Introducción a la gramática*. 6ª edición. Barcelona: Editorial Teide.
- TESO MARTÍN, Enrique Del (1990) – *Gramática general, comunicación y partes del discurso*. Gredos: Madrid.

GRAMATICAS DE OUTRAS LINGUAS

- BAYLON, Christian et Paul FABRE (1995) – *Grammaire systématique de la langue française*. Paris: Nathan Université.

- DIEZ, Frédéric (1876) – *Grammaire des langues romanes*. Troisième édition refondue et augmentée. Paris: F. Vieweg Libraire.
- GREENBAUM, Sidney, QUIRK, Randolph (1991) – *A Student's Grammar of the English Language*. Essex: Longman.
- GREVISSE, Maurice (1993-1997) – *Le bon usage – Grammaire française*, 13e édition refondue par André Goose, DeBoeck-Duculot, Paris: Louvai-la-Neuve.
- QUIRK, Randolph, Sidney GREENBAUM, Geoffrey LEECH, Jan SVARTVIK (1991) – *A Grammar of Contemporary English*. Essex: Longman.
- MARTINET, André (1979) – *Grammaire Fonctionnelle du Français*. 2e édition revue. Paris: Crédif.
- NESFIELD, J. C. (1939) – *English Grammar. Past and present in three parts*. Revised (1924). London: Macmillan.
- RIEGEL, M., J.C. Pellat & R. Rioul (1994) – *Grammaire méthodique du français*, Paris: PUF.
- WILMET, Marc (1997) – *Grammaire critique du français*. Paris: Hachette/Duculot.

